

J. DWIGHT PENTECOST

HEBREUS



J. DWIGHT PENTECOST

HEBREUS

TRADUÇÃO
DORIS KÖRBER



chamada

© 1992, 2000 by J. Dwight Pentecost under the title ***Faith That Endures: A Practical Commentary on the Book of Hebrews***. Originally published in the USA by Kregel Publications, Grand Rapids, Michigan. Translated and printed by permission. All rights reserved.

Todos os direitos reservados mundialmente para a língua portuguesa.

Copyright © 2020 por Chamada

1ª Edição – Março/2021

É proibida a reprodução desta obra em quaisquer meios sem a expressa permissão da editora, salvo para breves citações com a indicação da fonte.

Editor: *Sebastian Steiger*

Notas devocionais: *Ken Durham*

Tradução: *Doris Körber*

Preparação: *Débora Steiger*

Revisão: *Josemar de Souza Pinto*

Capa e diagramação: *Rômulo Spier do Nascimento*

Conversão para ePub: *SCALT Soluções Editoriais*

Salvo indicação em contrário, todas as passagens da Escritura foram extraídas da Bíblia Sagrada, Nova Versão Internacional, NVI®, copyright © 1993, 2000, 2011 por Biblica, Inc. Todos os direitos reservados mundialmente.

Passagens da Escritura marcadas como NAA foram extraídas da Nova Almeida Atualizada (NAA), copyright © 2017 por Sociedade Bíblica do Brasil. Todos os direitos reservados.

Passagens da Escritura marcadas como NVT foram extraídas da Bíblia Sagrada, Nova Versão Transformadora, copyright © 2016 por Editora Mundo Cristão. Todos os direitos reservados.

Passagens da Escritura marcadas como BKJ foram extraídas da Bíblia Sagrada, Versão BKJ Fiel 1611, copyright © 2015 por BV Films Editora. Todos os direitos reservados.

Passagens da Escritura marcadas como ARC foram extraídas da Almeida Revista e Corrigida (ARC), copyright © 2009 por Sociedade Bíblica do Brasil. Todos os direitos reservados.

Obra Missionária Chamada da Meia-Noite

Rua Erechim, 978 – Bairro Nonoai

90830-000 – Porto Alegre – RS/Brasil

Fone: 0300 789 5152

www.chamada.com.br

pedidos@chamada.com.br

P419 Pentecost, J. Dwight.
Hebreus / J. Dwight Pentecost ; tradução Doris Körber. – 1. ed. –
Porto Alegre : Chamada, 2021.
Título original: Faith that endures: a practical commentary on the
book of Hebrews
ISBN 978-65-89505-07-5
1. Bíblia. N.T. Hebreus - Comentários. I. Körber, Doris. II. Título.
CDD 227.8707

SUMÁRIO

[Prefácio](#)

[Introdução](#)

[1. Jesus Cristo é superior aos anjos \(1.1–2.18\)](#)

[2. Jesus Cristo é superior a Moisés \(3.1–4.13\)](#)

[3. Jesus Cristo é superior a Arão \(4.14–10.18\)](#)

[4. Aplicação da superioridade de Jesus Cristo \(10.19–13.25\)](#)

[Índice de textos bíblicos](#)

PREFÁCIO

O caminho da pessoa temente a Deus nunca foi fácil. É uma trilha atormentada por provações, tentações, dificuldades e oposição. Os santos do Antigo Testamento constataram essa realidade. Fiéis veterotestamentários como Noé, Abraão, Moisés, José, Josué, Davi, Jeremias e Daniel foram todos chamados a sofrer em favor da justiça. O próprio Senhor advertiu: “Neste mundo vocês terão aflições” (Jo 16.33). Prometeu que aqueles que lhe pertencessem experimentariam a mesma oposição e rejeição que ele mesmo suportou (Jo 15.18-25). O livro de Atos registra o primeiro cumprimento desse alerta do Senhor na vida de suas testemunhas; enquanto nós, cristãos, estivermos neste mundo, também poderemos passar por esse tipo de sofrimento.

O estudo da carta aos Hebreus evidencia que os destinatários dessa “palavra de exortação” (Hb 13.22) estavam passando por provas severas. O autor reconhece que esse destino não é apenas comum para crentes, mas que também é inevitável enquanto vivermos neste mundo. Consequentemente, quem estava sofrendo precisava de ajuda para lidar com essas experiências; é essa ajuda que o escritor queria dar por meio dessa carta.

Ainda que talvez se esperasse que o autor repreendesse seus leitores por seus medos e pela fraqueza de sua fé, em vez disso ele os exorta a perseverar com paciência na vida de fé que já conheciam. É com essa finalidade que ele lhes mostra a superioridade da revelação de Deus que tinham recebido por meio de seu Filho. Mostra que têm um Sacerdote misericordioso e fiel, que ministra em favor deles, cuja posição está baseada em uma aliança superior àquela pela qual os sacerdotes do Antigo Testamento serviam, alguém cujo ministério se fundamenta em um sacrifício melhor que os do sistema levítico e que serve em um santuário melhor que aquele no qual Arão ministrava.

Uma vez que os santos do Antigo Testamento viviam pela fé (Hb 11), os leitores dessa carta são convocados a continuar vivendo pela fé em meio às circunstâncias que os cercam e a demonstrar a mesma perseverança paciente de seus predecessores. Essas

exortações vêm acompanhadas de advertências sobre o que perderiam caso não continuassem a caminhar pela fé em paciência e persistência – não a salvação, mas as bênçãos que fluem dela.

Mesmo que os detalhes da nossa vida sejam diferentes das situações que eram comuns aos destinatários originais dessa carta, as condições gerais nas quais vivemos são as mesmas. Estamos em um mundo hostil, não redimido, em um corpo não redimido, com uma natureza não redimida dentro de nós. Por pertencermos a Cristo, somos alvos dos ataques do inimigo. A carne pode se desgastar nesse conflito. A certeza da fé pode ceder a dúvidas debilitantes. Por isso, precisamos de encorajamento para lutar o bom combate da fé, a fim de continuar caminhado pela fé, exibir perseverança paciente em cada provação ou teste, viver à luz da esperança futura, não à luz das circunstâncias presentes.

O auxílio que o autor de Hebreus deu a quem vivia em circunstâncias semelhantes às nossas fornecerá a ajuda que precisamos para viver vitoriosamente pela fé. Suas exortações à paciência e perseverança e suas advertências contra retrocessos na vida espiritual continuam válidas. Elas nos mostram a importância de caminhar pela fé.

Esse livro, portanto, é um dos mais importantes em todo o Novo Testamento para fortalecer e guiar o cristão a uma vida de fé. É impossível estudar seriamente esse livro e aplicar suas verdades sem amadurecer tanto no conhecimento da verdade quanto na caminhada que agrada àquele que nos chamou para uma vida de fé.

J. Dwight Pentecost

INTRODUÇÃO

Natureza de Hebreus

Quatro livros do Novo Testamento foram escritos especificamente para leitores judeus. E, ainda que em todos eles os escritores se dirijam a essa audiência, os destinatários específicos de cada livro variam, e as circunstâncias abordadas também são muito diferentes.

O primeiro desses livros é o evangelho de Mateus. O evangelista não escreveu para provar que Jesus era o Messias prometido, pois a ressurreição não deixava qualquer dúvida a respeito desse fato. Em vez disso, Mateus redigiu seu relato para explicar *por que* – uma vez que Jesus era o Messias prometido, conforme comprovavam suas obras e palavras – o reino que ele viera instaurar na terra em cumprimento às alianças e promessas do Antigo Testamento ainda não estava estabelecido.

Mateus delineia a reação dos líderes à oferta que Cristo faz de si mesmo como Rei e mostra que, dada a rejeição oficial deles ao Senhor (Mt 12.24), o reino que Cristo viera instaurar não pôde ser estabelecido. Em vez disso, Cristo revela, em seu discurso profético (Mt 13), uma nova forma de teocracia, enquanto profetizava também uma nova entidade – a igreja – em Mateus 16. Além disso, a rejeição da nação ao Messias faria que aquela geração de Israel caísse sob juízo físico e temporal (Mt 12.31-32; 23.38; 24.2). Dessa forma, Mateus explica por que o reino não foi instituído no primeiro advento do Messias.

O segundo livro dirigido a um público judeu foi a carta de Tiago. Ela destinava-se “às doze tribos dispersas entre as nações” (Tg 1.1). Atos 8.1-4 registra que a maioria dos cristãos judeus fugiu de Jerusalém por causa da grande perseguição contra a igreja e dispersou-se por toda parte. Consequentemente, faltava-lhes a supervisão ou instrução de um apóstolo. Tiago escreveu para fornecer-lhes o ensino e o acompanhamento de que precisavam.

Esses fiéis judeus sabiam que um Deus justo exige justiça como base para que a comunhão com ele seja possível. Tinham sido educados debaixo dos padrões de justiça da Lei. E, embora tivessem

sido libertados da escravidão da Lei, estavam preocupados com assuntos relacionados à prática da justiça. Por isso, Tiago escreveu sua carta para mostrar como a fé pode produzir uma justiça agradável a Deus em cada área e situação da vida. Em resumo, se eles vivessem pela fé produziram a justiça da Lei.

O terceiro grupo de livros endereçado especificamente ao público judeu é formado pelas duas cartas de Pedro. Ele escreveu aos “peregrinos dispersos no Ponto, na Galácia, na Capadócia, na província da Ásia e na Bitínia” (1Pe 1.1). Essas pessoas eram, como os destinatários da carta de Tiago, cristãos judeus amplamente dispersos, sem acesso à liderança ou instrução de um dos apóstolos. E mesmo na Dispersão ainda estavam passando por perseguição e grande sofrimento.

Em sua primeira carta, Pedro escreveu para explicar como a fé se relacionava com o sofrimento pelo qual aqueles cristãos estavam passando e para encorajá-los a perseverar com paciência. Na segunda carta, adverte-os contra os perigos oferecidos pelos falsos mestres e pela falsa doutrina, para que não fossem desviados da fé.

O quarto livro destinado ao público judeu é a carta aos Hebreus. Escrita por um autor não identificado, dirigia-se aos cristãos judeus na Palestina, talvez vizinhos de Jerusalém ou mesmo moradores da própria cidade. Por causa da sua identificação com Cristo pelo batismo, esses fiéis tinham deixado a ordem religiosa estabelecida e conseqüentemente foram banidos de todos os privilégios que pertenciam aos cidadãos da comunidade de Israel. Como Jesus previra, a nação manifestava seu ódio permanente por Cristo por meio do ódio àqueles que se identificavam com ele. Ainda que inicialmente eles talvez tivessem recebido perseguição e isolamento com alegria, o fato de o conflito estender-se durante tanto tempo os cansara, levando-os a buscar alguma forma de escape. Parece que alguns sugeriram que, se observassem determinadas festas e rituais no templo sem abandonar a fé em Cristo, a comunidade judaica talvez deixasse passar o fato de que tinham renunciado à sua identificação nacional em favor da identificação com Cristo.

Como veremos, o autor de Hebreus exorta esses cristãos a exercitar fé e perseverança paciente em suas circunstâncias atuais. Ele citará todos os aspectos preciosos do judaísmo para mostrar o

valor superior daquilo que Cristo proveu por meio de sua morte, de sua ressurreição e de sua presente intercessão por eles como seu Sumo Sacerdote.

☞ Para refletir ☞

A relação entre fé e justiça continua tão importante hoje quanto sempre foi. Como cristãos, precisamos nos lembrar de que nossa confiança no Senhor Jesus Cristo nos torna justos diante de Deus, o que, por sua vez, gera obediência em nossa vida. A obediência puramente pela carne, por outro lado, nunca será capaz de nos justificar diante de um Deus santo.

victora de Hebreus

Ao contrário de todas as outras cartas neotestamentárias, exceto 1João, essa carta não tem uma saudação na qual o autor identifica a si mesmo e as pessoas às quais escreve. Por isso, parece que o autor desejava permanecer anônimo.

Clemente, bispo de Roma, menciona a carta no ano 96 d.C., embora não faça referência ao seu autor. Por volta do ano 180 d.C., Clemente de Alexandria atribuiu-a a Paulo, mas sem apresentar evidências que apoiassem essa tese. É bem possível que essa atribuição tenha sido feita para que não houvesse questionamento a respeito da autenticidade e da canonicidade da carta.

☞ Para refletir ☞

Embora a cultura na qual vivemos não esteja tão impregnada por uma religiosidade específica como era a comunidade judaica do primeiro século, quem se identifica com Cristo hoje pode, em virtude de sua profissão de fé, ser impedido de manter certos relacionamentos e desfrutar de determinados privilégios. Se você já foi maltratado por causa de seu relacionamento com Cristo, lembre-se de que o sistema do mundo odeia Jesus Cristo e que vai odiar você por pertencer a ele. Mas lembre-se também de que o livro de Hebreus tem palavras de encorajamento para você!

Embora a autoria de Hebreus seja amplamente debatida, há muitas boas razões para aceitar a ideia de que Paulo seria seu escritor. Elas podem ser classificadas em duas categorias.

Similaridades nas circunstâncias

A citação a Timóteo em 13.23 é muito parecida a referências ao jovem companheiro que Paulo faz em suas cartas, como quando Timóteo estava com ele em Roma. A expectativa do autor de ser restituído aos destinatários da carta (13.18-19) sugere que ele estivesse na prisão. As saudações enviadas pelos da Itália em 13.24 sugerem que a carta talvez tenha sido redigida em Roma. Assim, cronologicamente, a carta poderia ter sido escrita por Paulo na capital do império, na mesma época em que escreveu aos efésios, aos filipenses e aos colossenses.

A menção em 10.34 à ajuda que os leitores da carta deram ao autor poderia ser uma referência aos dois anos que Paulo passou preso em Cesareia. Teria sido totalmente possível que, naquela época, essas pessoas tivessem prestado assistência a Paulo. Durante o aprisionamento em Cesareia, Paulo teria tido ampla oportunidade de tomar conhecimento da situação da comunidade cristã. Não sendo possível atendê-los pessoalmente, ele poderia ter-lhes ministrado por meio dessa carta. Assim, parece muito fácil, com base nas referências feitas nessa carta, encaixar sua redação na cronologia das experiências de Paulo conforme registradas no livro de Atos.

☞ Para refletir ☞

Você já se sentiu tentado a ceder ou temporizar em determinadas áreas da sua vida simplesmente para aliviar a pressão de declarar-se a favor de Cristo? Alguns cristãos prefeririam renunciar à sua posição a respeito de Deus como Criador de todas as coisas se isso significar que eles não serão ridicularizados por suas crenças. Outros acham melhor ceder e começar a beber socialmente para que os outros não zombem deles por serem abstêmios. Um terceiro grupo talvez prefira ficar em uma igreja liberal ou apóstata para não enfrentar as consequências sociais (ou familiares) de deixá-la. Assim como os leitores originais de Hebreus enfrentaram uma pressão tremenda para ceder aos seus pares, a maioria dos cristãos de hoje é pressionada pelas pessoas à sua volta a ceder aos conceitos populares sobre temas como moralidade, divórcio, aborto e até mesmo a natureza em torno de nós. É inevitável que a opção mais difícil sempre seja manter-se fiel à Palavra e ao chamado de Deus.

Similaridades na doutrina

Um exame cuidadoso mostrará numerosas semelhanças doutrinárias entre o que aparece escrito nessa carta e o que é registrado nas cartas de Paulo. Além disso, nenhuma doutrina da carta aos Hebreus discorda – seja da forma que for – da doutrina encontrada nas cartas de Paulo.

O autor demonstra um respeito muito grande pelas Escrituras do Antigo Testamento. Ele manifesta alta estima pela Lei em si, pelo sacerdócio de Arão, pelo tabernáculo, pelas festas e pelos sacrifícios que eram parte tão importante da Lei. Como disse Paulo em Filipenses 3.4-7, o autor renuncia ao bom em favor do melhor, mas continua tendo grande reverência pelo Antigo Testamento.

O escritor aos Hebreus também mostra que as bênçãos possibilitadas pela vinda de Jesus Cristo são melhores que qualquer benefício encontrado debaixo da Lei. Mesmo sem desprezar o judaísmo revelado no Antigo Testamento, o autor da carta comprova a superioridade do cristianismo sobre o judaísmo. Isso é muito parecido com a atitude de Paulo em relação à Lei e à superioridade do cristianismo sobre o judaísmo. Como o apóstolo, o escritor de Hebreus enfatiza a fé em detrimento das tentativas carnais de observar a Lei.

✞ Para refletir ✞

A verdadeira beleza de Hebreus está na forma pela qual a carta demonstra que Jesus Cristo é melhor do que o velho sistema que ele veio cumprir. O contraste entre o que era bom e o que é melhor traz uma lição para nós hoje. Muitas vezes, somos sobrecarregados por várias causas e projetos bons – mas que ameaçam dominar nosso tempo às custas de algo melhor. À medida que estudamos a Palavra de Deus e compreendemos o que ele entende como sendo mais importante na vida, podemos nos tornar capazes de deixar algumas coisas boas de lado em favor do que é melhor aos olhos dele.

Na presente carta, há grande ênfase na pessoa de Cristo, que certamente é um tema essencial nas cartas de Paulo. De forma específica, essa ênfase se concentra na morte de Cristo como sacrifício propiciatório.

Há uma forte semelhança entre esse escritor e Paulo no uso das Escrituras. Na carta aos Hebreus, em 18 ocasiões o autor cita a Escritura, referindo-se a ela como a palavra falada de Deus (1.5-7,

10, 13; 2.12-13; 3.7; 4.3; 5.5-6; 7.21; 8.8; 10.5, 15, 17; 13.5). Da mesma forma, há citações diretas do Antigo Testamento em todos os capítulos. Veja alguns exemplos:

HEBREUS	ANTIGO TESTAMENTO
1.5a	Sl 2.7
1.5b	2Sm 7.14
1.7	Sl 104.4
1.8-9	Sl 45.6-7
1.10-12	Sl 102.25-27
1.13	Sl 110.1
2.6-8a	Sl 8.4-6
2.12	Sl 22.22
	Is 8.17

2.13a	
2.13b	Is 8.18
3.2, 5	Nm 12.7
3.7-11	Sl 95.7b-11
4.4	Gn 2.2
5.5	Sl 2.7
5.6	Sl 110.4
6.14	Gn 22.17
7.1-2	Gn 14.17-20
7.17, 21	Sl 110.4

8.5	Êx 25.40
8.8-12	Jr 31.31-34
9.20	Êx 24.8
10.5-7	Sl 40.6-8
10.30a	Dt 32.35a
10.30b	Dt 32.36a; Sl 135.14a
10.37-38	Is 26.20
11.18	Gn 21.12
12.5-6	Pv 3.11-12
12.20	Êx 19.12-13

12.21	Dt 9.19
12.26	Ag 2.6
13.5	Dt 31.6
13.6	Sl 118.6

Assim, vê-se quanto o autor se baseava na Escritura para fundamentar sua argumentação.

Há semelhança em como esse autor e Paulo usavam as Escrituras do Antigo Testamento. Ao redigir Hebreus, o autor extrai suas ilustrações da história veterotestamentária, e sua doutrina baseia-se na revelação do Antigo Testamento. Da mesma forma, as exortações da carta fundamentam-se no Antigo Testamento, e suas advertências fazem referência aos pecados passados de Israel. Isso é muito parecido com o modo pelo qual Paulo usa o Antigo Testamento ao ensinar doutrina e aplicá-la à conduta dos cristãos.

☞ Para refletir ☞

O escritor de Hebreus obviamente tinha uma grande reverência por toda a revelação de Deus, incluindo as Escrituras do Antigo Testamento. Será que nós, cristãos de hoje, compartilhamos dessa preocupação com a Palavra de Deus? Embora livros que tratem dos princípios e da aplicação da Palavra de Deus tenham um lugar válido em nossa vida, deveríamos pedir que Deus nos dê uma fome insaciável pela Palavra em si – de conhecê-la, estudá-la e vivê-la. Ao que parece, Hebreus nos leva a pensar que a única base real para compreender as complexidades da

vida cristã é a Palavra viva do Senhor (Hb 4.12). Esse fato por si só deveria nos motivar a fazer do estudo de suas páginas o objetivo da nossa vida inteira!

Um exame cuidadoso da fraseologia encontrada em Hebreus revela muitos paralelos com a fraseologia de Paulo em suas cartas. Na verdade, muitas das frases essenciais para entender os escritos de Paulo são repetidas no livro de Hebreus. A lista a seguir apresenta uma amostra das semelhanças em palavras e alusões entre a carta aos Hebreus e as cartas de Paulo: [1](#)

HEBREUS	CARTAS DE PAULO
1.2	Ef 3.9
1.3	2Co 4.4; Fp 2.6; Cl 1.15
1.3	Cl 1.17
1.4	Ef 1.21; Fp 2.9
1.6	Rm 8.29; Cl 1.15
2.2	Gl 3.19
	Rm 12.6; 1Co 12.4, 11

2.4	
2.8	1Co 15.27; Ef 1.22; Fp 3.21
2.10	Rm 11.36; 1Co 8.6; Cl 1.16
2.14	2Tm 1.10
2.16	Rm 4.16; Gl 3.7, 29
3.1	Rm 11.29; Fp 3.14
4.12	Ef 6.17
5.8	Fp 2.8
5.13	Rm 2.20; 1Co 3.1; Gl 4.3; Ef 4.14
5.14	1Co 14.20

6.1	1Co 3.14
6.3	1Co 16.7
6.10	2Co 8.24
8.5	Cl 2.17
8.6	Gl 3.19-20; 1Tm 2.5
8.10	Rm 2.15; 2Co 3.3; 6.16
9.15	Rm 3.25
10.19	Rm 5.2; Ef 2.18; 3.12
10.28	2Co 13.1; 1Tm 5.19
10.30	Rm 12.19

10.32	Fp 1.30; Cl 2.1; 1Ts 2.2
10.33	1Co 4.9; Fp 4.14
10.38	Rm 1.17; Gl 3.11
12.1	1Co 9.24; Fp 3.14
13.18	1Ts 5.25
13.20	Rm 15.33; 16.29; 1Co 14.33; 2Co 13.11; Fp 4.9; 1Ts 5.23

É claro que há alguns fatores que argumentam contra a autoria paulina dessa carta, embora uma análise mais detalhada ofereça respostas razoáveis para muitos deles.

Muitos dos que acreditam que Paulo seja o autor da carta explicam a ausência da saudação comumente usada pelo apóstolo sugerindo que ele escrevia a uma nação hebraica que tinha pouca consideração por ele pelo fato de ele ter abandonado sua posição influente no judaísmo para dedicar-se ao ministério de Jesus Cristo. Essa explicação só seria válida se Paulo estivesse escrevendo à nação de Israel como um todo, a fim de trazê-los da incredulidade para a fé em Jesus Cristo. Contudo, um exame cuidadoso da carta

mostra que o escritor não estava se dirigido a não crentes com a finalidade de trazê-los à fé. Em vez disso, falava com *cristãos*, exortando-os a caminhar pela fé em meio ao sofrimento presente, manifestando perseverança e paciência. E, uma vez que Paulo gozava de alta estima entre os cristãos, não haveria razão para permanecer anônimo.

☞ Para refletir ☞

Como é reconfortante saber que os cristãos do primeiro século enfrentaram tamanha pressão social a ponto de se sentirem tentados a desanimar e retornar à sua vida antiga. Embora alguns pregadores contemporâneos defendam que a vida cristã deveria ser nada além de “um mar de rosas”, a verdade é que professar a fé em Cristo pode ser apenas o começo de grandes provas e desafios. A boa notícia é que Deus nos proveu tanto da motivação quanto dos meios para caminhar pela fé, mesmo em face do sofrimento presente. É esse o tema essencial do livro de Hebreus.

Uma explicação melhor para a mudança em relação ao estilo usual de Paulo é o meio-termo proposto por Tertuliano, que atribuiu a redação da carta a Paulo, que teria escrito em hebraico para que depois fosse traduzido para o grego por Lucas. Embora isso aparentemente sugira que naquela época houvesse alguma dúvida sobre a autoria paulina para o livro na forma em que dispomos hoje, essa explicação foi proposta porque o estilo do texto grego não parece ser de Paulo. Em vez disso, assemelha-se à retórica e à lógica gregas usadas por exemplo pelos escritores cristãos em Alexandria. Há uma consistência em estilo e retórica nas cartas reconhecidamente paulinas que difere do estilo da carta aos Hebreus.

Outra objeção à autoria de Paulo baseia-se no uso que essa carta faz da Septuaginta, a tradução do texto hebraico para o grego, enquanto Paulo normalmente cita o texto hebraico original em suas cartas.

Uma terceira questão frequentemente levantada é o motivo pelo qual o apóstolo dos gentios escreveria aos hebreus. Isso sugere que, se Paulo realmente escreveu a carta, ele estaria se desviando da missão para a qual fora designado e usurpando o papel que seria de outros apóstolos, como Pedro, por exemplo.

A despeito dos argumentos contrários, a autoria paulina de Hebreus foi aceita na igreja oriental sediada em Alexandria a partir do final do século II. Por intermédio de Jerônimo e Agostinho, esse ponto de vista dominante também foi adotado na igreja ocidental, centrada em Roma. E, embora não oferecessem nenhum suporte para essa opinião além da tradição, também não a questionaram.

Parece haver algum mérito na sugestão de que, assim como o evangelho de Marcos foi escrito sob a supervisão apostólica de Pedro, a carta aos Hebreus teria sido escrita sob a supervisão de Paulo, de forma que a verdade que ela contém e a doutrina que propaga seriam desse apóstolo.

No entanto, da época da Reforma em diante, surgiram questionamentos sérios a respeito da autoria da carta. Ela foi atribuída a vários autores, como Barnabé, Lucas, Apolo, Silas e o casal Áquila e Priscila. Na verdade, praticamente todos os indivíduos que aparecem no Novo Testamento já foram apontados por alguém como um possível autor. Outros ainda atribuem a carta a autores não apostólicos, como Clemente de Roma.

Assim, o debate continua infundavelmente, sem que haja consenso em relação à identidade do autor. E, uma vez que o escritor optou por manter-se anônimo, parece que seria mais sábio da nossa parte permitir que ele continue assim. As dúvidas sobre a autoria da carta nunca geraram questionamentos sérios em relação à sua autoridade, canonicidade ou confiabilidade.

Destinatários da carta

Uma segunda informação importante que normalmente aparece na saudação, mas falta em Hebreus, é a identificação de seus destinatários. Assim, resta-nos deduzir da própria carta a quem o autor escrevia, qual era a situação espiritual deles e que circunstâncias enfrentavam. O título de carta aos Hebreus, como aparece em nossas versões modernas, não consta em nenhum manuscrito antigo. Em 180 d.C., Clemente de Alexandria fez referência a uma carta aos Hebreus, embora não fosse esse o título dado pelo autor. Ainda assim, esse nome obviamente passou a ser amplamente aceito.

Por causa dos pressupostos teológicos do livro, alguns imaginaram que ele fora endereçado a gentios. Essa ideia, no entanto, decorre do equívoco de transferir para a igreja todas aquelas alianças veterotestamentárias dadas à nação de Israel. Esse ponto de vista considera a igreja como recebedora de tudo o que foi prometido e prefigurado no Antigo Testamento. No entanto, uma vez que todas essas alianças foram pactuadas com Abraão e seus descendentes, a igreja não pode suplantá-lo Israel como a entidade na qual elas se cumprirão.

Há outros que sugerem que o livro se dirige a um público misto, composto tanto por judeus quanto por gentios. Isso com certeza vale para muitas das cartas paulinas que tratam de problemas práticos e doutrinários que surgiram entre esses dois grupos. Mas na presente carta não há nenhuma referência a conflitos entre judeus e gentios, quer doutrinários quer práticos. Se essa carta tivesse sido endereçada a uma congregação mista, dificilmente o autor poderia ter evitado tratar de assuntos desse tipo.

A única conclusão razoável a que podemos chegar com base no estudo cuidadoso da carta é que ela se dirigia a cristãos que eram também descendentes físicos de Abraão, conhecidos como hebreus. Tal conclusão é apoiada pelas frequentes referências do autor ao Antigo Testamento e à história veterotestamentária como base para suas advertências e exortações. O autor também pressupõe que os destinatários tenham um conhecimento detalhado do tabernáculo, do sacerdócio, dos sacrifícios e das festas que constituíam parte essencial do sistema levítico do Antigo Testamento.

O perigo vislumbrado pelo autor é que seus leitores hebreus cristãos estavam considerando um retorno exterior ao sistema que haviam abandonado quando, pelo batismo, confessaram publicamente sua fé em Jesus Cristo.

Não é possível que os cristãos de Corinto, Éfeso ou Colossos tenham sido os destinatários dessa carta (como alguns sugerem), pois essas igrejas estabelecidas por Paulo eram formadas por crentes de primeira geração. Os que receberam essa carta, por sua vez, já eram a segunda geração de cristãos (Hb 2.3).

Em resumo, pouca atenção real se deu a qualquer interpretação que não fosse a que assevera que os hebreus eram os destinatários

dessa carta.

Outra questão a considerar é o local de residência dos leitores originais da carta. Ao longo do tempo, já foram sugeridas quase todas as cidades do mundo greco-romano nas quais se soubesse de igrejas estabelecidas. No entanto, uma análise detalhada do livro sugere que esses cristãos hebreus viviam na Palestina. Há várias observações que dão suporte a essa tese.

Por exemplo, os leitores tinham conhecimento íntimo de rituais do tabernáculo e do templo, sacrifícios, formas de adoração, cultos, sacerdócio e festas. Tal conhecimento requer longa exposição a esses assuntos, algo que não teria acontecido a quem vivia em outros lugares.

Além disso, as perseguições e provações que causaram o tipo de sofrimento discutido no livro (10.32-34) foram empreendidas pelo judaísmo institucionalizado e pelos judeus devotados a esse sistema religioso, e sabemos que essa perseguição era restrita à Palestina. Já as perseguições a cristãos que Paulo cita em suas cartas não tinham origem judaica, mas vinham de pessoas envolvidas em sistemas religiosos pagãos ou da opressão política de Roma.

Outro fator importante a considerar é que a solução proposta para o sofrimento – a saber, o retorno exterior à observância de práticas e determinadas festas judaicas – só seria possível para quem vivia na Palestina. Parece claro que os destinatários tinham acesso direto a Jerusalém e ao templo. Por isso, a conclusão razoável é que, mesmo que não morassem em Jerusalém ou no seu entorno imediato, esses cristãos estavam suficientemente próximos da cidade para visitá-la em ocasiões especiais.

Data da carta

A carta obviamente foi redigida antes do ano 96 d.C., visto que Clemente de Roma a menciona. Além disso, se o templo já não existisse, os cristãos não teriam se sentido tentados a buscar alívio para a perseguição por meio do retorno às práticas do santuário. Portanto, essa carta necessariamente data de antes do ano 70 d.C., quando o templo foi destruído pelo general romano Tito. Esse evento marcante não teria ficado sem menção na carta, particularmente porque rituais e sacrifícios judaicos desempenham um papel tão

importante na argumentação do autor. De fato, o autor parece prever esse acontecimento ao fazer referência a uma calamidade que se aproximava (10.25).

Outro fator que delimita a época de redação da carta é a expectativa pelo início das guerras judaicas, que culminaram com a desolação de Jerusalém (Hb 8.13). Uma vez que essas atividades militares começaram no ano 67 d.C., a carta precisa ter sido escrita antes disso. Se Paulo estava escrevendo na prisão em Cesareia (onde tinha sido confinado por Félix, que governou até o ano 58 d.C.) e foi transferido para Roma por Festo (que governou até 61 d.C.), o livro teria sido escrito por volta do ano 60 d.C. Por fim, se considerarmos que Paulo teria influenciado esse livro e lembrarmos que ele foi martirizado em 65 d.C., uma data entre os anos 60 e 65 d.C. se encaixaria bem nas circunstâncias. E, mesmo que Paulo não tenha influenciado o livro, uma datação por volta do ano 65 d.C. ainda assim se encaixaria na situação histórica.

Contexto histórico

Para entender a situação em que viviam os leitores originais dessa carta, precisamos analisar o pano de fundo histórico específico da nação de Israel. O estudo aprofundado desse contexto histórico e da situação contemporânea da carta e de seus leitores é essencial para entender grande parte do que o apóstolo escreveu.

Antes do nascimento de Cristo, anjos anunciaram a Maria a vinda do Filho de Davi, que ocuparia o trono davídico e governaria seu reino (Lc 1.31-33). Um anjo do Senhor levou um aviso parecido a José, alertando-o da chegada daquele que cumpriria a profecia messiânica de Isaías 7.14 (Mt 1.20-23). Quando Cristo nasceu, mais uma vez anjos anunciaram aos pastores que o Salvador Messias tinha chegado (Lc 2.9-11). Oito dias depois, Simeão proclamou publicamente que tinha visto o Senhor Cristo (Lc 2.26-35), e seu anúncio foi corroborado pela profetisa Ana (Lc 2.36-38).

O Deus que deu suas alianças a Israel prometendo a vinda de um Messias não apenas revelou a chegada do Rei por meio de anjos, mas também enviou aquele que os profetas anunciaram que viria para apresentar o Messias (Is 40.1-5; Ml 3.1). Quando João Batista apresentou Jesus Cristo à nação de Israel como seu Salvador (Jo

1.29) e Rei (Mt 3.2), o conhecimento a respeito da pregação de João já estava tão disseminado (Mt 3.5) que a nação sabia que o Messias chegara e que o reino messiânico estava próximo. É claro que uma precondição divinamente revelada para o recebimento do reino messiânico e das bênçãos prometidas era o arrependimento da nação (Dt 30.1-6; 2Cr 7.14; Mt 3.2; 4.17).

A fim de autenticar a apresentação de si mesmo como Rei e comprovar a proximidade de seu reino messiânico, Jesus realizou muitos milagres. Israel fora chamado como nação para avaliar as evidências que ele apresentou e responder-lhe à luz dessas provas. Mas, ainda que parte dos israelitas estivesse disposta a aceitar as evidências como uma autenticação válida de Cristo e do reino que ele oferecia, os líderes religiosos de Israel proclamaram publicamente a sua rejeição. Em sua posição como representantes da nação devidamente nomeados por Deus, afirmavam que Cristo não recebera seu poder de Deus, mas de Satanás; que não tinha vindo do céu, mas do inferno; que era um impostor e blasfemador (Mt 12.24).

☞ Para refletir ☞

Hoje em dia, às vezes ouve-se que não crentes podem ser levados à fé em Cristo por algum tipo de influência externa – o sucesso de cristãos, eventos milagrosos ou outras provas da ação de Deus. No entanto, a Bíblia mostra que, mesmo provando sua verdadeira identidade por meio de milagres, Jesus foi rejeitado por aqueles que se recusavam a se achegar a ele pela fé. Precisamos lembrar que é pelo evangelho puro e simples – salvação pela graça por meio da fé com base no sangue – que as pessoas são resgatadas. Quem rejeita o evangelho continuaria rejeitando a Cristo mesmo que ele lhe aparecesse pessoalmente. Ao testemunhar de Cristo, concentre-se em comunicar verbalmente as boas novas do evangelho e permita que Deus atraia as pessoas a ele por meio da Palavra.

A despeito de todas as provas em contrário, os mestres insistiram em sua rejeição ao Messias. Diante disso, Cristo advertiu seriamente os líderes e a nação como um todo, dizendo que, se persistissem nessa rejeição formal, aquela geração de Israel (a que o rejeitou como Salvador e Soberano) sofreria um severo juízo físico e temporal, para o qual não haveria perdão (Mt 12.31-32). Quando o momento da rejeição final de Cristo por parte dos líderes se

aproximava – o que se consumaria na sua crucificação (Jo 19.15) –, Jesus repetiu sua advertência a respeito do juízo que viria sobre aquela geração se continuassem a rejeitá-lo e à sua oferta do reino davídico prometido (Mt 23.37-39; 24.2).

Como sabemos com base na história, a crucificação de Cristo de fato selou o juízo de Deus sobre aquela geração – algo que os líderes religiosos de Israel aceitaram ao declarar: “Que o sangue dele caia sobre nós e sobre nossos filhos” (Mt 27.25). Esse juízo foi executado por Tito ao destruir Jerusalém no ano 70 d.C.

Esse juízo próximo, que Cristo descreveu como inevitável (Mt 12.31-32), ocupava boa parte dos pensamentos dos apóstolos entre o Pentecostes e a destruição de Jerusalém. Como lemos em Atos 2, Pedro dirigiu-se à nação que tinha assumido sua responsabilidade na crucificação de Jesus com uma exortação: “Salvem-se desta geração corrompida” (At 2.40). Enquanto se identificasse como integrante daquela nação, o indivíduo continuaria debaixo do juízo que Deus derramaria sobre aquela geração de Israel.

☞ Para refletir ☞

Algumas pessoas equivocadamente acreditam que a palavra de juízo de Cristo sobre aquela geração de Israel representa a condenação definitiva de Deus sobre os judeus. Tragicamente, esse erro provocou maus-tratos a esse povo em diferentes momentos e lugares ao longo da história moderna. Como veremos adiante, Deus ainda não terminou sua história com Israel, nem ama os judeus menos do que todos os gentios em favor dos quais veio e se entregou. Se você tem amigos ou conhecidos judeus, lembre-se de tratá-los com amor e respeito cristãos, entendendo que Deus os ama muito e deseja que eles cheguem à fé no Messias.

Era possível, no entanto, que aqueles que aceitassem a pregação de Pedro escapassem do juízo vindouro. Para ser exato, se eles se desligassem da nação, não estariam mais sujeitos ao juízo que Deus pronunciara sobre ela. Por isso, Pedro convidou-os: “Arrependam-se, e cada um de vocês seja batizado em nome de Jesus Cristo...” (At 2.38).

Pelo fato de a ressurreição ter sido a validação definitiva de Deus tanto da pessoa de Cristo quanto da oferta do seu reino, a pregação de Pedro a respeito da ressurreição de Jesus Cristo convenceu muitos do erro da nação ao condenar Jesus à morte. Com base

nessa mudança de atitude em relação a Jesus Cristo e no reconhecimento do pecado da nação ao rejeitá-lo, eles foram convidados a separar-se do povo e passar a identificar-se com Jesus Cristo por meio do ato do batismo. O batismo na água, naquela época, era um sinal de que aqueles que antes se identificavam com a nação de Israel – agora debaixo de juízo – renunciavam a esse relacionamento e passavam a identificar-se com Jesus Cristo.

O escritor de Hebreus refere-se a esse ato de batismo como profissão de fé (Hb 3.1; 4.14; 10.23). Judeus batizados em nome de Jesus Cristo foram “expulsos da sinagoga” (Jo 16.2). Não eram mais considerados judeus nem membros da comunidade de Israel. Eram tratados como gentios. Não eram mais bem-vindos na sinagoga nem no templo. Também tinham de desistir de conseguir qualquer emprego, pois eram considerados impuros.

☞ Para refletir ☞

Em determinadas partes do mundo, a identificação pública com Cristo por meio do batismo acarreta o mesmo tipo de perseguição e sofrimento que os cristãos judeus enfrentaram no primeiro século. Isso deveria nos levar a refletir se a nossa profissão de fé em Cristo é realmente “pública” no sentido de que nossos amigos e conhecidos sabem que pertencemos a ele – e se de fato é suficientemente nítida para certas pessoas a ponto de também experimentarmos a mesma reação que Cristo receberia caso estivesse aqui hoje. Embora não devamos intencionalmente buscar perseguição, a Bíblia parece mostrar que, quando vivemos de forma agradável a Deus, algumas pessoas à nossa volta se incomodarão com nossa identificação com Cristo. Dessa forma, a perseguição será uma marca de um testemunho agradável ao Senhor.

Por outro lado, se, por causa da fé em Jesus Cristo, um judeu se identificasse publicamente com o Senhor, seria libertado do juízo que Deus promulgara sobre aquela geração de Israel. Assim, o batismo levantava um muro entre os cristãos judeus e a comunidade na qual viviam antes. Antes de sua separação de Israel, essas pessoas frequentavam a sinagoga, sentavam-se aos pés dos rabinos e eram instruídas nas Escrituras. Mas agora, em vez de reunirem-se na sinagoga, juntavam-se para serem ensinadas pelos apóstolos (At 1.12-14; 2.42; 4.34-37; 9.26-27). Os apóstolos assumiram o papel que era desempenhado pelos rabinos, e os cristãos cultuavam juntos de casa em casa em vez de buscar comunhão na sinagoga. Esse

afastamento da sinagoga e dos rabinos apenas enfatizava ainda mais a sua separação da nação israelita, que estava diante de um juízo vindouro irrevogável.

Para quem realmente entendia a mensagem, a ressurreição validava Jesus Cristo e demonstrava que a rejeição de Israel ao Messias era um pecado aos olhos de Deus. Isso, por sua vez, justificava o juízo que Jesus anunciara àquela geração de Israel. Por isso, a saída de milhares de cristãos hebreus da sinagoga produziu ódio por eles e, em última análise, despertou uma perseguição prolongada e intensa da parte dos judeus que permaneciam não convertidos.

O livro de Atos fornece muitos exemplos dessa perseguição, começando com a pregação de Pedro e continuando até a conclusão do ministério de Paulo (cf. At 4.1-3; 5.17-28; 7.57-60; 8.3-4; 9.2; 12.1-4; 19.8-9; 21.10-11, 20, 27-31; 22.4, 19; 23.12; 26.10-11). Uma vez que essas perseguições começaram em Jerusalém, os cristãos submetidos a elas necessariamente viviam na Palestina, se não até mais próximos ainda do ponto central da repressão.

Enquanto muitos cristãos sofriam por causa da fome que grassava na terra (At 11.27-30), alguns que tinham sido batizados em nome de Cristo perderam toda e qualquer oportunidade de trabalho. Por isso, outros cristãos, em razão do seu conceito de um relacionamento familiar, contribuíam como podiam para atender às necessidades uns dos outros. Sabemos que essas circunstâncias também levaram cristãos de outras partes a levantar ofertas para os santos em Jerusalém (At 2.44-45; 4.32-37).

☞ Para refletir ☞

Diante de tudo o que se fala hoje em dia sobre pobreza e pessoas desabrigadas, os cristãos têm dificuldade de identificar exatamente quais são as suas responsabilidades. Com base em exemplos tanto do Antigo quanto do Novo Testamentos, a prioridade de Deus para seus verdadeiros filhos em relação aos necessitados é que eles devem sempre cuidar, em primeiro lugar, da família da fé, especialmente daqueles que estão próximos de nós. Embora alimentar o “pobre anônimo” seja um ato genuinamente compassivo e possa render oportunidades evangelísticas maravilhosas, tanto a Lei de Moisés quanto a história do Novo Testamento mostram que se espera dos fiéis que ajudem aqueles na família da fé que têm uma vida piedosa, mas sofrem com necessidades

materiais. Como seria maravilhoso se mais igrejas levassem a sério esse chamado para ajudar os membros de sua própria congregação e os fiéis em outros lugares que estejam passando pela provação da carência material.

A lei romana garantia liberdade religiosa, e Roma já fizera todos os esforços para não impedir as práticas religiosas dos povos sob o seu domínio. O cristianismo era considerado uma seita judaica, por isso era tolerado. No entanto, depois do incêndio devastador que destruiu Roma no ano 64 d.C., pelo qual os cristãos foram responsabilizados, iniciaram-se as guerras judaicas que Roma travou contra a Palestina. Esses conflitos militares culminaram na destruição de Jerusalém sob Tito, no ano 70 d.C., cumprindo a profecia de Cristo a respeito do juízo.

O escritor de Hebreus considerava que esses dias devastadores se aproximavam com grande rapidez. Ao falar sobre a aliança mosaica, o fundamento dos cultos no templo, ele escreveu: "... o que se torna antiquado e envelhecido está a ponto de desaparecer" (Hb 8.13). Ele parecia prever a desolação trazida por Tito – na qual um milhão e meio de judeus perderiam a vida – ao escrever: "Na luta contra o pecado, vocês ainda não resistiram até o ponto de derramar o próprio sangue" (Hb 12.4). E ainda: "... vocês veem que se aproxima o Dia" (Hb 10.25). Dessa forma, vemos claramente que os leitores dessa carta viviam em uma época imediatamente anterior ao juízo calamitoso que cairia sobre a nação de Israel, sobre Jerusalém e sobre o templo.

De acordo com o livro de Atos, há mais uma coisa que se torna evidente durante o estudo do contexto histórico dessa carta: embora os cristãos se afastassem da sinagoga, aparentemente não tinham se separado do templo. Uma vez que a sinagoga era uma instituição humana, não divinamente introduzida, e os rabinos ali não tinham sido nomeados por Deus, sem dúvida os cristãos se sentiam livres para afastar-se dela e de seus mestres. Já o tabernáculo/templo era uma instituição divina, e a participação em seus cultos era obrigatória.

Em Atos, encontramos frequentes menções a cristãos cultuando juntos no templo (At 2.1; 3.1, 11; 5.12, 21, 42; 20.16; 21.26-28). Evidentemente, eles entendiam Cristo como o cumprimento dos aspectos proféticos das festas do Antigo Testamento e continuavam

a observar tais ritos como memoriais de Cristo (At 20.6; 1Co 5.7-8; 16.8). A centralidade do tabernáculo/templo nos seus pensamentos teria facilitado a conclusão de alguns de que, uma vez que o apóstolo Paulo desejava estar em Jerusalém na época das festas (At 20.16), seria apropriado que os cristãos observassem as festas nas épocas e lugares determinados. O que é ainda mais importante, muitos aparentemente esperavam que essa atitude apagasse da memória de seus perseguidores o fato de que tinham abandonado aquele sistema ao identificar-se com Cristo pelo batismo.

Um panorama de Hebreus nos ajuda a concluir certos fatos a respeito dos destinatários originais dessa carta.

Primeiro, o livro deixa claro que o autor vê seus destinatários como cristãos genuínos. Essa perspectiva afeta todo o resto daquilo que sabemos a respeito do público a quem essa carta é endereçada. Considere as seguintes passagens: 1.3 – “... havendo feito por si mesmo a purificação dos nossos pecados...” (ARC).

2.1-3 – O autor adverte contra negligenciar (não “rejeitar”) a salvação operada.

3.1 – O apóstolo refere-se a eles como “santos irmãos, participantes do chamado celestial”, e descreve Jesus Cristo como o “apóstolo e sumo sacerdote que confessamos”.

4.1 – O apóstolo argumenta que o perigo não é que eles iriam falhar em obter a salvação, mas que não iriam experimentar o descanso que essa salvação produz.

4.3 – O apóstolo inclui os destinatários no mesmo grupo de crentes do qual ele mesmo faz parte.

4.14 – Cristo é entendido como o sumo sacerdote que intercede por esses cristãos.

4.16 – Eles têm acesso ao trono da graça não para obter salvação, mas para receber ajuda em sua situação atual.

5.12 – São suficientemente maduros e bem instruídos para estarem qualificados a ensinar outros.

6.4-5 – Quando cita aqueles que uma vez foram iluminados, provaram o dom celestial, tornaram-se participantes do Espírito Santo e experimentaram a bondade da palavra de Deus e os poderes da era que há de vir, o apóstolo refere-se às experiências espirituais reais que seus leitores originais tiveram.

6.9-10 – Suas obras demonstravam a genuinidade de sua salvação.

7.26–8.1 – O escritor afirma mais uma vez que Jesus Cristo é o sumo sacerdote que intercede por eles.

9.14 – Eles podem servir ao Deus vivo.

10.10 – Foram santificados.

10.15 – Receberam a ministração do Espírito.

10.19 – São chamados de “irmãos”.

10.21 – Têm um sumo sacerdote.

10.22-25 – O coração deles foi aspergido para eliminar toda a consciência culpada. Foram purificados. Fizeram pública confissão de sua fé em Cristo. São identificados com outros cristãos.

10.34 – Sacrificaram-se em favor do escritor.

10.36-39 – A necessidade deles não é de salvação, mas de paciente perseverança, o que é produto de uma fé genuína.

12.2 – Jesus Cristo é o autor e consumidor da sua fé.

12.7 – São chamados de “filhos”.

12.28 – São herdeiros de um reino.

13.1-19 – Todas essas exortações aos destinatários aplicam-se apenas a cristãos.

Em poucas palavras: a investigação desse livro leva necessariamente à conclusão de que os destinatários originais dessa carta eram cristãos de verdade.

☞ Para refletir ☞

Os maravilhosos benefícios que acompanham o relacionamento com Cristo muitas vezes são chamados de “herança espiritual”. Como veremos, o autor de Hebreus acreditava que essa herança espiritual deveria ter um efeito dramático e permanente em nossa vida. Mas será que isso é realidade nos cristãos de hoje? O fato de termos sido iluminados pela Palavra de Deus tirou nosso apetite pelo linguajar rude e pelo humor grosseiro do mundo secular à nossa volta? O fato de sermos participantes do Espírito Santo nos leva a conduzir nosso casamento, família e trabalho de forma diferente de antes da nossa submissão a ele? Hoje – e todos os dias – é um bom momento para rever alguns aspectos da nossa herança espiritual e buscar formas concretas pelas quais seus benefícios transformaram o nosso modo de vida.

Segundo, tinham sido batizados, identificando-se publicamente com Jesus Cristo e renunciando à sua antiga associação com o

sistema religioso de Israel, que rejeitara o Messias. A confissão mencionada em 3.1, 4.14 e 10.23 é o batismo.

Terceiro, estavam passando por perseguição intensa (10.34; 12.4; 13.3, 5).

Quarto, mesmo que não fossem abastados, também não haviam passado necessidade (6.10), mas agora tinham empobrecido.

Quinto, dadas as provações e a perseguição, sofreram um retrocesso espiritual sério (5.11-14). Em vez de crescerem debaixo da disciplina, tinham se afastado.

Sexto, precisavam de encorajamento para viver pela fé, a fim de que ela pudesse produzir paciência e perseverança (11.39-40).

Sétimo, fica óbvio que os leitores não eram cristãos de primeira geração (2.3) nem recém-convertidos (5.11-12). Grande parte da decepção que sofreram pode ter decorrido do fato de terem fracassado em cultivar uma expectativa alegre pela volta de Jesus Cristo para subjugar o mundo, estabelecer seu reino e livrá-los da perseguição. Por isso, corriam o perigo de perder a esperança. Por esse motivo, o apóstolo encorajava-os a manter uma fé firme com base na esperança que lhes tinha sido apresentada.

☞ Para refletir ☞

“Perder a esperança” ou ficar desanimado por causa da corrupção no mundo à nossa volta é um problema tão real para os cristãos de hoje quanto o era para os cristãos do primeiro século. Infelizmente, muitos crentes simplesmente cedem ao desânimo, à desobediência e até mesmo à depressão quando há oposição avassaladora às coisas de Deus e à Bíblia. Uma solução simples – ou pelo menos um começo – seria dedicar à perspectiva de Deus sobre o mundo o mesmo tempo que passamos expostos à perspectiva do mundo a respeito de Deus. Por exemplo, talvez você possa dedicar ao seu devocional bíblico diário a mesma quantidade de tempo que passa assistindo à televisão. Ou talvez possa ser tão fiel na realização da sua “hora silenciosa” com a Palavra de Deus quanto é comprometido com o tempo na internet. Quando você começar a tentar fazer isso, é bem provável que descubra que seu dia não está mais completo sem sua “hora marcada” com Deus.

Natureza da carta

Durante gerações, houve muita discórdia em torno da natureza essencial desse livro. Por causa da sua forte ênfase doutrinária,

algumas pessoas concluíram que é um tratado teológico. Essa tese é apoiada pelo fato de não haver saudação nem endereçamento a algum grupo em particular. Outros sugeriram tratar-se de um tratado teológico com uma carta anexada. Ao observar que em 13.24 há uma saudação final, os proponentes dessa tese entendem o capítulo 13 como uma carta pessoal que o escritor teria adicionado à dissertação contida nos capítulos 1-12.

No entanto, a natureza da carta argumenta contra essas conclusões. Um tratado é um documento geral, não direcionado a algum público específico, e é essencialmente impessoal em toda a sua extensão. No entanto, há muitas referências pessoais ao longo de todo o livro de Hebreus (2.1; 3.1, 12; 4.1, 14; 5.11; 6.19; 10.19; 13.7, 22-25). O autor obviamente conhecia bem o pano de fundo e as circunstâncias atuais do grupo específico ao qual endereça sua carta. Além disso, o escritor identifica-se pessoalmente com aqueles aos quais escreve, apresentando-se como alguém que compartilhou das mesmas experiências que eles (1.2; 2.1, 3; 3.19; 4.1-2, 11, 14-16; 6.1, 6, 18-20; 7.26; 8.1; 9.24; 10.10; 11.3, 40).

Essas observações demonstram que a carta aos Hebreus é uma das mais pessoais de todas as cartas do Novo Testamento. Talvez o próprio autor tenha sido quem melhor definiu a natureza do livro ao chamá-lo, em 13.22, de “palavra de exortação”. Na verdade, essa declaração possivelmente nos dê a pista mais valiosa para a interpretação correta de Hebreus. É fácil concentrar-se no grande corpo doutrinário desse livro e ignorar este fato: o autor usa a doutrina como base para exortar os crentes.

☞ Para refletir ☞

Não muitos anos atrás, numerosos cristãos ficaram obcecados com assuntos doutrinários a ponto de ignorar suas aplicações práticas. Mais recentemente, boa parte da literatura cristã passou a concentrar-se na experiência cristã a ponto de desconsiderar a verdade bíblica por trás de tudo. No livro de Hebreus, veremos que Deus quer que seus filhos conheçam o que sua Palavra diz – e que reajam a isso de forma apropriada. É esse o seu compromisso com a Palavra? Certo método de estudo bíblico encoraja os cristãos a fazer a si mesmos três perguntas lógicas ao ler ou estudar a Bíblia. São elas: (1) o que o texto diz? (2) o que isso significa? e (3) o que isso significa para mim? Ao considerar essas questões e responder a elas de forma cuidadosa toda vez que você

abre a Palavra de Deus, você pode descobrir que sua interação pessoal com a Bíblia se tornará muito mais significativa e transformadora.

Quando se entende isso, uma lista de exortações mostra-se muito útil.

2.1 – Prestem atenção a tudo o que já ouviram.

3.1 – Considerem o apóstolo e sumo sacerdote que confessamos, Cristo Jesus.

3.8 – Não endureçam o coração.

3.12 – Cuidado para que nenhum de vocês tenha um coração perverso e incrédulo.

3.13 – Exortem-se uns aos outros diariamente.

3.15 – Não endureçam o coração.

4.1 – Não se privem da promessa do descanso de Deus.

4.11 – Esforcem-se para entrar nesse descanso.

4.14 – Apeguem-se com firmeza à fé que vocês professam.

4.16 – Aproximem-se com ousadia do trono da graça.

6.1 – Prossigam em direção à perfeição (ARC).

6.11 – Demonstrem a mesma prontidão até o fim, até obter plena certeza da esperança.

6.12 – Não se tornem negligentes.

10.22 – Aproximem-se com um coração sincero, em plena convicção de fé.

10.23 – Apeguem-se com firmeza à esperança professada, sem vacilar.

10.24 – Busquem formas de incentivar uns aos outros ao amor e às boas obras.

10.25 – Não abandonem as reuniões e os encontros entre vocês, mas encorajem-se mutuamente.

10.32 – Lembrem-se dos primeiros dias.

10.35 – Não abram mão da confiança.

12.1 – Deixem de lado o que atrapalha e corram com perseverança a corrida que está posta diante de vocês.

12.3 – Pensem naquele que suportou a oposição dos pecadores.

12.12 – Fortaleçam as mãos enfraquecidas.

12.14 – Busquem a paz com todos.

12.15 – Cuidem com diligência para que ninguém se exclua da graça de Deus.

- 12.25 – Não rejeitem aquele que fala.
 - 12.28 – Adorem a Deus com reverência e temor santo.
 - 13.1 – Sejam constantes no amor fraternal.
 - 13.2 – Não se esqueçam de hospedar desconhecidos.
 - 13.3 – Lembrem-se dos prisioneiros.
 - 13.5 – Mantenham-se sem cobiça e contentem-se com o que vocês têm.
 - 13.7 – Lembrem-se daqueles que governam sobre vocês.
 - 13.9 – Não se deixem levar por ensinamentos variados e estranhos.
 - 13.13 – Saiam até onde ele está, fora do acampamento.
 - 13.15 – Ofereçam continuamente sacrifícios de louvor a Deus.
 - 13.17 – Obedeçam àqueles que os lideram.
 - 13.18 – Orem por nós.
 - 13.22 – Suportem a palavra de exortação.
 - 13.24 – Saúdem todos os seus líderes e todos os santos.
- Como vemos, nessa carta a doutrina é a base para as exortações do autor à fé e à perseverança paciente.

Propósito da carta

O autor parece ter tido vários propósitos em mente ao escrever essa carta.

Em primeiro lugar, queria advertir seus leitores contra os perigos que enfrentavam. Havia o risco de negligenciarem a revelação de Deus por meio de Cristo, que suplantava a revelação dada por meio de Moisés. O autor aborda esse perigo em 1.1–2.18. Igualmente havia o perigo de que, assim como os que tinham sido redimidos sob Moisés tinham fracassado debaixo de sua autoridade, também os destinatários da carta fracassassem sob a direção do Redentor superior, Jesus Cristo. Esse aspecto é desenvolvido em 3.1-18.

Outro perigo é discutido em 4.1-13. Essa seção alerta para o fato de que, assim como seus antepassados tinham fracassado em entrar no descanso que Deus providenciara na Terra Prometida, dada a incredulidade demonstrada em Cades-Barneia, a atual geração poderia não se apropriar pela fé do descanso oferecido por Deus, consequentemente perdendo as bênçãos prometidas.

E havia o perigo explicado em 4.14–10.39 de que os destinatários da carta deixassem de se apropriar da plenitude da obra sacerdotal

de Cristo. Ao longo desse trecho, encontramos ainda o risco adicional de que esses crentes retrocedessem na fé e não continuassem no caminho em direção à maturidade, conforme tratado em 5.12–6.20.

Assim, o propósito do autor é apresentar esses perigos aos seus leitores, para que não atrapalhassem o crescimento espiritual deles.

O segundo propósito do escritor era levar esses cristãos à maturidade em Cristo, conforme se vê em 5.11-14 e na exortação de 6.1.

Em terceiro lugar, o objetivo do autor era preparar esses crentes para a perseguição que viria. Embora aquela geração já tivesse sofrido com a hostilidade por parte dos judeus, seus sofrimentos se intensificariam à medida que a repressão romana se aproximava. É a esse aumento na intensidade das aflições que o autor se refere em 8.13, 10.25 e 12.3-15.

☞ Para refletir ☞

Embora ainda não enfrentemos o mesmo tipo de ataque físico que os leitores originais de Hebreus sofreram, nossas crenças passam por ataques diários em nossa cultura. O movimento Nova Era, o humanismo ateu, o liberalismo popular e uma forma distorcida e diluída de “crentismo” ameaçam minar nossa confiança na verdade absoluta de Deus. Por isso, as exortações dessa carta à fé e à perseverança são tão relevantes para nós hoje quanto foram no primeiro século. E, de acordo com esse livro bíblico, o nosso prazer com o “descanso de Deus” – uma vida cristã vitoriosa – depende de como reagimos a essas exortações.

Em quarto lugar, o autor queria advertir seus leitores contra falsos ensinamentos (13.9). Dessa forma, o conjunto de verdades apresentado nessa carta serviria de teste para qualquer doutrina.

O quinto objetivo do autor era impedir que os cristãos deixassem de se reunir como igreja, segundo o costume de alguns (Hb 10.25). Alguns desses cristãos tinham enfraquecido na fé e abandonaram a esperança de que Jesus Cristo voltaria para libertar os oprimidos e estabelecer seu reino. Por isso, tinham abandonado a comunhão com os irmãos e estavam buscando refúgio no retorno aos rituais exteriores do culto no templo. Havia outros que estavam cogitando fazer o mesmo. Por isso, o desejo do escritor da carta era que eles não abandonassem as reuniões entre si, porque a ajuda de que

precisavam não estava no templo nem na comunhão com quem o frequentava. Encorajava-os a, pelo contrário, buscar o apoio que só podia ser encontrado na comunhão com outros cristãos verdadeiros.

☞ Para refletir ☞

Ao longo dos últimos anos, a prioridade do culto praticamente desapareceu de nossa cultura. Embora filmes e até programas de TV de gerações anteriores ocasionalmente retratem famílias em cultos ou outras práticas religiosas, atualmente as únicas menções a serviços religiosos na mídia são depreciativas ou pejorativas. Mesmo entre quem se declara cristão, a fidelidade ao culto semanal é facilmente deixada de lado em prol de entretenimento, práticas esportivas ou questões de agenda e conveniência. No entanto, a Palavra de Deus atribui alta prioridade à prática da adoração coletiva, em especial em meio a circunstâncias adversas. Se Deus considera o culto tão importante, por que nós também não o faríamos?

A fim de alcançar seus objetivos, o escritor registrou algumas advertências bastante sérias e graves. Na sequência do nosso estudo, será necessário considerar muito detalhadamente cada uma dessas advertências. Por ora, no entanto, basta uma rápida menção a algumas delas.

Em 2.3, lemos o seguinte alerta: “Como escaparemos, se negligenciarmos tão grande salvação?”. Esta é uma advertência contra negligenciar a revelação que Deus fizera por meio de Jesus Cristo. Em 4.11-13, encontramos o seguinte aviso: “... para que ninguém venha a cair, seguindo aquele exemplo de desobediência”. Veremos adiante que isso era uma exortação para não se repetir um pecado semelhante ao que Israel cometeu em Cades-Barneia, onde uma geração redimida perdeu as bênçãos que Deus dera. Em 6.4-6, o autor adverte contra voltar atrás em suas experiências espirituais atuais, o que confirmaria sua imaturidade. Em 10.26-31, aparece um alerta que envolveria esses cristãos em “uma terrível expectativa de juízo e de fogo intenso que consumirá os inimigos de Deus”. Ou seja: se, a fim de escapar da perseguição, esses crentes voltassem a se identificar com o templo e a nação, eles voltariam a estar sujeitos ao juízo físico que Cristo decretara sobre aquela geração.

Em 10.31, o autor aponta os resultados de negligenciar essas advertências. Ele diz que é terrível cair nas mãos do Deus vivo. Em 10.38, escreve: “... se retroceder, não me agradarei dele”. Em 12.14-

15, afirma: “Esforcem-se para viver em paz... para serem santos... Cuidem que ninguém se exclua da graça de Deus; que nenhuma raiz de amargura brote e cause perturbação, contaminando muitos”. Em 12.16-17, adverte-os de que, caso ignorem esses alertas, poderão, a exemplo de Esaú, ter definitivamente confirmada a sua rejeição às bênçãos prometidas. Em 12.25-27, citando uma profecia, o autor lembra seus leitores de que, na vinda de Cristo, esta terra será abalada, e exatamente aquelas instituições nas quais foram tentados a se refugiar serão removidas. Dessa forma, voltariam ao templo apenas para ver-se imediatamente debaixo da mesma condenação que ele.

Essas advertências tão sérias foram formuladas para chamar a atenção dos ouvintes, para alertá-los das consequências de não se viver pela fé, de modo que assim passassem a exercitar perseverança e paciência. Repito: o tempo em que eles viviam era um período de transição que começou com o importante evento do Pentecostes. Era uma transição da aliança de Deus com Israel para um novo programa a ser desenvolvido na igreja. Era uma mudança do judeu para o gentio. Da Lei para a graça. Da habitação de Deus no tabernáculo/templo para uma nova moradia, o conjunto dos crentes. Era uma mudança da expectativa por um reino davídico terreno para a inauguração de uma nova forma de governo teocrático, conforme delineado em Mateus 13.

☞ Para refletir ☞

Nossa sociedade é próspera em encontrar formas rápidas ou “instantâneas”. Fornos de micro-ondas possibilitam refeições instantâneas; telefones permitem contato imediato com amigos e colegas de trabalho; e-mails viabilizam correspondência rápida; concursos e sorteios oferecem a esperança fugaz de riqueza instantânea. Para nosso prejuízo, às vezes acreditamos, erroneamente, que uma migalha de conhecimento ou determinado tipo de experiência pode nos trazer maturidade espiritual imediata. A Bíblia, no entanto, é clara em ensinar que a maturidade em Cristo é um longo processo de crescimento no conhecimento de sua Palavra e de submissão e obediência a ele. Da mesma forma que acontece no condicionamento físico ou no crescimento da infância à idade adulta, não há atalhos para a maturidade espiritual. Isso valia para os leitores originais de Hebreus, assim como é verdadeiro para nós hoje.

Esse período de transição iniciado em Atos 2 continuaria até a destruição de Jerusalém no ano 70 d.C. Determinadas práticas perfeitamente normais no início desse período não continuariam sendo consideradas normativas à medida que o fim da transição se aproximava. Embora a doutrina seguida por esses novos cristãos e a pessoa à qual seguiam fossem odiados pela nação que tinham deixado, no começo os seguidores em si eram tolerados. Mas, com o passar do tempo, o abismo entre o judaísmo e o cristianismo aumentou. O que era tolerado pela nação no começo da transição deixou de ser admitido no fim. A intensificação da perseguição contra os cristãos por parte da nação impediu que eles tivessem qualquer chance de ser aceitos novamente na comunidade.

Na época em que o livro de Hebreus foi escrito, já se passara tempo suficiente para que todos os que eram imaturos no começo da transição amadurecessem na fé (5.11ss). Por isso, qualquer continuação ou regresso às práticas associadas com o período de imaturidade teriam representado um retrocesso grave.

☞ Para refletir ☞

Com demasiada frequência, pensamos na desobediência ou na apatia espiritual em termos de “vida futura” em vez de pensar no “aqui e agora”. Quando entendemos a Escritura corretamente, no entanto, percebemos que há consequências presentes, temporais e físicas para a nossa desobediência ou negligência. Muitas vezes, a Bíblia associa a obediência espiritual (como a fidelidade em cultuar, a honra aos pais e a fidelidade conjugal) a benefícios temporais, como preservação do corpo, vida longa e resposta às orações. Quando nossa vida é tomada por constantes dificuldades, o primeiro lugar em que deveríamos buscar ajuda é nossa própria fidelidade a Deus e à sua Palavra. Só quando sabemos que o sofrimento não é autoinfligido é que podemos começar a procurar pelos propósitos maiores que Deus talvez esteja operando em nossa vida.

Assim, as doutrinas dessa carta, as advertências que ela traz e as exortações que apresenta almejam prevenir o retrocesso e encorajar um desenvolvimento contínuo e dinâmico em direção à maturidade espiritual.

☞ Para refletir ☞

Com todas as seitas, os movimentos, as filosofias e os “ismos” que enfrentamos hoje em dia, podemos muito bem nos perguntar como proteger-nos melhor contra o engano. De acordo com o autor de Hebreus, a melhor defesa é um bom ataque. Ou seja: o melhor jeito de manter-se seguro contra o engano é submeter-se a um crescimento contínuo em direção à maturidade. E o melhor modo de dirigir-se com firmeza para a maturidade é praticar com diligência tudo o que a Palavra de Deus revela. Isso dá um novo significado à importância dos sermões dominicais, ao estudo bíblico em casa e às classes de escola bíblica, já que essas possivelmente são as melhores fontes de alimento para o crescimento espiritual de que dispomos. Deveríamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que essas práticas nos tragam o que precisamos para crescer – e que cresçamos de acordo com o “alimento” espiritual que recebemos!

¹ Ver Moses Stuart, *Commentary on the Epistle to the Hebrews* (Andover, NY: Warren F. Draper, 1833), p. 147-151.

1. JESUS CRISTO É SUPERIOR AOS ANJOS

Hebreus 1.1–2.18

Quando Deus colocou Adão e Eva no jardim do Éden, não havia ali qualquer barreira para a comunhão do ser humano com o Senhor. Enquanto o restante da criação dava testemunho da existência de Deus e da suprema grandeza de seu poder, Adão e Eva cresciam no conhecimento do Senhor por meio de uma comunhão íntima com ele. No passeio diário no jardim (Gn 3.8), Deus se revelava continuamente a eles. Assim, enquanto desfrutavam da intimidade com ele, também o conheciam cada vez melhor.

☞ Para refletir ☞

Qualquer pessoa que já tenha trabalhado com ferramentas ou utensílios de cozinha sabe que cada um deles foi projetado para um propósito ou tarefa específicos. Se tentarmos usar algum desses instrumentos para outra finalidade, experimentaremos frustração e talvez até o danifiquemos. Essa referência aos capítulos iniciais de Gênesis lembra-nos de que Deus criou a vida humana para um propósito específico – conhecer o Senhor e desfrutar de intimidade com ele. E usar essa vida – nossa própria vida – para qualquer outra coisa além desse objetivo supremo resultará apenas em frustração e possivelmente até uma vida em pedaços. Embora conhecer a Cristo com certeza nos capacite a buscar prazer, riqueza, sucesso ou qualquer outro alvo desejável de forma bem melhor que antes, não podemos nos esquecer de que o propósito para a nossa vida hoje continua sendo o mesmo de sempre: conhecer a Deus.

No entanto, depois da desobediência intencional de Adão e Eva (Gn 3.1-6), não era mais possível que Deus caminhasse com eles e se revelasse a eles. Dessa forma, o conhecimento humano a respeito do Criador passou a depender da revelação divina por meio da natureza. A luz da presença pessoal de Deus cedeu à escuridão espiritual, e o conhecimento de Deus que tinham obtido pela intimidade com ele foi dando lugar a uma crescente ignorância espiritual.

É por isso que Paulo declara que o ser humano não se caracteriza pela luz, mas pelas trevas (Rm 1.21-23; Ef 4.17-18). Essa escuridão é a ignorância a respeito de Deus. Além disso, Paulo também diz que “quem não tem o Espírito não aceita as coisas que vêm do Espírito de Deus, pois lhe são loucura; e não é capaz de entendê-las, porque elas são discernidas espiritualmente” (1Co 2.14). E ainda: “... o mundo não o conheceu [isto é, a Deus] por meio da sabedoria humana” (1Co 1.21). Em outras palavras, quando alguém chega ao conhecimento de Deus, isso não acontece pelo uso de seu intelecto caído. Em vez disso, vem por revelação divina. Felizmente para nós, nosso Deus não escolheu se esconder da raça humana, mas agiu para se mostrar por revelação especial, para que assim pudéssemos conhecê-lo.

A revelação de Deus por meio do Filho (1.1-2a)

1.1-2a Há muito tempo Deus falou muitas vezes e de várias maneiras aos nossos antepassados por meio dos profetas, mas nestes últimos dias falou-nos por meio do Filho...

Na introdução à sua carta, o escritor de Hebreus confirma a grande verdade de que Deus de fato se revelou a nós. Ao rever a história humana, o autor declara que antigamente Deus tinha falado com os antepassados por meio dos profetas. Aquela revelação não tinha sido dada de modo direto, mas indireto; pois, ainda que os antepassados tenham recebido revelação direta, esta foi entregue por meio de profetas. Além disso, a revelação veio em momentos e de formas diferentes. Embora afirme que o Antigo Testamento contenha uma revelação progressiva de Deus ao povo por intermédio dos profetas, o escritor aqui também a entende como incompleta. A revelação do Antigo Testamento previa uma revelação mais completa no futuro. Na verdade, ansiava pela revelação neotestamentária. E, como bem sabemos, há contrastes notáveis entre as duas no que diz respeito ao momento, aos agentes e aos métodos da revelação.

O profeta do Antigo Testamento era singular no sentido de que era a pessoa por meio da qual Deus se revelava ao seu povo. Por isso, havia vários métodos que Deus usava para entregar sua revelação aos profetas. Com frequência, Deus revelava-se diretamente aos

destinatários. Abraão, por exemplo, recebeu revelação direta de Deus quando este lhe apareceu (Gn 12.1; At 7.2). Moisés também recebeu comunicação direta de Deus (Êx 33.9, 11; 34.1). Isaías recebeu uma palavra do Senhor (Is 8.11; 31.4). Jeremias recebeu comunicação direta de Deus (Jr 1.4-10). Em incontáveis ocasiões, a palavra do Senhor veio diretamente a Jeremias, e Ezequiel também a recebeu diretamente de Deus (Ez 1.3; 2.1; 3.22). Sempre que desejava, Deus podia entregar revelações diretas aos profetas, que então a transmitiam ao povo.

Em Números 12.6, Deus anunciou que falaria aos profetas por meio de sonhos e visões. Quando a revelação vinha em sonho, a pessoa adormecida recebia revelação direta em seus sonhos. Foi o que aconteceu com Jacó (Gn 28.11-16), José (Gn 37.5-9), o faraó (Gn 41), o midianita (Jz 7.13-15), Salomão (1Rs 3.5-15), Nabucodonosor (Dn 2.1; 4.5) e Daniel (Dn 7.1). Como qualquer outra revelação verdadeira, o que a pessoa recebia em sonho era confiável e autenticado; revelava um plano ou propósito infalível de Deus para o povo por meio daquele que recebia o anúncio.

✎ Para refletir ✎

Muitos “gurus” modernos reivindicam grande conhecimento sobre Deus, mas não têm nenhuma base para essas afirmações além de suas opiniões pessoais ou ideias de outros. A Bíblia, por outro lado, declara ser a única fonte com a revelação do próprio Deus a respeito de si mesmo para a humanidade. Isso a torna única e coloca-a numa posição superior a qualquer outro livro e escrito sagrado da história – e única no mundo atual. Ainda que hoje em dia já não seja mais tão popular usar a Bíblia para testemunhar a não crentes e confrontar falsos mestres, ela continua sendo a única fonte da verdade final, definitiva, autorizada e sobrenatural. Dedique-se a estudá-la e memorizá-la, e assim você nunca ficará sem resposta caso alguém lhe faça uma pergunta sobre ela.

Numa revelação por visão, o profeta estava desperto e muitas vezes transformava-se em participante ativo do evento que estava sendo revelado. Essa foi a experiência de Abraão (Gn 15.1) e Samuel (1Sm 3.11-15). Ezequiel recebeu muitas revelações por meio de visões (Ez 1.1; 8.3; 40.2; 44.3), assim como Daniel (Dn 8.1; 9.24-27; 10.1-7). Oseias igualmente recebeu uma revelação por esse método (Os 12.10), como também Naum (Na 1.1). Outro que passou por essa experiência foi Habacuque (Hc 2.2-3), enquanto

Zacarias recebeu detalhes a respeito do programa profético para Israel por meio de oito visões noturnas (Zc 1.7–6.15). Também no caso das revelações entregues em visões, elas eram consideradas autorizadas e confiáveis, sendo entendidas como revelação de Deus ao seu povo.

Às vezes, a revelação de Deus vinha acompanhada de tempestades e fogo, como aconteceu com Moisés (Êx 19.19; Dt 5.22). Em outras ocasiões, chegava por intermédio de uma voz calma e suave, conforme a experiência de Elias (1Rs 19.12). Mas, ainda que a revelação de Deus à humanidade se estendesse por toda a história do Antigo Testamento – dos dias de Abraão até a época de Malaquias – e ainda que às vezes essas revelações fossem diretas ou então por sonhos ou visões, o conteúdo era sempre uma declaração de Deus a respeito de si mesmo, de seus planos e de seus objetivos. Era sempre considerada autorizada e digna de confiança, e por meio dela as pessoas podiam adquirir conhecimento pessoal e íntimo sobre Deus e seus planos.

☞ Para refletir ☞

Quando alguém diz: “Deus me falou isso”, ou “Assim diz o Senhor”, como podemos saber se essa pessoa realmente recebeu uma revelação direta de Deus? Em primeiro lugar, no Antigo Testamento a revelação de Deus era autenticada por sua infalibilidade (nunca errava ou deixava de se cumprir) e por milagres comprováveis. Em outras palavras: a palavra de Deus enviada por intermédio de seu mensageiro sempre era confirmada por eventos que não podiam ser negados ou “desmascarados”. Nada de truques, artifícios, falsificações. Em segundo lugar, esses primeiros versículos de Hebreus parecem indicar que as revelações que Deus deu no Antigo Testamento por meio de profetas, sonhos e visões foram substituídas por uma revelação superior dada por intermédio de seu Filho, Jesus Cristo. Por isso, hoje devemos ser extremamente cautelosos com qualquer pessoa que diga ter recebido uma revelação direta de Deus. E, se a mensagem que tal pessoa diz ter recebido não for consistente com o que Deus já revelou nas Escrituras, devemos ficar o mais longe possível dela!

No entanto, toda essa revelação também era considerada temporária. Por apontar para uma revelação total e completa no futuro (Dt 18.15), mostrava-se incompleta. Por isso, o escritor de

Hebreus declara que “Deus... nestes últimos dias falou-nos por meio do Filho”.

Essa referência aos “últimos dias” estabelece um contraste nítido entre a nova revelação de Deus e aquela que havia sido dada anteriormente por meio dos profetas. Essa revelação recente é completa em vez de parcial, permanente em vez de temporária, o cumprimento de tudo o que tinha sido anunciado na revelação anterior. A grande verdade que o escritor apresenta aqui é o fato de que a nova revelação não segue o padrão das anteriores. Pelo contrário, aqui Deus se revela por meio de um novo método, a encarnação.

Em algumas traduções, lemos que Deus falou por meio “do seu Filho”. O pronome “seu”, no entanto, não aparece no texto grego original. A redação “do seu Filho” enfatiza a pessoa por meio da qual veio a revelação; se, no entanto, traduzirmos o texto de forma literal, sem este acréscimo, ele dirá que Deus “falou-nos por meio do Filho”, o que dá mais ênfase ao método do que à pessoa. E, embora certamente seja verdade que a revelação de Deus veio por intermédio da pessoa do Filho, aqui o escritor queria destacar o novo método pelo qual ela foi dada – a grande realidade da encarnação de Cristo.

Na introdução ao seu Evangelho, João destaca o fato de que o mundo estava em trevas (Jo 1.5), metáfora que se refere ao desconhecimento a respeito de Deus. Nessa escuridão, a humanidade não via Deus e não tinha como conhecê-lo (1Co 1.21). A única forma pela qual o ser humano podia conhecer a Deus era por meio da revelação. Por isso, essa revelação veio quando “a Palavra tornou-se carne e viveu entre nós. Vimos a sua glória, glória como do Unigênito vindo do Pai, cheio de graça e de verdade” (Jo 1.14).

☞ Para refletir ☞

Quanto realmente sabemos a respeito do Filho, Jesus Cristo? Quanto estudamos sobre ele e sua natureza em nossas igrejas e classes de Escola Bíblica? Se alguém nos perguntar a respeito de Jesus, o que saberemos contar? A Bíblia diz que Jesus é a revelação mais completa, mais plena, mais precisa e mais convincente que Deus jamais enviou. Conhecer mais a respeito dele é conhecer melhor o Pai. Entender Cristo

e seu ministério é compreender a Deus e o que ele faz na nossa vida hoje.

O escritor de Hebreus não vê essa revelação por meio do Filho como apenas mais uma entre várias outras formas progressivas de revelação; pelo contrário, essa é a revelação definitiva e máxima de Deus no Filho.

A posição do Filho (1.2b-3)

1.2b-3 ... a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e por meio de quem fez o universo. O Filho é o resplendor da glória de Deus e a expressão exata do seu ser, sustentando todas as coisas por sua palavra poderosa. Depois de ter realizado a purificação dos pecados, ele se assentou à direita da Majestade nas alturas.

Uma vez que a nova e definitiva revelação de Deus é a revelação no Filho, a ênfase não recai tanto sobre o que ele disse, mas acima de tudo em quem ele é. Pelo fato de Deus ter se tornado carne por meio da encarnação e pelo fato de o Filho ser Deus, esse Filho – independentemente de tudo o que tenha dito – é a revelação de Deus ao povo. Por isso, o escritor de Hebreus demonstra a qualificação do Jesus como Filho-revelação, apontando sete fatos importantes a respeito daquele que se tornou a Divindade encarnada.

☞ Para refletir ☞

Se é verdade que Jesus Cristo é a revelação definitiva de Deus às pessoas, então qualquer compreensão que dizemos ter a respeito de Deus que não combine com o que sabemos a respeito de Jesus Cristo será incompleta ou errada. Por isso, religiões como o movimento Nova Era, o misticismo oriental, o humanismo e as mais diversas seitas estão tão distantes da verdade que dizem ensinar. Lembre-se: a Bíblia ensina que Jesus Cristo não é apenas mais um tipo de revelação; ele é a revelação definitiva e final que Deus faz a respeito de si mesmo à humanidade.

O primeiro fato destacado é que Deus constituiu o Filho como “herdeiro de todas as coisas” (1.2b). Ser constituído herdeiro diz respeito especificamente a receber autoridade. Quando Jacó deu o manto colorido a José (Gn 37.3), estava atribuindo ao seu filho a autoridade administrativa sobre a família, designando-o como seu

herdeiro. Foi por causa dessa escolha que José passaria a governar seus irmãos.

Da mesma forma, Deus Pai designou o Filho como seu herdeiro, dando-lhe uma posição de autoridade sobre “todas as coisas”. Isso abrange o universo inteiro e qualquer coisa que em algum momento aparecer nesse âmbito. E, pelo fato de Deus ser o Criador e somente ele ter o direito de governar, a pessoa que recebe o governo não pode ser nada menos que o próprio Deus. Além disso, essa constituição como herdeiro não era temporária, mas atemporal. É por causa dela que no fim “ao nome de Jesus se dobr[ará] todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confess[ará] que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai” (Fp 2.10-11).

A segunda afirmação é: “... por meio de quem fez o universo” (Hb 1.2c). Uma tradução melhor para essa frase seria “determinou as eras”. Embora o termo “universo” aparentemente se refira à criação do universo físico – o que certamente é verdadeiro (Jo 1.3; Cl 1.16) –, a palavra específica usada aqui na realidade se refere a todas as eras e tempos que algum dia se manifestarão dentro do universo. O Filho determina e controla toda a história ao longo de seus sucessivos períodos, por isso tudo o que acontece na história decorre de uma disposição divinamente ordenada sobre a qual o Filho é governante soberano.

Em terceiro lugar, o texto afirma que o Filho “é o resplendor da glória de Deus” (1.3a). Não diz que o Filho se tornou o resplendor da glória de Deus, mas constata que o Filho existiu desde a eternidade em comunhão contínua e perfeita com o Pai, enfatizando assim a eternidade do Filho. A palavra resplendor refere-se a irradiar, cintilar continuamente ou levar a brilhar, sublinhando assim que a glória do Pai revelada por Cristo não era apenas um reflexo; pelo contrário, era o brilho contínuo da glória inerente de Cristo, que era em si mesma a glória de seu Pai. Isso enfatiza a unidade do Filho com seu Pai.

☞ Para refletir ☞

Pelo fato de Jesus Cristo ser o herdeiro último de todas as coisas – inclusive nós –, parece ridículo pensar que podemos nos rebelar contra sua autoridade ou evitar a prestação de contas diante dele! Uma forma de cultivar nossa submissão a ele é gastar tempo diariamente em sua

Palavra e praticar obediência cristã de forma consciente. Lembre-se de que um dia todas as coisas – queiram elas isso ou não – estarão sujeitas à sua autoridade.

A glória de Deus refere-se àquilo em si mesmo do qual ele pode justificadamente se orgulhar, em que ele encontra prazer. Deus gloria-se na perfeição de sua própria pessoa, nos atributos que são uma manifestação do seu caráter. Assim, descobrimos que Deus Pai encontra prazer no Deus Filho, porque tudo o que lhe dá prazer em si mesmo existe também em seu Filho.

A quarta declaração é que o Filho é “a expressão exata do seu ser” (1.3b). Isso enfatiza que o Filho em si mesmo é uma revelação plena e perfeita de tudo o que o Pai é. Mesmo que não tenhamos visto o Pai, nós o conhecemos porque tudo o que há no Pai também existe no Filho.

No mundo greco-romano, as moedas ostentavam a imagem do imperador. Essa imagem era impressa na moeda com a ajuda de uma matriz, e assim quem olhava para a moeda era capaz de reconhecer o imperador. E, ainda que essa reprodução na moeda fosse apenas uma representação da realidade, em caso de perda da matriz bastaria analisar a moeda para que assim fosse possível determinar exatamente como ela era. Por quê? Porque a matriz reproduzia cada detalhe de si mesma na moeda.

Essa é a essência da palavra que o autor escolheu para falar aqui do relacionamento entre o Filho e o Pai. Embora não vejamos o Pai, tudo o que há nele está também no Filho. Estudando o Filho, aprendemos sobre o Pai. Da mesma forma que a impressão na moeda se torna uma réplica da matriz, o que há em Cristo é uma revelação do Pai.

A quinta colocação afirma que o Filho sustenta “todas as coisas por sua palavra poderosa” (1.3c). Essa declaração implica, em primeiro lugar, que essa criação é sustentada e mantida em sua ordem criacional pelo poder que pertence ao Filho. Mas a frase ainda implica muito mais. O termo “sustentar” embute a ideia de levar algo até o final que lhe foi designado. O Filho não é apenas o arquiteto de todas as eras, mas também aquele por meio de quem essas eras conduzem a criação até o seu destino determinado. Ele não o faz mediante uso de força física, mas tão somente “por sua palavra

poderosa”. Isso contém a ideia de um comando de autoridade imediatamente executado, implicando que o exercício de sua vontade leva todas as coisas ao seu final predeterminado.

☞ Para refletir ☞

Se as turbulências, incertezas e crescentes maldades do mundo atual nos preocupam, podemos encontrar conforto no fato de que o próprio Jesus Cristo criou todas as eras que algum dia passarão sobre a terra e, na realidade, de que ele mantém controle perfeito de todos os eventos que acontecem nesse período. Essa perspectiva é bem diferente da filosofia ambientalista que propõe que o ser humano detém o poder de destruir ou “salvar” o mundo. De acordo com a Escritura, a história da humanidade está se desenvolvendo exatamente como o Senhor sabia desde a eternidade que aconteceria.

Por meio da sexta afirmativa, “havendo feito por si mesmo a purificação dos nossos pecados” (1.3d, ARC), o autor contempla a obra redentora do Filho. Por meio dela, o Filho revelou o amor, a graça, a justiça, a santidade e a retidão sem precedentes de Deus. Isso, na verdade, se tornará o tema principal da carta – a obra do Filho para prover purificação dos pecados. Por meio dela, ele não apenas lida com os pecados pessoais do ser humano, mas purifica a criação inteira do pecado em si. Isso é visto como a purificação definitiva, adequada e completa, uma obra que envolvia tão somente o Filho. Foi algo que ele realizou “por si mesmo”.

A sétima declaração sustenta que ele “se assentou à direita da Majestade nas alturas” (1.3e). O fato de que ele “se assentou” é muito mais do que descansar depois do trabalho. Trata-se de uma entronização solene, a ocupação de um assento de honra e autoridade depois de finalizar a obra que veio realizar. Tendo completado a obra da revelação e a obra da redenção, que precisavam ser efetuadas durante a encarnação, ele pôde então assumir a posição de honra e autoridade que já era dele desde a eternidade passada (Jo 17.5). E o fato de ser entronizado à direita não é tanto uma posição geográfica, mas representa a dignidade, a honra e a glória dadas a ele.

☞ Para refletir ☞

Um item que não existia entre os móveis do templo era uma cadeira ou banco no qual os sacerdotes pudessem se sentar. Isso devia-se ao fato

de que a obra de oferecer sacrifícios pelo pecado nunca terminava. Já Cristo, por ter realizado um sacrifício perfeito e completo, ao completar sua obra sentou-se à direita de Deus. Isso não apenas demonstra claramente que sua obra está terminada, mas também que, quando esse sacrifício é aplicado aos nossos pecados, esse pagamento é completo e perfeito. Não podemos acrescentar-lhe nada, melhorá-lo, nem perdê-lo.

Nessas sete declarações, o escritor deixa claro que aquele que Deus enviou para trazer a revelação definitiva a respeito de si é totalmente qualificado não apenas para trazer tal revelação, mas para ser revelação de Deus para as pessoas, de forma que qualquer pessoa que viva em trevas e sem conhecimento de Deus possa vir à luz, o verdadeiro conhecimento de Deus.

Resumindo, o autor de Hebreus ensina que, ao longo da história do Antigo Testamento, Deus se revelou aos profetas – de forma direta ou por meio de sonhos e visões –, que por sua vez comunicavam isso ao povo. Mas, para a revelação máxima e completa de si mesmo, Deus escolheu um novo método, a saber, a encarnação do Filho, que veio para revelar o Pai. O Filho revelou o Pai não apenas por meio do que falou, que também era revelação, mas por meio daquilo que ele é. Por ser um com o Pai, o Senhor podia descrever assim a sua revelação: “Quem me vê, vê o Pai” (Jo 14.9). Dessa forma, as pessoas são responsabilizadas por essa revelação no Filho.

✞ Para refletir ✞

Em meio ao pseudoespiritualismo, às conversas superficiais sobre Deus e ao misticismo genérico de hoje, o que realmente dimensiona o relacionamento de uma pessoa com Deus é a resposta dela ao Jesus Cristo revelado na Bíblia. Embora algumas seitas e igrejas liberais aparentemente cultuem certas afirmações de Cristo ou o “Jesus” definido em sua própria doutrina, elas começam a contemporizar sua aceitação dele como Deus encarnado no momento em que são confrontadas com os ensinamentos de Cristo a respeito do pecado, da justiça e do juízo. Hoje, mais do que nunca, o verdadeiro teste para o ponto de vista de alguém sobre Deus é a pergunta: “O que você pensa a respeito de Jesus?”. De acordo com Hebreus, rejeitar a Jesus Cristo conforme revelado na Bíblia é rejeitar o único verdadeiro Deus!

A superioridade do Filho sobre os anjos (1.4-14)

1.4-14 Tornando-se tão superior aos anjos quanto o nome que herdou é superior ao deles. Pois a qual dos anjos Deus alguma vez disse: “Tu és meu Filho; eu hoje te gerei”? E outra vez: “Eu serei seu Pai, e ele será meu Filho”? E ainda, quando Deus introduz o Primogênito no mundo, diz: “Todos os anjos de Deus o adorem”. Quanto aos anjos, ele diz: “Ele faz dos seus anjos ventos, e dos seus servos, clarões reluzentes”. Mas a respeito do Filho, diz: “O teu trono, ó Deus, subsiste para todo o sempre; cetro de equidade é o cetro do teu Reino. Amas a justiça e odeias a iniquidade; por isso Deus, o teu Deus, escolheu-te dentre os teus companheiros, ungindo-te com óleo de alegria”. E também diz: “No princípio, Senhor, firmaste os fundamentos da terra, e os céus são obras das tuas mãos. Eles perecerão, mas tu permanecerás; envelhecerão como vestimentas. Tu os enrolarás como um manto, como roupas eles serão trocados. Mas tu permaneces o mesmo, e os teus dias jamais terão fim”. A qual dos anjos Deus alguma vez disse: “Senta-te à minha direita, até que eu faça dos teus inimigos um estrado para os teus pés”? Os anjos não são, todos eles, espíritos ministradores enviados para servir aqueles que hão de herdar a salvação?

Ao longo de todo o Antigo Testamento, muitas vezes a revelação de Deus à humanidade foi comunicada por anjos. Hagar recebeu revelação de Deus por meio de anjos (Gn 16), assim como Abraão (Gn 22.11-18). Jacó foi visitado por anjos que lhe levaram uma mensagem de Deus (Gn 31.11-13), e o Anjo do Senhor levou revelação a Moisés (Êx 3.1-2). Balaão (Nm 22), Gideão (Jz 6) e Manoá (Jz 13) também receberam revelações por intermédio de anjos. O profeta Elias recebeu uma mensagem de Deus por meio de anjos (1Rs 17.2-4). Gabriel levou uma revelação a Daniel (Dn 10.11-12), e anjos comunicaram revelações ao profeta Zacarias (Zc 1.9; 4.1-6).

☞ Para refletir ☞

Embora sejamos lembrados diariamente da fama e do status de pessoas que detêm algum tipo de “poder” na sociedade (políticos, celebridades, atletas profissionais), ficamos espantosamente pouco impressionados com o poder absoluto de Jesus Cristo. Qualquer pessoa que já tenha presenciado a força natural descontrolada de um tufão, terremoto, vulcão ou outra catástrofe natural sabe que essa sensação é esmagadora; já Jesus Cristo mantém o universo inteiro, no qual esses eventos não passam de detalhes! É nesse poder que depositamos conscientemente a

nossa confiança durante os momentos de crise? O alcance de seu poder é muito maior do que qualquer problema que poderíamos enfrentar.

O que era verdade no Antigo Testamento também vale para o Novo Testamento. José recebeu o aviso concernente ao nascimento de Jesus de um mensageiro angélico (Mt 1.20). O anúncio sobre o nascimento do predecessor prometido, João Batista, foi levado a Zacarias por um anjo (Lc 1.11-17). E foi um anjo que levou o anúncio da concepção do Messias prometido a Maria (Lc 1.28-32).

Enquanto todas essas revelações dadas a indivíduos foram importantes, a maior das revelações angelicais entregue à humanidade foi a Lei, revelada por anjos a Moisés no monte Sinai. Paulo escreveu sobre a Lei: “Foi... promulgada por meio de anjos, pela mão de um mediador” (Gl 3.19). Israel considerava qualquer revelação dada por anjos como autêntica, confiável e vinculante. Mas a Lei mosaica recebia atenção especial por ter sido revelada por Deus diretamente a Moisés, o mediador. Por incontáveis gerações, a nação que recebera a Lei demonstrou a mais alta estima por ela, considerando-se obrigada a segui-la. Assim, se fosse necessário que o povo de Deus se colocasse debaixo de uma nova revelação do Senhor, era preciso provar-lhe que a nova era melhor que a antiga. O escritor faz isso mostrando que a nova revelação veio por meio de uma pessoa superior aos anjos e a Moisés, que tinham sido os portadores da antiga revelação.

✞ Para refletir ✞

Um interessante comentário profético à parte: quando Jesus Cristo retornar para estabelecer seu reino milenar neste mundo, ele resgatará a própria criação dos efeitos do pecado humano por ocasião da Queda. Em outras palavras, trará harmonia ambiental à terra, pela primeira e única vez desde a Queda. No entanto, antes do retorno de Cristo, Satanás tentará falsificar esse milagre messiânico convencendo a raça humana de que ela pode “salvar a terra” por seus próprios esforços coletivos. Essa é apenas uma das muitas proezas messiânicas singulares que Satanás tentará imitar à medida que o retorno de Cristo se aproxima.

Nos versículos 4-14, o autor apresenta o que pode ser considerado um resumo da doutrina do Antigo Testamento sobre os anjos. Em vez de apelar às inúmeras tradições judaicas que tinham surgido a respeito da natureza e da função dos anjos, o apóstolo faz

uma revisão dos ensinamentos das Escrituras do Antigo Testamento sobre a natureza e o ministério deles. O propósito é estabelecer o contraste entre os anjos e o Filho, aquele que tem autoridade para administrar o universo, o Arquiteto das eras, o Único que conduz toda a história da humanidade para o destino designado por Deus.

Enquanto o versículo 3 enfatiza o relacionamento eterno do Filho com o Pai, o versículo 4 passa a destacar a alta posição que o Deus-homem recebeu, evidentemente no momento de sua ressurreição. Conforme veremos mais adiante na carta (5.5-6), no momento da ressurreição aquele que tinha sido constituído herdeiro desde a eternidade passada passa a assumir ativamente a administração de sua herança. E, já que o governo entregue ao Filho inclui não apenas o universo físico, mas todos os seres da criação de Deus, e pelo fato de os anjos serem parte da criação, a pessoa que recebe a autoridade precisa ser superior a todos sobre os quais passa a dominar. Portanto, o Filho eterno é, claramente, superior aos anjos.

☞ Para refletir ☞

Ao longo do Antigo Testamento, uma das características da glória de Deus era que nenhuma manifestação do mal resistia diante dela. De modo semelhante, quanto melhor conhecermos o Filho – que é o resplendor da glória de Deus –, mais ficaremos perturbados por nosso pecado e impureza na presença dele. Qualquer pessoa sedenta por uma vida purificada cultivará um crescente conhecimento dele e um relacionamento cada vez mais íntimo com ele.

A fim de fundamentar a afirmação de que o Filho é superior aos anjos, o escritor de Hebreus apela a sete passagens do Antigo Testamento.

A primeira citação (1.5a) é de Salmos 2.7, onde uma aliança feita pelo Pai com o Filho declara: “Tu és meu filho; eu hoje te gerei”. Não há dúvida de que o “hoje” a que essa frase se refere é o dia da ressurreição. O “gerar” refere-se ao princípio da existência do Filho, como se tivesse havido um tempo em que ele não existia, para então ser trazido à existência. Assim como Jacó indicou José para uma posição de autoridade, de forma que este se tornou “o filho” ou “o herdeiro” naquele momento específico, no momento exato da ressurreição, Deus Pai estabeleceu o direito do Filho à posição de governante. É por isso que em Atos 13.33 Paulo declara que Salmos

2.7 se cumpriu na ressurreição de Jesus Cristo. Embora alguns anjos tenham sido escolhidos como “principado[s]” e “potestade[s]” (Ef 1.21, NAA) e constituídos autoridades no âmbito angelical, nunca qualquer um deles foi chamado de “filho”. Essa autoridade pertence exclusivamente ao Ressuscitado, a Jesus Cristo.

A segunda citação (1.5b) vem de 2Samuel 7.14, uma passagem em que Deus estabelece uma aliança com Davi. Aqui Deus afirma que haveria um relacionamento contínuo entre ele e o descendente de Davi, e que por meio desse descendente a aliança feita entre ambos seria cumprida. A ênfase dessa passagem está no verbo “serei”, indicando uma posição contínua de autoridade que seria entregue ao descendente. Essa autoridade posicional baseia-se no relacionamento entre o supremo Filho de Davi e o Pai que estabeleceu a aliança. Vemos, então, que Jesus Cristo, o maior Filho de Davi, é aquele por meio de quem todas as promessas messiânicas a respeito de reino, redenção e bênção seriam cumpridas.

☞ Para refletir ☞

Quanto tempo você passa estudando a pessoa de Jesus Cristo? Quanto tempo sua igreja ou grupo de estudo bíblico gasta com ensino a respeito da pessoa, do trabalho, dos atributos e da natureza de Jesus Cristo? Se realmente quisermos nos aproximar de Deus, e se Jesus Cristo é a revelação definitiva de Deus, faremos bem em usar nosso tempo aprendendo dele, falando com ele, andando com ele, obedecendo-lhe e aproximando-nos ainda mais dele.

No versículo 6, o escritor antecipa a segunda vinda de Jesus Cristo a este mundo depois de sua ressurreição, citando uma terceira passagem do Antigo Testamento. Deuteronômio 32.43 (citado na versão da Septuaginta) prevê que os anjos de Deus adorarão o Messias quando ele retornar. Essa cena terá lugar no reino milenar de Cristo na terra, em cumprimento às alianças de Deus no Antigo Testamento. De acordo com Hebreus 12.22-24, quando o reino de Cristo for instituído aqui na terra, os anjos que não tiverem caído serão parte dele, habitando com o Pai e o Filho. E estarão na cidade celestial, a nova Jerusalém, como adoradores, com os santos do Antigo Testamento e os santos redimidos da era presente. Por isso, certamente o alvo da adoração é superior àqueles que o adoram!

Essa citação, assim, enfatiza a futura posição de autoridade e dignidade do Filho em seu reino milenar na terra.

A quarta citação, de Salmos 104.4, aparece no versículo 7. Ali os anjos são descritos como espíritos, e o serviço deles é comparado com clarões reluzentes. Como espíritos, os anjos realizam um ministério invisível; e, assim como um clarão é temporário e passageiro, também o serviço dos anjos é periódico e temporal. Acima de tudo, o autor estabelece um contraste entre o ministério invisível e temporário dos anjos com o caráter e o ministério eternos do Filho.

☞ Para refletir ☞

Hoje em dia, há no mínimo uma seita que insiste que Jesus Cristo não seria coeterno com o Pai, mas que teria sido trazido à existência em determinado momento; por isso, é importante compreender o linguajar jurídico do antigo Oriente Médio. A concessão ou “geração” dos direitos do filho como herdeiro legal de tudo o que seu pai possuísse era um pronunciamento legal, à semelhança da nomeação de um herdeiro ou sucessor legal em um testamento. No momento da ressurreição, esse pronunciamento profético a respeito do “filho” de Davi se cumpriu – o ponto em que não havia mais qualquer barreira ao direito legal do Messias de herdar a posse de toda a criação das mãos de seu Pai. Embora a profecia bíblica mostre que ele tomará posse dessa herança no futuro, seu direito legal a essa herança foi garantido por sua vitória sobre Satanás na ressurreição.

Na quinta citação (1.8-9), outra diferença entre Cristo e os anjos é baseada em Salmos 45.6-7. Agora o escritor afirma a eternidade do Filho e mostra que cada ato de exercício de sua autoridade governamental visa à manutenção da justiça perfeita de Deus. De acordo com a tradição judaica daquela época, os anjos eram recriados a cada manhã e, após terminar o trabalho daquele dia, voltavam para a labareda de fogo da qual tinham sido tirados. Esse conceito pode ter brotado de uma interpretação de Salmos 104.4. Seja como for, o autor destaca com forte contraste e enfatiza a eternidade e divindade do Filho. Além disso, essa unção separou-o para a posição de administrador, uma vez que no Antigo Testamento a unção sempre visava à capacitação pelo Espírito Santo para assumir um cargo ou função especial. Assim, o salmo 45 mostra o Filho como ungido pelo Pai com o Espírito para a execução de seu

cargo como rei terreno. Conforme vemos nos Evangelhos, o Filho foi ungido pelo Espírito Santo em seu batismo, sendo assim capacitado a cumprir sua função messiânica em seu reino terreno (At 10.38).

A sexta citação vem de Salmos 102.25-27 e aparece nos versículos 10-12. Ela declara a eternidade daquele que é chamado de “Senhor”. Ele é o Criador do universo e, embora este esteja destinado a passar, o Criador permanece. Ele é o Filho eterno e incriado do Pai, ao contrário dos anjos, que são seres criados.

A sétima e última citação, encontrada no versículo 13, é de Salmos 110.1. Novamente, faz-se uma referência ao momento da ressurreição, quando Cristo foi oficialmente entronizado à direita de seu Pai. Essa entronização foi a resposta do Pai ao pedido do Filho na véspera da crucificação: “E agora, Pai, glorifica-me junto a ti, com a glória que eu tinha contigo antes que o mundo existisse” (Jo 17.5). A entronização de Cristo é a declaração do Pai de que aceitava o Filho e estava satisfeito com a obra dele. Além disso, a entronização de Cristo à direita do Pai antecipa sua entronização aqui na terra após a sua segunda vinda, quando todos os inimigos do Entronizado forem sujeitados a ele. O direito de reinar que o Pai dá ao Filho será exercido aqui na terra no reino milenar deste.

✞ Para refletir ✞

Desde a queda do homem, Deus comunica-se com a humanidade por meio de mediadores, dado o abismo entre a sua santidade e a pecaminosidade do ser humano. A separação de Deus do pecado é algo que nunca devemos esquecer nem menosprezar em nosso relacionamento com ele. Deus é santo, o que significa que ele é absolutamente sem pecado e está totalmente separado do pecado. Só porque nos permite aproximar-nos dele por meio do sangue de Cristo, não significa que ele tenha mudado de ideia em relação ao pecado – ou que nós podemos desconsiderar o impacto do pecado em nossa vida. Seu desejo para nós é que compartilhemos sua santidade à medida que Jesus Cristo nos conforma à sua imagem. Vamos tratar o pecado em nossa vida com seriedade e esforçar-nos para ter uma vida santa, pois ele é santo.

Ao longo dessas sete citações, o autor de Hebreus enfatizou a soberania e a autoridade do Filho, diferentemente do papel dos anjos, que são, “todos eles, espíritos ministradores” (Hb 1.14). Anjos que ministram sob a autoridade de um governante com certeza são

inferiores àquele a quem servem. Assim, por meio de tudo o que o Antigo Testamento revela a respeito da natureza e do trabalho dos anjos, o escritor demonstra com clareza que aquele que veio como Filho e Revelador é superior aos anjos. Consequentemente, sua revelação deve ter precedência sobre qualquer outra que tiver sido entregue por anjos.

É compreensível que para muitos destinatários dessa carta tenha sido difícil romper os laços com a ordem originariamente estabelecida pela revelação de Deus a Moisés por meio de anjos. Mas o apóstolo queria que aqueles que ainda estavam presos a essa antiga revelação percebessem que estavam seguindo algo inferior e que deveriam submeter-se à revelação trazida pelo Mensageiro superior, Jesus Cristo.

Uma advertência rigorosa contra a negligência (2.1-4)

2.1-4 Por isso é preciso que prestemos maior atenção ao que temos ouvido, para que jamais nos desviemos. Porque, se a mensagem transmitida por anjos provou a sua firmeza e toda transgressão e desobediência recebeu a devida punição, como escaparemos, se negligenciarmos tão grande salvação? Essa salvação, primeiramente anunciada pelo Senhor, foi-nos confirmada pelos que a ouviram. Deus também deu testemunho dela por meio de sinais, maravilhas, diversos milagres e dons do Espírito Santo distribuídos de acordo com a sua vontade.

Da mesma forma que fará em toda a carta, o autor de Hebreus, depois de apresentar uma verdade doutrinária, passa a uma aplicação direta dessa verdade à experiência de seus leitores. A presente passagem é a primeira dessas muitas aplicações.

☞ Para refletir ☞

A esta altura, tornou-se óbvio que grande parte de Hebreus lida com o cumprimento de promessas que Deus fez ao longo do Antigo Testamento. A Bíblia – e o plano de Deus para a humanidade – é assim. Nada do que ele começou ficará incompleto. Nenhuma promessa deixará de se realizar, e nenhuma profecia ficará sem cumprimento. Não existe um “Deus do Antigo Testamento” e um “Deus do Novo Testamento”. Há apenas um Deus, que no Antigo Testamento começou muitas e muitas obras, que se completaram no Novo Testamento ou serão terminadas no futuro profético. É por isso que é tão importante que nós, como cristãos,

entendamos o escopo completo da Palavra de Deus, do Gênesis ao Apocalipse. Embora a ênfase popular na “aplicação prática” seja útil, a falta do estudo cuidadoso da Bíblia de capa a capa deixará nosso coração praticamente sem nada para colocar em prática! Se você não está envolvido em um estudo semanal das Escrituras, faça todo o possível para encontrar um grupo de estudo bíblico que o ajude a entender melhor a Palavra de Deus e o plano maravilhoso dele para todas as eras.

Em primeiro lugar, o autor exorta a prestar “maior atenção ao que temos ouvido”, continuando com uma advertência solene a respeito da inevitável disciplina. “Ao que temos ouvido” só pode dizer respeito à revelação superior dada por meio do Filho. A responsabilidade dos leitores é reagir apropriadamente a essa revelação superior. Mas há o perigo de que eles se “desviem”. A Bíblia King James verte essa frase como “para que em nenhum momento as deixemos escapar”. Na comparação com as demais traduções, isso produz dois conceitos bem diferentes. Na versão mencionada, o receptor da revelação é visto como imóvel, fixo, enquanto a revelação passa por ele, fluindo como um rio. No entanto, é mais precisa a tradução em que a revelação de Deus está firme, enquanto aquele que a recebe corre o perigo, por sua negligência, de não se prender a ela – e assim descuidadamente passar ao largo do ancoradouro seguro. Em poucas palavras, a revelação de Deus é o porto seguro de quem a recebe, e a exortação destina-se a evitar que os ouvintes, por descuido, fiquem à deriva e se afastem cada vez mais dela.

☞ Para refletir ☞

Há pessoas que confiam na salvação que Cristo dá, mas têm dificuldades para crer que foram completamente perdoadas, seja por causa da natureza de seus pecados, seja porque vêm de igrejas que ensinam que é preciso “ajudar” a Deus por meio de compensação por nossos pecados. No entanto, a completa satisfação de Deus Pai com a obra de Cristo mostra-nos que nada pode ser acrescentado ao que ele já fez por nós. Deus considerou a obra de Cristo perfeita e completa – quem somos nós, então, para pensar que poderíamos de alguma forma acrescentar o que quer que seja?

Cada uma das revelações de Deus traz consigo uma responsabilidade. A revelação divina entregue por anjos no Sinai abrangia uma penalidade pela desobediência (Lv 26.1-46; Dt 28.15-

68). Mesmo essa revelação agora inferior tinha consequências sérias caso fosse negligenciada. Por isso, o escritor pergunta: “Como escaparemos [nós, isto é, aqueles que receberam a revelação superior de Deus no Filho], se negligenciarmos tão grande salvação?”.

☞ Para refletir ☞

Durante várias gerações do cristianismo em nossa cultura, deu-se muita ênfase às responsabilidades de ser cristão, sem que se falasse muito a respeito de seus privilégios e bênçãos. Hoje em dia, dá-se grande importância aos privilégios e bênçãos de conhecer a Cristo, talvez a ponto de negligenciar a compreensão de suas responsabilidades. O tema de Hebreus – e um assunto que deveríamos levar muito a sério – é que cada um de nós que desfruta dos privilégios e bênçãos de conhecer a Cristo deveria entender que também há responsabilidades. Deixar de levá-las a sério não nos leva à perda da salvação, mas pode causar a perda de privilégios e bênçãos que de outra forma poderíamos apreciar. Dessa forma, entender corretamente os dois lados da moeda do privilégio e da responsabilidade pode abrir nosso caminho para a maturidade espiritual e uma vida cristã plena.

Aqui o autor usa o termo salvação para referir-se ao escopo inteiro da revelação trazida pelo Filho. Esta era a revelação “anunciada pelo Senhor”. Lembre-se de que ele estava escrevendo a cristãos de segunda geração, que não tinham ouvido essa revelação diretamente do próprio Senhor. Em vez disso, ouviram-na pela boca dos apóstolos, que por sua vez tinham ouvido e visto a revelação manifestada no e por meio do Filho, cujo testemunho dessa revelação foi autenticado por “sinais, maravilhas, diversos milagres e dons do Espírito Santo”.

Ao longo de toda a Escritura, Deus usou vários sinais, maravilhas e milagres para validar e autenticar o mensageiro que levava seus anúncios. A primeira ocorrência de sinais aparece nos dias de Moisés, quando ele foi enviado a Israel com a mensagem da redenção de Deus. Tanto a mensagem quanto o libertador de Deus (Moisés) foram autenticados pelos sinais que ele recebeu para realizar diante do povo (Êx 4.1-9). Ele também foi enviado como representante de Deus com uma mensagem ao faraó. Este aviso dizia que o rei deveria permitir a saída do povo de Deus do Egito, e aqueles milagres que costumamos chamar de Dez Pragas serviram

como sinais para validar a mensagem de Moisés entregue ao faraó. Eliseu e Elias foram enviados com um anúncio do juízo divino caso o povo de Deus não se arrependesse. Os profetas e suas mensagens foram autenticados pelos milagres que eles realizaram.

Os milagres não voltaram a ocorrer em Israel até que Jesus Cristo veio para oferecer a si mesmo como Messias e anunciar a chegada do reino prometido e condicionado ao arrependimento de Israel (Mt 3.2; 4.17). Os milagres que Cristo realizou o confirmaram como mensageiro de Deus e validaram sua palavra sobre o reino como mensagem divina. Por fim, em Atos os apóstolos foram enviados com uma nova mensagem: salvação pela graça por meio da fé por causa do sangue. Novamente, foram certificados como mensageiros de Deus por meio dos milagres que realizavam.

Assim, o argumento do escritor de Hebreus aqui é que, mesmo que essa geração de cristãos não tivesse ouvido e visto a revelação dada pelo Filho, a verdade que ele trouxera tinha sido transmitida a eles por meios dos apóstolos, que tinham ouvido e visto Cristo. Além disso, os milagres que esses apóstolos tinham realizado já os comprovavam como enviados do Senhor com a mensagem divina para essa nova geração.

Pelo fato de a revelação dada por meio do Filho já ter sido autenticada dessa forma, os leitores de Hebreus teriam de prestar contas dela – e qualquer negligência em relação a ela certamente traria disciplina. Essa é, com certeza, uma advertência igualmente séria para todos nós hoje, pois mesmo que estejamos cronologicamente bem distantes da revelação de Deus por intermédio do Filho, ela permanece como tendo sido autenticada pelo Senhor, e somos igualmente responsáveis pela forma com que respondemos a ela. Qualquer negligência em fazê-lo certamente acarretará disciplina.

☞ Para refletir ☞

Para entender a disciplina de Deus para os cristãos, devemos sempre lembrar da disciplina amorosa que os pais aplicam a seus filhos. Se Deus estiver disciplinando você por meio de provas ou dificuldades, lembre-se de que ele ama você muito mais do que qualquer pessoa jamais seria capaz, e que ele deseja o que é melhor para você. Sua disciplina sempre

se destina a trazer você de volta à comunhão com ele e à experiência de suas várias bênçãos.

Razões para a encarnação do Filho (2.5-18)

A exortação e advertência em 2.1-4 são, na verdade, um parêntese no raciocínio do autor, por isso agora ele retorna ao tema da superioridade de Cristo sobre os anjos. No versículo 5, ele antecipa a sujeição de tudo e todos à autoridade de Jesus Cristo como Messias. Isso ocorrerá na sua segunda vinda, quando ele retornar à terra para ocupar o trono de Davi como seu Filho, governando sobre o reino davídico em cumprimento às alianças e promessas de Deus.

Ao falar do “mundo que há de vir”, o autor fala à luz da escatologia aceita no Antigo Testamento, que dividia o plano de Deus em duas eras. A primeira era é o tempo presente, ou a era da espera, na qual o povo da aliança esperava pela vinda do Messias que cumpriria todas as alianças que Deus fizera com a nação. Esta era presente terminaria com o aparecimento do Messias e o estabelecimento do reino messiânico, sendo seguida então pela que há de vir. Essa segunda era, ou “mundo que há de vir”, consistia na era em que o Messias inauguraria com sua chegada, aquela na qual todas as esperanças de Israel seriam satisfeitas. Assim, ao falar aqui do “mundo [ou melhor, era] que há de vir”, o apóstolo expressa sua expectativa pela glória milenar que pertence a Jesus Cristo.

Uma vez que o Filho foi apresentado como eterno, coexistente com o Pai e aquele que recebeu o direito de governar, surge uma pergunta inevitável: por que alguém assim se tornaria encarnado? É dessa questão que o apóstolo tratará no trecho mais longo de 2.6-18, ao apresentar oito razões para a encarnação do Filho.

1. Cumprir o propósito de Deus para o ser humano (2.5-9a)

2.5-9a Não foi a anjos que ele sujeitou o mundo que há de vir, a respeito do qual estamos falando, mas alguém em certo lugar testemunhou, dizendo: “Que é o homem, para que com ele te importes? E o filho do homem, para que com ele te preocupes? Tu o fizeste um pouco menor do que os anjos e o coroaste de glória e de honra; tudo sujeitaste debaixo dos seus pés”. Ao lhe sujeitar todas as coisas, nada deixou que não lhe estivesse sujeito. Agora, porém, ainda não vemos que todas as coisas lhe estejam sujeitas. Vemos, todavia, aquele que por um pouco foi feito

menor do que os anjos, Jesus, coroado de honra e de glória por ter sofrido a morte...

A primeira razão para a encarnação é que o propósito de Deus para o ser humano pudesse finalmente ser cumprido por aquele que assumiria o título de “Filho do homem”.

Para responder à pergunta “Que é o homem”, o escritor cita Salmos 8.4-6, onde o salmista levanta a mesma questão. A real pergunta do salmista era: qual é o teu propósito divino para o ser humano como tal? A resposta das Escrituras é que o ser humano por si só é inferior aos anjos em tempo e ordem de criação. Mas, enquanto os anjos não têm um destino maior do que aquele que já possuem, o ser humano é destinado a ser coroado com “glória” e “honra”. O ser humano foi destinado para governar sobre toda a criação. E tudo o que foi criado um dia será colocado “debaixo dos seus pés [isto é, dos pés do homem]”.

Na realidade, o salmista faz seu comentário pessoal a respeito de Gênesis 1.26, onde o propósito de Deus para a criação está claramente demonstrado. Como Criador, Deus é soberano sobre tudo. E ele escolheu dar à humanidade a autoridade para administrar a criação. Era responsabilidade do ser humano exercer domínio sobre os peixes do mar, as aves do céu, os grandes animais de toda a terra e todos os pequenos animais que se movem rente ao chão. Ao conduzir todas as coisas criadas com sua autoridade como administrador de Deus, o ser humano levaria a criação inteira à sujeição sob a autoridade de Deus.

☞ Para refletir ☞

O propósito de Deus para a humanidade é bem diferente da filosofia atual que afirma que as pessoas são uma praga na terra e não deveriam exercer qualquer domínio sobre ela! Embora diversos movimentos atuais possam parecer inofensivos, como cristãos devemos buscar com muito cuidado os pontos nos quais eles contradizem claramente a Palavra de Deus. Dessa forma, podemos “provar os espíritos” e ser “astutos como as serpentes”, capazes de discernir entre o que é consistente com a Bíblia e o que não é.

Depois de criar a humanidade, Deus deu-lhe uma tarefa: “Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os

animais que se movem pela terra” (Gn 1.28). Ao conceder à humanidade a autoridade para administrar, o domínio de Deus sobre a terra seria estabelecido pelo e por meio do homem. Esse propósito original é reafirmado no salmo 8. O salmista mostra que o plano original de Deus continua, a despeito da rebelião do homem contra Deus e de sua falha em subjugar todas as coisas à autoridade de Deus.

O que o autor de Hebreus afirma no versículo 8 é que, embora o propósito original de Deus não tenha sido cancelado, ele também ainda não se cumpriu. É por isso que ele diz que “ainda não vemos que todas as coisas lhe estejam sujeitas”. O pronome “lhe” nessa passagem refere-se à humanidade em si. Ao declarar que ainda não vemos algo, ele afirma que o propósito de Deus precisa se cumprir no futuro – pois os propósitos de Deus são imutáveis e inalteráveis.

☞ Para refletir ☞

Embora a multiplicação das pessoas sobre a terra certamente tenha acarretado também a multiplicação do pecado, em momento algum Deus revoga ou deprecia sua ordem de “sejam férteis e multipliquem-se”. Há certos movimentos hoje que são tão humilhantes para a humanidade quanto o mito da superpopulação. Mesmo sendo verdade que muitas cidades são tremendamente superpopulosas, que muitos governos maus abusam economicamente de seus cidadãos e que muitos países falham em dar prioridade a toda e qualquer providência de cuidado para com os seus habitantes, o problema em cada um desses casos é o pecado do ser humano, não a humanidade em si. Ganância, religiões falsas e governos ateus podem criar dificuldades terríveis para milhões de desafortunados, e de fato o fazem, mas Deus continua amando todas as pessoas e deseja que seu reino seja habitado com o máximo possível de gente achegando-se a ele.

Mas então o autor prossegue no versículo 9 apontando que Jesus tomou a posição do homem, um pouco menor do que os anjos, para que assim pudesse ser coroado de glória e honra. A “glória” e “honra” do versículo 9 são o cumprimento das mesmas “glória” e “honra” mencionadas no versículo 7 – o que seria o cumprimento do propósito original de Deus em sujeitar todas as coisas ao ser humano! Em outras palavras, se o Filho eterno não assumisse para si uma humanidade real e completa, teria sido impossível para ele cumprir o propósito de Deus para o ser humano. No entanto, ao

tornar-se carne e identificar-se com a raça humana, só ele é capaz de cumprir o projeto original de Deus para a humanidade conforme declarado em Gênesis 1.26-28.

Acima de qualquer outro, o título que Cristo mais usou para si mesmo nos Evangelhos foi “Filho do homem”. Esse título enfatiza que, por causa da encarnação – por meio da qual Cristo assumiu verdadeira humanidade –, ele não apenas se qualificava, mas também se tornava capaz de cumprir o propósito original de Deus para o ser humano. E, uma vez que esse propósito (sujeitar todas as coisas a si mesmo como Filho do homem) não se cumpriu na sua primeira vinda, a segunda vinda do Messias é uma exigência. Como disse o autor de Hebreus, mesmo depois da primeira vinda de Cristo, “ainda não vemos que todas as coisas lhe estejam sujeitas” (2.8). Mas ele também assegura aos seus leitores que o intento original de Deus para a humanidade será cumprido e que Jesus Cristo, como o Filho do homem, será coroado com glória e honra quando retornar.

Observe que a nossa atenção não se concentra na humanidade em geral, mas especificamente em Jesus, por meio de quem o plano de Deus para a humanidade será cumprido de forma definitiva. E é “por ter sofrido a morte” que ele será coroado de glória e honra, enfatizando a obediência de Cristo à vontade do Pai mesmo quando isso significava morrer. Isso estabelece um forte contraste com a desobediência do primeiro homem, Adão, que recebera autoridade para administrar, mas que se tornou desobediente e conseqüentemente caiu em desgraça e morte. Mas, pela obediência de Jesus até a morte, o ser humano receberá glória e honra.

Assim, a primeira razão para a encarnação é possibilitar o cumprimento do propósito de Deus para o ser humano.

2. Experimentar a morte em favor de todos (2.9b)

2.9b ... para que, pela graça de Deus, em favor de todos, experimentasse a morte.

A segunda razão para a encarnação aparece na segunda metade do versículo 9. Jesus Cristo encarnou-se para que, “em favor de todos, experimentasse a morte”.

A punição para a desobediência do ser humano a Deus era a morte espiritual, ou seja, a alma ficaria separada de Deus. E, antes

que alguém morto possa ser restaurado à vida e à comunhão com Deus, é preciso que a penalidade por sua desobediência seja paga. Jesus Cristo veio para oferecer a Deus o pagamento pelo pecado da raça humana. Ofereceu a si mesmo para substituir o pecador na morte. Para tanto, precisava identificar-se com o ser humano. Portanto, a encarnação era necessária para que Jesus pudesse oferecer-se como sacrifício aceitável a Deus em favor da humanidade, como substituto dos homens. Jesus Cristo veio ao mundo especificamente para morrer.

☞ Para refletir ☞

Nossa sociedade parece consumir-se de ódio, especialmente no que diz respeito a garantir vingança para qualquer injustiça sofrida. Praticamente todo e qualquer incidente – não importa quão “acidental” tenha sido – precisa ser imputado a alguém, que então é processado em busca da maior indenização possível. Mesmo dentro da assim chamada “comunidade cristã”, busca-se punição e vingança por meio de processos jurídicos em conflitos que vão da perda de emprego à cópia de partituras. Que contraste Cristo oferece! Embora tenhamos errado contra ele, embora sejamos pecadores por natureza e por decisão, ele tomou sobre si o nosso castigo. Essa atitude, essa “mente” de Cristo não deveria ser nossa também? E, ao mesmo tempo que resistimos com diligência na batalha contra o mal premeditado e a ilegalidade, não deveríamos nos destacar da sociedade à nossa volta por um coração cheio de compaixão, compreensão e perdão?

3. Levar muitos filhos à glória (2.10-13)

2.10-13 Ao levar muitos filhos à glória, convinha que Deus, por causa de quem e por meio de quem tudo existe, tornasse perfeito, mediante o sofrimento, o autor da salvação deles. Ora, tanto o que santifica quanto os que são santificados provêm de um só. Por isso Jesus não se envergonha de chamá-los irmãos. Ele diz: “Proclamarei o teu nome a meus irmãos; na assembleia te louvarei”. E também: “Nele porei a minha confiança”. Novamente ele diz: “Aqui estou eu com os filhos que Deus me deu”.

A terceira razão para a encarnação aparece nos versículos 10-13. Ele veio para que pudesse levar muitos filhos à glória.

Cristo não se contentou em ser coroado de glória e honra sozinho; desejou levar muitos consigo para que compartilhassem essa glória

com ele. E aqueles que compartilharão dessa glória o farão na qualidade de filhos. No versículo 10, o escritor afirma que tudo foi criado por ele e para ele, a fim de servir aos seus propósitos. E um de seus objetivos mais elevados era identificar muitos consigo em sua glória.

A perfeição que o autor cita no versículo 10 não implica que na pessoa de Cristo houve um progresso da imperfeição à perfeição. Em vez disso, o termo “perfeito” refere-se ao cumprimento de um propósito divino. O propósito eterno de Deus era identificar muitos como filhos com o seu Filho na glória; por meio da encarnação, Jesus Cristo identificou-se de tal forma com a raça humana que agora pode olhar para homens e mulheres como seus irmãos e irmãs.

☞ Para refletir ☞

No mundo das celebridades, os fãs que insistem em orbitar em torno dos famosos são pejorativamente chamados de groupies . Sem nenhum mérito próprio, agarram-se à “barra da saia” de atores, atletas e políticos, na esperança de desfrutarem de parte de sua fama. Normalmente, é claro, aqueles a quem tão fervorosamente admiram preferem esquivar-se deles, pois não são desejados, necessários nem úteis. Que contraste vemos em nosso maravilhoso Salvador! Embora tenha sido “coroado de glória e de honra” pelo próprio Deus, ele deseja que compartilhemos essa glória e honra com ele. Voluntariamente, ele nos eleva para dividir essa posição exaltada com ele e tem prazer em nossa identificação com ele. Como poderíamos jamais pensar que precisamos tatear em busca de significado fora de Cristo, quando obviamente temos um valor tão grande aos olhos dele?

Pelo fato de o Antigo Testamento antecipar essa união maravilhosa entre os salvos e o Salvador, o escritor cita Salmos 22.22 e Isaías 8.17; já a citação de Isaías 8.18 mostra que o Antigo Testamento previa a identificação entre o Filho encarnado e a humanidade. A citação do salmo 22 é uma referência direta ao Messias, enquanto as duas referências de Isaías, extraídas da Septuaginta, são referências indiretas. Na passagem de Isaías, o profeta identifica a si mesmo com um povo que rejeitou o Senhor e recusou o próprio profeta como mensageiro desse Senhor. Ele escolhe essa identificação, a despeito da rejeição deles. Dessa

forma, essa atitude prefigura a identificação do Messias com um povo que o desprezava.

Mas, mais do que enfatizar a identificação de Cristo com o ser humano, o escritor de Hebreus destaca que essa identificação era o meio pelo qual se cumpriria o propósito de Deus de levar muitos filhos à glória.

4. Destruir o Diabo (2.14)

2.14 Portanto, visto que os filhos são pessoas de carne e sangue, ele também participou dessa condição humana, para que, por sua morte, derrotasse aquele que tem o poder da morte, isto é, o Diabo.

O versículo 14 apresenta a quarta razão para a encarnação. Jesus Cristo era homem de carne e sangue; isto é, assumiu humanidade real e completa de forma que, em favor do ser humano, “derrotasse aquele que tem o poder da morte, isto é, o Diabo”.

☞ Para refletir ☞

Poucas vezes somos lembrados do fato de que vivemos no “território” de Satanás. Desde a Queda, este mundo e o seu sistema são domínio dele; ele é o príncipe do poder dos ares, o deus desta era, o dominador deste mundo. É por isso que toda e qualquer perspectiva terrena, se levada à sua conclusão lógica, se mostrará, em última análise, oposta ao plano e ao propósito de Jesus Cristo. E é por isso que quem lhe pertence vive no mundo como em terra estranha. Em poucas palavras, nós, como cristãos, somos estrangeiros em uma terra sob um governo hostil. Isso às vezes pode ser muito difícil. A boa notícia, no entanto, é que no momento certo Jesus concluirá o plano de Deus para destruir o inimigo para sempre. Isso é certo, e essa é a nossa “esperança” em meio às dificuldades.

A morte de Cristo foi o juízo divino sobre Satanás, o ser por meio de quem o homem experimentou a morte espiritual, a separação de sua alma da comunhão com Deus. É por causa desse juízo que Satanás poderá ser amarrado durante os mil anos nos quais Jesus Cristo será coroado de glória e honra na terra (Ap 20.2-3). É também a base para que seja lançado no lago de fogo e enxofre por toda a eternidade (Ap 20.10). É significativo que a palavra “derrotasse” não se refira a aniquilar, mas a deixá-lo inativo. Como representante da humanidade, Jesus entrou em conflito com Satanás

na cruz para que assim pudesse quebrar o controle deste sobre a raça humana.

5. Libertar os escravizados (2.15)

2.15 E libertasse aqueles que durante toda a vida estiveram escravizados pelo medo da morte.

A quinta razão está no versículo 15. Por meio da encarnação, que incluiu a morte de Cristo, as pessoas poderiam ser libertadas da escravidão do medo da morte.

O medo da morte que aprisiona nossa raça pecaminosa deriva da consciência intuitiva a respeito do juízo que virá após a morte. Ao libertar as pessoas de todo e qualquer julgamento (Rm 8.1; Jo 5.24), Cristo é capaz de remover o pavor da morte. Quem experimenta a vida em Cristo tem a garantia de que, no momento de sua morte física, irá imediatamente à presença do Salvador (2Co 5.1-8). Isso elimina o nosso medo da morte.

☞ Para refletir ☞

Se não conhecer a Cristo, toda pessoa terá medo da morte e da incerteza que ela traz. É por isso que os cristãos com frequência podem dar testemunho eficaz diante de não crentes ao falar com sensibilidade, mas também muita clareza, da morte e do que vem depois dela. É claro que o objetivo não é usar “táticas de pavor” para que alguém entre no reino por medo; mas não podemos ignorar o fato de que a morte e o juízo pairam sobre qualquer um que não conheça a Jesus. Lembre-se: o medo e a incerteza que eles sentem são reais, e nós temos as boas novas da cura para oferecer. Jesus pode libertar quem está escravizado por esse medo.

6. Tornar-se sacerdote para o ser humano (2.16-17a)

2.16-17a Pois é claro que não é a anjos que ele ajuda, mas aos descendentes de Abraão. Por essa razão era necessário que ele se tornasse semelhante a seus irmãos em todos os aspectos, para se tornar sumo sacerdote misericordioso e fiel com relação a Deus...

A sexta razão para a encarnação aparece nos versículos 16-17a, a saber, para que ele pudesse se tornar um sumo sacerdote misericordioso e fiel para representar o ser humano.

Um sacerdote é mediador entre Deus e o ser humano. Ele representa Deus diante do homem, e o homem, diante de Deus.

Uma vez que Jesus Cristo é o Filho de Deus, ele está qualificado para representar Deus diante dos homens. Para que pudesse representar o ser humano diante de Deus, ele precisava tornar-se homem por meio da encarnação.

Por ter encarnado, ele tornou-se capaz de ser um sumo sacerdote fiel para representar o ser humano diante de Deus. Um sacerdote misericordioso precisa entender a miséria daqueles que ele representa; para isso, precisa identificar-se com o ser humano em seu sofrimento. Para ser um sacerdote fiel para os necessitados, manifestando a fidelidade perfeita de Deus, ele mesmo precisa ser Deus. Por isso, a encarnação era necessária para produzir o tipo de sacerdote de que precisamos para nos representar em nossa fraqueza diante de Deus.

☞ Para refletir ☞

Como você se sentiria se tivesse um representante pessoal no palácio presidencial, alguém que – mediante um simples telefonema seu – imediatamente levasse cada um de seus problemas e preocupações à atenção do presidente? O espantoso é que, como cristão, você pode ter um representante assim diante de Deus – só que ainda melhor! Jesus é nosso sumo sacerdote pessoal diante do Pai, representando-nos com compreensão perfeita das nossas fraquezas e falhas.

7. Fazer propiciação pelo pecado (2.17b)

2.17b ... e fazer propiciação pelos pecados do povo.

A sétima razão para a encarnação é dada no final do versículo 17. O Filho tornou-se homem para “fazer propiciação pelos pecados do povo”. O escritor tem em mente o cumprimento do que se anunciava em cada Dia da Expição ao longo da história de Israel. O dia mais importante de todo o calendário religioso anual israelita era aquele no qual o sumo sacerdote se apresentava em nome do povo culpado e cobria a Lei quebrada aspergindo sangue sobre o trono da graça (o propiciatório). Fornecia-se assim um substituto na morte em favor das pessoas culpadas, de forma que Deus pudesse considerar a pena da Lei como tendo sido paga. O pecado coberto pelo sangue não estava apenas perdoado, mas também era removido da congregação, o que era tipificado no ato de confessar o pecado da nação sobre o bode expiatório, que depois disso era levado para o

deserto. Este ato fornecia a base para que Deus pudesse tratar o pecado da nação culpada e habitar em seu meio, ficando acessível às pessoas em qualquer momento de necessidade. A Bíblia chama esse ato de satisfazer a ira de Deus de “propiciação”.

Como mais adiante o escritor de Hebreus entrará em detalhes a respeito da forma com que a morte de Cristo cumpre o que era anunciado pelo Dia da Expição, não aprofundaremos esse tema aqui. No entanto, precisamos reconhecer que a encarnação possibilitou o sacrifício propiciatório de Cristo.

8. Socorrer os que são tentados (2.18)

2.18 Porque, tendo em vista o que ele mesmo sofreu quando tentado, ele é capaz de socorrer aqueles que também estão sendo tentados.

A oitava razão para a encarnação é informada no versículo 18. Como o próprio Deus não pode ser tentado pelo mal (Tg 1.13) nem ser posto à prova (Dt 6.16; Mt 4.7), era necessário que Jesus Cristo, por meio da encarnação, se identificasse com o ser humano a fim de representar bem aqueles que são tentados e provados.

Só mediante essa identificação ele pôde sofrer; se não tivesse passado pelo mesmo sofrimento que o ser humano, não conseguiria ser um sacerdote compreensivo. O sofrimento e a tentação de Cristo não nasceram da natureza pecaminosa e caída, como é o caso das pessoas, mas vieram do mundo e de Satanás. Mas aquilo que ele sofreu tornou-se o fundamento de sua compaixão. Por ter experimentado tudo o que o ser humano experimenta, exceto pela natureza caída e pecaminosa, ele agora pode socorrer quem está sendo tentado.

☞ Para refletir ☞

Para muitos cristãos, a derrota começa com a simples experiência da tentação. No momento em que somos confrontados com ela, pensamos que Cristo nos abandonou ou que não podemos buscar forças nele. As duas ideias estão completamente erradas – nada poderia estar mais distante da verdade! Embora nossas tentações brotem da nossa própria natureza pecaminosa e venham também do nosso adversário externo, Jesus compreende nossa fraqueza, entende o real impacto da tentação e é capaz de responder a qualquer súplica por ajuda que lhe dirigimos. Assim, da próxima vez que você enfrentar a tentação, volte-se

imediatamente para Cristo, na certeza de que ele entende, se preocupa e pode livrar você.

Uma dúvida que pode surgir é de que modo Jesus, que era sem pecado, poderia realmente entender e reagir às nossas provações e tentações. Precisamos reconhecer que Jesus, que de fato nunca pecou, não se identifica conosco em nossa sedução ao pecado. Como destaca 1João 3.4, o pecado é transgressão da Lei, a tendência do indivíduo de declarar-se independente de Deus. Essa tentação pode vir de dentro (da nossa própria natureza pecaminosa) ou de fora, da parte de Satanás. A fonte, no entanto, não faz diferença, e a tentação é essencialmente a mesma.

Quando foi tentado no deserto, Jesus estava sendo convidado a transgredir a Lei. Essa tentação não veio da natureza pecaminosa dentro dele, mas de fora, da parte de Satanás. Portanto, Cristo entendia a natureza da tentação. Sofremos por viver em um corpo não redimido, em um mundo não redimido, com uma natureza pecaminosa não redimida operando em nosso interior. Jesus Cristo podia não ter a natureza pecaminosa dentro de si, mas vivia em um corpo corruptível em meio a este mundo não redimido. Portanto, estava sujeito aos mesmos sofrimentos que nós, mesmo sem uma natureza caída. Consequentemente, consegue ter empatia conosco, como um sumo sacerdote compassivo, misericordioso e fiel. Seu sentimento de simpatia aplica-se às nossas tentações, não ao nosso pecado. Ela não depende da experiência pessoal com o pecado, mas da experiência com a força do pecado, conforme enfrentou ao ser tentado no deserto, depois novamente no Getsêmani e, por fim, na cruz.

Os sofrimentos que Cristo padeceu da parte do mundo e de Satanás foram muito maiores do que qualquer uma de nossas experiências individuais. Satanás preserva suas forças e não exerce sobre qualquer indivíduo nenhuma pressão maior do que a necessária para que essa pessoa se curve aos seus desejos. Por causa da nossa fraqueza, basta uma pequena parte da pressão que Satanás seria capaz de exercer para que já nos sujeitemos à sua vontade. Diante de Jesus, no entanto, Satanás executou a máxima pressão possível para tentar subjugá-lo à sua vontade – e descobriu que era impossível levar Jesus a pecar.

Dessa forma, Jesus Cristo suportou um peso de tentação muito maior do que qualquer pessoa jamais enfrentou. E, por ter suportado a pressão total das tentações de Satanás, ele compreende nossa fraqueza e necessidade e é capaz de nos socorrer. Essa tentação exercida por Satanás só foi possível porque Cristo era verdadeiramente humano, por isso Jesus pode responder a qualquer pedido de ajuda que vier daqueles que ele representa como sumo sacerdote misericordioso e fiel.

Resumindo, os versículos 5-18 listam todas as obras que Jesus Cristo realizou por causa e durante o tempo de sua encarnação. Ele fez o que anjo nenhum poderia fazer. Ele é superior aos anjos em sua pessoa e também em suas obras. A conclusão óbvia é que a revelação por parte de uma pessoa tão superior precisa ter precedência sobre qualquer outra revelação dada por alguém inferior. Por maior que tenha sido a revelação dada pelos anjos no Sinai, muito superior é a revelação dada por meio do Filho/Revelador. E assim como Israel prestou contas com base na revelação dada pelos anjos, nós prestamos contas da revelação superior que Deus deu por intermédio da pessoa superior, Jesus Cristo.

2. JESUS CRISTO É SUPERIOR A MOISÉS

Hebreus 3.1–4.13

O alicerce da esperança de Israel como nação era a aliança que Deus estabelecera com Abraão (Gn 15.18-19), na qual a terra – naquela época ocupada pelos cananeus – foi prometida como herança perpétua a Abraão e seus descendentes. Deus prometeu a esse povo da aliança que mandaria alguém que abençoaria não apenas a nação em si, mas todas as nações da terra (Gn 12.3). Deus revelou a Abraão que seus descendentes seriam estrangeiros em uma terra que não era deles, onde seriam escravizados e afligidos durante 400 anos. Deus também prometeu que julgaria a nação à qual serviriam e que depois disso os filhos de Israel sairiam dali com grandes riquezas (Gn 15.13-14).

Em cumprimento a essa revelação, a família de Jacó estabeleceu-se no Egito, onde, sob a proteção de José, desfrutou de muitos privilégios. Mas, com o passar do tempo, foram submetidos a uma escravidão insuportável (Êx 1.8-14). Fiel às suas alianças e promessas, “ouviu Deus o lamento deles e lembrou-se da aliança que fizera com Abraão, Isaque e Jacó. Deus olhou para os israelitas e viu a situação deles” (Êx 2.24-25). Ele estendeu sua mão para os recônditos do deserto, onde pegou Moisés, que ali se refugiara da ira do faraó, e separou-o para tornar-se o redentor/libertador que tiraria seu povo da servidão (Êx 3.10-12). Como redentor/libertador da servidão egípcia, Moisés prefigurou a obra do Abençoador prometido, que se tornaria Redentor/Libertador – não da escravidão física do Egito, mas da servidão do pecado.

O homem escolhido como salvador de Israel também foi destinado a ser líder e juiz desse povo. Se por um lado a nação aceitou a redenção divina oferecida por intermédio de Moisés, por outro lado os israelitas se rebelaram contra Moisés como o líder que Deus colocara sobre eles (At 7.34-35). Ao ser escolhido como líder do povo redimido de Deus, Moisés prefigurou o direito de reinar que seria entregue ao futuro Redentor.

A obra realizada por Moisés e a posição na qual ele foi colocado anunciavam a vinda de um novo Moisés, que salvaria e governaria o povo da aliança de Deus. Mas, além de ser separado como redentor e líder, Moisés também foi o homem escolhido por meio de quem Deus enviaria revelação ao seu povo da aliança redimido. Enquanto a aliança de Deus com Abraão formava o alicerce da esperança de Israel, sua aliança estabelecida por meio de Moisés no Sinai – a Lei – era a base da vida diária do povo.

A Lei mostrava o tipo de vida que Deus esperava de um povo redimido se este quisesse viver em comunhão com ele e agradar-lhe. A revelação de Deus na Lei previa adoração aceitável. Ela também previa sacrifícios pelos quais a pessoa que violasse a Lei pudesse ser restaurada à comunhão com Deus. Em poucas palavras, a Lei regia cada aspecto da vida daqueles que tinham sido salvos e recebido a revelação da Lei. Por causa dessa universalidade da Lei, Moisés era tido na mais alta estima pelo povo de Israel.

☞ Para refletir ☞

Uma boa forma de resumir a Lei do Antigo Testamento é: ela não foi dada para salvar as pessoas, mas foi entregue a pessoas salvas. Aqueles que tinham sido redimidos por Deus demonstrariam sua fé nas promessas divinas por meio de uma vida em submissão à Lei. Embora a Lei mosaica tenha sido suplantada pela superioridade de Cristo, o relacionamento do cristão com a Palavra de Deus hoje é essencialmente o mesmo. Não podemos ser salvos – ou “conservar” nossa salvação – por meio da obediência às ordens bíblicas. No entanto, quem foi salvo deveria demonstrar sua fé salvadora por meio de uma vida de submissão voluntária à Palavra de Deus. Quando alguém não se submete à Palavra de Deus, há duas situações possíveis: ou essa pessoa não lhe pertence realmente, ou o conhece, mas está conscientemente abrindo mão das bênçãos que do contrário receberia.

Contudo, como vemos na história de Israel, os israelitas murmuraram e se rebelaram contra aquele que tinha sido escolhido como seu libertador, líder e portador da revelação. Por causa disso, o autor de Hebreus reconhece a possibilidade de que aqueles que agora receberam uma revelação superior podem se tornar culpados de uma rebelião semelhante contra o Redentor e Rei por meio do qual a receberam.

A diferença entre a fidelidade de Moisés e a de Cristo (3.1-6)

3.1-6 Portanto, santos irmãos, participantes do chamado celestial, fixem os seus pensamentos em Jesus, apóstolo e sumo sacerdote que confessamos. Ele foi fiel àquele que o havia constituído, assim como Moisés foi fiel em toda a casa de Deus. Jesus foi considerado digno de maior glória do que Moisés, da mesma forma que o construtor de uma casa tem mais honra do que a própria casa. Pois toda casa é construída por alguém, mas Deus é o edificador de tudo. Moisés foi fiel como servo em toda a casa de Deus, dando testemunho do que haveria de ser dito no futuro, mas Cristo é fiel como Filho sobre a casa de Deus; e essa casa somos nós, se é que nos apegamos firmemente à confiança e à esperança da qual nos gloriamos.

A palavra “portanto” em 3.1 estabelece uma conexão com o texto anterior, em 2.10-18 (a exortação do escritor aos seus leitores), em especial com os versículos 17-18. Embora a fidelidade de Cristo como sacerdote seja desenvolvida a partir de 4.14, aqui estabelece-se uma comparação entre a fidelidade de Cristo e a de Moisés.

Pelo fato de dirigir-se aos leitores de sua carta como “santos irmãos”, fica claro que o escritor não os considerava descrentes. São participantes do chamado celestial, com a expressão “participantes” enfatizando a genuinidade de sua experiência. Portanto, sem desprezar a preeminência de Moisés como libertador, líder e revelador no Antigo Testamento, o autor deseja que aqui seus leitores concentrem sua atenção em Cristo Jesus. A palavra traduzida por “fixem” (“considerem”, conforme a NAA) refere-se a concentrar a mente em Cristo Jesus com tal determinação que todo o resto fica de lado. O termo “confessamos” refere-se ao testemunho pessoal de cada cristão a respeito da fé em Cristo e de sua identificação com ele no batismo. Ao descrever Cristo como “apóstolo”, o escritor enfatiza que Jesus foi enviado por Deus, enquanto a referência a ele como “sumo sacerdote” chama atenção para o papel dele como nosso representante diante de Deus. O destaque especial que o autor faz aqui é a fidelidade perfeita que caracteriza Jesus Cristo.

A despeito de sua relutância em assumir o papel para o qual Deus o designou (Êx 3.11–4.17), depois de aceitá-lo, Moisés mostrou-se

fiel. Apesar de todas as provas, oposições e obstáculos que enfrentou, Moisés nunca vacilou em sua fé de que Deus realizaria a obra para a qual o separara. Hebreus 3.2 chama nossa atenção para essa fidelidade de Moisés; mas o que caracterizava Moisés também caracteriza o novo Redentor, Rei e Revelador – Jesus Cristo.

Embora haja paralelos entre a fidelidade de Moisés e a de Cristo, também há diferenças. Cristo foi fiel como arquiteto da casa, enquanto Moisés foi fiel como “casa”, desenhada e construída pelo arquiteto. Além disso, enquanto Moisés se mostrou fiel como servo na casa de Deus, Cristo foi fiel como administrador sobre sua casa. Aqui o raciocínio do autor fundamenta-se na relação entre Criador e criatura, enfatizando assim a superioridade de Cristo sobre Moisés. Cristo é o construtor; Moisés era parte da casa que estava sendo edificada. Cristo está acima da casa; Moisés está dentro dela. Cristo é o Filho; Moisés é um servo. Se o capítulo anterior ligava Cristo com a semente de Adão, como Filho do homem, este capítulo liga Cristo com a semente de Abraão e a casa de Israel.

No versículo 5, o autor sublinha que toda a revelação que Israel recebeu por intermédio de Moisés era uma antecipação de coisas que ainda viriam. A revelação de Deus por meio de Moisés foi um “testemunho do que haveria de ser dito no futuro”, indicando assim que a Lei era temporária e antecipatória.

No versículo 6, o escritor mais uma vez presume a legitimidade da fé de seus leitores, ao dizer que “essa casa somos nós”. A evidência da fé deles reflete-se na premissa do escritor: “... nos apegamos firmemente à confiança e à esperança da qual nos gloriamos”. Claramente, a obediência à revelação é uma prova da genuinidade da salvação de alguém. Pela fé, os filhos de Israel aceitaram o plano de salvação entregue a eles por Moisés. Em obediência, sacrificaram o cordeiro, aplicaram o sangue nos umbrais das portas de suas casas e assim passaram pelo sangue para a segurança contra o juízo da morte. Não houve rebelião contra a redenção oferecida por um Redentor fiel.

No entanto, mesmo depois de receber a salvação, o povo redimido de Deus rebelou-se continuamente contra Moisés, o líder divinamente constituído. Na verdade, a geração resgatada caracterizou-se pela murmuração constante (Êx 15.24). A palavra

traduzida como “reclamar” implica as ideias de “estar insatisfeito”, o que demonstra sua atitude interior, e “resmungar”, a manifestação exterior de sua atitude interior. Desde o momento de sua salvação do Egito, o povo foi chamado de reclamador (Êx 16.2, 7-8; 17.3; Nm 14.2, 27-36; 16.41; 17.5; Dt 1.27). A história da nação e a relação entre a murmuração e a desobediência são resumidas em Salmos 106.23-25, onde lemos que “queixaram-se em suas tendas e não obedeceram ao SENHOR ”.

☞ Para refletir ☞

A resposta bíblica para a “crentismo fácil” em voga hoje não é adaptar nossa doutrina para que ela incorretamente sugira que a salvação é apenas para quem se submete sempre e totalmente a Cristo como Senhor; em vez disso, é preciso reconhecer que (1) conhecer a Cristo é mais do que simplesmente repetir palavras; e (2) quem de fato conhece a Cristo, mas ignora seu dever de lhe obedecer corre o risco de perder as bênçãos do Senhor para sua vida, talvez até mesmo a própria vida. De fato, é possível viver como um cristão carnal, apático e descomprometido – mas isso está longe de ser desejável!

A rebelião em Cades-Barneia (3.7-11)

3.7-11 Assim, como diz o Espírito Santo: “Hoje, se vocês ouvirem a sua voz, não endureçam o coração, como na rebelião, durante o tempo da provação no deserto, onde os seus antepassados me tentaram, pondo-me à prova, apesar de, durante quarenta anos, terem visto o que eu fiz. Por isso fiquei irado contra aquela geração e disse: O seu coração está sempre se desviando, e eles não reconheceram os meus caminhos. Assim jurei na minha ira: Jamais entrarão no meu descanso”.

Em seguida, o autor de Hebreus passa por cima da longa história de murmuração de Israel e direciona a atenção de seus leitores para o ápice da rebelião, que aconteceu em Cades-Barneia. A razão para concentrar-se nesse episódio é o fato de ele enxergar a possibilidade de que seus leitores estejam correndo o risco de repetir o pecado de seus antepassados, por isso teme que sua geração acabe sofrendo as mesmas consequências daqueles que passaram por essa situação no deserto. Portanto, é essencial que consideremos e entendamos a experiência de Israel em Cades-Barneia conforme registrada em Números 14.

Deus disse a Moisés: “Por isso desci para livrá-los das mãos dos egípcios e tirá-los daqui para uma terra boa e vasta, onde há leite e mel com fartura: a terra dos cananeus...” (Êx 3.8). A primeira parte dessa promessa cumpriu-se com a libertação de Israel do Egito na noite da primeira Páscoa. Pela fé, a nação foi redimida (Is 43.1). Por isso, seria razoável esperar que a outra parte do propósito que Deus anunciara a Moisés para seu povo também se cumprisse.

Depois da viagem do Egito ao Sinai e de sua permanência ali (período durante o qual receberam a revelação divina da Lei por meio de Moisés), o povo foi conduzido até a fronteira da terra que Deus lhe prometera. Diante deles estava a perspectiva de desfrutar da terra e de uma vida de paz e descanso, em cumprimento à aliança de Deus com Abraão. Obedecendo às ordens do Senhor, Moisés separou representantes das doze tribos. Estes deveriam entrar e fazer o reconhecimento da terra, que, em razão dos obstáculos que ainda havia diante deles, só poderia ser conquistada pela fé (Nm 13.1-2). Esses espiões retornaram com um relatório muito realista, tanto a respeito das dificuldades para a ocupação da terra quanto das riquezas que ela oferecia. Mesmo sabendo dos problemas que enfrentariam para tomar a terra, Josué e Calebe convocaram o povo para confiar em Deus, dizendo: “A terra que percorremos em missão de reconhecimento é excelente. Se o SENHOR se agradar de nós, ele nos fará entrar nessa terra, onde há leite e mel com fartura, e a dará a nós” (Nm 14.7-8).

No entanto, o povo recusou-se a acreditar em Josué, Calebe e até mesmo no próprio Deus. Reagiram com incredulidade a esse chamado à fé (Nm 14.11; Hb 4.6). A incredulidade levou à rebelião escancarada (Nm 14.9), e foi só pela intervenção de Moisés que a nação incrédula não foi julgada imediatamente com morte física (Nm 14.11-12). Por causa da fidelidade de seu intercessor Moisés, o povo foi salvo da morte – mas também foi privado de desfrutar dos privilégios da terra que lhe tinha sido prometida. Aquela geração teve de retornar ao deserto, para peregrinar ali até que se levantasse uma nova geração que, em uma resposta de fé a Deus, conquistasse e ocupasse a terra de descanso e desfrutasse de uma vida de descanso.

Você já enfrentou – ou talvez esteja enfrentando agora – uma encruzilhada na vida em que os riscos de confiar em Deus parecem grandes demais para encarar? Será que você está em sua própria Cades-Barneia, pensando que seguir em frente, em um compromisso firme com Deus, é arriscado, perigoso, desconhecido demais? Antes de optar por dar as costas a ele e contentar-se com uma vida no deserto, pense no povo de Israel e em tudo o que ele perdeu. Em outras palavras, considere a diferença entre paz e descanso na “terra prometida” e morte no deserto.

Em Atos 7.35, Estêvão deixou claro que essa rebelião não tinha sido apenas contra Deus, mas também contra Moisés. Tinham-no seguido como seu libertador, mas não estavam dispostos a submeter-se a ele como seu líder. Por isso, o autor dessa carta cita Salmos 95.7-11 para entregar à sua geração a mesma exortação que o salmista apresentou à sua. O salmista convida sua geração a reconhecer que, como Criador, Deus é digno de ser adorado. Mas ele também entende que alguns podem não responder apropriadamente a esse fato e que seu povo poderia repetir a rebelião de seus antepassados no deserto. Isso resultaria em semelhante perda de privilégios. Usando essa passagem, então, o escritor de Hebreus apela aos seus leitores para que não permitam que o sofrimento os deixe insatisfeitos e que não deixem que esse descontentamento dê lugar a rebelião aberta – sob pena de que eles, como seus antepassados, percam as bênçãos dos privilégios que estariam disponíveis a eles se cressem.

As consequências da incredulidade (3.12-19)

Depois de recapitular o precedente histórico nos versículos 7-11, o escritor agora mostra as consequências da incredulidade que leva à rebelião, a fim de informar seus leitores a respeito dos resultados severos que enfrentariam caso seguissem o exemplo dos antigos e não andassem pela fé, tomando posse das promessas de Deus a respeito de uma vida de paz e descanso. Essas consequências são:

1. Afastamento de Deus (3.12)

3.12 Cuidado, irmãos, para que nenhum de vocês tenha coração perverso e incrédulo, que se afaste do Deus vivo.

O aviso soa no versículo 12: “Cuidado”. Mais uma vez, o autor trata seus leitores como crentes, chamando-os de “irmãos”. Reconhece

que, mesmo que tenham sido salvos pela fé, podem escolher não viver pela fé, optando em vez disso por ter “um coração perverso e incrédulo”. Essa incredulidade os afastaria do Deus vivo, impedindo-os de experimentar comunhão com ele.

2. Endurecimento do coração (3.13-16)

3.13-16 Ao contrário, encorajem-se uns aos outros todos os dias, durante o tempo que se chama “hoje”, de modo que nenhum de vocês seja endurecido pelo engano do pecado, pois passamos a ser participantes de Cristo, desde que, de fato, nos apeguemos até o fim à confiança que tivemos no princípio. Por isso é que se diz: “Se hoje vocês ouvirem a sua voz, não endureçam o coração, como na rebelião”. Quem foram os que ouviram e se rebelaram? Não foram todos os que Moisés tirou do Egito?

Se rompessem a comunhão com Deus, o coração deles ficaria calejado e insensível a ele. Embora não renunciassem à sua salvação, também não recorriam à ajuda que Deus dá a quem está passando por circunstâncias difíceis. No versículo 12, o apóstolo atribui a cada cristão a responsabilidade por sua própria conduta. No versículo 13, no entanto, ele também os responsabiliza pelo irmão que talvez seja fraco na fé e não esteja aproveitando o apoio que Deus concede nas diferentes experiências da vida. Os crentes devem “encoraj[ar]-se uns aos outros todos os dias”. Essa exortação baseia-se na verdade de que “passamos a ser participantes de Cristo”. Nessa carta, o escritor enfatiza com frequência a responsabilidade dos cristãos uns pelos outros, para que os fracos não tropecem e caiam. Assim, mais uma vez, ficar firme na confiança é evidência de que nossa fé é genuína.

3. Ato de rebelião (3.17)

3.17 Contra quem Deus esteve irado durante quarenta anos? Não foi contra aqueles que pecaram, cujos corpos caíram no deserto?

A dureza de coração em relação a Deus pode levar à revolta declarada contra ele. Citando Salmos 95.7-8 e enfatizando a palavra “hoje” no versículo 15 (tb. no v. 7), o apóstolo entendia que sua geração estava numa situação parecida com a que seus antepassados enfrentaram em Cades-Barneia. Ou seja, é possível que um povo salvo reaja com incredulidade às promessas de Deus

e, assim, perca as bênçãos que o Senhor dá a quem anda com ele pela fé.

☞ Para refletir ☞

Observe a decadência progressiva que começa com a simples dúvida em relação a Deus, despertada por dificuldades ou incertezas. Dúvidas levam à reclamação. Reclamações causam separação da comunhão com Deus, o que por sua vez faz o coração se endurecer contra ele. Em seguida, vêm os atos de rebelião aberta, que podem resultar em perda permanente de bênçãos temporais prometidas. Em algum ponto no início das nossas dificuldades, todos nós passamos pela tentação de pensar que Deus nos abandonou, que não se importa de verdade conosco, que “ele nos trouxe ao deserto para morrer”. De acordo com Hebreus, essa situação é muito mais perigosa do que talvez percebamos! É nessa hora que devemos voltar às suas promessas seguras de bênção e dar ouvidos a elas em vez de prestar atenção às nossas próprias murmurações e reclamações.

4. Perda das bênçãos prometidas (3.18-19)

3.18-19 E a quem jurou que nunca haveriam de entrar no seu descanso? Não foi àqueles que foram desobedientes? Vemos, assim, que por causa da incredulidade não puderam entrar.

A rebelião causa perda de bênçãos prometidas. Os judeus da geração do Êxodo reagiram com incredulidade às promessas de Deus. Essa descrença levou à desobediência (3.18), que era pecado (3.17). A consequência desse pecado foi que “por causa da incredulidade não puderam entrar” (3.19). É importante notar que o povo salvo pela fé na noite da primeira Páscoa *não perdeu* seu status de nação redimida – mas *perdeu* as bênçãos e os privilégios que teria recebido na terra, perdendo assim também uma vida de paz e descanso.

Advertência com base na experiência de Israel (4.1-13)

A possibilidade de descanso (4.1-10)

A promessa de descanso (4.1-2)

4.1-2 Visto que nos foi deixada a promessa de entrarmos no descanso de Deus, que nenhum de vocês pense que falhou. Pois as boas-novas foram

pregadas também a nós, tanto quanto a eles; mas a mensagem que eles ouviram de nada lhes valeu, pois não foi acompanhada de fé por aqueles que a ouviram.

A expressão “visto que”, em 4.1, introduz uma conclusão da verdade que o apóstolo acabou de apresentar. No versículo 16 do capítulo 3, ele explicara que o povo redimido por Deus o provocou com sua incredulidade. No versículo 17, a descrença levou a pecado evidente, e a nação arcou com as consequências. No versículo 18, a desobediência deles levou Deus a rejeitá-los e reter as bênçãos prometidas. E, no versículo 19, embora tenham começado a viagem para a Terra Prometida pela fé, não puderam entrar naquela terra e na vida de descanso por causa de sua incredulidade. Uma vez que os leitores dessa carta possivelmente corriam o risco de adotar um padrão de incredulidade e desobediência semelhante, o autor exorta-os à luz das promessas dadas no Filho/Revelação: “... que nenhum de vocês pense que falhou”.

Nesses dois primeiros versículos, o autor destaca que nós recebemos promessas de uma vida de descanso assim como aconteceu com a geração redimida que deixou o Egito. O evangelho entregue aos leitores não era apenas o das boas novas de salvação; ele incluía igualmente as boas novas (literalmente, *evangelho*) de que Deus também providenciara uma vida de descanso da qual podemos nos apropriar pela fé, mesmo em meio a circunstâncias difíceis.

Já surgiram diferentes interpretações para o que seria o “descanso” prometido nos versículos 1-2. Alguns, pensando que a carta era endereçada a não cristãos, interpretam o “descanso” como o repouso da salvação ou descanso eterno; ou seja, acreditam que “descanso” se refere ao resultado último da salvação. No entanto, como demonstramos claramente, essa carta dirigia-se a cristãos, não a descrentes. Além disso, depois de extrair uma lição da experiência do Israel redimido no Antigo Testamento, seria muito estranho que o escritor de repente deixasse de falar com cristãos para exortar os não crentes.

Uma segunda interpretação aqui é que o “descanso” se refira ao repouso milenar – aquele do qual a nação de Israel finalmente desfrutará quando o Messias prometido a Abraão salvar seu povo da escravidão sob os gentios e instituir seu reino de paz e justiça aqui

na terra. Com base nas alianças que Deus fizera com os antepassados hebreus, essa certamente era a expectativa da nação. No entanto, o descanso no qual a geração de Cades-Barneia poderia ter entrado não era o descanso milenar, pois o Messias ainda não tinha vindo nem exercera sua autoridade para subjugar a si todas as nações, instituindo assim seu reino milenar. Embora o descanso no milênio seja uma expectativa real do povo de Deus, não era esse que se oferecia ao povo reunido em Cades-Barneia ou no qual a geração seguinte entraria sob Josué.

Isso leva à conclusão lógica de que o “descanso” dessa passagem deve referir-se ao que chamaríamos de descanso de uma vida de fé, um repouso recebido pela fé e do qual se desfruta mesmo em meio aos conflitos, obstáculos e oposições da vida. Esse era o descanso perdido pela geração do Êxodo, o mesmo descanso que a geração de Josué recebeu ao conquistar a terra pela fé e desfrutar de suas bênçãos.

☞ Para refletir ☞

Mesmo dentro da esfera cristã, muitas pessoas estão buscando “descanso” em muitos lugares, menos no conhecimento de Cristo e nas garantias de sua Palavra. É certo que mesmo a vida cristã, se estiver longe da submissão e obediência ao Senhor, será repleta de insatisfação e turbulências interiores. Nenhum nível de sucesso material, conforto físico, terapia psicológica ou afazeres religiosos oferece a paz e o descanso que o Senhor prometeu. Estes só podem ser obtidos mediante a fé nas promessas de Deus, independentemente das adversidades e circunstâncias que nos cercam.

Nos dias finais da vida de Cristo na terra, o cumprimento imediato da promessa a respeito do reino milenar de Deus foi retido ao povo de Israel por causa de sua incredulidade como nação (Mt 19.11; 21.43). Por causa da rejeição dos líderes religiosos a Cristo como Rei, aquela geração de Israel caiu sob juízo divino (Mt 21.41; 23.37–24.2; Lc 21.24). Jesus deixou claro que o reino davídico prometido não poderia ser estabelecido na terra antes que o juízo físico/temporal fosse executado, que a nação chegasse ao arrependimento e o Rei – até ali ausente – retornasse física, visível e corporalmente à terra.

Assim, o estabelecimento do reino milenar na terra não era a expectativa dos leitores dessa carta. No entanto, o escritor diz que as boas novas que nos foram proclamadas (4.2) dizem que pela fé podemos receber as bênçãos do descanso de uma vida de fé. Na verdade, o apóstolo tem tanta certeza da fé dos seus leitores que pode dizer: "... nós, os que cremos, é que entramos naquele descanso". Isso pode ser traduzido literalmente por "nós, os que cremos, estamos agora entrando no descanso de Deus". Note que esse descanso da vida de fé não é visto como algo estático, mas progressivo. É um processo dinâmico no qual o cristão anda de fé em fé, de vitória em vitória.

O modelo do descanso (4.3-5)

4.3-5 Pois nós, os que cremos, é que entramos naquele descanso, conforme Deus disse: "Assim jurei na minha ira: Jamais entrarão no meu descanso"; embora as suas obras estivessem concluídas desde a criação do mundo. Pois em certo lugar ele falou sobre o sétimo dia, nestas palavras: "No sétimo dia Deus descansou de toda obra que realizara". E de novo, na passagem citada há pouco, diz: "Jamais entrarão no meu descanso".

Nos versículos 3-5, o descanso de Deus depois de encerrar sua obra de criação é apresentado como o modelo para o descanso que todo crente pode obter. Citando o relato da Criação em Gênesis 2.2, o escritor mostra que Deus descansou. Uma vez que a obra criadora tinha sido completada em seis dias, Deus não precisou retornar ao trabalho depois de seu descanso temporário. Em vez disso, o encerramento da criação permitiu que Deus entrasse em um estado permanente de repouso. Deus trabalhou durante seis dias para terminar a criação da forma que desejava e, uma vez encerrada essa obra, não havia necessidade de mais nenhum trabalho adicional. O autor aplica esse princípio ensinando que quando nós – pela fé – entramos em uma vida de descanso, não é mais necessário *obter* esse repouso, mas tão somente *manter* o descanso no qual se entrou pela fé.

☞ Para refletir ☞

Como é interessante que o próprio Deus seja o autor do descanso! E o descanso divino que o Senhor instituiu depois da Criação continua até hoje. Isso significa que, mesmo vivendo em uma das sociedades mais

apressadas, tensas e tumultuadas que já existiram, podemos experimentar seu descanso perfeito se mantivermos e cultivarmos nosso relacionamento com ele. Mas antes precisamos separar tempo da nossa própria vida agitada para fazer isso.

A perpetuidade da promessa (4.6-10)

4.6-10 Portanto, restam entrar alguns naquele descanso, e aqueles a quem anteriormente as boas-novas foram pregadas não entraram, por causa da desobediência. Por isso Deus estabelece outra vez um determinado dia, chamando-o “hoje”, ao declarar muito tempo depois, por meio de Davi, de acordo com o que fora dito antes: “Se hoje vocês ouvirem a sua voz, não endureçam o coração”. Porque, se Josué lhes tivesse dado descanso, Deus não teria falado posteriormente a respeito de outro dia. Assim, ainda resta um descanso sabático para o povo de Deus; pois todo aquele que entra no descanso de Deus também descansa das suas obras, como Deus descansou das suas.

Pelo fato de a geração pecadora no deserto ter perdido seu descanso, é possível concluir equivocadamente que a promessa de receber repouso tinha sido permanentemente suspensa. No entanto, ao citar Salmos 95.11, o autor indica que, gerações depois, durante os dias de Davi, ainda era possível convidar as pessoas a receber descanso por meio de uma vida de fé. A geração de Davi vivia em meio a conflitos. Havia tensão política dentro da nação, e a casa real estava dividida. Havia guerras entre Israel e as nações. Mesmo assim, Davi podia garantir aos que viviam em meio ao conflito que Deus ainda oferecia o privilégio de desfrutar do descanso pela fé.

Igualmente, é possível concluir erroneamente que a geração que entrou na terra e na vida de repouso sob Josué tinha cumprido as promessas de Deus, que dessa forma não estavam mais disponíveis para as gerações posteriores. No entanto, uma vez que Davi prometia descanso muito tempo depois de Josué ter completado a conquista, fica evidente que se trata de uma promessa contínua, que pode sempre ser obtida por meio da fé. Assim, a conclusão que podemos tirar é que “ainda resta um descanso sabático para o povo de Deus” (4.9). E o escritor deixa muito claro que esse repouso não nasce do esforço humano, mas da fé (4.10).

Certa vez, Jesus convidou todos aqueles que estivessem cansados e sobrecarregados com o peso do pecado e das obrigações religiosas a virem a ele, para que ele lhes desse “descanso”. Você está ansiando pelo descanso de uma vida de fé, independentemente das circunstâncias? Está disposto a confiar em Deus e em suas promessas para cada área da sua vida? Está pronto para se submeter à autoridade dele enquanto experimenta essa vida de descanso pela fé? Se há qualquer obstáculo entre você e ele, entre você e o descanso que ele oferece, por que não ir até ele em humilde submissão, entregando-lhe tudo... ainda hoje?

A exortação para entrar no descanso (4.11-13)

4.11-13 Portanto, esforcemo-nos por entrar nesse descanso, para que ninguém venha a cair, seguindo aquele exemplo de desobediência. Pois a palavra de Deus é viva e eficaz, e mais afiada que qualquer espada de dois gumes; ela penetra até o ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e julga os pensamentos e as intenções do coração. Nada, em toda a criação, está oculto aos olhos de Deus. Tudo está descoberto e exposto diante dos olhos daquele a quem havemos de prestar contas.

Depois de demonstrar com clareza que uma vida de descanso pela fé está disponível até hoje a todo aquele que crê, o autor encerra com uma exortação para que se entre nesse descanso (4.11-13). Esse não é um tipo de vida para o qual o cristão desliza passivamente, para então de repente acordar e perceber suas bênçãos. Pelo contrário, isso só acontece quando a pessoa se dedica com diligência a entrar nesse descanso. Fé nunca é algo passivo; ela é sempre ativa. E, quando alguém não exercita a fé com cuidadosa atenção, tal pessoa nunca entrará no descanso prometido. É triste, mas verdadeiro: sem devotar essa atenção diligente ao exercício da fé, qualquer cristão pode desobedecer e deixar de receber descanso.

No versículo 12, a palavra “pois” explica por que deveríamos ser dedicados na busca pelo descanso prometido. Se não o fizermos, podemos não apenas perder as bênçãos prometidas, mas nossa negligência também pode nos levar a ser disciplinados por Deus. O crente chamado a exercer fé e assim entrar no descanso é julgado pela revelação que Deus deu. No Antigo Testamento, Israel foi julgado pela revelação da Lei dada por intermédio de Moisés. Da mesma forma, os cristãos de hoje são julgados pela revelação

trazida por aquele que é maior que Moisés. Mais especificamente, o crente é julgado pela Palavra de Deus.

Essa passagem declara cinco coisas a respeito da Palavra de Deus: em primeiro lugar, ela é viva. A Escritura é dada por inspiração divina (2Tm 3.16). Por ser inspirada por Deus, ela compartilha o caráter do próprio Deus. E, como Deus vive, a Palavra que ele inspira também é palavra viva.

Em segundo lugar, a Palavra de Deus é poderosa; ou, em outra tradução possível, é atuante. Ela age naquele que lhe dá ouvidos e obedece. Ela não apenas ilumina a mente, mas também transforma condutas. Não apenas revela o que há dentro de uma pessoa, mas também julga todo e qualquer comportamento.

Em terceiro lugar, a Palavra é mais afiada que qualquer espada de dois gumes. Usando como ilustração a arma mais afiada que um soldado romano tinha à disposição, o autor fala da qualidade cortante da Palavra de Deus. Ela é capaz de distinguir entre o que é divino e o que é ímpio, o que é certo e o que é errado.

Em quarto lugar, a Palavra de Deus penetra. Embora alguns tenham interpretado isso como se a Palavra de Deus fosse capaz de “separar” a alma do espírito, parece melhor compreender essa ilustração como uma declaração de que a Palavra de Deus é capaz de alcançar as maiores profundidades da alma e do espírito.

Isso parece ser confirmado pela quinta afirmação, de que a Palavra de Deus discerne os pensamentos e intenções do coração. Nada fica oculto à exposição da Palavra de Deus. Consequentemente, “nada, em toda a criação, está oculto aos olhos de Deus. Tudo está descoberto e exposto diante dos olhos daquele a quem havemos de prestar contas” (4.13). Dessa forma, o autor diz que devemos dedicar esforço cuidadoso à busca pela vida de descanso; pois, se falharmos nisso por causa de dúvidas, incredulidade, medo ou cansaço na luta, todos esses motivos serão revelados.

☞ Para refletir ☞

Não importa o que fizermos, não podemos ignorar a conexão vital entre a Palavra de Deus e a vida de descanso pela fé que o Senhor nos oferece. Sem um estudo cuidadoso e contínuo da Bíblia, estaremos completamente despreparados para buscar diligentemente o descanso

que ele dá. O estudo bíblico é a chave para o crescimento e a maturidade espirituais. Não podemos confiar no que não conhecemos, nem podemos agir com base naquilo em que não confiamos.

Resumindo: vimos que Deus deu a Israel alguém que seria seu redentor e líder, por meio de quem receberiam a revelação. Mas o mesmo povo que aceitou a redenção também se rebelou contra o líder. Essa rebelião resultou na incredulidade e pecado de Cades-Barneia, o que fez que a geração salva perdesse as bênçãos e os privilégios que deveriam ter recebido na Terra Prometida. Então, viera um Redentor, um Rei e Revelador maior, e o escritor de Hebreus destaca o perigo atual de que os leitores repetissem o pecado de seus antepassados. Isso mais uma vez causaria a perda de bênçãos e privilégios prometidos.

A promessa da vida de descanso pela fé está diante dos destinatários dessa carta. Eles podem entrar nela, mas para isso precisam dedicar atenção cuidadosa ao exercício da fé. Cada um de seus pensamentos e ações será julgado pela Palavra de Deus. Por isso, o autor exorta: "... que nenhum de vocês pense que falhou" em entrar nesse descanso (4.1). E também: "... esforcemo-nos por entrar nesse descanso..." (4.11).

☞ Para refletir ☞

Não importa quão útil seja a abundância de livros cristãos que há nas livrarias de hoje, devemos sempre lembrar que a Palavra de Deus é o único livro vivo no mundo. Além disso, é o único escrito ao qual se aplicam as afirmações de Hebreus 4.12. Portanto, faremos bem em gastar com a Palavra de Deus no mínimo a mesma quantidade de tempo que gastamos com todos os outros livros juntos.

3. JESUS CRISTO É SUPERIOR A ARÃO

Hebreus 4.14–10.18

Depois da advertência parentética de que a desobediência acarretaria perda de bênçãos, o escritor retorna ao tema do sumo sacerdócio de Cristo, que continuará a tratar até 10.18. A menção ao sumo sacerdote em 4.14 remete-nos a 2.17 e 3.1, enquanto a confissão lembra 3.1, e a ousadia de 4.16 recapitula 3.6. Dessa forma, vemos que agora o autor passa a desenvolver em detalhes o assunto que já tinha introduzido na seção anterior.

A expressão “portanto, visto que”, no versículo 14, infere que somos considerados responsáveis e que é preciso tirar proveito do Sumo Sacerdote que temos e que devemos nos apropriar das bênçãos que ele provê. Ao afirmar que “temos um grande sumo sacerdote”, o autor enfatiza a disponibilidade contínua desse nosso Sumo Sacerdote. Em outras palavras, ele é nossa posse presente e perpétua.

Cristo numa posição superior (4.14-16)

4.14-16 Portanto, visto que temos um grande sumo sacerdote que adentrou os céus, Jesus, o Filho de Deus, apeguemo-nos com toda a firmeza à fé que professamos, pois não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas, mas sim alguém que, como nós, passou por todo tipo de tentação, porém, sem pecado. Assim, aproximemo-nos do trono da graça com toda a confiança, a fim de recebermos misericórdia e encontrarmos graça que nos ajude no momento da necessidade.

No Dia da Expição, Arão entrava no tabernáculo terreno para ministrar na presença de Deus em favor do povo. Ao terminar seu serviço, ele saía da presença do Senhor para misturar-se novamente ao povo. Mas não é essa a experiência do nosso grande Sumo Sacerdote, pois ele adentrou os céus – isto é, ele saiu desta esfera terrena, passando pelos céus inferiores, e entrou na presença direta de Deus para interceder por nós. Ele não foi à presença do Senhor para ministrar por pouco tempo e então retornar à esfera terrena. Em

vez disso, ele serve continuamente na presença de Deus em nosso favor. E, embora Arão não pudesse levar aqueles que representava consigo à presença de Deus, nosso Sumo Sacerdote leva-nos à presença imediata do Senhor.

Ao chamar nosso Sumo Sacerdote pelo nome Jesus, o autor enfatiza a verdadeira humanidade de Cristo, que o torna capaz de compreender nossas necessidades e de ser um sacerdote compassivo. Ao descrevê-lo como Filho de Deus, ele destaca sua divindade e sublinha a onisciência e onipotência que ele exerce como sacerdote que nos representa. Consequentemente, pode exortar: "... apeguemo-nos com toda a firmeza à fé que professamos". E, assim como em 3.1, essa confissão é testemunho público da nossa fé em Jesus Cristo como Filho de Deus e Salvador, dado no momento em que nos identificamos com ele pelo batismo.

A palavra "pois" no versículo 15 apresenta a razão pela qual devemos nos apegar com firmeza à fé que professamos. Jesus não é um sumo sacerdote como Arão, que não tem como se compadecer de nossa fraqueza, ignorância e imaturidade. Em vez disso, é um Sumo Sacerdote que foi tentado como nós em todas as áreas, mas não pecou. De acordo com 1João 2.16, há três canais pelos quais podemos ser testados: a cobiça da carne, a cobiça dos olhos e a ostentação dos bens. Esses são os únicos três portões pelos quais Satanás pode empreender um assalto à fortaleza da alma. Nos registros evangélicos sobre como Satanás tentou Cristo, descobrimos que o Senhor foi tentado nessas três áreas específicas. Quando Jesus sentiu fome, Satanás sugeriu que ele usasse seu poder divino de criação para transformar pedras em pão. Era um apelo à cobiça da carne. Quando Satanás lhe ofereceu os reinos do mundo, estava apelando à cobiça dos olhos. E, quando sugeriu que Jesus mostrasse sua confiança em Deus saltando do pináculo do templo, Satanás estava tentando seduzi-lo com a ostentação de seu poder. Uma vez que o Senhor resistiu à tentação nessas três áreas, não restava a Satanás nenhum outro meio pelo qual pudesse atacar a alma dele. Dessa forma, Jesus de fato foi tentado em tudo que nós também somos. O ser humano está sujeito à tentação, e, uma vez que Cristo era verdadeiramente homem, pôde ser tentado

exatamente como nós; a diferença é que ele não sucumbiu à tentação.

☞ Para refletir ☞

Ainda que o sacerdócio de Arão não tenha muito significado para nós hoje, antes da vinda de Cristo esse era o meio divinamente ordenado para que o ser humano adorasse a Deus e tivesse acesso a ele. É óbvio, portanto, que era superior a todas as religiões pagãs, a todas as práticas místicas e a toda a idolatria encontrada no mundo. Uma vez que o livro de Hebreus nos diz que Jesus Cristo é superior ao sacerdócio de Arão, é justo dizer que ele também é muito superior a todas as outras práticas religiosas do mundo atual. Isso significa, então, que o teólogo liberal de fala mansa que tenta argumentar que “há muitos caminhos para Deus” ou que “Jesus era apenas um de uma longa série de luminares espirituais” está apresentando um erro grotesco em lugar da verdade.

Na verdade, Cristo suportou um peso de tentação muito maior do que qualquer outro ser humano. Satanás exerce apenas a pressão necessária para nos subjugar à sua vontade. Ele não precisa jogar o peso total da tentação sobre nós – por causa da nossa fraqueza, rendemo-nos logo. Mas sobre Cristo ele teve de lançar o peso total de toda a sua habilidade para tentar e, mesmo assim, não conseguiu derrotá-lo. Por isso, Cristo suportou tentação muito pior do que qualquer ser humano jamais experimentou. E, tendo sido tentado dessa forma, ele sabe o que isso significa e é capaz de identificar-se conosco quando somos tentados. Pelo fato de ter suportado essa tentação, ele é agora um sacerdote misericordioso, fiel, compassivo e compreensivo.

Lembro-me de uma oração que minha filha caçula fez quando teve catapora, aos sete anos. Estávamos orando juntos antes de ela ir dormir. Ela disse: “Obrigada por sair do seu lindo lar no céu para vir à terra. E obrigada porque o Senhor teve sarampo e catapora, por isso sabe quanto estou com vontade de me coçar”. Em sua confiança infantil, tinha certeza de ter um Sumo Sacerdote compreensivo.

☞ Para refletir ☞

Em que categorias entram as tentações que são mais problemáticas para você? O simples fato de reconhecer em qual(is) área(s) Satanás ataca você com maior frequência é um passo gigante em direção à vitória. Lembre-se: Jesus obteve vitória sobre a força total das tentações de

Satanás em todas as áreas e pode lhe dar vitória também. Mas precisamos ir a ele primeiro; esperar para pedir sua ajuda só depois que já tentamos resolver o problema sozinhos quase sempre terminará em desastre.

A palavra “assim”, no versículo ,, levanta outra inferência: uma vez que nosso Sumo Sacerdote é tanto compreensivo quanto perfeito, vamos tirar proveito de sua disponibilidade! Podemos nos aproximar livremente do trono da graça. Seu trono, que deveria ter sido de juízo, transformou-se em um lugar de onde a graça corre como um rio. Não nos aproximamos com medo ou dúvida, mas com ousadia, pois nosso Sumo Sacerdote nos tornou aceitáveis e nos acompanha à presença direta de Deus. Quando chegamos diante desse trono de graça, recebemos em primeiro lugar misericórdia, que é a resposta do amor a qualquer miséria. Em segundo lugar, nos achegamos para encontrar graça que nos ajude. Graça pode ter dois sentidos. Por um lado, há a graça que caracteriza a atitude de Deus para com os pecadores e seus filhos, por causa da obra de Jesus Cristo. Mas também há a graça que concede capacitação divina que atenda a qualquer necessidade. Esse versículo faz uso dessas duas ideias de graça, de forma que nos aproximamos do trono da graça para encontrar a ajuda necessária que apenas nosso Sumo Sacerdote pode oferecer.

Cristo, um sacerdote superior (5.1–7.28)

Pré-requisitos para o sacerdote (5.1-4)

5.1-4 Todo sumo sacerdote é escolhido dentre os homens e designado para representá-los em questões relacionadas com Deus e apresentar ofertas e sacrifícios pelos pecados. Ele é capaz de se compadecer dos que não têm conhecimento e se desviam, visto que ele próprio está sujeito à fraqueza. Por isso ele precisa oferecer sacrifícios por seus próprios pecados, bem como pelos pecados do povo. Ninguém toma essa honra para si mesmo, mas deve ser chamado por Deus, como de fato o foi Arão.

Assim como Jesus Cristo foi um Redentor, Rei e Revelador superior a Moisés, da mesma forma ele é um Sumo Sacerdote superior a

Arão. E o sistema no qual ele atua como sacerdote é superior à ordem levítica que Arão administrava.

Com a finalidade de fundamentar essa verdade, o escritor revê, nos primeiros quatro versículos do capítulo 5, os dois pré-requisitos essenciais para o sacerdócio que se aplicariam a qualquer sacerdote de qualquer ordem. Em primeiro lugar, o sumo sacerdote precisa ser genuinamente humano (v. 1-3). Em segundo lugar, precisa ser chamado por Deus (v. 4). Uma vez que o sumo sacerdote deveria representar o ser humano diante de Deus (v. 1), ele precisava ser realmente humano, para assim poder ser o tipo de sacerdote de que precisamos. Se ele não fosse humano e não tivesse experimentado tudo o que as pessoas experimentam, seria incapaz de ter compaixão pelos fracos e errantes. Os sacerdotes da ordem aarônica precisavam oferecer sacrifícios por seus próprios pecados, demonstrando assim sua verdadeira humanidade.

Como a tarefa do sacerdote não era apenas representar os homens diante de Deus, mas também representar Deus diante dos homens, era essencial que ele fosse escolhido por Deus. Deus não teria obrigação nenhuma de aceitar o ministério de sacerdotes que tivessem sido escolhidos pelo próprio povo como seus representantes. Uma vez que todas as ofensas eram contra Deus, e a ira divina precisava ser satisfeita pelo serviço de sacerdotes humanos, era preciso que Deus escolhesse aqueles a quem aceitaria como seus representantes.

Pré-requisitos completamente atendidos (5.5-10)

5.5-10 Da mesma forma, Cristo não tomou para si a glória de se tornar sumo sacerdote, mas Deus lhe disse: “Tu és meu Filho; eu hoje te gerei”. E diz noutro lugar: “Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque”. Durante os seus dias de vida na terra, Jesus ofereceu orações e súplicas, em alta voz e com lágrimas, àquele que o podia salvar da morte, sendo ouvido por causa da sua reverente submissão. Embora sendo Filho, ele aprendeu a obedecer por meio daquilo que sofreu; e, uma vez aperfeiçoado, tornou-se a fonte da salvação eterna para todos os que lhe obedecem, sendo designado por Deus sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedeque.

O autor continua nos versículos 5-10 mostrando que Cristo, por atender a esses pré-requisitos, está plenamente qualificado para ser

nosso Sumo Sacerdote. A prova é apresentada em ordem inversa. No versículo 5, o apóstolo afirma que “Cristo não tomou para si a glória de se tornar sumo sacerdote”. Citando Salmos 2.7, o escritor mostra que, em vez disso, Jesus Cristo foi *designado* para o papel de Sumo Sacerdote pelo Pai, no momento de sua ressurreição. Em seguida, o autor cita Salmos 110.4 como uma segunda testemunha de que o Pai escolheu seu Filho ressuscitado como Sumo Sacerdote. Não resta dúvida, assim, que Cristo foi divinamente instituído no cargo de Sumo Sacerdote.

A humanidade verdadeira de Cristo e sua qualificação como representante dos homens diante de Deus são confirmadas nos versículos 7-9. Em nenhum outro lugar, a humanidade perfeita de Cristo é mais bem evidenciada do que naquela fantástica cena no Getsêmani à qual o autor alude no versículo 7. Os “seus dias de vida na terra” referem-se ao tempo de sua vida na terra em corpo mortal. A palavra “orações” trata de um pedido específico que foi feito. As “súplicas” fazem referência ao pedido de alguém necessitado de proteção ou ajuda em meio a uma calamidade esmagadora. O peso de tudo o que estava diante dele produziu “alta voz” e “lágrimas”. Estas indicam não tanto a sobrecarga física, mas muito mais o *estresse emocional* sob o qual Jesus sofria. Nesse momento de necessidade, apresentou seus pedidos “àquele que o podia salvar da morte”. Na verdade, ele estava se achegando com ousadia ao trono da graça para obter misericórdia e encontrar graça que o ajudasse no momento da necessidade. Em sua aflição, Jesus demonstrou aquilo que o autor oferece aqui como ajuda para seus leitores.

☞ Para refletir ☞

Por que o autor de Hebreus se esforça tanto para mostrar, em detalhes, que Cristo está qualificado para ser nosso Sumo Sacerdote? Vamos lembrar o que é nossa primeira tentação em muitas das nossas crises: pensar que Deus não nos entende, que ele não compreende nossa situação ou que não se importa de verdade. Se cultivadas, essas ideias podem nos levar à rebelião, à desobediência e até mesmo à perda permanente de bênçãos. Mas as características de nosso Sumo Sacerdote conforme demonstradas em Hebreus provam que essas ideias simplesmente não são verdadeiras! Jesus nos entende, ele simpatiza conosco, ele se importa e está na presença do Pai para continuamente interceder por nós.

Levanta-se agora a questão a respeito do motivo pelo qual Jesus estava orando quando pedia para ser salvo da morte. Já foram sugeridas diferentes explicações. Alguns dizem que, à luz do sofrimento físico que acompanhava a morte por crucificação, Jesus pedia para ser poupado desse tipo específico de morte. No entanto, Jesus anunciou várias vezes que seria crucificado, o que torna essa explicação improvável.

Outros sugerem que Satanás estava no Getsêmani, fazendo uma tentativa final de impedir Cristo de oferecer a si mesmo como sacrifício na cruz. Uma morte prematura no jardim não teria sido aceita por Deus como substituição satisfatória para a morte pelos pecadores. Mas, como Cristo já tinha declarado sua autoridade pessoal sobre sua própria morte (Jo 10.18), o que não podia ser usurpado por Satanás, também não pode ter sido essa a fonte de tanta agonia no jardim.

Uma terceira explicação é que ele não estava pedindo para ser liberto da morte, mas das suas consequências. Ou seja, estava orando por sua ressurreição. Cristo parece fazer isso em sua oração ao Pai em João 17.1. No entanto, Cristo não apenas profetizou com frequência a sua morte, como também a sua ressurreição. Mesmo assim, é fato que Cristo dependia de seu Pai para cumprir o que ele sabia que já era certo, de forma que essa explicação não é inteiramente sem sentido.

☞ Para refletir ☞

Hoje em dia, há muitas ofertas de soluções para o grande estresse emocional que enfrentamos. Há “especialistas” que dizem que não conseguiremos nos livrar dele enquanto não encontrarmos a culpa por ele em nossos pais ou em alguma outra influência externa. Outros propõem que deveríamos simplesmente nos entregar e expressar todo e qualquer sentimento que tivermos. Há também quem sugira a prática de meditação mística, de terapias em grupo ou que desabafemos com um bartender . O que o próprio Jesus Cristo praticava, no entanto, era comunhão com o Pai, submissão cega à sua vontade e uma dependência confiante de que ele lhe daria a graça de passar pelo que fosse preciso.

Outra explicação é que a oração de Cristo não dizia respeito à morte física, mas à morte espiritual. A punição para a desobediência a Deus era a morte (Gn 2.17). Ela separava o pecador de Deus – a

definição de morte espiritual –, e a morte física era o resultado da morte espiritual que ocorreria. Portanto, se Jesus Cristo quisesse satisfazer as exigências da santidade, da retidão e da justiça de Deus a fim de trazer salvação para quem estava morto, ele precisaria passar pela mesma morte que separava o ser humano de Deus. Ele precisaria passar pela morte espiritual, conforme antecipa o profético salmo 22, onde o sofredor clama: “Meu Deus! Meu Deus! Por que me abandonaste?” (v. 1). Este é um mistério profundo que vai além da compreensão de qualquer mente humana: como poderiam Deus Pai e Deus Filho – que são um – ser separados um do outro? Mesmo assim, Cristo entende que essa separação fazia parte da obra de salvação para os pecadores.

Uma vez que só esse tipo de separação ou morte espiritual seria capaz de satisfazer as exigências de um Deus santo e justo, não é possível que Cristo estivesse pedindo em oração para ser poupado do que era essencial. Mas a punição para a desobediência era a separação *eterna* de Deus, e é possível que Jesus estivesse se vendo diante da perspectiva de que, ao oferecer a si mesmo para morrer espiritualmente, o Pai pudesse exigir que o Filho ficasse separado dele por toda eternidade.

O fato de que, diante dessa possibilidade, Jesus tenha dito “não seja feita a minha vontade, mas a tua” revela seu amor imensurável pelos pecadores e a profundidade de sua disposição em obedecer ao Pai. À luz disso, Cristo pode, de fato, ter orado para ser resgatado da morte espiritual que estava para enfrentar e ser então restaurado à comunhão com seu Pai. Esse parece ser o conteúdo da oração do Filho ao Pai em João 17.5: “E agora, Pai, glorifica-me junto a ti, com a glória que eu tinha contigo antes que o mundo existisse”.

☞ Para refletir ☞

Muitas de nossas crises praticamente desapareceriam se conseguíssemos responder imediatamente a Deus: “Seja feita a tua vontade, não a minha”. Isso, é claro, vai contra a nossa natureza humana voluntariosa, e muitas vezes lutamos durante dias – ou mais – com todas as possibilidades que a vontade de Deus talvez implique antes de chegar ao ponto de nos submetemos a ele. Com base no exemplo de Cristo, no entanto, não há posição mais segura para o crente do que a resignação à vontade de Deus, confiando que ele fará exatamente o que prometeu:

operar todas as coisas em conjunto para o bem daqueles que o amam e que foram chamados de acordo com o seu propósito.

A confirmação do escritor de que esse pedido foi ouvido quer dizer não apenas que o Pai tomou conhecimento das orações do Filho, mas também que atendeu ao pedido realizado. Por não ter imposto sua vontade ao Pai, o Filho teve sua oração respondida. Embora Cristo não tenha sido poupado da morte física pela crucificação, ele foi arrancado do domínio dessa morte, como vemos na sua ressurreição. Também foi tirado do domínio da morte espiritual, como se vê em sua ascensão para assumir seu posto à direita do Pai.

Como Filho de Deus, Jesus não poderia ser tentado, pois Deus não pode ser tentado com o mal. Mas, em sua verdadeira humanidade, ele pôde passar por esse teste. Nessas tentações, Jesus não aprendeu a obedecer; em vez disso, descobriu o que toda essa obediência implica. Suportou um sofrimento além daquele que qualquer mortal jamais experimentou. A expressão “uma vez aperfeiçoado” não se refere a um progresso do não completo ao completo, ou da imperfeição à perfeição. Em vez disso, quando seus sofrimentos humanos se completaram, Cristo – por causa de sua obediência – “tornou-se a fonte da salvação eterna para todos os que lhe obedecem”. Dessa forma, o autor faz essa referência tão viva ao auge do sofrimento no jardim do Getsêmani, que só poderia ter sido experimentado por alguém realmente humano, para mostrar que Cristo atendia ao segundo pré-requisito. Consequentemente, ele foi “designado por Deus sumo sacerdote” (5.10).

Como o autor demonstrará posteriormente, é significativo que Jesus Cristo não tenha sido instituído no sacerdócio levítico, como filho de Arão, da tribo de Levi. Em vez disso, ele foi constituído sacerdote de uma ordem diferente, para assim ministrar em nome de Deus aos homens e representar os homens diante de Deus.

Exortações para progredir em direção à maturidade (5.11–6.20)

O retrocesso já aconteceu (5.11-14)

5.11-14 Quanto a isso, temos muito que dizer, coisas difíceis de explicar, porque vocês se tornaram lentos para aprender. Embora a esta altura já deveriam ser mestres, precisam de alguém que ensine a vocês

novamente os princípios elementares da palavra de Deus. Estão precisando de leite, e não de alimento sólido! Quem se alimenta de leite ainda é criança e não tem experiência no ensino da justiça. Mas o alimento sólido é para os adultos, os quais, pelo exercício constante, tornaram-se aptos para discernir tanto o bem quanto o mal.

Tendo declarado nos versículos 5, 6 e 10 que Cristo, no momento da ressurreição, foi oficialmente instituído no cargo de sumo sacerdote da ordem de Melquisedeque, o autor passa agora a mostrar a superioridade da ordem de Melquisedeque sobre a ordem aarônica. Esse conceito não é algo que possa ser explicado rapidamente, por isso ele tem muito a dizer sobre isso. Parece reconhecer que essa verdade será difícil de explicar aos seus leitores de forma que consigam entender, assim como é difícil para nós hoje.

Qualquer verdade, por várias razões, pode ser difícil de transmitir. Uma pode ser a sua complexidade. Em segundo lugar, é possível que a pessoa que está explicando a verdade não a compreenda totalmente. No entanto, nenhuma dessas razões é o motivo da dificuldade enfrentada pelo escritor de Hebreus. Em vez disso, o obstáculo que ele enfrenta é explicado no versículo 11: seus leitores “se tornaram lentos para aprender”. O termo “tornaram-se” indica que a situação atual deles não os caracterizava antes. Houve um tempo em que eles não eram lentos para aprender, mas agora caíram nessa condição espiritual indesejável. Sendo assim, seus leitores estão marcados pelo retrocesso, por regredir, e isso dificulta a tarefa do escritor na hora de ensinar o conceito da superioridade da ordem de Melquisedeque sobre a ordem de Arão. Para corrigir essa situação e possibilitar aos seus leitores o entendimento da verdade, o escritor faz uma pausa no seu desenvolvimento a respeito do sacerdócio de Melquisedeque para apresentar uma exortação mais extensa. Esse é um alerta que precisa receber atenção antes que seja possível reverter a regressão e os leitores consigam entender, apropriar-se e responder à verdade.

☞ Para refletir ☞

Mesmo que nós não percebamos isso, quanto mais tempo persistirmos em mornidão espiritual, mais “lentos para aprender” podemos nos tornar. Mesmo quem tenha estudado as Escrituras durante anos pode ficar obtuso em relação a assuntos espirituais se parar de progredir em direção à maturidade espiritual. Em poucas palavras: se deixamos de avançar

espiritualmente, começamos a regredir. E uma vez que começamos a regredir do ponto de vista espiritual, nossa sensibilidade a Deus diminui e fica mais difícil compreender a Bíblia. Isso é apenas mais uma razão pela qual devemos reforçar nosso compromisso de crescer com persistência e constância em nosso relacionamento com Cristo.

No versículo 11, o autor faz uma declaração categórica: "... vocês se tornaram lentos para aprender". Então, prossegue, nos versículos 12-14, validando a avaliação que fez da condição espiritual deles. Apresenta vários tópicos: em primeiro lugar, eles já são cristãos há bastante tempo. Isso fica claro pela expressão "a esta altura". Em segundo lugar, já receberam o ensino da sã doutrina no passado, como se vê pela observação de que "já deveriam ser mestres". Terceiro, eles não retiveram ou não usaram a verdade que aprenderam, de forma que agora precisam que alguém lhes ensine novamente "os princípios elementares da palavra de Deus". E, em quarto lugar, abandonaram a idade adulta para voltar à infância espiritual, ou regrediram da maturidade para a imaturidade. Isso é ilustrado por meio da analogia da comida. Leite é para bebês, mas a comida sólida é para pessoas mais maduras. Dessa forma, o escritor conclui que a necessidade deles não é a de adultos (comida sólida), mas leite (alimento para bebês).

Nos versículos 13-14, o apóstolo define seu conceito do que caracteriza um bebê e o que qualifica um adulto. Um bebê espiritual "não tem experiência no ensino da justiça", enquanto os espiritualmente adultos são aqueles que, "pelo exercício constante, tornaram-se aptos para discernir tanto o bem quanto o mal". O que ele explica aqui é que, ainda que tanto o bebê quanto o adulto espiritual tenham a Palavra, o bebê é incapaz de usá-la para determinar o que é certo e o que é errado, de usá-la para orientar suas decisões ou de aplicá-la como padrão para sua vida. Por outro lado, o adulto espiritual consegue usar a Palavra para discernir o certo do errado. Embora o bebê *tenha* a Palavra, ele *não usa* a Palavra. Já o adulto não apenas *tem* a Palavra, mas também a *usa*. É esse uso contínuo da Palavra que leva o cristão a progredir da infância para a maturidade. O contrário também vale. Se um cristão usava a Palavra no passado, mas *agora não o faz mais*, ele regredirá espiritualmente da maturidade para a imaturidade.

☞ Para refletir ☞

Não seria interessante se Deus de alguma forma vestisse seus filhos de acordo com seu progresso no crescimento espiritual? Quantos de nós andariam vestidos como bebês ou talvez como crianças pequenas – mesmo depois de muitos e muitos anos conhecendo o Senhor? E quantos de nós usariam roupas apropriadas à idade que deveríamos ter “a esta altura” de nossa caminhada com Cristo? Talvez este seja um bom momento para fazer uma avaliação da sua vida, contar o número de anos em que você conhece a Cristo pessoalmente e descobrir onde você deveria estar “a esta altura”. Se você não estiver lá, não se desespere – mas comece a avançar!

Advertência em relação ao fracasso em progredir (6.1-6)

6.1-6 Portanto, deixemos os ensinamentos elementares a respeito de Cristo e avancemos para a maturidade, sem lançar novamente o fundamento do arrependimento de atos que conduzem à morte, da fé em Deus, da instrução a respeito de batismos, da imposição de mãos, da ressurreição dos mortos e do juízo eterno. Assim faremos, se Deus o permitir. Ora, para aqueles que uma vez foram iluminados, provaram o dom celestial, tornaram-se participantes do Espírito Santo, experimentaram a bondade da palavra de Deus e os poderes da era que há de vir, mas caíram, é impossível que sejam reconduzidos ao arrependimento; pois para si mesmos estão crucificando de novo o Filho de Deus, sujeitando-o à desonra pública.

☞ Para refletir ☞

O retardamento mental – o defeito que leva o cérebro humano a não se desenvolver na mesma proporção que o restante do corpo – é uma das realidades mais tristes da vida. Qualquer pessoa que tenha um amigo ou ente querido com esse tipo de deficiência conhece a incoerência do corpo adulto controlado por uma mente juvenil ou mesmo infantil. Mas para essas pessoas especiais não há escolha. Na maioria dos casos, trata-se de um aparente acidente, um erro genético ordenado por Deus para seus propósitos divinos. Em um trágico contraste, no entanto, estão os muitos milhares de cristãos para quem o retardamento espiritual é uma escolha consciente. Embora “adultos” em número de anos que conhecem Cristo, são adolescentes ou até mesmo crianças em sua maturidade espiritual, em razão de seu fracasso em cultivar com dedicação o relacionamento com o Senhor. É claro que esse não é o plano ideal de Deus para eles ou para nós. E as características listadas em Hebreus deveriam ir além de apenas nos convencer do nosso erro, mas também nos motivar a

progredir e sair da nossa condição de retardamento em direção à maturidade.

Uma vez que ignorar ou negligenciar a verdade produz retrocesso, nesse trecho o apóstolo tira suas conclusões e faz soar um grave alerta contra o perigo de não avançar em direção à maturidade. Isso é introduzido pela palavra “portanto” em 6.1. O escritor começa com uma exortação: “... avancemos para a maturidade”. Maturidade aqui é qualidade do “adulto” de 5.14, ou seja, refere-se à maturidade espiritual. Esse alerta implica que seus leitores eram bebês e que não seriam considerados dessa forma se já não tivessem dado prova de estarem vivos. Em outras palavras, são pessoas salvas. São cristãos de verdade. Assim, o que eles precisam não é de conhecimento; em vez disso, devem usar o conhecimento de que já dispõem. Ao negligenciarem a Palavra, caíram em apatia ou mesmo regresso à infância espiritual, e a “maturidade” que o apóstolo lhes recomenda não é a salvação, mas o crescimento em direção à vida espiritual adulta em Cristo.

Se quiserem “avan[çar] para a maturidade”, então há certas coisas que precisam ser abandonadas. O significado fundamental do verbo “deixar” é ir de um ponto a outro e pode incluir a ideia de construir um edifício sobre um alicerce. Havia certas verdades que a nova Revelação/Filho tinha em comum com o que tinha sido revelado no Antigo Testamento. Nesse sentido, o cristianismo foi levantado sobre o alicerce da revelação dada por meio dos profetas (Hb 1.1). Por isso, alguns podem ter argumentado que, pelo fato de o cristianismo ser construído sobre essa fundação, seria legítimo que os cristãos mantivessem sua identificação com a antiga ordem representada pelo templo.

☞ Para refletir ☞

Sendo este o foco de Hebreus, podemos partir do princípio de que este é também um dos principais interesses de Deus para todos os cristãos: que “avancemos” para a maturidade espiritual. Infelizmente, as pressões e preocupações do dia a dia muitas vezes nos levam a nos concentrar na simples sobrevivência, deixando de buscar crescimento real. Essa é uma daquelas áreas na qual certamente se aplica o irônico ditado: “Quem não mira em nada com certeza acerta o alvo!”. Se você nunca tirou tempo para anotar seus objetivos espirituais, nada como o dia de hoje para começar. Fundamentado na admoestação de “avancemos para a

maturidade”, anote algumas metas específicas que você gostaria de ver realizadas na sua vida espiritual daqui a um ano. Coloque a lista em sua Bíblia ou em algum outro lugar onde você a verá com frequência. Então, ore, estude a Palavra de Deus com diligência e ande em submissão a ele, confiando nele para o levar em direção à verdadeira maturidade espiritual.

Contudo, o apóstolo não estava pedindo a eles que edificassem um novo prédio sobre um alicerce antigo. Em vez disso, deviam abandonar completamente a fundação velha – a antiga ordem. Sem a liberdade de tomar decisões por si mesmos, quem permanecia debaixo da antiga ordem da Lei era considerado criança (Gl 4.1-3), alguém preso na infância. A verdade revelada pelos profetas não era definitiva. Ela anunciava uma revelação mais completa que viria por intermédio de Jesus Cristo. E se os leitores se contentassem em edificar sobre algo que era apenas uma sombra do que viria, adverte o escritor, eles continuariam sendo crianças e nunca avançariam para a maturidade. Não se exigia deles que abandonassem as *verdades* que o cristianismo tinha em comum com a revelação veterotestamentária; em vez disso, esperava-se deles que deixassem a sombra para entrar na realidade plena da verdade revelada por meio de Jesus Cristo.

Os seis tópicos que o apóstolo cita nos versículos 1-2 como áreas que eles deveriam deixar eram todas doutrinas enfatizadas pelo judaísmo farisaico. Certamente não eram coisas erradas; mas eram elementares e não constituíam base para a maturidade. Os “atos que conduzem à morte”, dos quais deveriam se arrepender, eram aqueles descritos em Romanos 8.5-8. A fé sempre foi um pré-requisito para o relacionamento com Deus (Gn 15.6). Os “batismos” tinham relação com a necessidade de remover a contaminação externa da corrupção e com ser purificado antes de poder ter comunhão com Deus (Mc 7.2-5). A “imposição de mãos” era o sinal da identificação com outra pessoa e enfatizava a unidade entre aquele que impunha as mãos e aquele sobre o qual eram impostas. A “ressurreição dos mortos” era uma doutrina fundamental do Antigo Testamento (Jo 11.23-24). Quem vivia debaixo da antiga ordem tinha o conceito de um “juízo” vindouro (Sl 1.5-6). E, embora houvesse verdade em todas essas doutrinas, elas conservavam na infância aqueles que as usavam como alicerce para construir sua

vida. Quem quisesse progredir rumo à maturidade precisava deixar essas doutrinas fundamentais e avançar.

☞ Para refletir ☞

Ao longo de toda a Escritura, aproximar-se de Deus sempre inclui deixar para trás o que pode impedir nosso progresso. Há algo na sua vida hoje que atrasa você do ponto de vista espiritual? Se sim, decida aqui e agora abandonar isso e avançar em sua caminhada com Cristo.

A confiança que o escritor tem em seus leitores aparece no versículo 3: “Assim faremos...”. Embora alguns considerem que o ponto de referência de “assim” seja o deixar princípios fundamentais, parece melhor considerar que a palavra se refere à frase “avancemos para a maturidade”. O autor está convicto de que a apatia ainda não atingiu um estado irreversível. Seus leitores ainda podem chegar à maturidade. Não há dúvida de que Deus deseja que esses cristãos avancem para a maturidade, mas o autor reconhece a possibilidade de que alguém possa regredir tanto que seja impossível voltar a avançar rumo à maturidade. Por isso, ele explica nos versículos 4-6 que pode ser impossível renovar certos cristãos de forma que possam progredir em direção à maturidade. Esse é um alerta sério, que nos deve levar à reflexão, que o apóstolo dirige a todos que voltaram à infância espiritual!

Para entender o alcance completo disso, precisamos primeiro reconhecer que o apóstolo entende seus leitores como indivíduos salvos. Refere-se a eles como pessoas que “uma vez foram iluminados”. Essa iluminação não se refere a ver a luz e rejeitá-la, mas a uma luz da qual a pessoa de fato se apropriou e dispunha (Ef 5.8). Pessoas assim “provaram o dom celestial”, o dom da vida eterna (Rm 6.23). Tornaram-se “participantes do Espírito Santo” (Rm 8.9-11). Elas “experimentaram a bondade da palavra de Deus”. Aqui essa palavra não se refere à revelação completa como a encontramos na Bíblia, mas a respostas específicas que Deus lhes dera individualmente, possivelmente uma direção divina por meio da palavra escrita em circunstâncias específicas.

☞ Para refletir ☞

Observe que há uma correlação direta entre doutrina correta e vitalidade espiritual. Embora nos últimos anos a ênfase tenha recaído sobre os aspectos práticos da fé cristã, a Bíblia deixa claro que um alicerce

apropriado de doutrina sadia é absolutamente essencial. Ainda que nem todos possamos buscar educação profunda na doutrina cristã, todos nós podemos e devemos ser diligentes em estudar a Palavra de Deus com cuidado e saber por que cremos o que cremos.

Por fim, eles provaram “os poderes da era que há de vir”. Isso refere-se à promessa veterotestamentária de que durante a vindoura era milenar o Espírito Santo habitaria nos fiéis e capacitaria aqueles que estão no reino a obedecer (Ez 36.27; Jl 2.28-29). Como todos os fiéis da presente era são habitados pelo Espírito Santo, eles já experimentaram o poder do Espírito que os futuros habitantes do reino milenar experimentarão. Todas essas palavras usadas pelo escritor – “iluminados”, “provaram”, “tornaram-se participantes” – nunca aparecem no Novo Testamento para falar de uma confissão vazia, mas sempre se referem a experiências reais. Dessa forma, não deve restar nenhuma dúvida de que o apóstolo entendia seus leitores como cristãos.

Agora, porém, ele apresenta uma condição no versículo 6: “Mas caíram...”. Dizer que “cair” é perder a salvação seria uma contradição com o conjunto completo do ensino neotestamentário de que a vida que Deus dá ao fiel é sua própria vida eterna. O cristão não tem mais como perder essa vida, assim como Deus não pode deixar de existir. A questão da salvação não está em jogo em lugar nenhum desse contexto. Dessa forma, o escritor não está advertindo contra uma possível perda da salvação. Em vez disso, ele enxerga a experiência do filho de Deus como uma jornada da infância à maturidade. O projeto de Deus é que houvesse crescimento constante e ininterrupto da imaturidade à maturidade. É possível, no entanto, que essa jornada seja interrompida, que a natureza dessa interrupção seja tal que o progresso para a maturidade fique permanentemente impedido, e que o cristão retorne a um estado infantil do qual não haja mais saída. Esse “cair” é o fracasso do cristão em avançar rumo à maturidade.

✞ Para refletir ✞

A atitude otimista do autor é algo que nos deveria caracterizar como cristãos. Infelizmente, o efeito cumulativo do pecado em nossa vida pode nos impedir de reconhecer o “novo começo” que Deus oferece se tão somente estivermos dispostos a renunciar a nós mesmos para viver para

ele. O otimismo do “assim faremos” de Hebreus 6.3 está à distância de apenas uma decisão nossa!

Isso pode ser bem ilustrado por aquela experiência na história de Israel à qual o autor se refere no capítulo 3. Quando a nação foi liberta da servidão no Egito, o povo redimido de Deus começou a jornada que o levaria à Terra Prometida, onde desfrutaria de uma vida de paz e descanso. Depois de alguns meses de viagem, chegaram à fronteira dessa terra. Mas, por causa de sua incredulidade em Cades-Barneia, rebelaram-se contra Deus, e ele não permitiu que entrassem na terra. Em vez disso, mandou que retornassem ao deserto até que uma nova geração se formasse.

Foi Deus quem disse: “Até quando esta comunidade ímpia se queixará contra mim? Tenho ouvido as queixas desses israelitas murmuradores. Diga-lhes: Juro pelo meu nome, declara o SENHOR, que farei a vocês tudo o que pediram: Cairão neste deserto os cadáveres de todos vocês, de vinte anos para cima, que foram contados no recenseamento e que se queixaram contra mim. Nenhum de vocês entrará na terra que, com mão levantada, jurei dar-lhes para sua habitação, exceto Calebe, filho de Jefoné, e Josué, filho de Num. Mas, quanto aos seus filhos, sobre os quais vocês disseram que seriam tomados como despojo de guerra, eu os farei entrar para desfrutarem a terra que vocês rejeitaram. Os cadáveres de vocês, porém, cairão neste deserto” (Nm 14.27-32).

Por causa dessa desobediência intencional e deliberada, Deus não permitiu que aquela geração entrasse na terra da promessa.

Quando os rebeldes ouviram esse anúncio de juízo, mudaram de ideia e mostraram-se determinados a ocupar a terra, a despeito do que Deus dissera. Responderam: “Subiremos ao lugar que o SENHOR prometeu, pois cometemos pecado” (Nm 14.40). O povo arrependeu-se. Reconheceu seu pecado e pensou que isso reverteria o juízo de Deus. E, apesar da advertência de Moisés, partiu em direção à Terra Prometida. No entanto, “os amalequitas e os cananeus que lá viviam desceram, derrotaram-nos e os perseguiram até Hormá” (Nm 14.45). Dessa forma, Deus tornou impossível que aqueles que tinham se rebelado – ainda que se tenham arrependido – entrassem na terra para desfrutar de suas

bênçãos. Em outras palavras, a perda do privilégio deles era irreversível.

☞ Para refletir ☞

Para entender ainda melhor a nossa herança espiritual como cristãos, tire um tempo para ler Efésios 1.3–2.10.

Outra ilustração para esse princípio aparece na experiência de Esaú, em Gênesis 25.29-34, quando ele renunciou ao seu direito de primogenitura por um prato de ensopado. Esaú não acreditava nas promessas das alianças de Deus e considerou que o ensopado era mais importante para ele do que qualquer benefício que as promessas de Deus poderiam lhe dar. Dessa forma, Jacó tornou-se o herdeiro das promessas da aliança. Mais tarde, quando chegou o momento de Isaque abençoar seu filho, essa bênção foi para Jacó. E, quando Esaú descobriu que a bênção que deveria ter sido sua fora dada a outro, arrependeu-se e disse ao pai: “Meu pai, o senhor tem apenas uma bênção?abençoe-me também, meu pai!” Então chorou Esaú em alta voz” (Gn 27.38). No entanto, nem a súplica de Esaú nem suas lágrimas puderam conseguir-lhe a bênção de Isaque. Por causa de sua atitude consciente anterior, os privilégios e as bênçãos que poderiam ter pertencido a ele estavam perdidos para sempre. E, embora nessas circunstâncias possamos ver Esaú como um não crente, o princípio ainda assim fica claramente ilustrado. A incredulidade ou desobediência intencionais e contínuas de uma pessoa podem resultar na perda de privilégios e bênçãos para os quais Deus a qualificara. Só Deus é capaz de determinar o momento em que um indivíduo ou um povo chega àquele ponto em que, por ter interrompido seu crescimento espiritual, ficou impossível retomar novamente o avanço rumo à maturidade. Deus é gracioso, por isso não nos entrega a esse estado irreversível de infância espiritual a qualquer ato de desobediência nosso. Mas o grave alerta que o apóstolo faz aos seus leitores é que alguma de suas decisões ou sua negligência em relação à Palavra pode criar obstáculos ao seu crescimento espiritual, de forma que permaneçam em um estado imaturo imperfeito pelo resto de sua vida.

☞ Para refletir ☞

Por causa da segurança e prosperidade que temos em nossa sociedade, muitas vezes os efeitos devastadores do pecado em nossa vida são atenuados pelos benefícios que podemos obter por nós mesmos, apesar da nossa culpa. Essas “soluções rápidas” e passageiras, no entanto, não curam o real problema nem impedem que o pecado nos roube as bênçãos do crescimento espiritual e da maturidade.

Esse “cair” não é acidental; é deliberado. Não é um pecado de ignorância, mas um abandono obstinado da caminhada rumo à maturidade. Se esses cristãos hebreus conscientemente retornassem às antigas formas exteriores do judaísmo, eles estariam se identificando com a geração de Israel que condenou Cristo à crucificação e assim participariam do juízo físico e temporal decretado por Deus por causa dessa rejeição (Mt 23.38; 24.2). Essa identificação representaria apoio à decisão da nação e, dessa forma, “para si mesmos est[ariam] crucificando de novo o Filho de Deus, sujeitando-o à desonra pública”.

Para melhor entender isso, podemos imaginar um esquiador no topo de uma pista de saltos bem íngreme. O atleta não sofre nenhuma pressão externa para se jogar pista abaixo a fim de ser lançado para o ar. Mas se, por um ato de vontade consciente, ele firmar seus bastões no chão e se projetar para além da borda da pista, não haverá nada que ele possa fazer para reverter sua descida, não importa quanto deseje fazê-lo. Por causa daquela decisão, ele com certeza acabará na base da descida. Essa é a advertência que o autor de Hebreus apresenta contra o mau uso da Palavra ou a desobediência consciente ao que ela diz.

O progresso de seus leitores em direção à maturidade foi interrompido e, se isso se consolidar em um estado permanente, Deus poderá intervir, tornando-lhes impossível voltar a progredir em direção à maturidade. Eles continuariam perpetuamente em seu estado de imaturidade. A história está cheia de exemplos de pessoas que pareciam maduras, mas que, por um ato deliberado, foram colocadas de lado e entregues a um estado de inutilidade do qual não há volta.

☞ Para refletir ☞

Infelizmente, alguns cristãos lutam e sofrem com a ideia errada de que, embora desejem caminhar com Deus, regrediram para além desse “ponto

sem volta” e nunca mais poderão andar em comunhão com Deus. Se você deseja sinceramente viver para Jesus Cristo, esse simples anseio mostra que seu coração ainda não está endurecido para ele! Tudo o que você precisa fazer é voltar-se novamente para ele com compromisso e submissão e retomar seu progresso rumo à maturidade.

A ilustração (6.7-8)

6.7-8 Pois a terra, que absorve a chuva que cai frequentemente e dá colheita proveitosa àqueles que a cultivam, recebe a bênção de Deus. Mas a terra que produz espinhos e ervas daninhas, é inútil e logo será amaldiçoada. Seu fim é ser queimada.

Nos versículos 7-8, o escritor recorre à natureza a fim de ilustrar a verdade que estava ensinando. Ao longo de toda a Escritura, a chuva é uma evidência da provisão do Criador para a criação. Aqui o autor imagina dois campos que recebem a bênção da chuva. Um deles aproveita a provisão de Deus para produzir uma lavoura benéfica para seus cultivadores. O campo vizinho, no entanto, recebe a mesma bênção do Senhor, mas produz espinhos e ervas daninhas.

A questão aqui é que as bênçãos que vêm de Deus podem ser usadas *bem* ou *mal* . Bênçãos *bem aproveitadas* trazem resultados úteis, enquanto as dádivas *mal aproveitadas* produzem o que não serve para nada. Dessa forma, a advertência termina com a observação de que, embora todos os crentes recebam bênçãos de Deus, alguns as usarão para dar bons frutos, enquanto outros as aproveitarão para produzir o que é inútil.

A garantia (6.9-12)

6.9-12 Amados, mesmo falando dessa forma, estamos convictos de coisas melhores em relação a vocês, coisas próprias da salvação. Deus não é injusto; ele não se esquecerá do trabalho de vocês e do amor que demonstraram por ele, pois ajudaram os santos e continuam a ajudá-los. Queremos que cada um de vocês mostre essa mesma prontidão até o fim, para que tenham a plena certeza da esperança, de modo que vocês não se tornem negligentes, mas imitem aqueles que, por meio da fé e da paciência, recebem a herança prometida.

Nos versículos 9-12, o apóstolo reafirma sua confiança (como no v. 3) de que seus leitores continuarão ou retomarão seu progresso rumo à maturidade. Ele diz: “... estamos convictos de coisas

melhores em relação a vocês...”. Essas “coisas melhores” referem-se à ilustração dada nos versículos 7-8. Ele está confiante de que quem recebe as bênçãos de Deus as usará para dar frutos bons e úteis. Essa confiança é consistente com sua certeza a respeito da salvação deles. Mesmo que pareça que ele está falando com não cristãos, ele tem certeza de que são salvos e que essa salvação produzirá bons frutos. Ele já viu esses bons frutos no trabalho e no amor que exerceram em nome de Cristo. Esse não era apenas amor por Cristo; era também amor pelos santos por causa do seu amor a Cristo. É possível que o trabalho deles em favor dos santos fosse necessário por causa da severidade da perseguição que alguns de seus irmãos tinham sofrido. É muito provável até que se haviam identificado com aqueles que sofriam por causa de Cristo, e o escritor está confiante de que, assim como lembra de suas boas obras como provas da salvação deles, também Deus não se esquecerá desse trabalho e amor. Certamente receberão recompensa por isso.

Nos versículos 11-12, o apóstolo expressa seu desejo para esses cristãos. Da mesma forma que os exortou em 4.11 a serem diligentes para entrar no descanso oferecido por Deus, aqui ele os encoraja a mostrar a mesma diligência na busca por maturidade. O objetivo que ele tem em mente é a maturidade em Cristo, e essa esperança certa de progresso vai sustentá-los, para que não se tornem negligentes. O escritor não diz que eles já se tornaram negligentes; no entanto, vê esse perigo como um risco sempre presente.

☞ Para refletir ☞

Observe que o amor por Jesus Cristo e a obediência a ele sempre se manifestam no amor pelos irmãos na fé.

As razões para sua convicção (6.13-20)

6.13-20 Quando Deus fez a sua promessa a Abraão, por não haver ninguém superior por quem jurar, jurou por si mesmo, dizendo: “Esteja certo de que o abençoarei e farei numerosos os seus descendentes”. E foi assim que, depois de esperar pacientemente, Abraão alcançou a promessa. Os homens juram por alguém superior a si mesmos, e o juramento confirma o que foi dito, pondo fim a toda discussão. Querendo mostrar de forma bem clara a natureza imutável do seu propósito para com os herdeiros da promessa, Deus o confirmou com juramento, para

que, por meio de duas coisas imutáveis nas quais é impossível que Deus minta, sejamos firmemente encorajados, nós, que nos refugiamos nele para tomar posse da esperança a nós proposta. Temos essa esperança como âncora da alma, firme e segura, a qual adentra o santuário interior, por trás do véu, onde Jesus, que nos precedeu, entrou em nosso lugar, tornando-se sumo sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque.

À luz da promessa de que Deus capacitará para a caminhada da imaturidade para a maturidade, eles são chamados a exercitar fé e paciência à medida que confiam que Deus os conduzirá a esse objetivo, perseverando assim na jornada. Usando Abraão como exemplo, os versículos 13-20 apresentam a razão para a convicção do autor de que seus leitores chegarão a esse alvo mediante o exercício da fé e da paciência. Já em Gênesis 12.2, Deus prometera a Abraão que este teria um filho por meio do qual surgiria uma grande nação. Essa promessa foi reafirmada em 12.7 e novamente em 13.15-16, 15.2-5, 17.6-7 e 17.16-19. Mas foi só muitos anos depois, conforme registra Gênesis 21.2, que o esperado filho da promessa nasceu. Abraão exercitou fé no Deus que lhe fizera a promessa (Gn 15.6), mas também foi chamado a ser perseverante e paciente enquanto esperava pelo cumprimento dela. Essa promessa não se *completou* em Isaque, mas era uma promessa contínua, conforme declara Gênesis 22.17-18. Assim, mesmo depois do cumprimento inicial, era necessário continuar a ter fé e paciência, até que a promessa chegasse ao seu cumprimento definitivo. É para isso que o escritor chama a atenção de seus leitores em relação a Abraão: "... depois de esperar pacientemente, Abraão alcançou a promessa" (Hb 6.15).

É possível que o desânimo tenha tomado conta de alguns leitores dessa carta por causa da demora para o cumprimento da promessa de Cristo: "... voltarei e os levarei para mim, para que vocês estejam onde eu estiver" (Jo 14.3). Ou talvez estivessem abatidos por causa da demora em entender a expectativa de que Jesus Cristo retornaria com poder e glória para estabelecer o reino davídico prometido a Israel em aliança (Mt 24.30; 25.31). Embora acreditassem nas promessas de Deus, tinham dificuldade para serem pacientes. Portanto, o escritor usa Abraão como um exemplo da relação entre

fé e paciência, de forma que seus leitores não ficassem desencorajados, o que os levaria à negligência espiritual.

Ainda que as promessas de Deus demorem, tornando necessário ter paciência, elas são garantidas. Quando duas pessoas celebram um acordo, elas podem negociar os termos até o momento em que a aliança seja ratificada. Desse ponto em diante, não há mais como questionar nem disputar nada. O que foi ratificado está confirmado. As promessas de Deus em relação ao seu plano para Israel foram confirmadas por uma aliança. Por isso, o autor cita aquele evento significativo registrado em Gênesis 15.

Aparentemente, Abraão (Abrão) estava ficando impaciente por causa da demora de Deus em cumprir sua promessa de dar-lhe um filho. Assim, ele oferece Eliézer de Damasco, um servo de sua casa, para ser aquele em quem a promessa se cumpriria. Em sua impaciência, sugeriu a Deus uma alternativa ao nascimento de Isaque, de forma que não precisasse mais exercitar paciência. Mas Deus rejeitou Eliézer e prometeu: “Um filho gerado por você mesmo será o seu herdeiro” (15.4). Abraão reagiu a essa promessa de Deus com fé: ele “creu no SENHOR , e isso lhe foi creditado como justiça” (15.6). Em resposta ao pedido de Abraão por um sinal (que fundamentaria não a sua fé, mas sua perseverança e paciência enquanto esperava pelo cumprimento da promessa), Deus ordenou a Abraão que preparasse animais para um sacrifício de sangue. Esse era um ritual com o qual Abraão estava muito familiarizado. Duas pessoas que queriam formar uma aliança de sangue sacrificavam um animal e então colocavam as partes do animal dividido em dois no chão, uniam as mãos, recitavam os termos da aliança e então passavam de mãos dadas entre as partes do sacrifício. Dessa forma, ficavam ligadas pelo sangue. O ritual significava que, se uma das partes falhasse em cumprir sua parte da aliança, o sangue dessa pessoa seria derramado como o sangue do animal sacrificado que os unia. Dessa forma, era um acordo que implicava pena de morte para quem falhasse em cumprir seus termos.

☞ Para refletir ☞

Outro aspecto interessante da vida cristã é que nenhum de nós está de fato isento da apatia ou negligência espiritual. Não há nenhum momento em nossa vida aqui na terra em que podemos dizer: “Cheguei lá. Não

preciso mais crescer espiritualmente”. A verdade é que a única forma de evitar retrocesso nessa área é avançar com diligência e paciência.

Além disso, o animal era entendido como um substituto na morte para os participantes da aliança. Enquanto ambos estivessem vivos, eles poderiam alterar os termos do acordo. Mas depois de sua morte – conforme simbolizado pelo animal sacrificado – era impossível alterar qualquer ponto da aliança. Dessa forma, ela era imutável e irrevogável.

Para mostrar que a aliança em questão aqui dependia tão somente de Deus, o Senhor deixou Abraão incapaz de participar do ritual de confirmação. Enquanto dormia (15.12), ele viu a *shekinah* de Deus passando por entre as metades dos animais sacrificados (15.17). Com isso, Deus mostrou a Abraão que estava comprometendo-se em uma aliança unilateral, imutável, irrevogável, cujos termos são declarados em Gênesis 15.18: “Aos seus descendentes dei esta terra...”. Abraão creu no Deus que fez essa promessa; mas ele mesmo seria chamado a exercer paciência até que se cumprisse o que Deus prometera.

Reportando-se a esse acontecimento, o escritor de Hebreus destaca que a fé de Abraão se apoiava em duas coisas: a promessa de Deus e o juramento de Deus. De Gênesis 12.1–15.6, Abraão colocara sua fé nas *promessas* de Deus; mas agora, em Gênesis 15.7-21, sua crença baseada na promessa divina é confirmada por um *juramento* , ou aliança. Tanto a promessa quanto a aliança de Deus são imutáveis, e seu cumprimento depende exclusivamente do caráter de Deus. Uma vez que Deus não pode mentir, o que ele promete e jura tem garantia absoluta. Mesmo que o cumprimento da promessa demorasse, a aliança oficial dava a Abraão uma base adicional para o exercício de sua paciência. A aplicação que o autor faz, então, é que nós não apenas cremos em Deus, mas podemos – quando necessário – exercitar perseverança e paciência enquanto esperamos pelo cumprimento de suas promessas. Por quê? Porque Deus não pode mentir a nós, assim como não podia mentir a Abraão.

Quando o autor fala da “esperança a nós proposta”, ele faz uma referência ao versículo 11 e, em última análise, à expectativa de 6.1, de que continuaremos rumo à maturidade. Na Escritura, “esperança” nunca é apenas um desejo ou sonho. Na Escritura, “esperança” é a

certeza determinada que brota no filho de Deus que descansa, pela fé, nas promessas da Palavra divina.

Recebemos a promessa de que podemos ser conduzidos à maturidade em Cristo. Essa confiança determinada, diz ele, é para nós o que a âncora é para um navio. Os portos em torno do mar Mediterrâneo eram pequenos e muito rasos. Não conseguiam oferecer abrigo seguro a mais do que algumas poucas embarcações por vez. Além disso, o fundo do Mediterrâneo é arenoso, incapaz de firmar uma âncora a ponto de impedir que um barco ficasse à deriva na tempestade. Por isso, quando era necessário prender um navio, a âncora era colocada em um bote, que então a levava até o porto, onde podia ser fixada a uma amarração segura. Fora do porto, a embarcação poderia ser fustigada pelos temporais, mas, como a âncora estava firmemente fixada no porto, o barco continuava seguro. Da mesma forma, mesmo no meio das tempestades que nos assolam na caminhada rumo à maturidade, as promessas de Cristo de que chegaremos lá nos dão a segurança que a âncora dava ao navio.

☞ Para refletir ☞

Há uma relação maravilhosa na vida cristã entre o que é de nossa responsabilidade perante Deus e o que é responsabilidade de Deus para conosco. Assim como o juramento que Deus fez a Abraão dependia tão somente do Senhor, e tudo o que Abraão precisava fazer era confiar nele e esperar com paciência, também o nosso progresso espiritual depende apenas de Deus, por isso tudo o que precisamos fazer é confiar nele e perseverar. É nossa responsabilidade segui-lo; é responsabilidade dele conduzir-nos em direção à maturidade espiritual.

Temos um sumo sacerdote que entrou na presença de Deus em nosso favor. Nosso sumo sacerdote é Jesus, o Filho de Deus que se tornou homem, que, como tal, pode entender nossa fraqueza, ignorância e imaturidade e nos representar diante do Senhor. Ele está lá como nosso intercessor. O fato de ele ser o sacerdote que nos representa nos garante que ele vai nos conduzir à presença de Deus.

O escritor diz que ele nos “precedeu”. No exército romano, os predecessores eram as tropas enviadas à frente para explorar o terreno e as forças do adversário antes do avanço do exército em si.

Eles preparavam o caminho para o exército. O fato de Jesus Cristo identificar-se conosco como nosso sumo sacerdote e ter entrado na presença de Deus indica que todos aqueles que ele representa também serão conduzidos à presença do Senhor. Essa é a confiança segura do cristão. Por causa dessa certeza, podemos ser pacientes e perseverantes, apesar dos conflitos que enfrentamos em nosso avanço rumo à maturidade espiritual.

Cristo, um sacerdote de ordem superior (7.1-28)

Tendo levado seus leitores de volta ao conceito de Cristo como sacerdote da ordem de Melquisedeque em Hebreus 6.20, agora o autor mostra que Cristo é sacerdote de uma ordem superior à ordem sacerdotal de Arão.

Melquisedeque, o sacerdote (7.1-3)

7.1-3 Esse Melquisedeque, rei de Salém e sacerdote do Deus Altíssimo, encontrou-se com Abraão quando este voltava, depois de derrotar os reis, e o abençoou; e Abraão lhe deu o dízimo de tudo. Em primeiro lugar, seu nome significa “rei de justiça”; depois, “rei de Salém”, que quer dizer “rei de paz”. Sem pai, sem mãe, sem genealogia, sem princípio de dias nem fim de vida, feito semelhante ao Filho de Deus, ele permanece sacerdote para sempre.

Antes de ser citado em Hebreus, onde recebe tanta atenção, esse indivíduo Melquisedeque é citado apenas outras duas vezes na Escritura: em Gênesis 14.18-20 e Salmos 110.4. Apesar da aparente insignificância dele, o autor usa essas passagens para demonstrar que Cristo é sacerdote de uma ordem superior à de Arão.

O pano de fundo histórico da primeira referência a Melquisedeque é importante. Depois de Ló separar-se de Abraão e se assentar em Sodoma, os elamitas formaram uma coalizão sob Quedorlaomer, a fim de subjugar o reino de Sodoma e Gomorra. A invasão foi bem-sucedida, e Ló foi levado entre os cativos. Abraão sentiu-se responsável por libertar seu sobrinho, por isso convocou 318 de seus pastores para formar uma tropa. Por causa de sua profissão, eles possivelmente já tinham lutado contra animais selvagens, mas nunca contra um exército organizado. Claramente, Abraão entrou nessa guerra pela fé. A terra dada a Abraão pela aliança de sangue tinha sido roubada de seus herdeiros legítimos. A fé de Abraão na

promessa/aliança era a base para sua iniciativa de retomar a terra. Uma vez que Ló estava com Abraão quando este invocou o nome do Senhor (Gn 13.1-5), Abraão acreditava que Ló também era filho da promessa. Por isso, evidentemente acreditava que Deus lhe daria a vitória sobre os conquistadores, para que assim Ló pudesse herdar as bênçãos prometidas pelo Senhor. Deus respondeu à fé de Abraão e deu-lhe uma grande vitória.

Quando Abraão retornou com os despojos da batalha (Gn 14.16), Melquisedeque, descrito como sacerdote do Deus Altíssimo (Gn 14.18), foi ao encontro dele. Antes de estabelecer a ordem aarônica cerca de quatrocentos anos depois, Deus evidentemente escolhia diferentes indivíduos para servir como mediadores entre ele e as pessoas. Jó, por exemplo, parece ter tido um desses cargos sacerdotais (Jó 1.5). Melquisedeque aparentemente era outro desses sacerdotes divinamente escolhidos. Ao sair para encontrar-se com Abraão, ele pronunciou uma bênção dupla. Em primeiro lugar, ele abençoou o próprio Abraão (Gn 14.19), evidentemente porque reconheceu que a vitória deste tinha sido resultado da fé. Também bendisse o Deus Altíssimo (Gn 14.20). Ainda que a guerra tivesse sido travada pela fé, a vitória não pertencia a Abraão. A vitória era de Deus – por intermédio de Abraão –, de forma que era preciso dar honra e glória ao Deus Altíssimo. A resposta de Abraão a tudo isso foi dar a Melquisedeque o dízimo de todos os despojos da batalha (Gn 14.20). Ao entregar esse dízimo, Abraão declarava que a vitória não era sua, mas de Deus. Portanto, aqueles despojos não pertenciam a Abraão, mas ao Senhor. Ao entregar a décima parte, reconhecia que Deus tinha direito a tudo o que ele havia conquistado na guerra. Esse é um evento histórico muito simples.

☞ Para refletir ☞

Se um escritor do Novo Testamento considerou tão importante um episódio veterotestamentário – mesmo um que fosse tão breve quanto esse encontro com Melquisedeque –, faremos bem em familiarizar-nos o máximo possível com a abundância de informações que Deus revelou no Antigo Testamento!

No entanto, o escritor de Hebreus usa esse acontecimento simples para apresentar várias verdades importantes em relação ao sacerdócio de Cristo. Em 7.1-3, encontramos diversos paralelos

significativos entre a ordem de Melquisedeque e o sacerdócio de Cristo. Por exemplo, Melquisedeque ministrava em Salém, o que sem dúvida é uma referência a Jerusalém, a capital do reino davídico, que por fim será o centro do reino terreno de Cristo depois de seu segundo advento. Além disso, Melquisedeque é identificado como um sacerdote do Deus Altíssimo. Isso enfatiza a universalidade de seu ministério sacerdotal, diferentemente das limitações impostas à ordem de Arão, que ministrava apenas a Israel. As duas características essenciais do sacerdócio de Melquisedeque são reveladas nos nomes usados nessa passagem. “Salém” significa paz, portanto ele era um rei cujo reino será caracterizado pela paz. “Melquisedeque” significa “rei de justiça”, sublinhando o fato de que seu reino seria marcado tanto pela justiça quanto pela paz. Essas são as duas principais características do reino do Messias conforme descrito pelos profetas do Antigo Testamento (Is 9.6-7; 48.18).

☞ Para refletir ☞

Quando grupos religiosos dos mais variados apresentam seus pontos de vista a respeito do que Jesus Cristo faria ou não faria nos dias de hoje, normalmente o seu reinado como “Rei da Justiça” não é algo que incluam. Tome cuidado com aqueles seguidores de seitas, liberais religiosos ou radicais que dizem “crer em Jesus”. Busque sempre entender em qual “Jesus” eles acreditam – se o “Jesus” de sua própria filosofia ou o Jesus da Bíblia!

Outro aspecto importante é que Melquisedeque unia dois cargos na mesma pessoa. Ele era rei e sacerdote. Nenhuma outra pessoa no Antigo Testamento acumulou esses dois cargos. Naturalmente, o próximo a unir esses dois cargos em uma só pessoa será Cristo Jesus em sua segunda vinda, quando se assentar no trono davídico como Rei e Sacerdote para governar todo o reino de Davi.

Ao dizer que Melquisedeque era “sem pai, sem mãe, sem genealogia”, o escritor enfatiza que, até onde sabemos, Deus instituiu esse homem individualmente, ou seja, que não recebeu o cargo de forma hereditária, por ter tido pai ou avô que tivessem sido sacerdotes antes dele. Ele também não estabeleceu uma linhagem real/sacerdotal, uma vez que não há registro de nenhum filho que pudesse ter sido seu sucessor. Nada sabemos sobre seu nascimento ou morte, ao contrário das informações que temos a respeito da

morte de Arão (Nm 20.22-29). Não temos nenhum dado sobre sua vida antes de tornar-se sacerdote, nem de um eventual encerramento desse ministério no fim de sua vida. Nesse aspecto – já que não temos nenhum registro sobre o começo ou o fim de sua vida –, ele é um sacerdote atemporal.

Observe que o autor não está comparando a pessoa de Melquisedeque com a pessoa de Cristo. Antes, ele compara a descrição bíblica de Melquisedeque em seu papel de sacerdote/rei, conforme registrado em Gênesis 14, com a função de Sacerdote/Rei de Jesus Cristo, o Filho de Deus. Melquisedeque não abordou Abraão como representante divino a fim de pronunciar juízo sobre este, o que caracterizava o ministério dos sacerdotes aarônicos. Em vez disso, abençoou Abraão. E não somente isso, mas também ofereceu provisão para as necessidades físicas de Abraão ao dar-lhe pão e vinho. Dessa forma, Abraão beneficiou-se tanto espiritual quanto materialmente do ministério de Melquisedeque.

A vida de muitos personagens do Antigo Testamento pode ser vista do começo ao fim, como em um vídeo. Podemos assistir ao filme inteiro ou parar a qualquer momento para nos concentrar em determinado incidente. O registro sobre Melquisedeque, por sua vez, não é como um filme, mas como uma simples foto. Tudo o que sabemos sobre ele é o que pode ser depreendido daquele único instantâneo. Assim, a semelhança não é entre Melquisedeque e Cristo, mas entre o que se lê sobre Melquisedeque em Gênesis 14 e Cristo.

Uma questão frequentemente debatida é se o que se registrou em Gênesis é ou não uma *teofania*, isto é, uma manifestação pré-encarnada do eterno Filho de Deus. Embora muitos concordem com essa teoria, o contexto de Gênesis 14 parece argumentar o contrário. Todas as teofanias verificáveis no Antigo Testamento tiveram o propósito de levar uma mensagem de Deus ao ser humano. Mas não é esse o caso aqui. Além disso, os detalhes do relato – informando nomes e lugares – também não favorecem a tese. Dificilmente Melquisedeque poderia ser chamado de “rei de Salém” se não tivesse exercido autoridade legal sobre esse lugar durante certo período. Quando diz que ele foi “feito semelhante ao Filho de Deus”, o escritor parece implicar que só foram anotados os detalhes que

mais tarde poderiam ser usados pelo autor de Hebreus para revelar uma verdade concernente ao cargo sacerdotal de Cristo.

Dessa forma, no contexto histórico Melquisedeque é um sacerdote individual, universal, atemporal e único, cujo ministério resultou em benefícios espirituais e materiais; em momento algum, ele é visto fora desse quadro. Com isso, como demonstrará o escritor de Hebreus, ele representa uma prefiguração perpétua da ordem sacerdotal que Cristo ocupará.

Melquisedeque é superior a Levi (7.4-10)

7.4-10 Considerem a grandeza desse homem: até mesmo o patriarca Abraão lhe deu o dízimo dos despojos! A Lei requer dos sacerdotes entre os descendentes de Levi que recebam o dízimo do povo, isto é, dos seus irmãos, embora estes sejam descendentes de Abraão. Este homem, porém, que não pertencia à linhagem de Levi, recebeu os dízimos de Abraão e abençoou aquele que tinha as promessas. Sem dúvida alguma, o inferior é abençoado pelo superior. No primeiro caso, quem recebe o dízimo são homens mortais; no outro caso, é aquele de quem se declara que vive. Pode-se até dizer que Levi, que recebe os dízimos, entregou-os por meio de Abraão, pois, quando Melquisedeque se encontrou com Abraão, Levi ainda não havia sido gerado.

O registro de Gênesis evidencia que Abraão considerava Melquisedeque alguém superior a ele. Isso é visto em dois pontos. Em primeiro lugar, Abraão dá o dízimo de seus despojos a Melquisedeque. Ele reconheceu esse homem como sacerdote de Deus e mediador entre o Senhor e ele mesmo. Ao dar-lhe o dízimo, colocou-se em posição subserviente a Melquisedeque. Em segundo lugar, Abraão foi abençoado por Melquisedeque. E, como destaca o escritor no versículo 7, o inferior é abençoado pelo superior. Dessa forma, não resta dúvida de que naquele encontro Abraão ocupava a posição inferior, e Melquisedeque, a superior. Deus ordenara que os sacerdotes da família de Arão recebessem os dízimos que o povo deveria entregar a Deus. Em seguida, os sacerdotes ofereciam esses dízimos a Deus em nome do povo. Assim, a aceitação dos dízimos colocava os sacerdotes levíticos numa posição superior a quem os entregava por meio deles. Portanto, ninguém que vivesse debaixo da Lei conseguia escapar ao impacto do presente argumento do apóstolo. Se Abraão ofereceu dízimo a Deus por meio

de Melquisedeque, então é óbvio que Melquisedeque era *superior* a Abraão.

Aqui o escritor faz questão de demonstrar que a ordem de Melquisedeque é superior à ordem sacerdotal levítica. Como ele diz nos versículos 9-10, “pode-se até dizer que Levi, que recebe os dízimos, entregou-os [a saber, a Melquisedeque] por meio de Abraão, pois, quando Melquisedeque se encontrou com Abraão, Levi ainda não havia sido gerado”. Se Abraão era subordinado a Melquisedeque, Levi, que ainda não tinha nascido, também o era. Portanto, a ordem sacerdotal estabelecida posteriormente na tribo de Levi seria necessariamente inferior à ordem de Melquisedeque. Usando uma lógica cuidadosa, o autor da carta demonstra assim que a ordem sacerdotal de Melquisedeque é superior à ordem levítica.

A fraqueza do sacerdócio levítico (7.11-19)

7.11-19 Se fosse possível alcançar a perfeição por meio do sacerdócio levítico (visto que em sua vigência o povo recebeu a Lei), por que haveria ainda necessidade de se levantar outro sacerdote, segundo a ordem de Melquisedeque e não de Arão? Certo é que, quando há mudança de sacerdócio, é necessário que haja mudança de lei. Ora, aquele de quem se dizem essas coisas pertencia a outra tribo, da qual ninguém jamais havia servido diante do altar, pois é bem conhecido que o nosso Senhor descende de Judá, tribo da qual Moisés nada fala quanto a sacerdócio. O que acabamos de dizer fica ainda mais claro quando aparece outro sacerdote semelhante a Melquisedeque, alguém que se tornou sacerdote, não por regras relativas à linhagem, mas segundo o poder de uma vida indestrutível. Porquanto sobre ele é afirmado: “Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque”. A ordenança anterior é revogada, porque era fraca e inútil (pois a Lei não havia aperfeiçoado coisa alguma), sendo introduzida uma esperança superior, pela qual nos aproximamos de Deus.

☞ Para refletir ☞

O conceito oriental de superioridade e subordinação é estranho à nossa cultura ocidental contemporânea. Por isso, é popular entre os não cristãos a atitude condenatória em relação a Deus, levantando questões tais quais: “Como um Deus amoroso pode permitir o sofrimento?” ou “Como um Deus de amor pode mandar pessoas para o inferno?”. Às vezes, essa atitude se mantém mesmo depois que confiamos nossa vida a Cristo como nosso Salvador e vemo-nos questionando sua sabedoria, seu amor

ou sua compreensão. É interessante que a Bíblia parece indicar que a verdadeira compreensão da obra de Deus em nossa vida começa com o reconhecimento humilde de nossa parte de que ele é superior a nós; então, baseados tão somente nessa verdade – quer a entendamos quer não –, submetemo-nos à sua vontade em nossa vida. Essa foi a lição que Jó precisou aprender, e Abraão também teve essa atitude. Não deveríamos seguir o exemplo deles?

1) *Transitório* (7.11-14). O autor enfatiza que, se retornarem ao sistema aarônico, seus leitores estariam voltando a um acordo que jamais poderá levá-los à maturidade. Esse sistema era marcado por certas fraquezas.

A primeira que o escritor aponta é que não conduzia quem estava sob sua autoridade à maturidade. Enquanto estavam debaixo da Lei, as pessoas eram consideradas crianças imaturas (Gl 4.1-3). Mas não era intenção de Deus deixar seu povo em um estado perpétuo de imaturidade. Assim, quando Deus constituiu Cristo como sacerdote da ordem de Melquisedeque no momento de sua ressurreição (Sl 110.4), isso mostrou que Deus não conservaria o sistema que prendia seus seguidores à imaturidade. Em vez disso, instituiu uma nova ordem sacerdotal que pudesse conduzir as pessoas à maturidade.

Contudo, era impossível que Cristo fosse instituído como sumo sacerdote da ordem de Melquisedeque se o sistema sacerdotal levítico não fosse antes encerrado. Era preciso abolir o alicerce sobre o qual aquele sacerdócio se baseava. O sistema levítico era parte de uma aliança que Deus fizera com Israel por meio de Moisés, no Sinai. Era uma aliança *condicional* , que podia ser anulada sem que isso violasse o caráter daquele que a estabeleceu. Em Salmos 110.4, a indicação do Messias antecipava o término da Lei mosaica que fundamentava o sacerdócio levítico. Isso demonstrava que o sacerdócio de Arão era mutável e que em algum momento seria abandonado. Um sistema transitório não poderia prover base para a maturidade espiritual.

2) *Temporário* (7.15-19). O autor apresenta uma segunda razão para a abolição do sacerdócio levítico. A Lei mosaica prescrevia que os sacerdotes tinham de ser da família de Arão, da tribo de Levi (cf. Nm 16–18). Uma vez que Jesus era da família de Davi, da tribo de Judá, teria sido impossível que ele assumisse a função de um

sacerdote levítico. Para que Cristo fosse instituído em uma ordem sacerdotal, esta teria de ser diferente. Por isso, seu Pai constituiu-o sacerdote da ordem de Melquisedeque, não da ordem de Arão. Essa escolha também indica que Deus via a ordem aarônica como uma solução temporária que em algum momento seria deixada de lado.

☞ Para refletir ☞

Da mesma forma que a Lei era incapaz de conduzir seus seguidores à maturidade, também o legalismo (o ensino de que a nossa salvação depende da nossa capacidade de seguir um conjunto de regras ou de obedecer aos mandamentos morais da Bíblia) nas nossas igrejas nunca conseguirá produzir maturidade espiritual em alguém.

Em contraste com os sacerdotes levíticos, cujo serviço seria abandonado, Cristo foi nomeado “sacerdote para sempre” (7.17). A ordem na qual Cristo foi instituído nunca se encerrará. Consequentemente, a lógica mostra que qualquer ordem permanente é superior à que é transitória e temporária.

O autor resume seu argumento destacando a fraqueza fundamental do sistema levítico (7.18). Era temporário porque seria sucedido por outra ordem sacerdotal. E era inútil porque não conduzia seus seguidores à maturidade. A nova ordem permanente, por outro lado, introduziria uma “esperança superior”, isto é, levaria à maturidade em Cristo todos os que se submetessem a ela. Portanto, hoje não tentamos nos aproximar de Deus por meio de uma ordem antiga, temporária e inútil, mas pela nova ordem instituída no momento da constituição de Cristo como sacerdote da ordem de Melquisedeque.

O sacerdócio de Cristo é superior porque
baseia-se em uma aliança melhor (7.20-22)

7.20-22 E isso não aconteceu sem juramento! Outros se tornaram sacerdotes sem qualquer juramento, mas ele se tornou sacerdote com juramento, quando Deus lhe disse: “O Senhor jurou e não se arrependerá: ‘Tu és sacerdote para sempre’”. Jesus tornou-se, por isso mesmo, a garantia de uma aliança superior.

O sacerdócio aarônico baseava-se na aliança mosaica, que era temporária e condicional. Por isso, os ministros da ordem levítica não tinham garantia de que seu cargo permaneceria. Jesus Cristo, por sua vez, foi instituído no sacerdócio por um juramento ou aliança que

Deus Pai celebrou com Deus Filho. Referindo-se mais uma vez a Salmos 110.4, o escritor afirma: “O Senhor jurou e não se arrependerá: ‘Tu és sacerdote para sempre’”. A declaração que nomeia seu Filho como sacerdote é entendida como uma aliança incondicional e imutável. Deus jamais estabeleceu um fundamento dessa espécie para o sacerdócio levítico. Portanto, o sacerdócio de Cristo segundo Melquisedeque apoia-se sobre um alicerce melhor. E a “aliança superior” (7.22) é a aliança que o Pai fez com o Filho, confirmando-o como sacerdote eterno da ordem de Melquisedeque. Isso significa que Cristo é um sacerdote singular, individual, atemporal e real, um sacerdote de quem virão bênçãos espirituais e materiais. E certamente qualquer sacerdócio apoiado em uma aliança eterna é superior ao sacerdócio anterior, que se baseava em uma aliança temporária e condicional.

O sacerdócio de Cristo baseia-se na vida da ressurreição (7.23-25)

7.23-25 Ora, daqueles sacerdotes tem havido muitos, porque a morte os impede de continuar em seu ofício; mas, visto que vive para sempre, Jesus tem um sacerdócio permanente. Portanto, ele é capaz de salvar definitivamente aqueles que, por meio dele, se aproximam de Deus, pois vive sempre para interceder por eles.

☞ Para refletir ☞

Jesus Cristo é único tanto em relação ao sacerdócio do Antigo Testamento quanto em relação a todas as religiões do mundo. Ele é o único fundador de uma religião que hoje não está em um túmulo. É o único que oferece a si mesmo como caminho para Deus em vez de impor um conjunto de regras ou um código moral. E ele é o único que afirma ser a palavra definitiva e final de Deus sobre pecado, salvação e vida eterna.

O sacerdócio aarônico compunha-se de uma sequência interminável de sacerdotes que em algum momento morreram. Nenhum sacerdote dessa ordem era permanente, pois seu serviço terminava com sua morte. Jesus Cristo, no entanto, foi introduzido em seu ministério sacerdotal após sua ressurreição; e, sendo alguém que possui vida ressurreta eterna, seu sacerdócio nunca terminará. Quando o povo vivia sob a ordem levítica, mal conseguia acostumar-se a um sacerdote, pois logo precisava, por causa da morte deste, acostumar-se a outro. Mas, como o sacerdócio de Cristo se baseia

em vida ressurreta, quem desfruta de seu ministério nunca precisará adaptar-se a um sucessor, pois o Senhor exerce “um sacerdócio permanente”.

O autor mostra o resultado de ter um sacerdote que ministra com base em uma vida ressurreta eterna: “Portanto, ele é capaz de salvar definitivamente aqueles que, por meio dele, se aproximam de Deus...”. Aqui ele não se refere à obra redentora que salva os pecadores do juízo e da morte, mas usa a expressão “salvar” no sentido de “levar ao fim que Deus deseja”, isto é, de conduzi-los da imaturidade à plena maturidade nele. O que a Lei não conseguia realizar por meio de uma sucessão interminável de sacerdotes cujo ministério temporário se baseava em uma aliança condicional, nosso Sumo Sacerdote realizará porque seu serviço se baseia na aliança eterna estabelecida por Deus Pai. Essa aliança instituiu-o em um sacerdócio eterno baseado no fato de que ele “vive sempre para interceder por eles”.

O sacerdócio de Cristo é superior por causa do caráter desse Sacerdote (7.26-28)

7.26-28 É de um sumo sacerdote como esse que precisávamos: santo, inculpável, puro, separado dos pecadores, exaltado a cima dos céus. Ao contrário dos outros sumos sacerdotes, ele não tem necessidade de oferecer sacrifícios dia após dia, primeiro por seus próprios pecados e, depois, pelos pecados do povo. E ele o fez uma vez por todas quando a si mesmo se ofereceu. Pois a Lei constitui sumos sacerdotes a homens que têm fraquezas; mas o juramento, que veio depois da Lei, constitui o Filho perfeito para sempre.

Aqueles que viviam sob a antiga ordem eram beneficiados pelo sacerdócio aarônico organizado com base na Lei mosaica, a despeito de sua fraqueza e inutilidade, mas ainda assim intuitivamente reconheciam que algo mais era necessário. Instintivamente, as pessoas sabiam que quem precisava oferecer sacrifício pelos próprios pecados não era capaz de satisfazer completamente as exigências de um Deus justo e santo. A mesma intuição revela qual era a necessidade. O escritor descreve agora o tipo de sacerdote capaz de atender às nossas necessidades.

Em primeiro lugar, ele precisa ser *santo* . Essa palavra indica pureza pessoal, alguém que é intrinsecamente limpo. Nesse sentido, a palavra só pode ser aplicada a Jesus Cristo. Isso demonstra seu

relacionamento com Deus. Em seguida, ele precisa ser *inculpável*. Isso destaca o fato de que nosso sacerdote não pode praticar o mal. Isso se refere ao seu relacionamento com o ser humano. *Puro* representa ausência de qualquer contaminação ou impureza que pudesse deixar o sacerdote impuro, impedindo-o de cumprir sua função sacerdotal. Nenhum sacerdote podia exercer seu cargo antes que os sacrifícios requeridos fossem oferecidos, a fim de remover suas máculas. Se nosso Sumo Sacerdote deve servir em nosso favor sem qualquer interrupção, não pode haver nenhuma impureza que interrompa seu ministério. Somente Cristo está livre dessas impurezas a ponto de poder ministrar perpetuamente em nosso favor.

A expressão “separado dos pecadores” parece sugerir o lugar em que o ministério sacerdotal será exercido. O sacerdote da ordem de Arão ministrava cercado por pecadores, que o procuravam para que ele apresentasse seus sacrifícios pelos pecados. Mesmo cercados por pecadores, os sacerdotes aarônicos retiravam-se para o Lugar Santíssimo no Dia da Expição, a fim de apresentar sangue para cobrir a Lei transgredida. Mas Cristo, na sua ressurreição, deixou a esfera de habitação do ser humano pecador e foi para a presença imediata de Deus, a fim de ministrar em nosso favor. A frase final – “[foi] exaltado acima dos céus” – mostra o caminho pelo qual o Sumo Sacerdote “foi” separado dos pecadores. O verbo implícito “foi” enfatiza que ele entrou em um estado permanente de exaltação que não abandonará mais, enquanto no Dia da Expição o sumo sacerdote precisava sair do Santo dos Santos para voltar a ficar em meio ao povo pecador. Assim, o caráter pessoal de Cristo torna-o muito superior a qualquer sacerdote que tenha ministrado sob a tradição aarônica.

☞ Para refletir ☞

Se o próprio Jesus Cristo é santo, inculpável e puro, que tipo de vida caracterizará aqueles que se aproximaram dele e confiam nele para levá-los à maturidade espiritual? Quem deseja viver para Cristo e se submete à sua obra em sua vida vai se tornar cada vez mais parecido com ele.

Agora o autor apresenta uma segunda diferença, a saber, em relação ao objeto do sacrifício e à frequência com que era oferecido. Os sacerdotes levíticos apresentavam sacrifícios animais dia após

dia. Por causa da sua insuficiência para eliminar definitivamente o pecado, os sacrifícios precisavam ser repetidos. Eles eram realizados tanto em favor do sacerdote quanto em favor do povo.

Já nosso Sumo Sacerdote apresentou uma única oferta. Ofereceu a si mesmo. Seu sacrifício atendeu às exigências da santidade e da justiça divinas, de forma que nunca mais precisará ser repetido. O que ele fez valeu “uma vez por todas”. Seu sacrifício de si mesmo não foi por si mesmo, já que ele não tem pecado. Antes, foi um sacrifício suficiente por todos os pecadores. É preciso observar que, embora na crucificação o sacrifício seja o próprio Cristo, naquele momento ele *não* atuava como sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque. Em vez disso, Deus Pai foi quem ofereceu seu Filho como sacrifício (Sl 22.15; Is 53.10). Jesus Cristo tornou-se sacrifício quando se submeteu sem reservas à vontade de seu Pai, da mesma forma que Isaque se tornou sacrifício quando se submeteu à vontade de Abraão. Tornou-se sacrifício quando “a si mesmo se ofereceu”.

A Lei nomeava homens pecadores, fracos e mortais para o cargo de sacerdote; mas, quando Deus confirmou a aliança que nomearia um sumo sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque, ele escolheu seu próprio Filho, que, por ser “santo, inculpável, puro, separado dos pecadores, exaltado acima dos céus”, é capaz de ser o mediador sacerdotal que representa Deus perante o ser humano e o ser humano, perante Deus.

☞ Para refletir ☞

Fica óbvio que, se Jesus Cristo era o sacrifício perfeito de Deus e ofereceu a si mesmo “uma vez por todas”, coisa alguma pode ser acrescentada ao seu sacrifício pelos nossos pecados – nem rituais religiosos, nem autocontrole moral, nada! Nossa salvação baseia-se única e exclusivamente em seu sacrifício perfeito executado “uma vez por todas”.

Resumindo o que o autor apresentou ao longo do capítulo 7 a respeito do sacerdócio de Cristo: ele destacou que Cristo é um sacerdote universal que representa Deus diante de todos os homens, diferentemente do sacerdote levítico, cujo ministério limitava-se ao povo de Israel. Cristo uniu em sua pessoa os cargos de sacerdote e rei. Isso não acontecia na ordem de Arão, uma vez que nenhum sacerdote dessa ordem jamais ocupou o trono. O ministério de Cristo

como Rei/Sacerdote caracterizou-se por justiça e paz, enquanto o sacerdócio aarônico ocupava-se de pecado e juízo. Cristo foi um sacerdote singular pelo fato de não ter herdado o sacerdócio de antepassados religiosos nem o ter transmitido a filhos que vieram a sucedê-lo. O ministério de Cristo como Rei/Sacerdote levou o ser humano ao alvo desejado por Deus, isto é, à maturidade, enquanto as pessoas que viviam sob a ordem de Arão permaneciam em perpétuo estado de infância espiritual. O ministério de Cristo resultou em bênção, enquanto a ordem aarônica produziu apenas resultados fracos e inúteis. O sacerdócio de Cristo apoiava-se em uma aliança feita pelo Pai com o Filho, que confirmou o segundo como Sacerdote para sempre. Por isso, o ministério de Cristo como sacerdote é imutável e permanente, baseado em sua vida ressurreta, enquanto o ministério aarônico era executado por uma sucessão interminável de sacerdotes mortais. E o sacerdócio de Cristo fundamentava-se no caráter sem pecado do sacerdote, enquanto a ordem de Arão era exercida por homens pecadores.

☞ Para refletir ☞

Quanto mais estudamos a Palavra de Deus, mais entendemos que o epicentro de sua revelação não é a nossa salvação, por mais maravilhosa que ela seja. Antes, o foco da Escritura é o plano perfeito de Deus para toda a criação, que culminará no reino e domínio de seu Filho, Jesus Cristo, sobre todas as coisas. Foi só pela execução do plano perfeito de Deus que fomos criados, autorizados a cair sob o domínio de Satanás, apenas para sermos redimidos por sua graça e assim escapar do juízo que recairá sobre Satanás e seu rebelde exército de seres angelicais. O mais incrível de tudo: em todo esse plano – incluindo sua aliança com Abraão, a entrega da Lei mosaica e tudo aquilo que antecipava o ministério de Cristo –, não há um único erro ou contradição!

Dessa forma, não resta dúvida a respeito da superioridade do sacerdócio de Cristo sobre o sacerdócio levítico.

Cristo tem um ministério sacerdotal superior baseado em uma aliança superior (8.1-13)

Um santuário superior (8.1-5)

8.1-5 O mais importante do que estamos tratando é que temos um sumo sacerdote como esse, o qual se assentou à direita do trono da Majestade nos céus e serve no santuário, no verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, e não o homem. Todo sumo sacerdote é constituído para apresentar ofertas e sacrifícios; por isso, era necessário que também este tivesse algo a oferecer. Se ele estivesse na terra, nem seria sumo sacerdote, visto que já existem aqueles que apresentam as ofertas prescritas pela Lei. Eles servem num santuário que é cópia e sombra daquele que está nos céus, já que Moisés foi avisado quando estava para construir o tabernáculo: “Tenha o cuidado de fazer tudo segundo o modelo que lhe foi mostrado no monte”.

Nas referências anteriores a Salmos 110.4, vimos que Cristo só assumiu o ministério sacerdotal depois de sua ressurreição e ascensão. Com as palavras “Senta-te à minha direita até que eu faça dos teus inimigos um estrado para os teus pés” (Sl 110.1), Deus Pai recebeu o Deus Filho em sua entrada na glória, que ele já tinha com o Pai antes da criação do mundo. No momento de sua ascensão, Cristo “se assentou à direita do trono da Majestade nos céus” (Hb 8.1). Tomar lugar à direita do Pai representava a nomeação de Cristo à posição de honra e autoridade. O trono que ele ocupa e de onde ministra não é o trono de Davi, que ele ocupará um dia aqui na terra, como o Messias prometido (Mt 25.31). Antes, esse é o trono da “Majestade nos céus”. A autoridade atribuída àquele ali entronizado era para aquele que “serve no santuário, no verdadeiro tabernáculo” (Hb 8.2). Portanto, ele não foi escolhido para ser rei de um domínio terreno, mas para exercer a função de Sumo Sacerdote em um novo santuário. E a escolha como Sumo Sacerdote, de acordo com Salmos 110.4, é subsequente à entronização de Cristo à direita do Pai.

Com muita lógica, o escritor mostra a necessidade de dar posse a Cristo em um novo santuário. Era função dos sacerdotes apresentar a Deus as dádivas do povo e os sacrifícios em favor deles. Por determinação divina, o tabernáculo era o lugar de apresentação dessas dádivas e da oferta dos sacrifícios. Como sacerdote, Cristo deve apresentar ao Pai as dádivas daqueles a quem ele representa e oferecer os benefícios de seu sacrifício em favor deles em qualquer momento de necessidade. Para Cristo, era impossível cumprir sua função sacerdotal no tabernáculo aqui na terra, pois apenas os

descendentes de Arão, da tribo de Levi, tinham autorização para trabalhar ali. Se Cristo tivesse tentado atuar naquele tabernáculo, ele teria se intrometido indevidamente, de forma que as dádivas e os sacrifícios que ele apresentasse se tornariam inaceitáveis. Ele não teria sido considerado sacerdote, por isso não poderia ter ministrado naquele tabernáculo.

Assim, a fim de poder servir como Sumo Sacerdote, era necessário que ele recebesse um santuário melhor. E, já que seu ministério se baseia na vida ressurreta, o novo tabernáculo também não pode ser terreno. O novo santuário precisa ser celestial para que o Sumo Sacerdote ressurreto possa servir nele.

☞ Para refletir ☞

Alguém disse que não há resumo mais conciso do plano de Deus para as eras do que Salmos 110.1. “O SENHOR disse ao meu Senhor” mostra a eternidade de Deus Filho e o plano perfeito do Pai. A frase “senta-te à minha direita até que...” mostra a posição que o Filho assume entre o momento em que Deus o enviou ao seu povo Israel, sendo rejeitado, e o momento em que retornará para estabelecer seu reino. Ela também cobre o nosso tempo atual, durante o qual Cristo está sentado à direita do Pai. E “eu faça dos teus inimigos um estrado para os teus pés” anuncia o que acontecerá quando ele retornar para estabelecer seu reino, conforme a revelação mais completa que aparece em outros trechos proféticos da Escritura.

O autor destaca (8.5) que todo o sistema levítico, do qual o tabernáculo era parte, era visto, desde o início, como temporário. O tabernáculo e todas as atividades realizadas pelos sacerdotes eram apenas “cópia e sombra daquele que está nos céus” (8.5). E, ainda que o ser humano possa aprender com cópias e sombras, estas não constituíam as realidades que antecipavam. A aliança que Israel recebeu por intermédio de Moisés – e sobre a qual se fundamentava o sistema levítico – era vista como um acordo temporário que em algum momento cederia lugar à realidade que prefigurava. O tabernáculo terreno precisa dar lugar ao celestial. O tabernáculo temporário precisa ceder ao eterno. Um sacerdócio terreno precisa dar lugar a um sacerdócio celestial. O sistema que se baseava em um acordo temporário precisa ceder a um ministério cujo fundamento é a aliança eterna entre Pai e Filho quando este foi nomeado Sumo Sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque.

Uma aliança superior (8.6-13)

8.6-13 Agora, porém, o ministério que Jesus recebeu é superior ao deles, assim como também a aliança da qual ele é mediador é superior à antiga, sendo baseada em promessas superiores. Pois, se aquela primeira aliança fosse perfeita, não seria necessário procurar lugar para outra. Deus, porém, achou o povo em falta e disse: “Estão chegando os dias, declara o Senhor, quando farei uma nova aliança com a comunidade de Israel e com a comunidade de Judá. Não será como a aliança que fiz com os seus antepassados, quando os tomei pela mão para tirá-los do Egito; visto que eles não permaneceram fiéis à minha aliança, eu me afastei deles”, diz o Senhor. “Esta é a aliança que farei com a comunidade de Israel depois daqueles dias”, declara o Senhor. “Porei minhas leis em sua mente e as escreverei em seu coração. Serei o seu Deus, e eles serão o meu povo. Ninguém mais ensinará o seu próximo nem o seu irmão, dizendo: ‘Conheça o Senhor’, porque todos eles me conhecerão, desde o menor até o maior. Porque eu lhes perdoarei a maldade e não me lembrarei mais dos seus pecados”. Chamando “nova” essa aliança, ele tornou antiquada a primeira; e o que se torna antiquado e envelhecido está a ponto de desaparecer.

Começando no versículo 6, o apóstolo conclui que Cristo, embora não se qualificando para ser sacerdote aqui na terra, serve no céu em um ministério ainda mais excelente. Esse ministério baseia-se em uma aliança melhor que a aliança mosaica, que fundamentava o sacerdócio levítico. Seu sacerdócio é superior por causa do seu alicerce superior. O apóstolo demonstra sem deixar dúvidas que o fundamento para o sacerdócio levítico era uma aliança temporária e afirma que o sacerdócio de Cristo se baseia em “uma aliança superior” (8.6, NVT), isto é, uma aliança melhor que a aliança mosaica. Essa aliança superior é a que o Pai estabeleceu com o Filho em Salmos 110.4, que nomeou o Filho como sacerdote eterno.

Para provar que Deus encarava a aliança mosaica como temporária, o escritor de Hebreus cita Jeremias 31.31-34. Pelo fato de Israel ter falhado em suas obrigações decorrentes do acordo mosaico, Jeremias anunciou a deportação do povo da Terra Prometida e a destituição do rei davídico. A penalidade para a desobediência, conforme alertavam Levítico 26 e Deuteronômio 28, caíra sobre eles. Uma vez que a nação só desfrutaria das bênçãos da aliança se fosse obediente a ela, e Israel tinha demonstrado

definitivamente que as pessoas não são capazes de produzir a obediência exigida, Deus anunciou que encerraria a aliança mosaica e introduziria uma aliança nova. Nessa nova aliança, Deus diz: “Porei minhas leis em sua mente e as escreverei em seu coração. Serei o seu Deus, e eles serão o meu povo” (Hb 8.10b). O próprio Deus operaria uma obra que mudaria de tal forma a mente e o coração do povo que este passaria a andar em obediência a Deus. Essa obediência se tornaria possível porque Deus, nos termos dessa nova aliança, colocaria seu Espírito dentro deles (Ez 36.25-27; Jl 2.28-29). Nos termos dessa nova aliança, haveria conhecimento universal a respeito de Deus em reconhecimento do que o Senhor esperava daqueles que andavam em comunhão com ele para receber as bênçãos prometidas (Hb 8.11). Além disso, essa aliança providenciaria o necessário para que os pecados fossem perdoados (8.12). Nada do que Deus garantia nessa nova aliança que faria com a comunidade de Israel e de Judá (8.8) tinha sido recebido por meio da aliança mosaica.

✞ Para refletir ✞

Uma vez que hoje a Lei mosaica é obsoleta, muitas pessoas equivocadamente pensam que ela não tem mais nada a oferecer aos cristãos, por isso não merece ser estudada. De acordo com a Bíblia, no entanto, a Lei servia a dois propósitos em relação ao povo de Deus. O primeiro era regulatório, pelo fato de regulamentar detalhadamente a vida do judeu redimido. Esse propósito de fato foi suplantado pela superioridade de Cristo. O segundo propósito, no entanto, era revelador, por trazer revelação a respeito da natureza de Deus, do ser humano e do relacionamento entre ambos. Esse propósito da Lei nunca ficou ultrapassado, como podemos ver pela forma com que o autor de Hebreus usa a Lei para ensinar verdades a respeito de Jesus Cristo e da vida cristã. Assim, a palavra eterna de Deus – até mesmo a Lei – sempre tem algo a ensinar ao filho de Deus que a estudar com atenção.

Assim, a conclusão lógica à qual o autor chega está no versículo 13: “Chamando ‘nova’ essa aliança, ele tornou antiquada a primeira”. Quando Jeremias anunciou que Deus faria uma nova aliança, ele estava notificando o povo de que a aliança antiga deveria ser entendida como temporária, não permanente, como algo que em algum momento seria encerrado. Embora o véu rasgado no templo no momento da morte de Cristo (Mt 27.51) indicasse que a Lei tinha

sido deixada de lado, suas práticas continuaram até a destruição de Jerusalém por Tito no ano 70 d.C. Evidentemente, o escritor prevê esse evento ao dizer que “o que se torna antiquado e envelhecido está a ponto de desaparecer”. Com o templo ainda em pé, alguns hebreus talvez não entendessem que a antiga ordem tinha sido suspensa. Mas o apóstolo reconheceu a iminência da futura destruição do templo, o que impediria que o sistema levítico continuasse a ser executado. Lembre-se: o próprio Cristo tinha profetizado que a geração de Israel que o rejeitara cairia sob julgamento físico e temporal (Mt 12.31-32; 23.37–24.2; Lc 21.24).

Assim, o anúncio de Jeremias sobre uma futura nova aliança avisava que a aliança vigente deveria ser entendida como temporária. Ainda que se passassem várias gerações até que a antiga aliança fosse encerrada com a morte de Cristo, ela continuava sendo temporária. Quando o Senhor instituiu o memorial do seu corpo partido e do seu sangue derramado, por ocasião da ceia na véspera de sua crucificação, ele revelou que sua morte instituiria aquela nova aliança prometida (Mt 26.28; Mc 14.24; Lc 22.20; 1Co 11.25). E mesmo que alguns dos destinatários do autor dessa carta ainda pudessem buscar refúgio no templo, uma vez que ele ainda existia, isso significaria um retorno ao que era temporário e em breve acabaria. Desde o princípio, o sistema levítico foi um arranjo temporário, enquanto o sacerdócio de Cristo era baseado em uma aliança eterna celebrada entre Pai e Filho, que confirmava o segundo como Sumo Sacerdote para sempre segundo a ordem de Melquisedeque.

Cristo ministra em um santuário superior com base em um sacrifício melhor (9.1–10.18)

O tabernáculo terreno (9.1-5)

9.1-5 Ora, a primeira aliança tinha regras para a adoração e também um santuário terreno. Foi levantado um tabernáculo; na parte da frente, chamada Lugar Santo, estavam o candelabro, a mesa e os pães da Presença. Por trás do segundo véu havia a parte chamada Lugar Santíssimo, onde se encontravam o altar de ouro para o incenso e a arca da aliança, totalmente revestida de ouro. Nessa arca estavam o vaso de

ouro contendo o maná, a vara de Arão que floresceu e as tábuas da aliança. Acima da arca estavam os querubins da Glória, que com sua sombra cobriam a tampa da arca. A respeito dessas coisas não cabe agora falar detalhadamente.

O escritor presume que seus leitores estejam familiarizados com os detalhes do tabernáculo conforme Deus os revelara a Moisés no monte Sinai. Em Hebreus 9.1–10.18, há muitas alusões e citações de Levítico 16. O autor não faz qualquer referência à estrutura em si; também não menciona as cortinas que o separavam do acampamento, nem o altar e o lavatório colocados diante da entrada da tenda, embora mencione de passagem quatro peças que havia dentro do tabernáculo.

O tabernáculo era dividido em duas partes, chamadas aqui de “Lugar Santo” e “Lugar Santíssimo”. No primeiro, havia dois objetos: um era o candelabro (Êx 25.31-40), destinado a ser um lembrete perpétuo de que a nação redimida deveria ser luz para o mundo, um reino de sacerdotes que receberia revelação de Deus e a comunicaria às nações (Êx 19.6). A nação nunca cumpriu essa tarefa, mas ela será por fim executada pelo Messias de Israel, Jesus Cristo, que veio como luz para o mundo que jazia em trevas (Jo 1.4, 9; 8.12). O outro item era a mesa onde se colocavam os pães da Presença (Êx 25.23-30). Isso era um lembrete para Israel de que o Deus que os salvara e fizera deles a luz do mundo daria também a provisão e o sustento necessários para a caminhada diária em sua presença. Esse pão também prefigurava aquele que viria como o Pão da Vida (Jo 6.32-35).

Em seguida, o escritor entra no ambiente por trás do véu que separava a primeira parte do tabernáculo do Lugar Santíssimo e menciona dois objetos que havia ali. O primeiro era o altar de ouro para o incenso (Êx 30.1-10), que representava a adoração e as orações da comunidade dirigidas ao Deus que os salvara. Esse altar era atendido diariamente pelos sacerdotes. A cada manhã e noite, os sacerdotes colocavam incenso especialmente preparado sobre o altar, que era mantido aceso continuamente diante de Deus, cuja presença habitava entre os querubins sobre a tampa da arca.

Embora a superioridade de Jesus Cristo suplantasse a prática do culto no tabernáculo (regulamentação), essa prática tem muito a nos oferecer na busca por entendimento a respeito da posição e do ministério de Cristo (revelação).

Como Hebreus 9.7 diz que “o sumo sacerdote entrava no Lugar Santíssimo, apenas uma vez por ano”, a ideia comum é que o altar do incenso ficava na primeira parte do tabernáculo, de forma que o único objeto no Lugar Santíssimo era a arca da aliança com o trono da graça. No entanto, o escritor de Hebreus afirma explicitamente que o altar de ouro para o incenso ficava na segunda parte do tabernáculo. Para entender melhor esse cenário, será útil analisar as instruções que Moisés recebeu a respeito do local em que deveria colocar esse altar. Em Êxodo 30.6, lemos: “Coloque o altar em frente do véu que se encontra diante da arca da aliança, diante da tampa que está sobre ele, onde me encontrarei com você”. A ordem era para colocar o altar do incenso “em frente” do véu – mas o ponto de referência é a arca da aliança. Isso significa que o altar do incenso não ficaria *para fora* do véu, separado da arca da aliança, mas *atrás* dele, no Lugar Santíssimo, em frente à arca. Como a função do altar para o incenso era oferecer adoração e oração a Deus, era perfeitamente apropriado que ficasse dentro do Lugar Santíssimo, na presença da *shekinah*, a glória de Deus. Ao falar do Dia da Expição no capítulo 9 de Hebreus, o autor enfatiza que naquele dia apenas o sumo sacerdote podia entrar ali – mas isso não impedia os demais sacerdotes de entrarem diariamente para cuidar do altar do incenso.

O segundo objeto dentro do Lugar Santíssimo era a arca da aliança. Ela era o repositório do vaso de ouro que guardava o maná, como lembrança perpétua da fidelidade de Deus em prover para seu povo durante o tempo no deserto (Êx 16.33). Também estava ali a vara de Arão, que florescera, como lembrança perpétua de que Deus escolhera especificamente a tribo de Levi e a família de Arão como aqueles que ocupariam o sacerdócio (Nm 17.10). E ali estavam também as tábuas nas quais estava escrita a Lei, um lembrete de que Deus estava julgando seu povo com base nessa Lei, cobrando obediência a ela (Êx 25.16).

Por cima da arca da aliança estava o trono da graça (Êx 25.10-22). Este era guardado pelos querubins, uma representação do mais alto escalão dos seres angelicais, mostrando que todas as hostes

celestiais observam a graça e a misericórdia de Deus que cobrem o pecado de forma que o Senhor possa aceitar a aproximação dos pecadores e habitar no meio deles. A Lei quebrada, que acarretava a pena de morte por essa violação, era quase literalmente coberta por sangue – o sangue de um substituto inocente em lugar do sangue dos culpados. O trono da graça era o lugar onde se colocava um sacrifício propiciatório diante de Deus como cobertura para os pecados da nação, de forma que Deus pudesse continuar habitando em meio a um povo pecador e tivesse uma base para adiar a cobrança da dívida gerada por seus pecados.

O valor temporário dos sacrifícios levíticos (9.6-10)

9.6-10 Estando tudo assim preparado, os sacerdotes entravam regularmente no Lugar Santo do tabernáculo, para exercer o seu ministério. No entanto, somente o sumo sacerdote entrava no Lugar Santíssimo, apenas uma vez por ano, e nunca sem apresentar o sangue do sacrifício, que ele oferecia por si mesmo e pelos pecados que o povo havia cometido por ignorância. Dessa forma, o Espírito Santo estava mostrando que ainda não havia sido manifestado o caminho para o Lugar Santíssimo enquanto permanecia o primeiro tabernáculo. Isso é uma ilustração para os nossos dias, indicando que as ofertas e os sacrifícios oferecidos não podiam dar ao adorador uma consciência perfeitamente limpa. Eram apenas prescrições que tratavam de comida e bebida e de várias cerimônias de purificação com água; essas ordenanças exteriores foram impostas até o tempo da nova ordem.

Por meio de Moisés, Deus dera aos sacerdotes instruções específicas em relação ao serviço a conduzir dentro do tabernáculo. O candelabro precisava ser supervisionado diariamente, “do entardecer até de manhã” (Êx 27.20-21), e não podia ser apagado nunca. Todas as manhãs e todas as tardes, era preciso colocar incenso sobre o altar correspondente (Êx 30.7-8), de forma que o seu aroma subisse a Deus continuamente, simbolizando a adoração e as orações do povo redimido a Deus. A cada semana, os sacerdotes precisavam assar os doze pães que eram colocados sobre a mesa no sábado, e depois disso os sacerdotes podiam comer o pão que tinha sido substituído.

Portanto, o que o escritor diz aqui é que “os sacerdotes entravam regularmente no Lugar Santo do tabernáculo, para exercer o seu

ministério” (Hb 9.6). Parte do trabalho era diário, parte era semanal. Mas o importante é que ele precisava ser repetido vez após vez. Isso enfatiza que todo o serviço do tabernáculo tinha valor apenas temporário. Não conseguia finalizar nada.

Então, o escritor passa dos serviços diários ou semanais dos sacerdotes para o ritual realizado pelo próprio sumo sacerdote. A função mais importante que podia ser desempenhada por alguém que não fosse o sumo sacerdote era supervisionar o altar de ouro para o incenso. Esse privilégio era determinado por sorteio, e cada sacerdote só podia realizá-lo uma única vez durante sua vida. Esse foi o privilégio dado a Zacarias (Lc 1.8-9). Se, como o escritor de Hebreus indica, era um privilégio para Zacarias ir para trás do véu e entrar no Lugar Santíssimo para colocar incenso sobre o altar de ouro, então não é de espantar que ele tenha sido tomado de pavor ao ver o anjo do Senhor parado à direita do altar.

Apenas o sumo sacerdote tinha o privilégio de dirigir o ritual mais importante de todo o calendário anual de Israel, o Dia da Expição. Mas, por mais significativo que fosse a oferta de sangue de bodes no Dia da Expição, também nesse caso o valor era apenas temporário, exigindo a repetição anual do sacrifício. O que o escritor enfatiza nos versículos 6-8 é que tudo o que os sacerdotes realizavam no tabernáculo terreno tinha valor temporário, não permanente.

✞ Para refletir ✞

É essa a nossa perspectiva pessoal sobre a santidade de Deus?
Apresentamo-nos a ele profundamente impressionados por sua perfeição e com a nossa imperfeição e impureza em comparação com ele?
Historiadores da igreja notaram que a igreja nunca foi além de seu conceito coletivo de Deus. É bem possível que muitas das crises morais que nossa cultura enfrenta hoje estejam diretamente relacionadas com a perda desse conceito da santidade de Deus.

O próprio autor interpreta a importância disso tudo ao dizer que, “dessa forma, o Espírito Santo estava mostrando que ainda não havia sido manifestado o caminho para o Lugar Santíssimo enquanto permanecia o primeiro tabernáculo” (9.8). Cada detalhe do culto no tabernáculo era simbólico (9.9), prefigurando, por meio de um processo temporário, o que seria realizado de forma definitiva por Jesus Cristo por meio de sua morte. Enfatiza-se mais uma vez que,

por mais detalhados que fossem os rituais e observâncias no tabernáculo, eles “não podiam dar ao adorador uma consciência perfeitamente limpa” (9.9). Algo temporário não era capaz de levar os seguidores à maturidade nem conseguia purificar, de forma permanente, a consciência da culpa do pecado. O sistema mosaico preocupava-se com a purificação da contaminação externa (9.10), mas não era capaz de limpar a consciência. Mais uma vez, todo o sistema levítico manifestava-se como um arranjo temporário, pois estava previsto para funcionar “até o tempo da nova ordem” (9.10), um novo tempo no qual seria instituído um programa novo e melhor, que seria capaz de realizar o que a Lei não conseguiu fazer.

A superioridade do sacrifício de Cristo (9.11-12)

9.11-12 Quando Cristo veio como sumo sacerdote dos benefícios agora presentes, ele adentrou o maior e mais perfeito tabernáculo, não feito pelo homem, isto é, não pertencente a esta criação. Não por meio de sangue de bodes e novilhos, mas pelo seu próprio sangue, ele entrou no Lugar Santíssimo, de uma vez por todas, e obteve eterna redenção.

Para entender a verdade que o escritor apresenta aqui, é necessário rever o que acontecia no Dia da Expição, uma das festas anuais que Deus ordenara que o Israel inteiro observasse.

Enquanto as outras seis festas descritas em Levítico 23 eram celebrações alegres, o Dia da Expição, comemorado no décimo dia do sétimo mês, era diferente: “Façam uma reunião sagrada e humilhem-se, e apresentem ao SENHOR uma oferta preparada no fogo. É um sábado de descanso para vocês, no qual vocês se humilharão. Desde o entardecer do nono dia do mês até o entardecer do dia seguinte vocês guardarão esse sábado” (Lv 23.27b, 32). As instruções a respeito da observância do Dia da Expição estão registradas em Levítico 16. Esse era o dia em que a nação, como um todo, reconhecia sua pecaminosidade diante do Senhor e no qual se oferecia um sacrifício expiatório pelo pecado nacional.

Desde o princípio do Dia da Expição, Arão representava o povo diante de Deus no momento da apresentação do sangue que cobria seus pecados. Mas, como ele mesmo era pecador, eram necessários preparativos elaborados para que ele pudesse entrar na presença do Deus santo como representante de um povo que reconhecia sua

pecaminosidade. O dia começava com a escolha dos animais que seriam separados para o sacrifício. Em primeiro lugar, selecionava-se um novilho que seria sacrificado por Arão e os filhos que serviam com ele no sacerdócio; em seguida, escolhiam-se dois bodes para a oferta pelo pecado do povo (Lv 16.5-6). A oferta pelo pecado (Lv 4) era um sacrifício que tratava a culpa pelo pecado. Arão sacrificava o novilho para “fazer propiciação por si mesmo e por sua família” (Lv 16.11). Arão, que com essa oferta reconhecia sua culpa diante de Deus, ainda não podia entrar livremente na presença do Senhor para oferecer o sangue do sacrifício em favor do seu pecado. Por isso, recebeu a seguinte instrução: “Pegará o incensário cheio de brasas do altar que está perante o SENHOR e dois punhados de incenso aromático em pó e os levará para trás do véu. Porá o incenso no fogo perante o SENHOR , e a fumaça do incenso cobrirá a tampa que está acima das tábuas da aliança, a fim de que não morra” (Lv 16.12-13). A fumaça do incenso tornava-se um véu protetor para Arão, para que assim pudesse aspergir o sangue do novilho sobre o trono da graça. O ato da aspersion deveria ser realizado sete vezes (Lv 16.14).

Tendo pago a penalidade que a Lei determinava, agora Arão podia sair do Lugar Santíssimo para realizar a oferta pelo pecado em nome da nação. Depois de lançar sortes para determinar qual bode morreria e qual ficaria vivo (Lv 16.8), agora Arão matava o bode da oferta pelo pecado. Em seguida, “trará o sangue para trás do véu; fará com o sangue o que fez com o sangue do novilho; ele o aspergirá sobre a tampa e na frente dela. Assim fará propiciação pelo Lugar Santíssimo por causa das impurezas e das rebeliões dos israelitas, quaisquer que tenham sido os seus pecados. Fará o mesmo em favor da Tenda do Encontro, que está entre eles no meio das suas impurezas” (Lv 16.15-16). Embora o pecado da nação não conseguisse contaminar o Lugar Santíssimo, onde Deus manifestava sua presença, toda a área em torno era vista como tendo sido contaminada pelo pecado de Israel. Por isso, o sangue do bode tinha de ser aplicado a tudo o que havia no Lugar Santo e no altar que estava no pátio. Assim, o que estava contaminado era considerado santificado ou separado para o Senhor (Lv 16.18-19).

Depois disso, Arão tomava o segundo bode, chamado de bode expiatório, e executava o ritual exigido: “Então colocará as duas mãos sobre a cabeça do bode vivo e confessará todas as iniquidades e rebeliões dos israelitas, todos os seus pecados, e os porá sobre a cabeça do bode” (Lv 16.21a).

Colocar as mãos sobre a cabeça era um sinal de identificação, de forma que o bode expiatório fosse identificado com a confissão que a nação fazia de seu pecado. Esse ato físico também representava uma transferência da culpa dos pecadores para o bode, que assim se tornava um substituto para a nação. Por fim, o bode expiatório era levado para o deserto, para bem longe do acampamento, de forma que não conseguisse mais encontrar o caminho de volta, para que não trouxesse de volta ao povo os pecados que tinham sido removidos. Por Arão ter servido como mediador entre Deus e o povo culpado, ainda era necessário outro sacrifício pelo pecado. Arão foi instruído a oferecer um holocausto pelo povo e por si mesmo (Lv 16.24). O holocausto era uma oferta a Deus em adoração pelas bênçãos que vêm sobre aqueles pelos quais o sangue foi oferecido ao Senhor. A culpa foi tratada pela oferta pelo pecado; e, enquanto o povo recebia as bênçãos decorrentes, ofereciam um holocausto em gratidão por elas. Assim, encerravam o Dia da Expição com ação de graças pelas bênçãos recebidas por meio do sangue apresentado a Deus.

☞ Para refletir ☞

Quando vemos com quanta seriedade Deus sempre tratou o pecado, entendemos que o sangue de Jesus Cristo de fato nos salvou da resposta inevitável do Senhor ao nosso pecado – que a Bíblia chama de “ira de Deus”. A ira de Deus não é exclusividade do Antigo Testamento. Essa sempre foi e sempre será sua resposta ao pecado. Mas, como veremos, o método para apaziguar a ira de Deus mudou de algo temporário para algo permanente.

Para entender a importância disso em relação a Hebreus, precisamos visualizar o que acontecia atrás do véu no Lugar Santíssimo. Como já vimos, o objeto mais importante no Lugar Santíssimo era a arca da aliança. O trono da graça era a tampa da arca, e sobre ela havia dois querubins com as asas estendidas e o rosto virado para baixo, olhando para o trono da graça em si. Deus

manifestava sua presença por meio do brilho da *shekinah* entre os querubins sobre o trono da graça. Por esse motivo, o povo via-o como habitando no meio deles, avaliando-os com base na Lei guardada na arca do testemunho. Por esse julgamento, a nação era considerada culpada, e a punição para essa violação era a morte. O povo de Israel ficava do lado de fora do tabernáculo, reconhecendo sua culpa e a justiça do juízo de Deus sobre ele. Mas, ao observar as determinações divinas dentro do sistema levítico – que era a manifestação da graça de Deus –, a culpa da nação podia ser coberta com sangue e a punição aplicada a um substituto, uma oferta pelo pecado em nome do povo. Assim, o Dia da Expição era o dia em que o justo juízo de Deus era pago por um substituto. Esse sangue trazia *reparação* ao Senhor, pois Deus não desconsiderava o pecado deles. Ele não consentia com o pecado; não ignorava o pecado. Ele continuava exigindo o pagamento da punição para o pecado. Oferecia-se o sangue em pagamento por essa dívida. Dessa forma, esse era o dia em que Deus recebia reparação, ou *propiciação*. As justas demandas de um Deus santo tinham sido atendidas. Pela graça, isso acontecia por intermédio de um substituto na morte em vez da morte do próprio culpado.

Precisamos notar vários pontos importantes aqui. No Dia da Expição, Deus era quem recebia propiciação ou reparação. O sangue saldava a dívida com Deus. O trono da graça era o lugar de propiciação. E o povo culpado eram as pessoas em nome de quem essa propiciação era oferecida. Consequentemente, a punição da Lei era executada, mas caía sobre um substituto, não sobre os próprios culpados. Dessa forma, era possível que um Deus santo habitasse em meio ao povo pecador e se relacionasse com eles baseado em um sacrifício propiciatório. Enquanto as pessoas, pela fé, viam o sangue sendo aspergido sobre o trono da graça, elas sentiam seus pecados sendo cobertos por esse sangue. E, ao verem esses pecados serem transferidos de si mesmas para o bode expiatório que seria conduzido para o deserto, percebiam que esses erros – tendo sido cobertos pelo sangue – eram removidos dos culpados. Dessa forma, experimentavam paz com Deus pela fé.

Observe que a cura de Deus para a culpa sempre foi o apaziguamento da sua ira e o perdão para o pecador. O mesmo vale hoje. A psicologia diz que mais da metade de todas as doenças mentais e emocionais está relacionada à culpa; no entanto, até mesmo a igreja cristã começou a abandonar essa cura de Deus – o perdão – em nome da “lógica” complicada que responsabiliza a educação que o indivíduo recebeu, o ambiente ou qualquer outra coisa que não seu próprio pecado e culpa diante de Deus. O Senhor não mudou, e sua graça – que oferece perdão e reconciliação com ele – continua sendo a única cura para a culpa.

Precisamos entender a importância do Dia da Expição na antiga ordem antes que seja possível compreender o que o escritor de Hebreus queria ensinar em relação à obra de Cristo. Para ser preciso, o sacrifício de Cristo era o cumprimento máximo do Dia da Expição. Na cruz, Deus foi quem recebeu propiciação (reparação); o sangue de Cristo trazia essa propiciação para o Deus santo; o corpo de Cristo era o lugar da propiciação (o trono da graça); e todos os pecadores culpados são aqueles em nome de quem o sangue propiciatório foi oferecido a Deus.

A palavra “porém”, que aparece no versículo 11 de algumas versões bíblicas (p. ex. NAA), destina-se a reforçar o contraste entre o que era o evento anual mais importante dentro do sistema levítico e o que Cristo realizou por meio de sua morte na cruz, que se tornou a base para o ministério do nosso grande Sumo Sacerdote. O escritor não compara a oferta de Cristo com as ofertas levíticas descritas em Levítico 1–6. As três primeiras – o holocausto, a oferta de cereais e a oferta de comunhão – destinavam-se a expressar a gratidão do adorador a Deus em resposta às bênçãos que recebera. Essas três ofertas eram um aroma agradável ao Senhor. A oferta pelo pecado e a oferta pela culpa eram sacrifícios pelos quais o ofertante reconhecia seu pecado e por meio dos quais ele tinha sua comunhão com Deus restaurada. Elas tratavam o pecado e não traziam cheiro agradável a Deus. Mas todas eram aceitáveis ao Senhor porque se baseavam no sangue oferecido no Dia da Expição. Sem este, nenhuma das ofertas teria sido aceitável nem teria valor.

☞ Para refletir ☞

É muito interessante que três das práticas mais importantes da vida do judeu eram expressões de ação de graças a Deus por suas bênçãos.

Será que dedicamos a mesma atenção à expressão da nossa gratidão a ele? Agradecer por bênçãos específicas deveria fazer sempre parte do nosso momento devocional pessoal e familiar.

Portanto, o que o escritor faz em todo esse trecho da carta é concentrar nossa atenção na diferença entre a obra de Arão no Dia da Expição e a obra de Cristo, a fim de mostrar a superioridade do que Jesus fez. A obra de Cristo é considerada superior em primeiro lugar por causa do lugar em que ela foi executada. Ele não ministra no tabernáculo erigido por Moisés aqui na terra (Hb 9.1-5), mas no céu. O tabernáculo onde Cristo ministra seu sacerdócio é o ideal divino, a presença expressa de Deus, da qual o tabernáculo terreno era apenas uma cópia obscurecida. Ele serve em um tabernáculo perfeito e, por meio desse seu ministério, leva seus representados à perfeição ou maturidade que Deus planejou.

A segunda diferença significativa refere-se ao sacrifício que fundamenta o sacerdócio de Cristo. Na antiga ordem, precisava-se de duas ofertas diferentes. O sangue do novilho era oferecido em favor de Arão e de seus filhos, e o sangue do bode era derramado pelos pecados do povo. O sumo sacerdote não podia entrar no Lugar Santíssimo sem sangue, tanto por si mesmo quanto pelo povo. Mas Cristo assumiu seu ministério sacerdotal não “com” sangue, como sugerem algumas traduções (9.12, NVT), mas – numa versão mais indicada – “*pelo [ou por intermédio de] seu próprio sangue*”. Cristo não precisava levar seu sangue humano fisicamente para o céu a fim de dar base ao seu ministério sacerdotal; mas, por ter derramado seu sangue na cruz, pôde assumir o serviço sacerdotal. No Dia da Expição, o sacerdote tinha de entrar duas vezes no Lugar Santíssimo, uma vez para levar a oferta por si mesmo e a segunda vez para levar a oferta pelo pecado do povo. Mas Cristo não precisou repetir essa ação, pois “*entrou no Lugar Santíssimo, de uma vez por todas*” (9.12).

O terceiro aspecto da superioridade da obra de Cristo é a salvação que ela fornece. O sangue do Dia da Expição era eficaz durante doze meses. Durante esse período, quem tivesse pecado de forma consciente podia fugir e colocar-se debaixo do sangue depositado no trono da graça no Dia da Expição. Foi isso que Davi fez no salmo 51 ao clamar: “Purifica-me com hissopo, e ficarei puro; lava-me, e

mais branco do que a neve serei” (v. 7). Também foi isso que o cobrador de impostos fez ao orar: “Deus, tem misericórdia de mim, que sou pecador” (Lc 18.13); ou, como seria possível interpretar sua súplica: “Deus, seja *propiciado* por mim, pecador”, ou: “Deus, enxerga-me debaixo do sangue no trono da graça”. Seja como for, o sangue perdia sua eficácia ao fim de um ano, e o ritual tinha de ser repetido. É diferente com o sacrifício de Cristo. Ele “obteve eterna redenção” ao fazer aquele sacrifício único de si mesmo. Por mais graciosa e misericordiosa que fosse a provisão de Deus para curar o pecado no Dia da Expição, muito maiores eram a misericórdia, a graça e o amor que proveram salvação eterna por meio do sacrifício único daquele que se tornou nosso grande Sumo Sacerdote.

Os resultados do sacrifício de Cristo (9.13-22)

Purificação (9.13-14)

9.13-14 Ora, se o sangue de bodes e touros e as cinzas de uma novilha espalhadas sobre os que estão cerimonialmente impuros os santificam, de forma que se tornam exteriormente puros, quanto mais o sangue de Cristo, que pelo Espírito eterno se ofereceu de forma imaculada a Deus, purificará a nossa consciência de atos que levam à morte, para que sirvamos ao Deus vivo!

☞ Para refletir ☞

A oração de arrependimento de Davi e sua súplica por purificação pelo sangue oferecido no Dia da Expição eram a base do seu perdão diante de Deus. E, embora saibamos, pelo relato bíblico, que as consequências de seu pecado não foram eliminadas, ele não sofreu a pena de morte prescrita pela Lei. Quando nós mesmos lidamos com nosso pecado, precisamos manter esses dois aspectos da provisão de Deus em mente: (1) é somente pelo sangue de Jesus Cristo que somos perdoados, não pelo nosso próprio mérito nem pelas nossas promessas de que “tomaremos jeito”; (2) as consequências do nosso pecado podem ficar, mesmo quando somos perdoados. Isso, por si só, deveria ser suficiente para nos motivar a viver de forma santa e fazer todo o possível para evitar o pecado no futuro.

No versículo 13, o autor refere-se a dois rituais levíticos destinados à purificação exterior. O primeiro era o sacrifício propiciatório no Dia da Expição (Lv 16). O segundo era a purificação por meio da

cerimônia da novilha vermelha (Nm 19). O primeiro estava ligado à impureza nacional; o segundo, à impureza individual. Ambos traziam purificação, mas apenas tornavam “exteriormente puros”, ou seja, traziam pureza externa. Removiam a impureza externa e limpavam por fora.

No entanto, o que o pecador precisava ia muito além do exterior. Havia também uma necessidade na esfera da consciência, que era interior. Essa necessidade era espiritual, não física. Para tratar dela, era preciso uma oferta muito mais valiosa do que a de bezeros, bodes ou novilhas. Lembre-se: os animais estavam debaixo da maldição de Gênesis 3.14, e o que está amaldiçoado não é capaz de trazer reparação completa a um Deus santo. No entanto, uma vez que Jesus era “imaculad[o]”, seu sangue foi oferecido para prover um sacrifício propiciatório totalmente aceitável a Deus. Enquanto o sangue de animais trazia purificação exterior, o sangue de Cristo era capaz de “purificar... a nossa consciência”. Só ele poderia satisfazer a profunda carência espiritual do pecador.

Aqui o autor faz diversas comparações. A primeira refere-se ao tipo de sangue que estava sendo oferecido. Há uma grande diferença entre o sangue de animais amaldiçoados e o sangue de Cristo, que estava totalmente isento de qualquer mancha de pecado. O segundo contraste aparece no tipo de purificação – a diferença entre a purificação exterior, por meio do sangue de sacrifícios animais, e a purificação interior, por meio da oferta do sangue de Cristo.

☞ Para refletir ☞

Nunca se esqueça de que é a consciência humana que precisa de purificação, não apenas nosso comportamento. Se você leva uma vida exteriormente aceitável, mas não tem uma consciência limpa diante de Deus, seu relacionamento com Cristo está incompleto. Permita sempre que a Palavra de Deus sonde não apenas suas ações, mas também os “pensamentos e as intenções do coração”.

Também havia uma diferença no fato de que os sacrifícios animais eram involuntários, enquanto o sacrifício de Cristo foi voluntário. Ele “ofereceu a si mesmo” (NVT), e o que foi oferecido a Deus de forma voluntária tem mais valor do que o que era involuntário. Sobre isso, o texto diz que “pelo Espírito eterno se ofereceu”. O Espírito pode ser

uma referência ao Espírito Santo, o que parece ser apoiado pelo uso da palavra “eterno”. No entanto, pode referir-se ao espírito humano de Cristo, chamado de eterno por causa da união perfeita entre sua humanidade e sua divindade. A primeira interpretação talvez se refira a uma capacitação que Cristo teria recebido do Espírito Santo para poder oferecer-se como sacrifício, mas a segunda parece preferível. O argumento do apóstolo parece destacar que os animais iam involuntariamente para o sacrifício, enquanto a oferta de Cristo foi voluntária. Por sua própria decisão, entregou a si mesmo à morte como substituto pelo pecador. Portanto, sua oferta foi um ato espiritual, não uma ação exterior e carnal. Como resultado desse tipo de sacrifício, a morte de Cristo não apenas remove a corrupção, mas também a *fonte* dela. A consciência é purificada, de forma que não realiza mais sua obra condenatória. Como resultado, o ser humano se sente livre para servir a Deus. Alguém que está sob a condenação de sua consciência não tem liberdade para servir ao Senhor; mas o indivíduo libertado da incômoda culpa do pecado consegue servir-lhe com alegria.

A ratificação da nova aliança (9.15-22)

9.15-22 Por essa razão, Cristo é o mediador de uma nova aliança para que os que são chamados recebam a promessa da herança eterna, visto que ele morreu como resgate pelas transgressões cometidas sob a primeira aliança. No caso de um testamento, é necessário que se comprove a morte daquele que o fez; pois um testamento só é validado no caso de morte, uma vez que nunca vigora enquanto está vivo quem o fez. Por isso, nem a primeira aliança foi sancionada sem sangue. Quando Moisés terminou de proclamar todos os mandamentos da Lei a todo o povo, levou sangue de novilhos e de bodes, e também água, lã vermelha e ramos de hissopo, e aspergiu o próprio livro e todo o povo, dizendo: “Este é o sangue da aliança que Deus ordenou que vocês obedeçam”. Da mesma forma, aspergiu com o sangue o tabernáculo e todos os utensílios das suas cerimônias. De fato, segundo a Lei, quase todas as coisas são purificadas com sangue, e sem derramamento de sangue não há perdão.

☞ Para refletir ☞

O desejo de servir a Deus será uma consequência natural da purificação da consciência. É por isso que o Novo Testamento ensina que alguém que professa conhecer a Cristo, mas não demonstra qualquer evidência de um desejo de servir a Deus, na verdade não o conhece. Pelo lado

positivo, quem vem a Cristo para obter sua purificação perfeita fica livre para servir a Deus com alegria por meio de uma consciência limpa!

O versículo 15 extrai uma conclusão baseada no tipo de sacrifício realizado por Cristo e na natureza do sangue oferecido (9.14). Com sua morte, Cristo estabeleceu a “nova aliança”, que é a base da “eterna redenção” (9.12). Essa nova aliança foi estabelecida quando ele “morreu”. E essa nova aliança operou em primeiro lugar o “resgate pelas transgressões cometidas sob a primeira aliança”.

Essa “primeira aliança” é uma referência à Lei mosaica. No Dia da Expição, os pecados da nação eram cobertos pelo sangue até o Dia da Expição seguinte, quando os pecados acumulados precisavam ser compensados novamente. Para entender melhor esse processo, poderíamos comparar o Dia da Expição com uma nota promissória. Essa nota tinha vencimento anual e, em razão da inadimplência, os devedores solicitavam uma prorrogação de sua dívida por mais doze meses. Da mesma forma, os pecados da nação acumulavam-se ano a ano. O Dia da Expição não cancelava a dívida; apenas adiava a cobrança por mais um ano. Mas então veio Jesus Cristo, de forma que, por sua morte, pudesse pagar por completo a dívida das transgressões acumuladas. É isso que Paulo afirma em Romanos 3.25, quando, falando de Cristo, escreve: “Deus apresentou Jesus como sacrifício pelo pecado, com o sangue que ele derramou, mostrando assim sua justiça em favor dos que creem. No passado ele se conteve e não castigou os pecados antes cometidos” (NVT).

O segundo resultado é a possibilidade de que aqueles que vivem depois do estabelecimento da nova aliança “recebam a promessa da herança eterna” (9.15). Depois de afirmar que a nova aliança foi inaugurada quando “houve uma morte” (NAA), o escritor passa a mostrar, no versículo 16, que essa morte era necessária para o início da nova aliança – aquela que pode oferecer redenção por pecados passados e prover uma herança eterna no futuro.

A palavra traduzida por “testamento” no versículo 16 seria mais bem vertida como “aliança”, como foi feito em textos anteriores (Hb 7.22; 8.7-13). O motivo é que o escritor não está se referindo ao documento que transfere o espólio para um herdeiro após a morte do testador. Antes, refere-se à formalização ou ratificação de uma aliança. Nos tempos bíblicos, as alianças podiam ser seladas

mediante aperto de mãos (Ed 10.19), pela troca de sandálias (Rt 4.7) ou pela troca de sal (2Cr 13.5). Pelas características formais desses rituais, essas alianças eram consideradas temporárias. Já para celebrar uma aliança permanente, precisava-se do sangue de um sacrifício (veja Gn 15.9-21). Como já demonstramos anteriormente, quando se celebrava uma aliança de sangue, inicialmente os participantes do acordo negociavam os termos. Em seguida, sacrificavam um animal e dividiam a carcaça em duas partes, que eram colocadas no chão. O animal era visto como um substituto na morte para as duas pessoas que entravam em aliança. Então, os dois passavam juntos entre as metades do animal, ficando assim ligados pelo sangue. Como o animal era um substituto para as pessoas que celebravam o acordo, ele indicava que, uma vez que ambos tinham morrido, era-lhes impossível mudar os termos da aliança.

✞ Para refletir ✞

Se a salvação pessoal hoje se baseia na mesma certeza inabalável implícita na aliança de Deus com Abraão e depende da capacidade do Senhor para cumprir o que prometeu, é impossível que um cristão “perca” ou seja privado de uma salvação que Deus já lhe concedeu.

Neste ponto, é preciso enfatizar que, numa aliança de sangue, o animal sacrificado era um substituto na morte para os celebrantes do acordo. A nova aliança que garante a redenção eterna era uma aliança de sangue. Portanto, uma vez que Cristo é quem firma essa aliança, sua morte era essencial (9.16). Quando duas pessoas celebravam uma aliança de sangue, mesmo que concordassem nos termos, não estariam obrigadas a cumpri-la enquanto o sacrifício animal não fosse realizado. Pela lógica, então, ainda que o Antigo Testamento promettesse redenção eterna, as bênçãos dessa promessa não estariam disponíveis enquanto aquele que oferecia a nova aliança não se oferecesse como sacrifício pelos pecados do mundo. Agora que Cristo derramara seu sangue, oferecendo-o a Deus em sacrifício, as bênçãos da nova aliança estavam imediatamente disponíveis.

Ao prever a celebração dessa nova aliança por meio da morte de Cristo, Jeremias 31.34 prometeu: “... eu lhes perdoarei a maldade e não me lembrarei mais dos seus pecados”. A remoção prefigurada

dos pecados dos culpados (pelo envio do bode expiatório para o deserto no Dia da Expição) agora se concretizava na celebração da nova aliança. A necessidade de consolidar uma aliança com sangue fica clara na constatação de que “nem a primeira aliança [a de Moisés] foi sancionada sem sangue”. Com essa referência a Êxodo 24.1-8, os leitores são lembrados de que a aliança mosaica foi confirmada com sangue. Embora todo o sistema levítico fosse ordenado por Deus, ele era inútil sem o sangue que o fundamentava, pois “sem derramamento de sangue não há perdão” (9.22).

Dessa forma, o escritor mostra que a remoção do pecado e a eterna salvação que Deus dá por meio da nova aliança estão baseadas no fato de que Cristo ofereceu seu sangue puro de forma voluntária, racional e espontânea. Ele não ratificou sua aliança com o sangue de um animal, mas com seu próprio sangue. Uma vez que a nova aliança foi confirmada pelo sangue de uma pessoa eterna, ela se torna igualmente eterna e imutável, concedendo uma herança eterna. Assim como a confirmação da antiga aliança mediante sangue mostrava que ela era imutável, a ratificação da nova aliança por meio do sangue superior de Cristo mostra que ela é eterna e imutável.

O ministério de Cristo no novo tabernáculo (9.23-28)

O ministério no céu (9.23-24)

9.23-24 Portanto, era necessário que as cópias das coisas que estão nos céus fossem purificadas com esses sacrifícios, mas as próprias coisas celestiais com sacrifícios superiores. Pois Cristo não entrou em santuário feito por homens, uma simples representação do verdadeiro; ele entrou nos céus, para agora se apresentar diante de Deus em nosso favor.

Ao comparar a obra do nosso grande Sumo Sacerdote com o serviço de Arão no Dia da Expição, o escritor aborda primeiro a diferença de lugar na realização do ministério. Cristo não entrou em um tabernáculo terreno, mas “nos céus, para agora se apresentar diante de Deus em nosso favor” (9.24). Ao falar das “cópias”, o autor se refere ao tabernáculo terreno com todos os seus objetos, sacerdócio e rituais. O terreno não é realidade, mas apenas uma representação obscura do ideal divino. No Dia da Expição, tudo o que estava do lado de fora do Lugar Santíssimo precisava ser purificado com

sangue, pois tudo o que estava fora do lugar em que Deus habitava era considerado contaminado pelo pecado. O escritor afirma que “as próprias coisas celestiais [precisam ser purificadas] com sacrifícios superiores” (9.23).

O escritor pode ter tido várias razões para dizer que os céus precisavam ser purificados. Assim como as coisas terrenas precisavam de purificação e eram cópias de coisas celestiais, assim também as coisas celestiais precisavam de purificação. Além disso, há várias passagens que deixam claro que o céu não é puro (Jó 4.18; 15.15; 25.5). Igualmente, está claro que as pessoas são identificadas com a criação (Rm 8.19-22); portanto, se o ser humano pecou, essa contaminação estende-se para além da terra e alcança o próprio céu, de forma que este necessita de purificação (cf. Cl 1.20). É por isso que toda a criação anseia pela sua redenção (Rm 8.19-22). Assim, como Sumo Sacerdote, Cristo não entra na presença de Deus apenas por nós, mas também para levar purificação às “coisas celestiais”.

✎ Para refletir ✎

Nesses dias de pluralidade religiosa, precisamos separar o conceito de tolerância – suportar com graça a existência de muitas ideias – do conceito de liberalismo, que seria aceitar muitos pontos de vista opostos como igualmente válidos. A Bíblia deixa claro que a salvação que Deus oferece por meio de Jesus Cristo não pode ser melhorada e nunca será alterada. E, ao mesmo tempo que devemos permitir graciosamente que seguidores de outras religiões expressem suas opiniões, em nenhum lugar a Bíblia ensina que devemos aceitar esses pontos de vista em pé de igualdade com o que Deus revelou por meio das Escrituras.

O ministério de Cristo baseia-se no
s eu sacrifício de si mesmo (9.25-26a)

9.25-26a Não, porém, para se oferecer repetidas vezes, à semelhança do sumo sacerdote que entra no Lugar Santíssimo todos os anos, com sangue alheio. Se assim fosse, Cristo precisaria sofrer muitas vezes, desde o começo do mundo.

Cristo não veio para oferecer a si mesmo “muitas vezes”, como acontecia com as ofertas levíticas, mas entregou a si mesmo de uma vez por todas. O sacrifício do Filho foi de tal forma aceitável a Deus que eliminou a necessidade de qualquer outro sacrifício.

Por seu sacrifício, Cristo aniquilou o pecado de forma definitiva (9.26b–28a)

9.26b-28a Mas agora ele apareceu uma vez por todas no fim dos tempos, para aniquilar o pecado mediante o sacrifício de si mesmo. Da mesma forma, como o homem está destinado a morrer uma só vez e depois disso enfrentar o juízo, assim também Cristo foi oferecido em sacrifício uma única vez, para tirar os pecados de muitos...

Ao constatar que Cristo “aniquil[ou] o pecado”, o autor estabelece um contraste nítido entre o ministério de Arão e a obra de Cristo. O sangue do Dia da Expição provia uma solução temporária para o pecado. Mas Cristo eliminou o pecado de forma permanente. A repetição da expiação era necessária por causa do tipo de sangue que Arão usava; mas o tipo de sangue que Cristo ofereceu tornou seu sacrifício tão aceitável e suficiente que nunca mais precisou ser repetido. Consequentemente, seu sacrifício tem eficácia eterna. Precisamos distinguir entre “apagar pecados” e “aniquilar o pecado”.

O primeiro tem relação com pecados individuais. É claro que Cristo tratou deles com sua morte sacrificial. No entanto, “aniquilar o pecado” refere-se a resolver a questão do pecado em si. O pecado foi condenado para que fosse possível eliminar tudo o que fosse contrário à santidade de Deus, para que tudo o que lhe fosse oposto pudesse ser permanentemente removido. A questão do pecado foi resolvida na cruz. A penalidade para o pecado de Adão era a morte, e a morte veio para todos os seres humanos por causa da desobediência dele. Mas, depois da morte, todos os que estão debaixo da condenação do pecado enfrentam o juízo. Por isso, “Cristo foi oferecido em sacrifício... para tirar os pecados de muitos”. Esse “muitos” refere-se a todas as pessoas que morrem (9.27). As bênçãos da morte de Cristo só valem para aqueles que creem, mas a sua morte foi em favor de todos os pecadores. Dada a natureza do sacrifício realizado e do sangue derramado, essa única morte foi suficiente para aniquilar o pecado de todos.

O ministério de Cristo traz bênçãos prometidas (9.28b)

9.28b ... e aparecerá segunda vez, não para tirar o pecado, mas para trazer salvação aos que o aguardam.

Depois de aspergir o sangue do animal sacrificado sobre o trono da graça no Dia da Expição, Arão saía de trás do véu para pronunciar

a bênção sobre a congregação reunida. O simples fato de que Arão *saía* mostrava que a Lei quebrada tinha sido coberta pelo sangue e que o sacrifício apaziguara a Deus. Assim, Arão podia dispensar a congregação reunida com a consciência tranquilizada pelo sangue que tinha sido oferecido. Baseado nessa cena, o escritor de Hebreus declara que aquele que entrou na presença de Deus para ministrar como nosso grande Sumo Sacerdote “aparecerá segunda vez”. Ele deixará o lugar de seu sacerdócio celestial para aparecer àqueles que aguardam por sua volta. Quando aparecer pela segunda vez, não lidará mais com a questão do pecado, pois já o aniquilou com base no sacrifício de si mesmo. Em vez disso, aparecerá uma segunda vez para “trazer salvação”, ou seja, levar quem recebeu sua salvação para a concretização da “promessa da herança eterna” (9.15).

O Senhor descreveu essa herança de forma expressiva aos discípulos que estavam com ele no cenáculo por ocasião da ceia, na véspera de sua crucificação: “Na casa de meu Pai há muitos aposentos; se não fosse assim, eu teria dito a vocês. Vou preparar lugar para vocês. E, quando eu for e preparar lugar, voltarei e os levarei para mim, para que vocês estejam onde eu estiver” (Jo 14.2-3).

A suficiência do sacrifício de Cristo (10.1-18)

O autor agora traça uma comparação vívida entre os sacrifícios do Antigo Testamento oferecidos dentro do sistema levítico e o sacrifício de Cristo.

A inadequação dos sacrifícios do Antigo Testamento (10.1-4)

10.1-4 A Lei traz apenas uma sombra dos benefícios que hão de vir, e não a sua realidade. Por isso ela nunca consegue, mediante os mesmos sacrifícios repetidos ano após ano, aperfeiçoar os que se aproximam para adorar. Se pudesse fazê-lo, não deixariam de ser oferecidos? Pois os adoradores, tendo sido purificados uma vez por todas, não mais se sentiriam culpados de seus pecados. Contudo, esses sacrifícios são uma recordação anual dos pecados, pois é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados.

Mais uma vez, destaca-se que a Lei era apenas uma sombra das bênçãos que viriam pelo único sacrifício aceitável, aquele que Cristo

ofereceu a Deus. A Lei era a sombra pela qual os que estavam debaixo dela podiam compreender todas as bênçãos que Deus daria no futuro. Embora apresentasse soluções temporárias, a Lei era incapaz de resolver a questão do pecado de forma definitiva. Ela mantinha seus seguidores em um estado perpétuo de infância espiritual; não podia liberá-los de sua supervisão para que assim chegassem à maturidade. Embora quem vivesse debaixo da Lei pela fé pudesse ser aceito por Deus, essa aceitação era provisória, dependendo do sacrifício futuro de Cristo para levá-lo a um estado de perfeição diante de Deus.

Se essa perfeição pudesse ter sido obtida mediante sacrifícios animais, não teria sido necessário repeti-los vez após vez. A simples repetição demonstrava a inadequação deles. Se a consciência tivesse sido totalmente purificada da culpa do pecado, os sacrifícios teriam cessado. Se fossem eficazes, “os adoradores, tendo sido purificados uma vez por todas, não mais se sentiriam culpados de seus pecados” (10.2). Mas, em vez de limpar a consciência, os sacrifícios do Dia da Expição eram “uma recordação anual dos pecados”. Quanto mais se aproximava aquele feriado, mais conscientes as pessoas ficavam de seus pecados. É por isso que o Dia da Expição não era uma festa alegre como as outras, mas um dia de profundo lamento. O povo ficava agudamente consciente de sua condenação por um Deus santo e justo. Sua única esperança era que Deus fosse gracioso e aceitasse o sangue de novilhos e bodes como pagamento temporário por seus pecados, de forma que não caíssem imediatamente debaixo do juízo divino. Era o reconhecimento de que “é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados” (10.4). O sangue de novilhos e bodes fornecia apenas uma solução temporária para o pecado. A remoção desse pecado aguardava pela vinda do Redentor anunciado em Isaías 53, que tomaria o pecado da nação sobre si mesmo, ofereceria a Deus um pagamento por esse pecado, resolveria de forma definitiva a questão do pecado e assim removeria para sempre a culpa dos pecadores, purificando a consciência deles.

☞ Para refletir ☞

Quanto tempo separamos diariamente a fim de olhar para além das questões terrenas, materiais e imediatas, para contemplar os aspectos

celestiais, espirituais e eternos do que Cristo fez e fará por nós? À luz da eternidade, o nosso tempo aqui na terra não passa de um momento passageiro. Podemos nos questionar todos os dias: “Será que minha conduta aqui na terra é digna da obra que Cristo realizou por mim e da mansão na qual passarei a eternidade?”.

A suficiência do sacrifício de Cristo (10.5-10)

10.5-10 Por isso, quando Cristo veio ao mundo, disse: “Sacrifício e oferta não quiseste, mas um corpo me preparaste; de holocaustos e ofertas pelo pecado não te agradaste. Então eu disse: Aqui estou, no livro está escrito a meu respeito; vim para fazer a tua vontade, ó Deus”. Primeiro ele disse: “Sacrifícios, ofertas, holocaustos e ofertas pelo pecado não quiseste nem deles te agradaste” (os quais eram feitos conforme a Lei). Então acrescentou: “Aqui estou; vim para fazer a tua vontade”. Ele cancela o primeiro para estabelecer o segundo. Pelo cumprimento dessa vontade fomos santificados, por meio do sacrifício do corpo de Jesus Cristo, oferecido uma vez por todas.

Por meio de uma comparação expressiva, o escritor mostra que Jesus Cristo realizou, por meio de seu sacrifício, aquilo que o sangue de animais era incapaz de fazer, pois “fomos santificados, por meio do sacrifício do corpo de Jesus Cristo, oferecido uma vez por todas” (10.10). Anteriormente, o autor já mostrou que o sacrifício de Cristo tem valor por causa da natureza do sangue oferecido no sacrifício (9.12-14). Agora ele demonstra que o sacrifício de Cristo é superior ao de animais por causa da natureza do próprio sacrifício. Era uma entrega voluntária oferecida em obediência à vontade de Deus.

No salmo 40, Davi clama a Deus em meio a circunstâncias desesperadoras (40.1). Aquele a quem Davi apela é confiável (40.4) por causa de tudo o que demonstrou ao seu povo por meio de seus atos (40.5). Mas o que Deus exige das pessoas é obediência (40.6). E essa obediência é mais aceitável para o Senhor do que holocaustos e ofertas pelo pecado. O salmista responde declarando que ele tem prazer em fazer a vontade de Deus (40.7-8). Por causa dessa obediência, ele pode recorrer às ternas misericórdias de Deus em resposta à sua necessidade (40.11).

O escritor de Hebreus usa o testemunho de Davi para enfatizar a obediência de Cristo à vontade de seu Pai. Tal obediência deu mérito especial à sua morte sacrificial. A vinda de Cristo ao mundo era um ato de obediência à vontade de seu Pai, pois foi este que entregou o

Filho para se tornar encarnado (Jo 3.16; Fp 2.5-8). Essa obediência caracterizou Cristo não apenas na encarnação, mas ao longo de toda a sua vida. E ela alcançou seu ápice quando ele ofereceu a si mesmo como sacrifício em obediência à vontade de Deus.

A afirmação “sacrifício e oferta não quiseste” mostra que Deus não tinha prazer duradouro no sistema levítico. “Sacrifício” é uma referência ao holocausto, uma das três ofertas de aroma agradável que representavam a adoração do povo de Deus em reconhecimento às bênçãos que ele concedera. “Oferta” é uma menção à oferta pelo pecado, uma das duas que não tinham aroma agradável e que os culpados apresentavam para serem restaurados à comunhão com o Deus cuja Lei tinham transgredido. Foi para satisfazer plenamente a Deus que Jesus Cristo veio “para fazer a tua vontade, ó Deus”. O propósito de Cristo ao vir era obedecer ao seu Pai. Essa obediência culminou na cruz. Cristo veio para fazer o que as pessoas debaixo da Lei sabiam que não conseguiriam realizar: obedecer para alcançar perfeição.

Há várias razões pelas quais os sacrifícios do Antigo Testamento eram inaceitáveis a Deus. Como já observamos, os animais estavam debaixo da maldição que caiu sobre toda a criação por causa do pecado de Adão (Gn 3.14), e algo amaldiçoado não tinha como satisfazer as exigências de um Deus santo. Mas o principal argumento do autor aqui é que animal algum foi voluntariamente para a morte. É por isso que havia a instrução de “peg[ar] o sacrifício e amarr[á-lo] com cordas sobre o altar” (Sl 118.27, NVT). Qualquer animal levado ao local do sacrifício ficaria apavorado diante do cheiro da morte e tentaria voltar para a segurança de seu rebanho. O que tinha sido dedicado a Deus não poderia voltar a ser usado para fins seculares, por isso precisava ser preso às pontas do altar. Mas Deus não tem prazer duradouro em ofertas realizadas contra a vontade do sacrificado.

☞ Para refletir ☞

Embora todo o conceito de “direitos dos animais” soe ridículo, alguns cristãos bem-intencionados têm dificuldade para entender o valor que o Senhor dá aos animais em comparação com o ser humano. O sistema sacrificial levítico nos permite chegar a pelo menos três conclusões. Em primeiro lugar, o ser humano é inerentemente superior, por isso mais

valioso que os animais, já que o sacrifício animal não conseguia pagar de forma eficaz pelos pecados das pessoas diante do Criador; ele apenas adia o pagamento. Em segundo lugar, matar animais por motivos biblicamente autorizados (alimento, proteção e sacrifício) não pode ser inerentemente imoral, pois Deus não poderia usar uma prática imoral para expiar o pecado. Em terceiro lugar, o propósito de Deus para os animais da terra é subordinado ao seu propósito para o indivíduo, já que qualquer pessoa – em sua busca por comunhão com Deus – poderia passar pela situação de sacrificar muitos e muitos animais ao longo de sua vida.

Em contraste com isso, Jesus Cristo disse ao Pai: “Aqui estou; vim para fazer a tua vontade” (Hb 10.9). A submissão de Cristo à vontade do Pai foi claramente demonstrada no Getsêmani, quando Jesus estava diante da morte na cruz, prestes a ser feito pecado em favor do pecador e a sofrer a morte espiritual e a separação de seu Pai. Ali ele disse três vezes: “... seja feita a tua vontade, e não a minha” (Mt 26.36-44, NVT). Com seu sacrifício voluntário, Cristo acabou com os sacrifícios involuntários e, por causa dessa atitude obediente, “fomos santificados”. Por causa da sua obediência à vontade do Pai, Cristo conquistou, de uma vez por todas, o que os sacrifícios involuntários do Antigo Testamento nunca teriam conseguido realizar.

A eficácia do sacrifício de Cristo (10.11-14)

10.11-14 Dia após dia, todo sacerdote apresenta-se e exerce os seus deveres religiosos; repetidamente oferece os mesmos sacrifícios, que nunca podem remover os pecados. Mas, quando esse sacerdote acabou de oferecer, para sempre, um único sacrifício pelos pecados, assentou-se à direita de Deus. Daí em diante, ele está esperando até que os seus inimigos sejam como estrado dos seus pés; porque, por meio de um único sacrifício, ele aperfeiçoou para sempre os que estão sendo santificados.

Anteriormente, o escritor destacou que a Lei “nunca consegue, mediante os mesmos sacrifícios repetidos ano após ano, aperfeiçoar os que se aproximam para adorar” (10.1). Em comparação, enfatiza então que, “por meio de um único sacrifício, ele aperfeiçoou para sempre os que estão sendo santificados” (10.14). Esse sacrifício obteve eterna redenção (9.12) e tornou a herança eterna disponível (9.15). O propósito de Deus para os seus foi cumprido. O que Arão não conseguia fazer nem mesmo com a constante repetição de

sacrifícios (10.11), Jesus Cristo realizou por meio de seu único sacrifício (10.12).

A prova de que sua obra sacrificial foi realizada de forma definitiva e eterna está no fato de que ele “assentou-se à direita de Deus”. Essa é a diferença entre o sacerdote do Antigo Testamento – que ficava em pé continuamente para ministrar – e Cristo, que, tendo terminado sua obra, pôde assentar-se no trono à direita de Deus, em honra e glória. No momento dessa entronização, Jesus Cristo ainda não começou a exercer a autoridade real que lhe foi prometida pelo decreto de seu Pai (Sl 2.6-9). Esse reino será estabelecido aqui na terra em cumprimento à aliança davídica (2Sm 7.16), com Jerusalém como centro de seu reino. Mas, depois de completar a obra que concede redenção eterna, o Senhor pôde ser restaurado à glória que ele tinha com o Pai antes que o mundo existisse (Jo 17.5). E ele aguarda pelo momento designado pelo Pai para voltar a fim de estabelecer o reino davídico terreno, quando “seus inimigos se[rão feitos] como estrado dos seus pés” (10.13). Sentado à direita do Pai até lá (Sl 110.1), o Filho pode contemplar a obra realizada e ver antecipadamente sua obra como Rei/Sacerdote que ainda será finalizada.

A promulgação de uma nova aliança (10.15-18)

10.15-18 O Espírito Santo também nos testifica a esse respeito. Primeiro ele diz: “Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor. Porei as minhas leis em seu coração e as escreverei em sua mente”; e acrescenta: “Dos seus pecados e iniquidades não me lembrarei mais”. Onde esses pecados foram perdoados, não há mais necessidade de sacrifício por eles.

Referindo-se à grande promessa que Deus fez às casas de Israel e Judá por meio de Jeremias (Jr 31.31-34), o autor destaca que é propósito revelado de Deus encerrar a Lei mosaica mediante a introdução de uma nova aliança. Como resultado dessa nova aliança, Deus afirma que “dos seus pecados e iniquidades não me lembrarei mais” (10.17). Por causa dessa nova aliança, não será mais necessário fazer sacrifícios pelos pecados, pois Deus não se lembrará mais deles. E, da parte do crente, não haverá mais consciência relativa ao pecado. Um aspecto importante do sacrifício de Cristo era conceder perdão para o pecado; essa obra foi realizada

de forma tão completa que Deus nem mesmo se lembra mais dos pecados cobertos pelo sangue de Cristo.

O pecado acarreta uma dívida, que requer perdão; ele lança debaixo de escravidão, que precisa de redenção; e causa alienação, que necessita de reconciliação. Todos esses três resultados precisam ser tratados para que seja possível “aniquilar o pecado” (9.26). Portanto, o autor passa a tratar da primeira dessas consequências, a saber, o perdão. O conceito básico no perdão é separar ou remover. A transferência do pecado do culpado para o inocente (de forma que este pudesse, pela morte, pagar a dívida) tornou possível perdoar o pecador. Embora não tenhamos controle sobre nossa memória, de forma que consigamos apagar o pecado da nossa mente, Deus, por um ato soberano de sua vontade, pode e faz exatamente isso: elimina de sua memória cada pecado coberto pelo sangue de Cristo.

O que foi riscado da memória de Deus não precisa mais pesar na consciência daquele que foi perdoado.

✎ Para refletir ✎

A Escritura diferencia entre o que vale para o crente em termos posicionais e o que ele experimenta. Um dos grandes benefícios da maturidade espiritual, no entanto, é que, à medida que crescemos espiritualmente, nossas experiências no dia a dia tornam-se cada vez mais consistentes com a nossa verdadeira posição em Cristo.

Pela oferta de Cristo na nova aliança, a dívida do pecado foi cancelada mediante seu pagamento completo, e a consciência daquele que foi perdoado é purificada. Diante da obra completa de Cristo, que necessidade poderia haver para manter os sacrifícios levíticos? Assim, a aplicação dessa verdade para os leitores é: que desculpa poderá haver para quem busca refúgio no sacrifício de animais para escapar da perseguição?

Nesse longo trecho, o autor demonstrou que temos um Sumo Sacerdote superior aos sacerdotes aarônicos e que ministra em um tabernáculo superior àquele no qual os sacerdotes levíticos serviam a Deus. Ele serve em um lugar melhor: no céu, não na terra. Seu sacerdócio tem um fundamento melhor, isto é, a aliança que Deus fez com seu Filho ao nomeá-lo como sacerdote (em lugar da aliança que Deus fez com Israel por meio de Moisés). Ele ministra com base

em um sacrifício melhor – o sangue de Cristo em lugar do sangue de animais. E seu ministério fundamenta-se em uma aliança melhor – uma que não relembra o culpado de sua dívida, ano após ano, mas lhe garante o perdão dos pecados.

☞ Para refletir ☞

Quem luta com a lembrança perturbadora de pecados do passado pode extrair grande encorajamento do fato de que o próprio Deus esqueceu os pecados cobertos pelo sangue de Cristo. Se Deus não se lembra deles, certamente não deseja que nós nos agarremos a essas memórias obsoletas!

4. APLICAÇÃO DA SUPERIORIDADE DE JESUS CRISTO

Hebreus 10.19–13.25

O autor introduz essa nova seção com a palavra “portanto”. Como já argumentamos anteriormente, essa carta não se destinava tanto a ser um tratado teológico com o objetivo de ensinar os leitores a respeito da superioridade de Cristo sobre o antigo sistema levítico. Antes, pretendia exortar os crentes a ter fé e perseverar pacientemente com base nessas verdades teológicas apresentadas. O autor está menos preocupado em iluminar a mente deles com importantes temas doutrinários e mais em usar essas doutrinas para conduzir a vontade deles a obedecer à verdade. Assim, o escritor começa a aplicar a verdade por meio de uma exortação.

A exortação (10.19-25)

10.19-25 Portanto, irmãos, temos plena confiança para entrar no Lugar Santíssimo pelo sangue de Jesus, por um novo e vivo caminho que ele nos abriu por meio do véu, isto é, do seu corpo. Temos, pois, um grande sacerdote sobre a casa de Deus. Assim, aproximemo-nos de Deus com um coração sincero e com plena convicção de fé, tendo os corações aspergidos para nos purificar de uma consciência culpada e os nossos corpos lavados com água pura. Apeguemo-nos com firmeza à esperança que professamos, pois aquele que prometeu é fiel. E consideremos uns aos outros para nos incentivarmos ao amor e às boas obras. Não deixemos de reunir-nos como igreja, segundo o costume de alguns, mas procuremos encorajar-nos uns aos outros, ainda mais quando vocês veem que se aproxima o Dia.

Nessa exortação, os leitores são tratados como sacerdotes. É a mesma verdade que Pedro declara quando, ao falar com os cristãos, diz: “Vocês também estão sendo utilizados como pedras vivas na edificação de uma casa espiritual para serem sacerdócio santo, oferecendo sacrifícios espirituais aceitáveis a Deus, por meio de Jesus Cristo” (1Pe 2.5). João reitera essa verdade ao afirmar que Cristo “nos constituiu reino e sacerdotes para servir a seu Deus e

Pai” (Ap 1.6). As ilustrações usadas nessa exortação baseiam-se no conceito de que todos os crentes foram feitos sacerdotes diante de Deus. Ao separar Arão e seus filhos para o sacerdócio, Deus ordenou: “... unja-os e consagre-os, para que me sirvam como sacerdotes” (Êx 28.41). E mais: “... consagrarei também Arão e seus filhos para me servirem como sacerdotes” (Êx 29.44).

Havia instruções cuidadosas a seguir em relação às roupas que o sacerdote usava ao ministrar no tabernáculo. Antes que Arão ou seus filhos pudessem vesti-las, eles precisavam ser lavados com água (Êx 29.4). Então, Arão se paramentava, para em seguida ser ungido com um óleo especial que Deus mandara que fosse produzido (Êx 30.22-29). Deus disse: “Unja Arão e seus filhos e consagre-os para que me sirvam como sacerdotes” (Êx 30.30). Só depois de lavar-se, vestir-se e ser ungido é que Arão estava pronto para assumir seu ministério no tabernáculo. Arão tinha certeza de poder ministrar na presença de Deus, pois, junto com a instituição do holocausto contínuo, Deus dissera: “... eu os encontrarei e falarei com você; ali me encontrarei com os israelitas... habitarei no meio dos israelitas e serei o seu Deus... eu sou o SENHOR , o seu Deus...” (Êx 29.42-46).

O mesmo privilégio que Arão recebeu – ministrar na presença imediata de Deus – é entendido como o privilégio dos cristãos aos quais o apóstolo escreve. Portanto, ele os exorta: “Assim, aproximemo-nos de Deus com um coração sincero e com plena convicção de fé...”. Ao dizer que nosso coração foi aspergido “para nos purificar de uma consciência culpada” (cf. 10.22), ele sem dúvida se refere à unção que Arão recebeu com aquele óleo especialmente preparado. E sua referência aos “nossos corpos lavados com água pura” (cf. 10.22) era certamente uma lembrança da lavagem que preparava Arão para entrar no sacerdócio. Uma vez que fomos purificados e ungidos ou separados para um ministério sacerdotal, é nosso privilégio aproximar-nos da presença de Deus para ministrar diante dele. Poderia haver um temor natural por entrar na presença de Deus; mas o autor garante que podemos entrar com plena confiança no Lugar Santíssimo, pois o véu que antigamente separava o sacerdote da presença de Deus foi removido. Mais que isso: podemos entrar com “ousadia” porque o fazemos “pelo sangue

de Jesus” (10.19, NAA). O sangue de Cristo nos purifica de tal forma que não há mais obstáculo para que entremos na presença direta de Deus como crentes e sacerdotes.

Enquanto na antiga ordem esse acesso à presença de Deus estava reservado aos sacerdotes, agora esse privilégio é concedido a todos os crentes aqui identificados como “irmãos”. Entramos não apenas “pelo sangue”, mas também “por meio do véu”. Uma interpretação possível é que, enquanto o véu no tabernáculo impedia o acesso à presença de Deus, agora que ele foi rasgado em dois (Mt 27.51) podemos ir à presença de Deus sem que haja qualquer obstáculo entre nós e ele. Mas uma interpretação ainda melhor, e que parece ser a intenção do escritor aqui, é que o corpo humano de Cristo – unido à sua divindade eterna pela encarnação – é o véu. Mediante o sacrifício de Cristo na cruz – entendido como a ruptura do véu –, temos acesso direto a Deus. Quando Cristo se tornou homem, foi necessário manter sua glória velada para que ele não consumisse as pessoas com o brilho dela. Como o povo de Israel reunido junto ao tabernáculo não podia ver a *shekinah* de Deus sobre o trono da graça dentro do Lugar Santíssimo, assim quem olhava para Jesus Cristo durante os seus anos de ministério público não via sua real glória. Sua carne era o véu que a ocultava. Mas essa carne foi rasgada na crucificação, de forma que agora, por causa do véu partido, podemos nos alcançar à presença desvendada de Deus.

✞ Para refletir ✞

Talvez você já tenha tido a experiência de conviver com pessoas que gostam de “ostentar” seus conhecidos famosos e fazem questão de citar seus nomes. Algo em nós diz que o privilégio de poder se aproximar de alguém com muitos recursos ou influência tem um reflexo significativo sobre a nossa importância também. Sendo isso verdade ou não, a Bíblia nos ensina que conhecer a Cristo nos permite entrar diretamente na presença de Deus. Isso indica algo muito importante a nosso respeito! Significa que agora temos acesso direto ao Criador do universo, para quem nada é impossível. Temos linha direta para comunicar-nos com ele em qualquer necessidade ou dificuldade. E, uma vez que nossos pecados foram lavados pelo sangue de Cristo, somos tão amados por Deus quanto seu próprio Filho.

Embora os crentes sejam sacerdotes e tenham o direito de aproximar-se diretamente de Deus, eles estão debaixo da autoridade de um Sumo Sacerdote que governa a casa do Senhor. Esse Sumo Sacerdote não apenas nos convida a entrar na presença de Deus, mas trabalha em nós de forma que podemos fazê-lo de “coração sincero” e com “plena convicção de fé”. Um “coração sincero” é aquele que, pela fé, tem segurança de que é aceitável a Deus e tem acesso direto a ele. A única alternativa para ele é um coração que duvida e se aproxima com medo.

A segunda exortação, baseada em nossa posição privilegiada, é: “Apeguemo-nos com firmeza à esperança que professamos...” (10.23). De acordo com o uso anterior que o autor faz da palavra “professamos” (Hb 4.14), ela se refere ao fato de que os leitores reconheceram publicamente a sua fé em Jesus Cristo e se identificaram com ele pelo batismo. Ele não está pedindo que eles façam uma nova profissão de fé, mas que se apeguem sem hesitação, sem dúvida e sem indecisão àquela que já tinham feito. A base para seu apelo é a fidelidade de Deus, pois “aquele que começou boa obra em vocês, vai completá-la até o dia de Cristo Jesus” (Fp 1.6).

O que o autor pede aqui é o oposto à experiência de Israel em Cades-Barneia, quando, depois de receber a promessa da posse da terra e das bênçãos da aliança que ela daria, o povo duvidou, vacilou em seu compromisso e mostrou incredulidade diante do conflito que iriam enfrentar.

☞ Para refletir ☞

Muitas empresas descobriram que uma das formas mais eficientes de conquistar novos consumidores é anunciar um número 0800 – um número telefônico pelo qual podem entrar em contato gratuitamente a fim de fazer pedidos ou obter informações. Neste mundo dirigido pela propaganda, as pessoas correm para aproveitar um acesso gratuito. Às vezes, no entanto, isso não vale para o âmbito espiritual. Temos livre acesso ao trono do Deus onipotente, mas muitas vezes não tiramos proveito desse privilégio maravilhoso. Se atualmente o tempo diário para oração não está na sua lista de prioridades, talvez seja hora de reavaliar seu privilégio de acesso a Deus e começar a recorrer ao privilégio mais maravilhoso disponível à humanidade.

Segue-se uma terceira exortação: “E consideremos uns aos outros...”. Isso é consistente com a ordem de Paulo: “Por isso, pela graça que me foi dada digo a todos vocês: Ninguém tenha de si mesmo um conceito mais elevado do que deve ter; mas, ao contrário, tenha um conceito equilibrado, de acordo com a medida da fé que Deus lhe concedeu. Assim como cada um de nós tem um corpo com muitos membros e esses membros não exercem todos a mesma função, assim também em Cristo nós, que somos muitos, formamos um corpo, e cada membro está ligado a todos os outros” (Rm 12.3-5). O alvo dessa exortação é incentivar “ao amor e às boas obras”. O amor a é atitude para com os demais cristãos, enquanto as boas obras são as ações dirigidas às necessidades dos irmãos como demonstração desse amor.

Em seguida, o escritor considera um aspecto negativo e outro positivo. A exortação negativa aparece quando ele recomenda que “não deixemos de reunir-nos como igreja” (10.25). Parece claro que alguns leitores, cansados dos conflitos gerados pela perseguição por parte da comunidade religiosa, queriam esconder o fato de que tinham deixado a antiga ordem pelo batismo. Assim, buscavam novamente uma identificação exterior com o sistema antigo, a fim de aliviar suas provações. Talvez alguns deles até já tivessem retornado à exterioridade do judaísmo. Isso não é evidência de amor e boas obras.

Já pelo lado positivo, os cristãos devem exortar uns aos outros. Essa exortação traria encorajamento e ajuda para os crentes em dificuldade, o que é evidência do amor pelos irmãos. Há encorajamento para mostrar amor e boas obras no fato de que “veem que se aproxima o Dia”. Cristo advertira os líderes religiosos que concluíram que ele realizava os milagres pelo poder de Satanás de que, caso persistissem em sua rejeição, aquela geração de Israel seria culpada de um pecado para o qual não haveria perdão (Mt 12.31-32). Como a nação insistiu em sua rejeição, Cristo anunciou um juízo que viria sobre aquela geração (Mt 23.37–24.2). Disse: “Haverá grande aflição na terra e ira contra este povo. Cairão pela espada e serão levados como prisioneiros para todas as nações. Jerusalém será pisada pelos gentios, até que os tempos deles se cumpram” (Lc 21.23b-24).

☞ Para refletir ☞

Essa atitude de humildade e autoanulação é literalmente o oposto da natureza humana! No entanto, esse é o modelo para o cristianismo bíblico a ser exercido em nossa vida diária. Não importa o que digam os marqueteiros de sucesso e os palestrantes motivacionais, na igreja cristã não há lugar para o conceito humano de “inovadores e influenciadores” ou para qualquer pessoa que insista em colocar a si mesmo e suas ideias acima das necessidades de outros cristãos.

Quando Pilatos consentiu em atender à exigência dos líderes religiosos de que Cristo fosse crucificado (Jo 19.15), aquela geração de Israel caiu sob juízo físico e temporal. Pedro reconheceu o estado da nação quando, no dia de Pentecostes, suplicou ao povo: “Salvem-se desta geração corrompida!” (At 2.40). Enquanto continuassem filiados àquela nação, estavam debaixo do juízo que Deus decretara sobre aquela geração. Só quem se identificasse com Cristo por meio do batismo, cortando assim os laços com Israel, escaparia do juízo vindouro. Ao registrar as palavras “vocês veem que se aproxima o Dia” (Hb 10.25), o escritor reconhece que a geração que exigiu a crucificação de Cristo e consequentemente caiu sob o juízo divino estava perto de desaparecer. Já se previa o começo da guerra de Roma contra os judeus, e em pouco tempo o general Tito conduziria a 10ª legião romana para dentro do território de Israel. Ele subjugaria o país inteiro e, nessa conquista, destruiria a cidade de Jerusalém e seu templo. Dessa forma, “o Dia” refere-se ao juízo divino executado por intermédio de Tito, no qual a terra e o povo seriam forçados a se sujeitar à autoridade de Roma. Assim, o escritor está encorajando os fiéis a exercer perseverança e paciência, pois em breve Deus julgaria a geração de Israel que crucificara a Cristo e estava mostrando seu ódio por ele perseguindo os cristãos. Esse juízo acabaria com a perseguição por parte dos judeus.

☞ Para refletir ☞

Historicamente, os cristãos que não abandonaram suas reuniões, ainda mais à medida que a queda de Jerusalém se aproximava, passaram pela perseguição juntos. Mas na verdade essa perseguição expulsou-os de Jerusalém, de forma que não sofreram as atrocidades que Deus permitiu que caíssem sobre aquela cidade pelas mãos do general romano Tito. A resposta de Deus à perseguição atual contra a igreja bíblica conservadora

não é dissociação e distanciamento, mas unidade, comunhão e um testemunho crescente diante de descrentes. Em vez de tentar descobrir formas de fazer a igreja mais parecida com o mundo, para que o mundo a frequente, deveríamos estar buscando formas de deixar a igreja mais parecida com Cristo, para que assim a igreja vá até o mundo. E quanto mais aumentar a oposição, mais deveríamos nos reunir exatamente com essa finalidade.

A advertência (10.26-31)

10.26-31 Se continuarmos a pecar deliberadamente depois que recebemos o conhecimento da verdade, já não resta sacrifício pelos pecados, mas tão somente uma terrível expectativa de juízo e de fogo intenso que consumirá os inimigos de Deus. Quem rejeitava a Lei de Moisés morria sem misericórdia pelo depoimento de duas ou três testemunhas. Quão mais severo castigo, julgam vocês, merece aquele que pisou aos pés o Filho de Deus, profanou o sangue da aliança pelo qual ele foi santificado e insultou o Espírito da graça? Pois conhecemos aquele que disse: “A mim pertence a vingança; eu retribuirei”; e outra vez: “O Senhor julgará o seu povo”. Terrível coisa é cair nas mãos do Deus vivo!

A palavra “se” no versículo 26 introduz a razão pela qual os cristãos deveriam dar atenção às exortações apresentadas. As consequências de não andar pela fé, mas pela carne e em incredulidade, seriam de fato gravíssimas. À luz de tudo o que o escritor lhes explicou, abandonar a reunião com os irmãos e voltar às formas exteriores do judaísmo seria um pecado deliberado. O autor presume que sua carta foi suficiente para que recebessem o “conhecimento da verdade”. Uma vez que a Lei fora cancelada e tinha sido suplantada pelo ministério de um grande Sumo Sacerdote nas regiões celestiais, eles estariam retornando a um sistema no qual “já não resta sacrifício pelos pecados” (10.26). Desde o seu início no Sinai até a morte de Cristo, o sistema levítico tinha oferecido sacrifícios pelos pecados, mas agora que tinha sido eliminado não havia mais qualquer valor em realizar aqueles sacrifícios antiquados. Portanto, o retorno a um sistema morto não tinha mais qualquer utilidade a quem deixasse a comunhão com outros cristãos. Em vez de encontrar benefícios, haveria apenas “uma terrível expectativa de juízo e de fogo intenso” (10.27). Esse

juízo é aquele que Cristo predisse para a geração que o rejeitara como Salvador e Soberano. As palavras “terrível” e “fogo intenso” descrevem a severidade daquele juízo físico e temporal que viria em breve.

Jesus prometera esse juízo. Em resposta à questão sobre o que aconteceria com quem rejeitasse o Filho, é declarado: “Matará de modo horrível esses perversos...” (Mt 21.41), e: “Virá, matará aqueles lavradores e dará a vinha a outros” (Lc 20.16). A nação que, durante várias gerações, desfrutara de relativa liberdade debaixo do domínio romano seria desolada por um invasor implacável. Era um juízo inevitável.

Debaixo da antiga ordem, era possível apresentar uma oferta pelo pecado quando alguém pecava sem intenção (Nm 15.22-29). Mas, quando alguém pecava de forma desafiadora ou intencional, não havia sacrifício previsto, e o pecador deliberado deveria ser “eliminado do meio do seu povo” (Nm 15.30). Pecado deliberado recebia juízo. A única esperança para o pecador era suplicar por misericórdia com base no sangue do Dia da Expição aspergido sobre o trono da graça. Como mostra o salmo 51, esse foi o refúgio de Davi depois de seu pecado intencional.

Com base nesse princípio, o autor faz uma advertência severa àqueles que entenderam que a Lei foi encerrada com a morte de Cristo e mesmo assim estavam considerando um retorno às formas exteriores do judaísmo. É pecado não andar pela fé (Rm 14.23). Se de fato voltassem, estariam retornando para um sistema no qual não há mais nenhum sacrifício que tenha utilidade, e, por causa de seu pecado deliberado, podiam ter certeza do juízo de Deus. Por terem se identificado com Cristo pelo batismo, não estavam mais debaixo do juízo que viria sobre aquela geração. Mas, se abandonassem a comunhão com os outros cristãos e voltassem à comunidade do templo, estariam se identificando novamente com uma nação debaixo de juízo, e não haveria escapatória para eles quando este chegasse.

O apóstolo certamente não está ameaçando seus leitores com a perda da salvação; antes, advertia-os de que o juízo físico e temporal que cairia sobre os adversários de Cristo e de seus seguidores também os alcançaria.

A Lei exigia a pena de morte por apedrejamento para quem pecava deliberadamente contra a Lei. Essa pena valia para o pecado da blasfêmia (Lv 24.15-16, 23), do adultério (Dt 22.21-24), da idolatria (Dt 17.2-5; Lv 20.2) e da violação do sábado (Nm 15.32-36). A mesma punição era prevista para falsos profetas (Dt 13.10), médiuns (Lv 20.27) e filhos rebeldes (Nm 21.21-23). Para evitar injustiças, era preciso a apresentação de no mínimo duas testemunhas comprobatórias antes que fosse possível executar a pena (Dt 17.4-7). O autor alerta com seriedade que quem cometesse o pecado deliberado de que trata aqui mereceria “mais severo castigo” (10.29). É difícil imaginar um castigo pior do que a morte por apedrejamento; ainda assim, quem abandonasse a comunhão com os irmãos para identificar-se com um ritual ultrapassado mereceria tal pena. A razão é que quem se identificasse com a geração de Israel que deliberadamente rejeitou Jesus Cristo como Salvador e Senhor estaria, na realidade, tolerando esse pecado. “Pisou aos pés” refere-se a um desprezo flagrante ao Filho de Deus. Além disso, à luz das informações que estava recebendo por meio dessa carta, esse pecador estaria equiparando o sangue que o santificara com o sangue comum dos sacrifícios veterotestamentários. Dessa forma, sua atitude estaria sugerindo que o sangue de Cristo não seria em absolutamente nada superior ao sangue de animais.

✞ Para refletir ✞

Por mais que devemos reagir com sensibilidade e amor àqueles entre nós que lutam contra o pecado, também devemos estar prontos e dispostos a interpelar com honestidade e clareza quem deliberadamente escolhe uma vida de pecado constante. O pecado sempre tem consequências, e estas podem ser extremamente desagradáveis e dolorosas para um filho de Deus rebelde.

Por fim, esse comportamento indicaria hostilidade ao Espírito Santo, por cujo ministério gracioso a pessoa tinha sido levada à fé em Jesus Cristo. A palavra “pois” no versículo 30 aponta a razão pela qual é preciso que haja juízo para o pecado deliberado, e essa razão deriva do caráter de Deus. Ao citar Deuteronômio 32.35-36, o autor reitera um princípio muito bem definido. Deus é um Deus justo, e, quando sua santidade é violada, o caráter de Deus exige que haja

punição para o culpado. Deus não pode e não irá ignorar o pecado deliberado. E o autor lembra a quem estivesse considerando essa decisão de que “terrível coisa é cair nas mãos do Deus vivo” (10.31). Quem se identificasse com a nação sob juízo não seria pessoalmente considerado objeto desse juízo, mas, por causa de sua identificação, não escaparia das consequências desse juízo.

Uma palavra de encorajamento (10.32-39)

10.32-39 Lembrem-se dos primeiros dias, depois que vocês foram iluminados, quando suportaram muita luta e muito sofrimento. Algumas vezes vocês foram expostos a insultos e tribulações; em outras ocasiões fizeram-se solidários com os que assim foram tratados. Vocês se compadeceram dos que estavam na prisão e aceitaram alegremente o confisco dos seus próprios bens, pois sabiam que possuíam bens superiores e permanentes. Por isso, não abram mão da confiança que vocês têm; ela será ricamente recompensada. Vocês precisam perseverar, de modo que, quando tiverem feito a vontade de Deus, recebam o que ele prometeu; pois em breve, muito em breve “Aquele que vem virá e não demorará. Mas o meu justo viverá pela fé. E, se retroceder, não me agradarei dele”. Nós, porém, não somos dos que retrocedem e são destruídos, mas dos que creem e são salvos.

Como forma de encorajá-los, o escritor menciona agora os sofrimentos que seus leitores já tinham suportado por causa de sua identificação com Cristo. Logo depois de cortar os laços com a antiga ordem ao se batizarem, começaram as dificuldades. Eles foram censurados e perseguidos. Alguns problemas os afetavam diretamente, enquanto outros eram indiretos, pelo fato de se identificarem com aqueles que eram maltratados. O próprio autor era um dos que, depois de chegar a Cristo, tinha recebido a compaixão deles enquanto esteve encarcerado. Tinham passado por provas pessoais; e, ao serem testados em aspectos materiais, tinham reagido com alegria. As posses materiais que tinham foram consideradas insignificantes em comparação com os “bens... permanentes” reservados para eles no céu. Tudo o que tinham suportado com alegria e sacrifício era prova de seu “amor” e “boas obras” (10.24). Tudo isso era evidência da genuinidade de sua fé em Jesus Cristo e uma manifestação da obra da fé em sua vida.

Agora o escritor faz uma exortação baseada na experiência prévia de seus leitores com a caminhada da fé. Assim como os sustentara em suas privações do passado, a fé poderia e iria sustentá-los nas experiências do presente. A expressão traduzida por “abram mão” é muito forte. Significa algo como “jogar fora” ou “jogar para longe”. Por isso, seria possível verter o versículo assim: “Não joguem fora, como se não tivesse valor, a ousadia que vocês já tinham adotado”. As provas que enfrentavam eram parte da vida da fé. Portanto, não precisavam de mais fé, pois esta já tinha se provado suficiente no passado. Mas precisavam de paciência, de forma que, por meio da perseverança decorrente de sua fé, pudessem por fim obter o que lhes tinha sido prometido.

☞ Para refletir ☞

A Palavra de Deus sempre fala com grande respeito daqueles que sofreram por causa de sua fé. Embora esse não seja um caminho que costumamos escolher para nós mesmos, podemos sempre considerar que é um privilégio e uma honra ser chamado para sofrer zombaria, isolamento ou perseguição por causa da nossa fé em Cristo.

Para ilustrar esse ponto, o autor cita Habacuque 2.3-4. O profeta tinha expressado sua preocupação por causa do pecado tão evidente em sua nação. Deus parecia não estar notando aquilo, pois os erros aparentemente não estavam sendo julgados. Mas o Senhor respondeu prometendo que julgaria a nação enviando os caldeus para lutar contra ela. Esse povo seria instrumento de Deus para levar o juízo. Embora houvesse um adiamento para dar ao povo a chance de se arrepender, o juízo era certo. Enquanto aguardavam pelo reto juízo sobre os culpados, no entanto, os justos precisavam viver pela fé (Hc 2.4). A aplicação é que os justos precisam viver pela fé *na fidelidade de Deus* . Ainda que o juízo sobre a nação incrédula demore e os crentes passem por perseguição, eles precisam viver pela fé. O profeta prevê que alguns talvez não vivam pela fé, mas optem por retroceder. A palavra “retrocedem” implica a ideia de encolher-se de medo ou covardia. Quem age assim com certeza não está andando pela fé. Seu retrocesso seria considerado um ato de desobediência decorrente de sua incredulidade.

O escritor continua lembrando do pecado de Israel em Cades-Barneia. Diante deles estava a terra e a vida de paz e descanso de

que, em obediência às ordens de Deus, deveriam se apropriar pela fé. Mas a geração redimida não respondeu com fé às promessas de Deus, mas se rebelou por causa de sua incredulidade. O desagrado de Deus em relação a quem se recusava a viver pela fé resultou no juízo decretado sobre eles. Embora não perdessem seu status de salvos, perderam as bênçãos que só podiam ser conseguidas pela fé.

No versículo 39, o escritor declara sua confiança de que seus leitores não repetirão o pecado de seus antepassados em Cades-Barneia, recusando-se a viver pela fé e perdendo assim as bênçãos que Deus dá a quem anda pela fé. Ele se identifica com eles, e, embora alguns entendam que o versículo 39 se dirige a não crentes, a identificação do escritor com seus leitores parece não deixar dúvidas de que eles devem ser vistos como crentes. Os “que retrocedem” seriam aqueles que estão deixando de reunir-se como igreja (10.25). Deixar a reunião da igreja para identificar-se com os cultos do templo a fim de escapar da perseguição não seria um ato de fé. Seria uma declaração pública de que não acreditavam que Deus poderia ou iria sustentá-los em suas provações e que precisavam de uma solução diferente para suas dificuldades.

✞ Para refletir ✞

Embora Israel certamente tivesse uma responsabilidade maior em obedecer a Deus por causa da Palavra que lhe foi confiada, o Senhor nunca trata o pecado nacional de forma leviana. Para nós, mais do que um chamado ao ativismo político, isso deveria ser uma ordem para chamar as pessoas da nossa nação ao arrependimento e à fé em Cristo, bem como para sermos ousados na proclamação das consequências que possivelmente enfrentaremos se continuarmos a ostentar nosso desprezo nacional pelas coisas de Deus. E, se essa é uma responsabilidade que você leva a sério, então prepare-se para o privilégio de ser ridicularizado em nome de Deus!

Muitos acreditam que essa exortação se dirige a não crentes porque o autor diz que eles estariam retrocedendo à “perdição” (v. 39, NAA), o que em geral se refere à punição eterna para os não salvos. No entanto, aqui o autor usa essa mesma palavra para falar do extraordinário juízo que em breve cairia sobre Jerusalém (Lc

21.24). Aqui “perdição” é usada para a “terrível expectativa de juízo e de fogo intenso que consumirá os inimigos de Deus” (10.27).

A alternativa ao retrocesso é fé. O autor está confiante de que seus leitores são os “que creem”. As provas de sua fé já foram apresentadas nos versículos 32-34. Quem retrocede, então, seriam aqueles que – ainda que antes tenham andado pela fé – não continuavam a fazê-lo. A evidência de que abandonaram o caminho da fé é o fato de deixarem a reunião da igreja, identificando-se assim novamente com uma nação sob juízo iminente. Mas o escritor tem confiança de que, não importando a tentação que tenham enfrentado para abandonar a vida de fé, eles continuarão a andar pela fé e estarão no grupo dos que “são salvos”. Uma vez que ele se dirige a cristãos cuja fé foi validada por suas obras, a salvação à qual o autor se refere aqui não pode ser o ato salvífico inicial, mas deve referir-se à libertação das consequências da incredulidade.

☞ Para refletir ☞

Às vezes, podemos pensar que os obstáculos que enfrentamos – aquilo que nos impede de continuar em direção à maturidade – são muito maiores do que o que conseguiríamos superar. Não estamos sozinhos nisso! Muitos santos de Deus encararam obstáculos aparentemente insuperáveis em sua caminhada de fé. É por isso que o autor passará a citar uma lista impressionante de crentes que lidaram com impedimentos desse tipo e que os superaram pela fé na capacidade de Deus em cumprir suas promessas.

O raciocínio do autor aqui é muito parecido com o que ele já apresentou anteriormente no capítulo 6. Todas as bênçãos espirituais que seus leitores tinham experimentado validavam a genuinidade de sua fé. Mas, se sua caminhada de fé fosse interrompida e não continuassem em direção à maturidade, eles sofreriam as consequências de abandonar a vida de fé. Assim, o que eles precisavam não era chegar à fé, mas continuar a andar por ela e permitir que ela produzisse seu fruto, a saber, uma perseverança paciente.

Exemplos de uma vida de fé (11.1-40)

Depois das exortações e advertências encontradas no capítulo 10, que o escritor encerrou com um toque de clarim convocando a viver

pela fé, ele começa, no capítulo 11, a desfilir uma “tão grande nuvem de testemunhas” (12.1), destinada a ilustrar como os cristãos que vivem pela fé podem perseverar com paciência. Ele introduz esse grande tema mostrando a ligação entre fé e perseverança.

O produto da fé (11.1)

11.1 Ora, a fé é a certeza daquilo que esperamos e a prova das coisas que não vemos.

Nessa introdução tão familiar, em vez de tentar definir a fé em si, o autor procura mostrar a conexão entre fé e paciente perseverança. Esse versículo está intimamente ligado com 10.35-39. A palavra “fé”, em especial, estabelece uma conexão com os versículos 38-39. O autor apresentara a necessidade de perseverar (10.35), citando Habacuque 2.3-4. Ao fazer isso, presume que fé envolve perseverança. Em seguida, passa a 11.1 para mostrar que a fé olha para a frente, para o futuro, para o que se espera e crê. Uma vez que o futuro, com todas as suas esperanças, ainda não se concretizou, isso envolve perseverança. Assim, o autor não está tentando *definir* fé, pois esse conceito já estava tão claro para seus leitores que dispensava uma definição aqui. Antes, ele mostra que quem vive pela fé tem paciência para perseverar.

Uma vez que no original a palavra “fé” aparece sem artigo, ela se refere ao princípio em si, não à fé cristã em especial. Mostra assim que fé lida com o que está no futuro, as coisas que esperamos, mas que ainda não se concretizaram. A palavra “certeza” era usada, na literatura grega, para títulos de propriedade. O título em si não tem valor, mas é uma garantia da posse. A realidade da posse não é estabelecida pelo título, mas este a certifica. Da mesma forma, a fé não estabelece a realidade do que se espera, mas reconhece o que se espera. Precisamos ter o cuidado de não interpretar o uso dessa palavra como indicando que a realidade objetiva depende da fé da pessoa, pois isso não é verdade. Embora alguns asseverem que “crer torna realidade”, não é isso que o autor sugere. É melhor interpretar a palavra “certeza” como significando garantia, confiança ou segurança (cf. 2Co 9.4; 11.17; Hb 3.14). Assim, fé é o que dá confiança ou segurança a respeito do que se espera. E isso inclui tudo o que as promessas de 10.36-39 abrangem.

Na Escritura, “esperança” nunca é apenas um desejo, um sonho, uma fantasia. Esperança é a confiança segura que domina o filho de Deus que, pela fé, agarra-se às promessas do Senhor e se apropria pessoalmente delas. A esperança precisa de uma base, e na Escritura o alicerce da esperança sempre é aquilo que Deus prometeu. A palavra “prova” inclui a ideia de convicção, um firme sentimento de segurança. Essa convicção refere-se a coisas que ainda estão no futuro, pois “não [as] vemos”. Se, pela fé, temos certeza, confiança e convicção, a necessidade nos levará a perseverar com paciência até obtermos o que esperamos com tanta firmeza.

☞ Para refletir ☞

Talvez o clichê cristão de “ter uma mente tão direcionada para o céu que a pessoa não serve para a terra” não se sustente. De acordo com essa passagem, nossa habilidade para ser “úteis na terra” para a causa de Cristo baseia-se inteiramente naquilo que nossa mente sabe ser verdade a respeito da nossa posição “celestial”. Com base no que é verdade do ponto de vista celestial, podemos viver vitoriosamente aqui no âmbito terreno.

Ilustrações da fé (11.2-3)

11.2-3 Pois foi por meio dela que os antigos receberam bom testemunho. Pela fé entendemos que o universo foi formado pela palavra de Deus, de modo que aquilo que se vê não foi feito do que é visível.

No versículo 2, o autor faz uma declaração resumida que será demonstrada no restante desse capítulo. Ele usa o termo “antigos” como sinônimo para os patriarcas judeus. A história do Antigo Testamento testifica que os ancestrais dos leitores receberam uma promessa de Deus, apropriaram-se dela pela fé e então perseveraram pacientemente até que ela estivesse cumprida. Em momento algum, as promessas se concretizaram sobre outra base. Ele não está dizendo que os antepassados deram testemunho da vida de fé; antes, que sua forma de vida pela fé foi observada por outras pessoas.

Para a fé, é necessário que ela opere igualmente tanto em relação ao que está no passado quanto ao que está no futuro. Não havia testemunhas humanas presentes no momento da Criação. Por isso,

precisamos depositar nossa fé no testemunho do Criador a respeito da forma pela qual os mundos foram moldados. Vê-se isso de modo vívido no discurso de Deus a Jó, quando o Senhor perguntou: “Onde você estava quando lancei os alicerces da terra?” (Jó 38.4a). Evidentemente, as hostes angelicais presenciaram a obra da criação, já que Jó 38.7 menciona especificamente “as estrelas matutinas” e “os anjos” como testemunhas. Mas os anjos nunca contaram aos homens o que viram ali, por isso não fomos chamados a depositar nossa fé na palavra deles. No entanto, ao longo de toda Escritura Deus deu testemunho de que tudo veio à existência por ordem dele. É nesse fato que somos chamados a crer. A credibilidade da palavra a respeito da criação na qual devemos crer baseia-se na pessoa que fez essa revelação. No âmbito natural, é impossível que algo venha a existir do nada. Mas o Deus em cuja palavra devemos crer é um Deus que pôde trazer do nada todos os seres à existência. Um Deus tão poderoso é digno de nossa fé.

☞ Para refletir ☞

Mais uma vez, a Bíblia estabelece uma conexão direta entre o fato de que Deus criou todas as coisas, conforme o registro de Gênesis 1, e a fé do crente em relação à credibilidade de Deus. Cristãos confessos que procuram menosprezar o relato de Gênesis ou que comprometem sua fé nele estão, na realidade, comprometendo sua fé na credibilidade de Deus e de sua palavra. Não se pode desconsiderar isso.

Se a fé é suficiente para o que já está no passado, certamente basta também para o que ainda está no futuro. “Ninguém jamais viu a Deus” (Jo 1.18), e mesmo assim cremos que ele existe com base em tudo o que criou, de forma que a mera existência da criação continua a falar da realidade da pessoa infinita que é seu Autor. Mesmo sem ter visto a Deus, pela fé sabemos que ele existe.

Exemplos de fé (11.4-40)

Fé exemplificada no período pré-patriarcal (11.4-7)

11.4-7 Pela fé Abel ofereceu a Deus um sacrifício superior ao de Caim. Pela fé ele foi reconhecido como justo, quando Deus aprovou as suas ofertas. Embora esteja morto, por meio da fé ainda fala. Pela fé Enoque foi arrebatado, de modo que não experimentou a morte; “e já não foi encontrado, porque Deus o havia arrebatado”, pois antes de ser

arrebatado recebeu testemunho de que tinha agradado a Deus. Sem fé é impossível agradar a Deus, pois quem dele se aproxima precisa crer que ele existe e que recompensa aqueles que o buscam. Pela fé Noé, quando avisado a respeito de coisas que ainda não se viam, movido por santo temor, construiu uma arca para salvar sua família. Por meio da fé ele condenou o mundo e tornou-se herdeiro da justiça que é segundo a fé.

O primeiro exemplo de fé que o autor cita é Abel. Ele não foi o primeiro a exercitar fé, pois Adão creu na promessa de Deus quando deu à mulher o nome de Eva, “pois ela seria mãe de toda a humanidade” (Gn 3.20). Mas o escritor destaca um evento específico da vida de Abel – o sacrifício que ele trouxe a Deus (Gn 4.4). Esse sacrifício é descrito como sendo “superior”, o que pode se referir à qualidade da oferta. A palavra também poderia significar “mais abundante”, enfatizando a quantidade que ele sacrificou. Aparentemente, os sacrifícios tanto de Abel quanto de Caim foram oferecidos como atos de adoração. Ambos reconheceram sua obrigação como criaturas diante do Criador. Mais tarde, segundo a Lei levítica, a pessoa podia adorar a Deus por meio de um sacrifício animal (o holocausto de Lv 1 ou a oferta de comunhão de Lv 3), ou por meio de uma oferta de cereal (Lv 2). Tanto o sacrifício animal quanto o cereal eram perfeitamente aceitáveis a Deus como atos de adoração. Por isso, quando Caim ofereceu seu sacrifício – que tinha custado bem mais esforço do que o sacrifício de Abel –, ele poderia ter sido aceito. No entanto, o sacrifício de Caim foi oferecido por obrigação e *sem fé*, enquanto o sacrifício de Abel, ao mesmo tempo que reconhecia sua obrigação, foi oferecido *em fé*. Dessa forma, o escritor de Hebreus enfatiza o fato de que a obrigação de Abel foi substituída pela fé (Hb 11.4). Abel não foi justificado por causa de seu sacrifício, mas por causa da fé que produziu obediência. Por isso, foi declarado justo. Deus viu seu sacrifício como evidência de sua fé. Mesmo que isso tenha acontecido há muito tempo, Abel continua dando testemunho de que a fé produz obediência e que adoração oferecida a Deus pela fé é aceitável.

Enoque é o próximo que dá testemunho da vida de fé (11.5-6). Pela fé, ele andou em comunhão com Deus, e sua fé produziu uma justiça que agradou ao Senhor. Mesmo vivendo em uma época corrupta que caminhava a passos largos para o juízo pelo Dilúvio, Enoque não se conformou com os padrões da sua época, mas

andou de acordo com os padrões da justiça de Deus. Sua fé produziu uma vida que agradou tanto a Deus que este o trasladou para a sua presença sem que ele passasse pela morte física. Enoque não pregou uma mensagem que chamava os homens à fé; antes, outros deram testemunho do fato de que, pela fé, Enoque levava uma vida que agradou a Deus. O escritor toma o cuidado de deixar claro que a única forma possível de andar de modo agradável a Deus é caminhar pela fé. Por isso, o versículo 6 destaca o conceito de que “sem fé é impossível agradar a Deus”. Quem quer viver de forma que agrade a Deus precisa, em primeiro lugar, crer que ele existe e depois acreditar que Deus tem comunhão com aqueles que procuram agradar-lhe pela fé. Sem esses dois conceitos básicos, ninguém procuraria andar pela fé.

Noé é o próximo personagem do período pré-patriarcal que recebe nossa atenção. Deus disse-lhe: “Darei fim a todos os seres humanos, porque a terra encheu-se de violência por causa deles. Eu os destruirei com a terra” (Gn 6.13). Noé acreditou no Senhor, ainda que a ação prometida por Deus estivesse em um futuro distante. A causa para seu temor reverente a Deus era sua fé. Ele a demonstrou por sua obediência, ao passar à construção da arca de acordo com o plano que Deus lhe revelara (Gn 6.14-22). A obediência de Noé pôde ser vista no empreendimento da construção da arca, que decretou o juízo sobre sua geração desobediente. A obediência de Noé condenou a desobediência das pessoas. Não foi sua obediência que lhe deu justiça como herança; antes, sua fé no Deus que anunciara o juízo produziu justiça, que o Senhor lhe creditou por sua fé.

Dessa forma, no período pré-patriarcal, Abel demonstrou sua fé quando reconheceu sua obrigação para com o Criador; a fé de Enoque ficou clara em sua comunhão com Deus; e a fé de Noé manifestou-se em sua obediência às ordens do Senhor.

Fé exemplificada no período patriarcal (11.8-22)

11.8-22 Pela fé Abraão, quando chamado, obedeceu e dirigiu-se a um lugar que mais tarde receberia como herança, embora não soubesse para onde estava indo. Pela fé peregrinou na terra prometida como se estivesse em terra estranha; viveu em tendas, bem como Isaque e Jacó, co-herdeiros da mesma promessa. Pois ele esperava a cidade que tem alicerces, cujo arquiteto e edificador é Deus. Pela fé Abraão – e também a

própria Sara, apesar de estéril e avançada em idade – recebeu poder para gerar um filho, porque considerou fiel aquele que lhe havia feito a promessa. Assim, daquele homem já sem vitalidade originaram-se descendentes tão numerosos como as estrelas do céu e tão incontáveis como a areia da praia do mar. Todos esses viveram pela fé e morreram sem receber o que tinha sido prometido; viram-no de longe e de longe o saudaram, reconhecendo que eram estrangeiros e peregrinos na terra. Os que assim falam mostram que estão buscando uma pátria. Se estivessem pensando naquela de onde saíram, teriam oportunidade de voltar. Em vez disso, esperavam eles uma pátria melhor, isto é, a pátria celestial. Por essa razão Deus não se envergonha de ser chamado o Deus deles e lhes preparou uma cidade. Pela fé Abraão, quando Deus o pôs à prova, ofereceu Isaque como sacrifício. Aquele que havia recebido as promessas estava a ponto de sacrificar o seu único filho, embora Deus lhe tivesse dito: “Por meio de Isaque a sua descendência será considerada”. Abraão levou em conta que Deus pode ressuscitar os mortos e, figuradamente, recebeu Isaque de volta dentre os mortos. Pela fé Isaque abençoou Jacó e Esaú com respeito ao futuro deles. Pela fé Jacó, à beira da morte, abençoou cada um dos filhos de José e adorou a Deus, apoiado na extremidade do seu bordão. Pela fé José, no fim da vida, fez menção ao êxodo dos israelitas do Egito e deu instruções acerca dos seus próprios ossos.

☞ Para refletir ☞

O Dilúvio em Gênesis e o papel de Noé nele é outro episódio de Gênesis 1–11 que o autor de Hebreus interpreta de forma literal e sem qualquer questionamento. É interessante que a credibilidade dessa passagem esteja perpetuamente sob fogo cerrado do mundo, enquanto a própria Bíblia usa o mesmo trecho crucial como base para grande parte do que ensina sobre a natureza de Deus e a fé dos seguidores que confiam nele.

Agora o autor apresenta acontecimentos da vida de Abraão (Abrão) a fim de mostrar que a fé dele produziu obediência ao Deus que lhe fez as promessas. Deus manifestou-se a um pagão, que vivia em uma família pagã, em um país pagão (Js 24.2). O Senhor convenceu Abraão a segui-lo pela fé. Estêvão conta que o Deus glorioso apareceu a Abraão enquanto ele ainda morava na sua terra natal (At 7.2). As promessas que o Senhor lhe fez não foram, em si mesmas, suficientes para começar uma longa viagem sem saber para onde iria; mas a revelação da glória que pertence ao Deus que faz as promessas bastou para chamar Abraão a crer nele. E essa fé

produziu obediência imediata. Essa obediência foi acompanhada por perseverança e paciência, pois, antes de entrar na Terra Prometida, Abraão precisou realizar uma jornada que cobriu quilômetros infindáveis e durou vários anos. A fé de Abraão não era cega, ainda que não soubesse para onde ia; afinal, a fé dele não estava fundamentada na terra, mas no Deus que lhe prometera terra e descendentes. E, como sua fé estava depositada em uma pessoa tão gloriosa, não dá para chamá-la de cega. A viagem de Abraão foi uma jornada de fé que o tirou de Ur, passando por Harã junto ao Eufrates, até finalmente chegar a Canaã, que Deus então revelou ser a terra que ele havia prometido (Gn 12.6-7).

Embora os cananeus vivessem em cidades, Abraão contentou-se em morar em tendas (Hb 11.9). O habitante da cidade considera-se residente permanente, enquanto aquele que mora em tendas se vê como residente temporário. Mesmo tendo recebido a terra de Canaã por decreto de Deus, Abraão se considerava estrangeiro em terra estranha. Embora isso pareça indicar incredulidade da parte de Abraão em relação à posse da terra que Deus lhe dera, na verdade essa atitude revela que havia algo inerente à promessa de Deus que Abraão tinha entendido e pela qual esperava pela fé. É o que aponta o fato de que Abraão “esperava a cidade que tem alicerces, cujo arquiteto e edificador é Deus” (11.10). A cidade que Deus prometera a Abraão não seria construída na terra de Canaã que o Senhor lhe dera, mas seria uma cidade celestial, na qual Abraão por fim habitaria junto ao Deus que lhe fizera as promessas nas quais crera (Hb 12.22-24). Como essa cidade celestial era seu destino maior, Abraão se considerava apenas um residente temporário de Canaã. Essa era a terra pela qual ele passaria em sua caminhada para o que Deus lhe prometera. Por isso, vemos que a fé de Abraão em Deus produziu obediência imediata. Essa obediência incluía paciente perseverança, pois a jornada foi longa. E, até mesmo quando se assentou na terra da promessa, ele foi chamado a perseverar com paciência, pois aquele lugar não era seu destino definitivo. Pela fé, ele esperaria pelo cumprimento de tudo o que Deus lhe prometera.

É interessante que o escritor não dirija nossa atenção para o grande exemplo da fé de Abraão registrado em Gênesis 15, onde Abraão, em resposta à promessa de Deus de que lhe daria um filho,

“creu no SENHOR , e isso lhe foi creditado como justiça” (Gn 15.6). Se o escritor estivesse se dirigindo a descrentes, a fim de levá-los à fé salvadora em Cristo, dificilmente poderia ter deixado de lado o resultado da fé de Abraão que criou a base para que Deus o declarasse publicamente como justo (isto é, aceitável a Deus). Mas, uma vez que o escritor fala com crentes e deseja chamar a atenção deles para a obediência e perseverança produzidas pela fé de Abraão, ele dirige seu foco para os incidentes específicos em que essa fé e obediência de Abraão são demonstradas com maior clareza.

Em seguida, ele apresenta Sara como alguém cuja fé na promessa de Deus produziu paciência para perseverar. Logo no começo de seu relacionamento com Abraão, Deus lhe prometera que faria dele uma grande nação. Isso significava que Abraão precisaria ter um filho. Essa promessa permaneceu em primeiro plano na mente de Abraão (Gn 15.1-4). Quando Sara, que sempre tinha sido estéril (Gn 16.1), percebeu que não tinha condições de dar a Abraão o filho pelo qual a promessa de Deus se realizaria, e crendo que essa promessa *precisava* se cumprir, ofereceu sua escrava para que fosse concubina do marido. Foi a fé de Sara na promessa que levou a essa solução errada, e dessa união nasceu Ismael. Naquela época, Abraão estava com 86 anos (Gn 16.16). Cerca de 13 anos depois, quando Abraão já tinha 99 (Gn 17.1), Deus reiterou sua aliança com ele (Gn 17.4-8) e reafirmou a promessa de que Abraão seria pai do filho da promessa por meio de Sara (Gn 17.15-16).

☞ Para refletir ☞

Nossa fé frequentemente é testada quando nossas circunstâncias presentes parecem totalmente contrárias ao que Deus nos revelou por meio de sua Palavra. Foi exatamente essa situação que Abraão enfrentou, mas mesmo assim ele não caiu no erro de “duvidar à noite do que Deus lhe disse de dia”. Em vez disso, ele levou sua vida em conformidade com o que Deus dissera. Essa é, em essência, a lição de Hebreus 11.

Do ponto de vista humano, um nascimento assim seria impossível. Se Sara tivesse concebido imediatamente, a criança teria nascido quando Abraão estivesse com 100 anos e Sara, com 90 (Gn 17.17). Isso seria fisicamente inviável. Quando Abraão ofereceu Ismael

como opção para que a promessa original se cumprisse, Deus o rejeitou e garantiu que o filho da promessa viria por intermédio de Sara (Gn 17.19). E ainda revelou o momento específico em que essa criança nasceria (Gn 17.21). Aparentemente, embora Sara conhecesse a promessa original e soubesse a respeito da revelação de Deus de que ela seria a mãe do filho prometido, sua esterilidade (Gn 16.1) e idade avançada (Gn 18.11-12) levaram sua fé a vacilar. Para fortalecê-la, Deus enviou mensageiros angelicais para reafirmar o que lhe revelara anteriormente por meio de Abraão. Prometeu que “Sara, sua mulher, terá um filho” (Gn 18.10). Sara ouviu a mensagem e reagiu com uma risada. Quando Abraão riu ao ouvir a mensagem de Deus (Gn 17.17), isso foi uma reação de alegria, pois ele acreditou no que o Senhor lhe dissera. Já a risada de Sara era de incredulidade, pois ela só conseguia pensar em sua esterilidade e idade. Não olhou para além das circunstâncias, para o poder de Deus que era suficiente para cumprir o que ele prometera (Gn 18.14). Nesse momento, Sara certamente não estava respondendo com fé à promessa de Deus. Era preciso que tanto Abraão quanto Sara cressem na mensagem, por isso tornou-se necessário fortalecer aquela fé hesitante.

✞ Para refletir ✞

Deus honra a motivação certa executada com métodos errados?
Aparentemente sim, embora possa permitir que os métodos errados sigam seu curso e produzam seus resultados infelizes. Se você se viu em uma enrascada, a despeito de seu desejo genuíno de agradar a Deus e servir-lhe de forma obediente, não perca o ânimo. A fé de Sara na promessa de Deus, ainda que mal aplicada no incidente com Hagar, foi significativa o bastante para que Deus a incluísse nessa “galeria da fé”.

Ao entregar a mensagem sobre o nascimento de Isaque, os anjos também anunciaram juízo sobre Sodoma e Gomorra. Em seguida, deixaram Abraão e Sara e foram até Sodoma e Gomorra para destruir essas cidades perversas (Gn 19.13). Como Ló não teve tempo para se preparar para a fuga (Gn 19.15), podemos concluir que o juízo sobre Sodoma e Gomorra se concretizou poucos dias depois. E não apenas isso: Abraão e Sara tiveram a oportunidade de ver a destruição das cidades (Gn 19.27-28). Assim, a mensagem dos anjos para Abraão e Sara tinha duas partes. Primeiro, Sara

conceberia e daria à luz um filho; segundo, Sodoma e Gomorra seriam destruídas. A conclusão então é que, se Deus cumpriu uma das partes de sua promessa de forma literal, eles poderiam confiar em que ele faria o mesmo com a outra parte. Assim, a destruição das cidades apoiou e fortaleceu a fé de Sara na promessa de Deus.

O escritor de Hebreus deixa muito claro que o nascimento de Isaque foi resultado da fé de Sara e que o Senhor a levou a olhar para além das circunstâncias contrárias, para o Deus que fizera as promessas. Assim, Sara foi levada ao ponto em que “considerou fiel aquele que lhe havia feito a promessa” (Hb 11.11). É óbvio que passou um longo tempo entre a primeira promessa sobre o filho (Gn 12.2) até que ele de fato nascesse (Gn 21). Também houve um período mais longo entre a confirmação da promessa por parte de Deus (Gn 17.15-19) e o nascimento em si. Isso testou a fé de Abraão e Sara, e eles demonstraram paciente perseverança enquanto esperavam pelo cumprimento da promessa durante esse tempo de provação.

Os descendentes de Abraão, aos quais o autor da carta escreve, eram parte desse cumprimento. Deus prometera a Abraão que seus descendentes seriam incontáveis como a areia da praia ou as estrelas no céu (Gn 13.16; 15.5; 22.17; 26.4). Mas o autor deixa claro que a fé de Abraão e Sara olhava para além do nascimento de Isaque, pois esse nascimento não cumpriu tudo o que Deus lhes prometera. Até o nascimento de Isaque, eles continuaram vivendo de acordo com a regra da fé, ou sob sua influência e conforme seu princípio. Até o fim de seus dias, havia aspectos da promessa pelos quais eles continuavam esperando. É evidente que a fé produziu neles perseverança paciente e contínua.

Como o escritor tinha dito antes, eles “esperava[m] a cidade que tem alicerces, cujo arquiteto e edificador é Deus” (Hb 11.10). Mesmo que não tivessem entrado naquela cidade prometida, tinham certeza de que ela existia e que eles mesmos tinham direito a ela. Essa certeza era resultado de sua fé, e isso mudou sua atitude em relação à terra na qual viviam. Ela lhes fora dada como posse permanente (Gn 12.7), e ainda assim eles se consideravam “estrangeiros e peregrinos” (Hb 11.13). Reconheciam que estavam em terra estranha, pois a cidade prometida é que era sua posse permanente.

Como peregrinos, não tinham posse permanente da terra na qual viviam, nem cidadania aqui, pois sua verdadeira cidadania estava naquela cidade celestial prometida (cf. Fp 3.20). Não viam a Mesopotâmia como sua pátria, embora não houvesse nenhum impedimento ao seu retorno para lá. Pela fé, contentaram-se em morar como estrangeiros e peregrinos em Canaã, esperando pelo cumprimento definitivo do que Deus lhes assegurara. Pela fé, esperaram por esse cumprimento e perseveraram com paciência.

Por causa da fé deles, Deus identificou-se de tal forma com Abraão que, ao falar com os descendentes deste, apresentou-se ao longo de todo o livro de Êxodo como “o Deus de *Abraão* , de *Isaque* e de *Jacó*” (Êx 3.16, ênfase acrescentada). A prova de que Deus se identifica com quem anda pela fé aparece na explicação “lhes preparou uma cidade” (Hb 11.16). Em resposta à fé deles, Deus preparou uma cidade na qual os identificará consigo mesmo (12.22-24).

☞ Para refletir ☞

Isso deveria servir de encorajamento para quem entende os resultados animadores e motivadores do estudo da profecia bíblica. A revelação do Senhor sobre aquela “cidade que tem alicerces, cujo arquiteto e edificador é Deus” está muito mais completa hoje do que nos dias de Abraão; dessa forma, podemos extrair do nosso estudo a respeito das coisas futuras o mesmo tipo de certeza e esperança que aqueles dois santos tinham.

Enquanto aguardava pelo cumprimento definitivo da promessa de Deus, Abraão mostrou perseverança e paciência pela fé ao obedecer à ordem do Senhor de oferecer-lhe em sacrifício o filho prometido. Isso demonstra com muita nitidez a obediência da fé de Abraão. Deus tinha deixado muito claro que a aliança feita com Abraão só poderia se cumprir por intermédio de Isaque (Gn 17.19). Por isso, Abraão deve ter estranhado muito a ordem divina: “Tome seu filho, seu único filho, Isaque, a quem você ama, e vá para a região de Moriá. Sacrifique-o ali como holocausto num dos montes que lhe indicarei” (Gn 22.2). Embora Abraão não tivesse percebido isso, essa ordem destinava-se a testar não apenas a sua fé, mas também a obediência derivada dessa fé. A prova não era tanto para saber se ele obedeceria a Deus, mas se ele acreditaria que Deus cumpriria

suas promessas, apesar da morte do único por meio do qual elas poderiam se cumprir.

A fé de Abraão não vacilou, e sua obediência foi imediata. Ele conseguia acreditar que a promessa se cumpriria por meio de Isaque porque “levou em conta que Deus pode ressuscitar os mortos” (Hb 11.19). Como a determinação era oferecer Isaque em holocausto (Lv 1.1-17), não se tratava de um sacrifício para a expiação de algum pecado, mas de um ato de adoração a Deus. E a obediência de Abraão foi, em si mesma, adoração aceitável. Assim, baseado na vida de Abraão, o escritor expressa o desejo de que seus leitores “imitem aqueles que, por meio da fé e da paciência, recebem a herança prometida” (Hb 6.12) e mostrem a mesma perseverança e obediência como resultado de sua fé.

A aliança prometida a Abraão foi confirmada a Isaque (Gn 26.1-5). Isaque designou Jacó como o herdeiro escolhido das promessas e lhe deu a bênção (Gn 27.26-29). E, embora Esaú devesse ser servo de Jacó, Isaque também o abençoou (Gn 27.38-40). Da mesma forma, Jacó escolheu José como seu herdeiro (Gn 37.3) e abençoou seus filhos antes de morrer (Gn 48.10-22). Em cada um desses momentos históricos, a promessa original de Deus e a aliança com Abraão são reiteradas, lembrando que Deus deu Canaã a Abraão e seus descendentes como sua posse incondicional e eterna. Cada patriarca que abençoou a geração seguinte fez isso pela fé, prevendo o cumprimento final da aliança de Deus. Assim, a fé resultou em paciente perseverança.

Pouco antes de morrer, José confirmou sua fé na promessa de Deus ao dizer: “... Deus certamente virá em auxílio de vocês e os tirará desta terra, levando-os para a terra que prometeu com juramento a Abraão, a Isaque e a Jacó” (Gn 50.24). Por causa dessa fé em Deus, ele tinha tanta certeza de que os descendentes de Jacó seriam, por fim, levados de volta à terra da promessa que fez que os israelitas lhe prometessem sob juramento que, quando chegasse essa hora, tirariam os ossos dele do Egito e os levariam à Terra Prometida (Gn 50.25).

Assim, vemos que todos os personagens importantes para a história de Israel no período patriarcal demonstraram sua fé por meio

de perseverança e obediência. É isso que o escritor de Hebreus quer que seus leitores imitem.

Fé exemplificada na vida de Moisés (11.23-29)

11.23-29 Pela fé Moisés, recém-nascido, foi escondido durante três meses por seus pais, pois estes viram que ele não era uma criança comum e não temeram o decreto do rei. Pela fé Moisés, já adulto, recusou ser chamado filho da filha do faraó, preferindo ser maltratado com o povo de Deus a desfrutar os prazeres do pecado durante algum tempo. Por amor de Cristo, considerou sua desonra uma riqueza maior do que os tesouros do Egito, porque contemplava a sua recompensa. Pela fé saiu do Egito, não temendo a ira do rei, e perseverou, porque via aquele que é invisível. Pela fé celebrou a Páscoa e fez a aspersão do sangue, para que o destruidor não tocasse nos filhos mais velhos dos israelitas. Pela fé o povo atravessou o mar Vermelho como em terra seca; mas, quando os egípcios tentaram fazê-lo, morreram afogados.

☞ Para refletir ☞

É verdade que “Deus não tem netos” em termos de decisão pessoal em favor de Cristo, mas a história dos patriarcas hebreus mostra a fé salvadora sendo perpetuada de geração em geração por meio de instrução e admoestação cuidadosas. Alguns descendentes optaram por rejeitar esse ensino, mas outros continuaram a esperar pelo cumprimento das promessas de Deus porque já sabiam quais eram. Não podemos nunca negligenciar nossa grande responsabilidade em ensinar à próxima geração os maravilhosos feitos de Deus!

A fé em Deus exemplificada por Moisés foi vista primeiro em seus pais. O faraó havia decretado que todos os meninos hebreus deveriam ser afogados assim que nascessem (Êx 1.22). Mas a fé na promessa de Deus a respeito do futuro dos descendentes de Abraão foi maior que o medo das represálias do faraó. Procuraram um jeito de poupar a vida desse herdeiro da promessa (Êx 2.3). Os pais de Moisés viveram numa época de grande adversidade, mas a fé deles manteve-se viva mesmo em meio àquelas circunstâncias. Isso certamente deveria influenciar a experiência dos leitores que estavam sendo chamados a viver pela fé em meio ao seu presente sofrimento. Vemos como Deus honrou a fé dos pais de Moisés.

Há fortes indícios históricos de que Moisés foi salvo do destino planejado pelo faraó por Hatshepsut, a jovem filha de Tutmés I (que ordenou a destruição dos meninos hebreus recém-nascidos – Êx 2.5-

10). Moisés tornou-se seu filho adotivo (At 7.21). Os estudiosos dizem que esse faraó teve um filho que, quando subiu ao trono como Tutmés II, viu sua irmã Hatshepsut tornar-se regente e governante de fato do país. Por fim, Tutmés II morreu sem deixar herdeiro legítimo, mas, como tanto seu pai quanto sua irmã tinham previsto essa ausência de um sucessor, é possível que tenham decidido que Moisés se tornaria o herdeiro do trono. Assim, desde a sua infância Moisés foi muito bem educado, como declara Estêvão: “Moisés foi educado em toda a sabedoria dos egípcios e veio a ser poderoso em palavras e obras” (At 7.22).

Nesse ponto, Moisés mostrou sua fé no Deus que fizera as promessas a seus ancestrais. O plano do Senhor não se cumpriria por intermédio do trono egípcio, mas por meio de um trono que o Senhor estabeleceria com os descendentes de Abraão. A palavra “recusou” (11.24) mostra que Moisés tomou uma decisão consciente, inspirada por sua fé. A expressão “filho da filha do faraó” enfatiza a posição real a que Moisés renunciou deliberadamente e todos os privilégios que um posto assim traria. Ele não trocou uma posição privilegiada por outra igual. Antes, abriu mão da realeza para “ser maltratado”. Desassociou-se da família real para identificar-se com um povo reduzido à mais abjeta escravidão (Êx 1.8-14). Não havia nenhuma perspectiva de privilégio na decisão que Moisés tomou pela fé. Ela claramente demonstrou que a fé prefere enfrentar adversidade a ser desobediente. O pecado de que Moisés poderia ter desfrutado (Hb 11.25) era a desobediência – permanecer na corte, embora as bênçãos da promessa só pudessem ser encontradas longe dali. Essa desobediência lhe teria dado a chance de aproveitar os benefícios de sua posição como príncipe, mas ele não teria considerado os hebreus escravizados como “povo de Deus”. Mas pela fé Moisés conseguia ver a nação como herdeira da promessa e da aliança do Senhor.

☞ Para refletir ☞

O que faria você optar pelas ofertas do mundo em lugar da comunhão íntima e permanente com Deus? Riqueza suficiente para garantir uma vida tranquila? Um casamento aparentemente melhor do que o seu atual? Prazeres sensuais à vontade? Bens materiais além de seus sonhos mais loucos? Para alguns cristãos, essas coisas não seriam nem um pouco

tentadoras, assim como não foram para Moisés. Mas, para outros, é possível que o compromisso com Cristo tenha um preço. Se esse é o seu caso, resolva esse assunto ainda hoje. Reconheça que não há nada igual ao privilégio de servir a Cristo.

A base para a escolha de Moisés aparece no versículo 26. Com paciência e perseverança, Moisés esperava pelo cumprimento do que Deus prometera ao seu povo. A versão Almeida Revista e Atualizada traduz aqui que ele “considerou o opróbrio de Cristo por maiores riquezas do que os tesouros do Egito, porque contemplava o galardão”. A expressão “opróbrio de Cristo” pode ser entendida de diversas formas: pode referir-se à desonra que Cristo sofreria, que, embora ainda não tivesse acontecido nos dias de Moisés, já era fato histórico do ponto de vista dos leitores (cf. Rm 15.3); ou pode ser interpretada como a desonra que Moisés suportou por causa de seu relacionamento com o Messias prometido e esperado que viria para cumprir as alianças. Este era o objeto da sua fé.

O objetivo do autor é destacar que tudo o que Moisés esperava pela fé estava no futuro; nada daquilo era presente. Mesmo assim, ele tinha tanta certeza do que Deus prometera que, com base nessa confiança, conseguiu afastar-se de todos os privilégios da corte do faraó. Enquanto o registro de Êxodo parece indicar que Moisés fugiu do Egito por medo do castigo do faraó por causa do assassinato de um egípcio, o autor de Hebreus declara, no versículo 27, que essa saída do Egito foi resultado de sua fé. E ele fez isso por causa de sua fé em um Deus que nunca tinha visto (11.27). Acreditou que quem se aproxima de Deus “precisa crer que ele existe e que recompensa aqueles que o buscam” (11.6).

A fé de Moisés também é demonstrada na celebração da Páscoa. A Páscoa foi o recurso por meio do qual Deus providenciou proteção para os primogênitos que tinham sido condenados à morte (Êx 12). De acordo com as instruções de Deus, quem quisesse escapar da praga da morte dos primogênitos precisava sacrificar um animal, o que seria feito no pátio da casa. Em seguida, o sangue do animal deveria ser aplicado no batente da porta da casa. Os membros da família que então entrassem em casa passando pelo sangue encontravam ali a segurança prometida por Deus: “Quando o SENHOR passar pela terra para matar os egípcios, verá o sangue na viga superior e nas laterais da porta e passará sobre aquela porta, e não

permitirá que o destruidor entre na casa de vocês para matá-los” (Êx 12.23).

As palavras traduzidas por “passará sobre” significam literalmente “pairar sobre”. A imagem traçada é que, ao ver o sangue, o Senhor posicionou-se acima da porta a fim de proteger todos os que, pela fé, tinham buscado refúgio ao passar debaixo do sangue, afastando assim o destruidor que viera executar o juízo. Esse tipo de libertação da morte nunca tinha sido visto. Por isso, o povo que recebera essa instrução tinha de exercitar sua fé no Deus que prometera protegê-lo do juízo da morte. Moisés foi um dos que mostraram fé na provisão divina e encontraram libertação do juízo. A implicação disso para os leitores fica muito clara: caso, pela fé, se apropriassem das promessas de Deus, então seriam – como Moisés – libertos do juízo vindouro que cairia sobre aquela geração.

O exemplo final da fé de Moisés é a ocasião em que, obedecendo ao comando de Deus, “atravessou o mar Vermelho” (Hb 11.29). Para os filhos de Israel, passar pelo mar Vermelho foi um ato de fé, pois não tinham nenhuma experiência prévia nesse aspecto para fundamentar sua confiança. Em vez disso, tiveram de imitar a fé de Moisés e atravessar o mar Vermelho em obediência à ordem de Deus. Mais uma vez, a implicação é clara: se os israelitas encontraram libertação da escravidão por meio da fé em Deus e da obediência ao seu líder, os leitores também seriam libertos das circunstâncias que os oprimiam por meio da fé em Deus e da obediência aos seus líderes.

Fé exemplificada na época da conquista (11.30-31)

11.30-31 Pela fé caí ram os muros de Jericó, depois de serem rodeados durante sete dias. Pela fé a prostituta Raabe, por ter acolhido os espiões, não foi morta com os que haviam sido desobedientes.

O relatório trazido pelos dez espias depois de sua passagem pelo território dos cananeus (Nm 13.28-33) deixou muito claro que os israelitas eram incapazes de conquistar a terra, sujeitar seus habitantes e ocupar a área. Josué e Calebe exortaram o povo a fazer tudo isso pela fé nas promessas divinas e em obediência às ordens de Deus. Disseram: “Se o SENHOR se agradar de nós, ele nos fará entrar nessa terra, onde há leite e mel com fartura, e a dará a nós” (Nm 14.8). Mas, em vez de prosseguir pela fé, o povo se rebelou

contra Deus e, por causa da sua incredulidade, desobedeceu à ordem divina de ocupar a terra. Perderam assim as bênçãos da Terra Prometida.

Uma geração mais tarde, um povo renovado, liderado por Josué, agiu pela fé e, em obediência às ordens de Deus, entrou na terra que Deus dera como posse a Abraão e seus descendentes e a ocupou. Deus respondeu a essa fé abrindo-lhes um caminho pelas águas do rio Jordão para que pudessem entrar na terra (Js 3.14-17). Pela fé, aproximaram-se da cidade fortificada de Jericó, construída para proteger a terra contra invasores vindos do oriente. Jericó parecia inexpugnável. Mas, pela fé em Deus e pela obediência às suas ordens, a fortaleza caiu (Js 6.1-21).

Raabe ilustra o fato de que até mesmo uma gentia de caráter questionável podia ser liberta, pela fé, do juízo decretado sobre os moradores de Jericó. Os homens que Josué enviara para espionar a cidade (Js 2.1) descobriram que, por algum meio desconhecido, o conhecimento a respeito do Deus vivo e verdadeiro havia chegado até Raabe, pois ela confessou que “o SENHOR , o seu Deus, é Deus em cima nos céus e embaixo na terra” (Js 2.11). Ela também acreditava que o Deus a quem passara a adorar estava prestes a trazer juízo sobre sua cidade por meio de uma derrota total. Por isso, suplicou que sua vida e a de sua família fossem poupadas (Js 2.12-13). Josué ordenou então que, quando a cidade caísse, Raabe e sua família permanecessem vivas (Js 6.17).

☞ Para refletir ☞

Não há dúvida de que nossa confiança em Deus passa pelas suas provas mais difíceis quando nos vemos repentinamente em terreno desconhecido, enfrentando circunstâncias com as quais nunca lidamos. Nesses momentos, podemos olhar para Moisés, que, em uma situação desesperadamente desconhecida, obedeceu a Deus e avançou com firme confiança.

A veracidade da fé de Raabe ficou clara na proteção que ela concedeu aos espiões, e foi por causa dessa fé que ela foi poupada quando Jericó caiu. Raabe não foi salva do juízo por causa de suas obras, mas sua fé no Deus que trouxe o juízo é que permitiu que fosse salva na derrota da cidade. Raabe, que não pertencia ao povo das alianças, recebeu suas bênçãos com base no mesmo critério já

mentionado pelo autor: pela fé. Raabe acreditou em Deus e creu que a terra seria entregue aos israelitas, de acordo com as promessas divinas. Os moradores de Jericó tinham recebido o mesmo testemunho, mas, ao contrário de Raabe, foram “incrédulos” (Hb 11.31, ARC). Não tiveram fé, e assim foram entregues ao juízo. Esse registro mostra que a fé opera da mesma maneira para todas as pessoas, não importa se elas estão debaixo da aliança ou não. Também mostra que falta de fé é base para o juízo.

Fé exemplificada nas provações (11.32-38)

11.32-38 Que mais direi? Não tenho tempo para falar de Gideão, Baraque, Sansão, Jefté, Davi, Samuel e os profetas, os quais pela fé conquistaram reinos, praticaram a justiça, alcançaram o cumprimento de promessas, fecharam a boca de leões, apagaram o poder do fogo e escaparam do fio da espada; da fraqueza tiraram força, tornaram-se poderosos na batalha e puseram em fuga exércitos estrangeiros. Houve mulheres que, pela ressurreição, tiveram de volta os seus mortos. Uns foram torturados e recusaram ser libertados, para poderem alcançar uma ressurreição superior; outros enfrentaram zombaria e açoites; outros ainda foram acorrentados e colocados na prisão, apedrejados, serrados ao meio, postos à prova, mortos ao fio da espada. Andaram errantes, vestidos de pele de ovelhas e de cabras, necessitados, afligidos e maltratados. O mundo não era digno deles. Vagaram pelos desertos e montes, pelas cavernas e grutas.

Depois de conduzir seus leitores pelo período dos patriarcas e pela época da conquista da terra, agora o autor avança pelo tempo dos juizes, dos reis e dos profetas, a fim de mostrar que o princípio da fé se estende por toda a história de Israel.

A vitória de Gideão sobre os midianitas é mais um exemplo da suficiência da fé em meio a conflitos. Quando foi escolhido pelo Senhor para libertar Israel dos midianitas (Jz 6.14), Gideão presumiu que seria necessário reunir um exército enorme para derrotar o inimigo. Mas, se um exército de milhares de soldados tivesse obtido sucesso nessa guerra, a própria nação de Israel teria assumido o crédito por sua vitória (Jz 7.2). Assim, o efetivo foi diminuído até que restassem apenas 300 homens (Jz 7.8). Diante de suas chances ínfimas, Gideão exercitou fé em Deus (Jz 7.15) e foi para a batalha. Sua fé inabalável produziu a obediência que levou à vitória.

Quando Sísera, capitão do exército de Jabim, rei de Canaã, ameaçou Israel, Deus prometeu a Débora que entregaria os inimigos nas suas mãos (Jz 4.7). Pela fé – a fé no Deus que fizera a promessa de que “este é o dia em que o SENHOR entregou Sísera em suas mãos. O SENHOR está indo à sua frente!” (Jz 4.14) –, Baraque liderou dez mil homens das tribos de Naftali e Zebulom à luta contra Sísera. Deus honrou a fé de Débora e de Baraque e “derrotou Sísera e todos os seus carros de guerra e o seu exército ao fio da espada” (Jz 4.15). Mais uma vez, a fé triunfou em meio às adversidades.

Quando os filisteus ocuparam Judá e ameaçaram sua existência (Jz 15.9), Sansão atacou as forças inimigas com nada mais que uma queixada de jumento (Jz 15.15) e matou mil homens. Evidentemente, o Espírito do Senhor estava sobre Sansão nesse conflito, assim como estivera com ele antes quando deparou com um leão (Jz 14.5-6). O Espírito do Senhor dará vitória a qualquer um que andar e lutar pela fé.

☞ Para refletir ☞

Em nossa experiência de continuar avançando pela fé, a despeito das circunstâncias, podemos descobrir que Deus talvez não cumpra seu propósito da forma que imaginamos. Talvez passemos até por um período de aparente perda antes de chegar ao ponto em que ele resolverá nossos problemas.

Quando os amonitas entraram em guerra com Israel (Jz 11.4), os líderes convidaram Jefté para comandá-los na luta (Jz 11.11). No poder do Espírito do Senhor (Jz 11.29), Jefté enfrentou os inimigos na batalha “e o SENHOR os entregou nas suas mãos. Ele conquistou vinte cidades... Assim os amonitas foram subjugados pelos israelitas” (Jz 11.32-33).

Davi é outro exemplo da paciente perseverança que a fé produz. Samuel recebeu a ordem do Senhor para que ungisse Davi como rei (1Sm 16.12-13). Só muitos anos depois, porém, Davi foi coroado rei de Judá (2Sm 2.4) e depois sobre todas as tribos de Israel (2Sm 5.3). Assim, ele precisou exercitar perseverança e paciência enquanto aguardava pelo cumprimento do que Deus prometera. Seu reinado envolveu muitos conflitos. Houve problemas dentro da família. Havia dificuldades na nação. Houve guerras com as nações vizinhas. Consequentemente, Davi foi levado a montar um enorme

exército para enfrentar seus inimigos no campo de batalha (2Sm 8). Em todos esses conflitos, ele foi sustentado pela fé e triunfou por meio da fé.

Antes da escolha de Samuel como profeta de Deus (1Sm 3.20-21), os sacerdotes levíticos serviam como mediadores entre Deus e o homem. O sacerdote era o porta-voz do Senhor em Israel. Mas, com a escolha de Samuel para a função de profeta, Deus passou a canalizar sua revelação à nação por meio daqueles que desempenhavam essa função. Samuel também foi escolhido para ser juiz em Israel (1Sm 7.15-17). Seu papel como profeta/juiz foi caracterizado por sua pronta obediência à vontade de Deus que lhe era revelada. Tal obediência era resultado de sua fé. A fé de Samuel produziu justiça em sua vida, de forma que ninguém conseguia encontrar falta nenhuma nele (1Sm 12.1-5). Como intercessor da nação diante de Deus, Samuel reconheceu a necessidade de ser fiel como mediador e considerava ser pecado não orar continuamente pelo povo. Em seu papel de representante divino diante do povo, Samuel tornou-se seu mestre (1Sm 12.23). Dessa forma, vemos que a fé gerou fidelidade e justiça nesse homem separado por Deus para ser profeta.

A fidelidade que caracterizou Samuel, o primeiro profeta, diz o escritor, também caracterizou seus sucessores nos anos seguintes. Em Hebreus 11.33-38, o escritor, sem citar referências específicas, mostra o que a fé produz em quem passa por severas aflições, adversidades e provações. Ao listar essas experiências, enfatiza que as provações não devem anular a fé, mas fortalecê-la. A fé não é apenas testada pelas provas, mas fortalecida por elas. Sem dúvida, aqui o autor tem em mente as experiências de seus leitores. Ele quer que a fé deles seja reforçada pelas dificuldades que enfrentam, da mesma forma que ela trouxe vitórias militares a Israel.

A fé sempre produziu uma vida justa que agrada a Deus. Pela fé, muitos experimentaram o cumprimento das promessas de Deus. Ela libertou de danos físicos. Fechou a boca de leões. Pela fé, filhos de Deus foram salvos do fogo ou da espada. Pela fé, fraqueza tornou-se força. Houve até quem se sujeitasse voluntariamente a torturas em vez de tentar encontrar uma forma de escape. Essa tortura pode ter

sido emocional, mediante zombaria, ou física, se a pessoa foi flagelada ou mesmo presa.

Houve os que, pela fé, testemunharam a ressurreição de mortos (1Rs 17.17-23; 2Rs 4.17-37; Lc 7.11-15; Jo 11; At 9.36-41). Nas Escrituras, os milagres de ressurreição representam o ápice do que pode ser obtido pela fé, visto que a fé triunfa sobre a morte para aqueles que, pela fé, aceitam a morte (Hb 11.37). Outros foram proscritos de suas comunidades por causa da fé. Tornaram-se peregrinos e passaram a viver em pobreza. Não tinham casa e viviam isolados em grutas e cavernas.

Ao escrever, o autor deve ter percebido muitos paralelos entre suas referências e as experiências de seus leitores. Muitos deles tinham sido banidos da sociedade, perderam trabalho e foram reduzidos à miséria. Muitos que tinham sido ricos agora eram indigentes. Tinha sido expostos a escárnio e prisão. Mas ainda não tinham sacrificado sua vida por causa da sua fé em Cristo.

☞ Para refletir ☞

Tiago 1.2-4 apoia o argumento de que as provações deveriam fortalecer nossa fé. É uma perspectiva difícil de manter no meio das dificuldades, mas ainda assim é verdade.

A vitória da fé (11.39-40)

11.39-40 Todos esses receberam bom testemunho por meio da fé; no entanto, nenhum deles recebeu o que havia sido prometido. Deus havia planejado algo melhor para nós, para que conosco fossem eles aperfeiçoados.

O escritor percorreu toda a gama de experiências humanas para mostrar que a fé pode triunfar em qualquer circunstância. Quem passou por elas precisava demonstrar perseverança e paciência, pois “nenhum deles recebeu o que havia sido prometido” (11.39). Durante essas fases de prova de fé, esperavam pelo que Deus lhes prometera. O destino que Deus prometeu a Abraão (11.10) sustentou-o em meio ao seu sofrimento. E os leitores dessa carta eram participantes da mesma promessa. Por isso, o escritor encorajou-os a se apropriarem dela pela fé e serem perseverantes. Afinal, se essa expectativa conseguia sustentar os que tinham sofrido conforme descrevem os versículos 33-38, ela certamente conseguiria sustentá-los em seus conflitos atuais. As provações que

seus ancestrais passaram não os levaram a abandonar a fé nem a deixar de andar por ela. Antes, viveram pela fé e foram pacientes e perseverantes, aguardando pelo cumprimento da promessa de Deus.

Da mesma forma, os leitores da carta devem manifestar paciência em seus sofrimentos, até que recebam o cumprimento da promessa de Deus. Se seus antepassados já tivessem recebido o que esperavam, de forma que a promessa estivesse exaurida, não teria restado nada para os leitores da carta aguardarem. Mas, como seus antepassados ainda não tinham recebido aquilo pelo que aguardavam, os leitores deveriam imitar sua perseverança e paciência. A unidade do plano de Deus exige que todos os seus filhos assumam sua herança juntos. Pela fé, nós e eles aguardamos, juntos, pela consumação da promessa. E, ainda que os leitores originais da carta estivessem de fato sofrendo, suas dificuldades não se comparavam às aflições daqueles que vieram antes deles. Se a fé sustentou seus ancestrais, certamente os sustentaria também – e sustentará também a nós.

☞ Para refletir ☞

A questão do “misturar-se ao mundo” é um bom tema para desafiar os cristãos da geração mais nova. Muitos jovens anseiam por ouvir que é normal ser zombado, ridicularizado e até fisicamente maltratado por sua fé em Cristo. Saber que a perseguição é algo que os ajudará a amadurecer é muito mais motivador do que desanimador.

Exortação à perseverança paciente (12.1-29)

A exortação (12.1)

12.1 Portanto, também nós, uma vez que estamos rodeados por tão grande nuvem de testemunhas, livremo-nos de tudo o que nos atrapalha e do pecado que nos envolve e corramos com perseverança a corrida que nos é proposta.

Agora o escritor passa a aplicar, com muita precisão, a verdade apresentada no capítulo 11. A palavra “portanto” (12.1) introduz a aplicação. A base para seu apelo é o fato de que “estamos rodeados por tão grande nuvem de testemunhas”. Ele imagina seus leitores como participantes de uma maratona. A corrida começou, mas ainda não terminou. O que motiva o corredor é estar rodeado “por tão

grande nuvem de testemunhas”. Elas não são espectadoras que observam nosso desempenho na corrida nem se conseguimos alcançar a linha de chegada. Antes, testemunham *a nós* a respeito da vida de fé. As testemunhas são todos aqueles que foram apresentados no capítulo anterior. Elas comprovam a suficiência da fé, demonstram que ela produz perseverança e paciência, que resulta em obediência e que não vacila diante das provações. Não há necessidade de nenhuma outra prova para mostrar que a fé sustentará o corredor ao longo do percurso, até que chegue no final. Com base nisso, o autor faz, então, três exortações.

Em primeiro lugar, os leitores são exortados a livrar-se “de tudo o que nos atrapalha”. Para um corredor, esse peso pode ser tanto excesso de gordura corporal quanto uma carga cansativa. A expressão “livremo-nos” transmite a ideia de tirar um roupão ou capa. Se alguém deseja chegar ao alvo da corrida iniciada, precisará abandonar qualquer embaraço. Por isso, ele terá de emagrecer até atingir o peso desejado e tirar todas as peças de roupa que possam atrapalhar seu progresso.

A segunda exortação é para deixar de lado o “pecado que nos envolve”. Embora seja verdade que qualquer pecado impede o avanço do competidor, o fato de o escritor se referir especificamente a “o pecado” (ARC) sugere que ele tinha em mente o pecado da incredulidade (10.38-39). A palavra traduzida por “envolve” é um termo composto que significa literalmente “estar à nossa volta”. Da mesma forma que o corredor está cercado por uma multidão de testemunhas que falam da validade da fé, a incredulidade também nos cerca e tenta nos induzir a abandonar a fé. No momento em que o corredor perde a certeza de que terminará a corrida, ele começa a duvidar de que será capaz de fazê-lo. E então facilmente desiste.

A terceira exortação é para que “corramos com perseverança a corrida que nos é proposta”. A fé dá ao corredor a certeza de que ele terminará o percurso e alcançará o alvo, que é a maturidade (Hb 6.1). Não se trata de uma corrida de velocidade, em que se chega ao destino em pouco tempo. Antes, é uma maratona prolongada, que abrange toda a nossa vida. Assim, o autor não nos exorta a correr com fé, mas a correr com perseverança gerada pela fé.

O exemplo de Cristo (12.2-4)

12.2-4 Tendo os olhos fitos em Jesus, autor e consumidor da nossa fé. Ele, pela alegria que lhe fora proposta, suportou a cruz, desprezando a vergonha, e assentou-se à direita do trono de Deus. Pensem bem naquele que suportou tal oposição dos pecadores contra si mesmo, para que vocês não se cansem nem desanimem. Na luta contra o pecado, vocês ainda não resistiram até o ponto de derramar o próprio sangue.

☞ Para refletir ☞

Se você gosta de correr, jogar tênis ou praticar algum outro tipo de esporte, tente este experimento: da próxima vez que for se exercitar, leve uma mochila cheia de livros nas costas (só não faça isso se for nadar). Então, sempre que se incomodar com o peso da mochila atrapalhando sua performance, lembre-se: “Esse é o efeito que o pecado tem sobre a minha vida cristã”.

O autor usa a expressão “tendo os olhos fitos em Jesus” para descrever a atitude contínua que seus leitores devem adotar ao correr. Como todo atleta corre em direção a um alvo, alguns sugerem que o próprio Jesus é o alvo; e, uma vez que estamos em busca de maturidade, que é encontrada em Cristo, isso parece uma explicação razoável. No entanto, o autor continua seu raciocínio apontando para Jesus como aquele que demonstrou paciente perseverança em tudo o que sofreu. Portanto, devemos seguir seu exemplo. É significativo que o autor use o nome “Jesus”, que enfatiza a verdadeira humanidade daquele que devemos contemplar enquanto corremos. Já que o autor citou tantos santos do Antigo Testamento que correram com paciente perseverança, os leitores poderiam se sentir tentados a usá-los como exemplos ideais. No entanto, quase todas as pessoas citadas como testemunhas de uma vida de fé também tiveram seus defeitos, de forma que não poderiam ser exemplos perfeitos. Jesus, por sua vez, exemplificou de forma perfeita o que é ser perseverante, paciente e obediente. A palavra traduzida por “tendo os olhos fitos” implica a ideia de dar as costas aos demais, para que estes não sirvam de exemplo para nós no lugar de Jesus. Dessa forma, concluímos que os santos anteriormente citados não deveriam ser considerados como exemplos de fé, mas como testemunhas da perseverança paciente produzida pela fé. O fato de Jesus ser mencionado aqui tanto como autor da fé quanto como

aquele que a leva à plena expressão enfatiza o exemplo perfeito deixado por aquele para quem os fiéis devem olhar.

Não há exemplo maior de paciente perseverança no sofrimento do que Jesus, seja durante o julgamento, seja na sua crucificação. O profeta Isaías afirmou a respeito dele: “Ele foi oprimido e afligido; e, contudo, não abriu a sua boca; como um cordeiro, foi levado para o matadouro; e, como uma ovelha que diante de seus tosquiadores fica calada, ele não abriu a sua boca” (Is 53.7). Pedro testemunhou a respeito da perseverança de Cristo em seu sofrimento ao dizer que “também Cristo sofreu no lugar de vocês, deixando exemplo, para que sigam os seus passos. ‘Ele não cometeu pecado algum, e nenhum engano foi encontrado em sua boca.’ Quando insultado, não revidava; quando sofria, não fazia ameaças, mas entregava-se àquele que julga com justiça” (1Pe 2.21-23).

O que motivava Jesus em seu sofrimento era a “alegria que lhe fora proposta”. Sua grande alegria era submeter-se sem reservas à vontade de seu Pai. Seu prazer brotava de sua obediência. Paulo referiu-se a isso ao dizer que Cristo “humilhou-se a si mesmo e foi obediente até a morte, e morte de cruz!” (Fp 2.8). Seu pedido para que fosse restaurado à glória que tinha com o Pai desde a eternidade passada (Jo 17.5) foi respondido por causa da sua entrega à vontade de Deus. O Senhor honrou a obediência e a perseverança de seu Filho entronizando-o à sua direita. Paulo diz que a consequência da obediência de Jesus foi que “Deus o exaltou à mais alta posição e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai” (Fp 2.9-11). A cruz, que era símbolo de vergonha entre os homens, tornou-se fonte de alegria incomparável para o Filho de Deus.

Para que Jesus pudesse demonstrar perseverança e paciência, foi necessário que ele sofresse morte espiritual e física a fim de operar salvação para os pecadores. O autor destaca que, por mais extenuantes que os cristãos oprimidos considerem suas aflições, eles não foram chamados a sofrer pela vontade de Deus da mesma forma que Jesus o foi (12.3-4). Embora seja verdade que alguns seguidores, como Estêvão e Tiago, foram chamados a sofrer morte

física, estes pertenciam a uma geração anterior. Infere-se assim que os sofrimentos da igreja da segunda geração não eram tão severos quanto os experimentados pela primeira geração e, com certeza, não tão duros quanto os padecimentos de Jesus. Por isso, deviam olhar para a perseverança dele como o exemplo a seguir.

☞ Para refletir ☞

Embora não seja possível realmente aplicar as Escrituras de forma prática sem antes descobrir o que elas dizem de fato, também não deveríamos estudar a Palavra de Deus sem explorar os efeitos que ela deveria ter sobre nossa vida. Não se trata de fazer “um ou outro”, mas “ambos”. É a união perfeita entre a forma em que deveríamos trabalhar com a Palavra de Deus e a forma em que a Palavra de Deus deveria trabalhar em nós.

Explicação sobre a disciplina (12.5-11)

12.5-11 Vocês se esqueceram da palavra de ânimo que ele dirige a vocês como a filhos: “Meu filho, não despreze a disciplina do Senhor nem se magoe com a sua repreensão, pois o Senhor disciplina a quem ama, e castiga todo aquele a quem aceita como filho”. Suportem as dificuldades, recebendo-as como disciplina; Deus os trata como filhos. Ora, qual o filho que não é disciplinado por seu pai? Se vocês não são disciplinados, e a disciplina é para todos os filhos, então vocês não são filhos legítimos, mas sim ilegítimos. Além disso, tínhamos pais humanos que nos disciplinavam e nós os respeitávamos. Quanto mais devemos submeter-nos ao Pai dos espíritos, para assim vivermos! Nossos pais nos disciplinavam por curto período, segundo lhes parecia melhor; mas Deus nos disciplina para o nosso bem, para que participemos da sua santidade. Nenhuma disciplina parece ser motivo de alegria no momento, mas sim de tristeza. Mais tarde, porém, produz fruto de justiça e paz para aqueles que por ela foram exercitados.

Nos versículos 5-11, o escritor passa a mostrar os benefícios reservados para os crentes que suportarem seu sofrimento com paciência. Ao repreendê-los para que “não despreze[m] a disciplina do Senhor”, ele está inferindo que na verdade é isso que eles estão fazendo, e que essa atitude é algo que ele deseja desencorajar. A palavra “despreze” incorpora a ideia de não levar a sério ou desconsiderar sua seriedade. Isso implica que não estavam enxergando nenhuma vantagem nas experiências enfrentadas. Para

combater esse pensamento, o escritor cita Provérbios 3.11-12 para levar os irmãos em sofrimento a encarar suas aflições como prova do amor de um pai por seus filhos. Em vez de desprezarem sua disciplina ou ficarem desanimados com o sofrimento, deveriam recebê-lo de boa vontade, como garantia de que eram, de fato, filhos de Deus, já que o Senhor disciplina apenas seus próprios filhos.

✞ Para refletir ✞

Ainda que muitos dos benefícios posicionais da vida cristã sejam “instantâneos”, a Bíblia refere-se repetidamente à experiência cristã como um processo longo e constante que requer “perseverança”. Tome cuidado com qualquer grupo que prometer espiritualidade “instantânea” por meio de determinadas práticas ou experiências; em vez disso, prepare seu coração e sua mente para o longo prazo. É uma viagem que vale a pena fazer.

Nesse ponto, é importante distinguir entre punir e disciplinar. Punição é retribuição pelo mal praticado. Deus nunca pune seus filhos por suas iniquidades, porque todo o pagamento pelo pecado foi realizado por Jesus Cristo na cruz: “Portanto, agora já não há condenação para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8.1). Assim, nenhum filho de Deus precisa temer a punição do Senhor.

Disciplina ou correção, por outro lado, tem como objetivo o treinamento moral. É um recurso pedagógico usado para moldar uma criança de acordo com os padrões ou expectativas de seu pai. E, assim como disciplinar os filhos é responsabilidade dos pais terrenos, também Deus, nosso Pai, corrige a nós, os seus filhos. A ausência de qualquer disciplina indicaria que não somos seus filhos. Por isso, correção ou disciplina devem ser vistos como prova da nossa filiação. Além disso, a disciplina é uma evidência do amor do Pai. Ela pode ter diferentes níveis de intensidade, como sugere o contraste entre disciplina e castigo (12.6). Eles não diferem em essência, mas em grau ou intensidade. Deus pode começar o processo de disciplina de forma bem suave, aumentando a intensidade dela apenas quando o filho disciplinado lhe resiste. Quando a causa para a disciplina é removida ou a correção atinge o propósito desejado, ela será encerrada. Se o filho de Deus se mantiver endurecido, a disciplina final de Deus pode chegar a levar o

indivíduo da sua vida aqui na terra e transferi-lo para a glória, onde o processo de aperfeiçoamento será completado (1Jo 5.16).

☞ Para refletir ☞

Um dos erros mais perigosos que o marinheiro de um pescueiro comercial pode cometer é deixar que seu pé ou tornozelo fique preso no cabo das pesadas redes quando estas são lançadas ao mar. Enredar-se desse jeito pode resultar imediatamente em lesão ou morte. Os efeitos de enrolar-se no pecado são igualmente sérios para nossa vida espiritual. Se você está se deixando prender lentamente por práticas, tendências ou relacionamentos pecaminosos, abandone-os imediatamente. O desconforto temporário será bem mais fácil de suportar que as consequências de longo prazo de continuar em pecado.

O filho humano que é disciplinado respeitará e honrará o pai que foi fiel à sua responsabilidade de corrigi-lo. A aplicação é óbvia: “Quanto mais devemos submeter-nos ao Pai dos espíritos, para assim vivermos!” (Hb 12.9b). Isso enfatiza o espírito com o qual deveríamos receber toda e qualquer disciplina. Se essa atitude caracterizar quem estiver sofrendo, tais pessoas tirarão proveito de suas experiências atuais. A disciplina do pai terreno é temporal e breve. Mas o autor não faz qualquer referência ao aspecto temporal da disciplina divina, pois ela pode continuar até que atinja o propósito desejado. Portanto, quanto antes a pessoa se submeter à disciplina de Deus e aprender com ela, mais cedo o processo de correção deverá terminar. A disciplina de Deus pode, de fato, ser dolorosa, mas é possível suportá-la com paciência por causa do propósito que ela almeja.

A disciplina divina não é prova da ira de Deus, mas se destina “para o nosso bem” (12.10). O autor faz duas declarações significativas para mostrar o resultado que se alcança ao suportar a prova com paciência. Em primeiro lugar, serve “para que participemos da sua santidade” (12.10). Em segundo lugar, “produz fruto de justiça e paz” (12.11). Santidade tem a ver com o caráter essencial do indivíduo, enquanto justiça é a manifestação exterior desse caráter. Participar da sua santidade e manifestar fruto de justiça e paz é demonstrar a perfeição ou maturidade que constitui o alvo colocado diante de nós (12.1). Dessa forma, o sofrimento é, ao que tudo indica, pré-requisito necessário para atingir a maturidade.

☞ Para refletir ☞

Ainda que esse conceito não seja muito popular nem ensinado com frequência hoje em dia, a Bíblia diz claramente que Deus pode escolher tirar da vida na terra um filho que permanece desobediente. Isso não nos deve forçar à submissão por medo, mas nos motivar a estar entre seus filhos obedientes, sensíveis e responsáveis, que trazem glória ao nome do Senhor.

Ao referir-se aos “que por ela foram exercitados”, o escritor usa a mesma palavra de 5.14, onde escreveu que “alimento sólido é para os adultos, os quais, pelo exercício constante, tornaram-se aptos para discernir tanto o bem quanto o mal”. Nas duas passagens, o Novo Testamento usa o mesmo termo (aqui traduzido como “exercitados” e “exercício”), sugerindo que a disciplina se destina a nos levar à maturidade.

O dever daquele que crê (12.12-17)

12.12-17 Portanto, fortaleçam as mãos enfraquecidas e os joelhos vacilantes. “Façam caminhos retos para os seus pés”, para que o manco não se desvie; antes, seja curado. Esforcem-se para viver em paz com todos e para serem santos; sem santidade ninguém verá o Senhor. Cuidem que ninguém se exclua da graça de Deus; que nenhuma raiz de amargura brote e cause perturbação, contaminando muitos; que não haja nenhum imoral ou profano, como Esaú, que por uma única refeição vendeu os seus direitos de herança como filho mais velho. Como vocês sabem, posteriormente, quando quis herdar a bênção, foi rejeitado; e não teve como alterar a sua decisão, embora buscasse a bênção com lágrimas.

A disciplina é a base para termos certeza da nossa filiação, já que o Pai celestial só disciplina seus próprios filhos. Toda correção é administrada não em ira, mas em amor. Quando a recebemos com a atitude correta, ela nos tornará participantes da santidade de Deus e produzirá em nós fruto de justiça e paz. Isso coloca uma obrigação específica sobre cada cristão. A palavra “portanto” no versículo 12 introduz esse dever.

Em primeiro lugar, o apóstolo destaca a obrigação daqueles que exercitam perseverança e paciência em relação àqueles que estão se sentindo sobrecarregados por suas experiências. A metáfora do maratonista discutida em 12.1 continua valendo aqui. Nessa corrida,

há participantes que já estão tão cansados que os braços pendem enfraquecidos. Estão a ponto de cair, de tão exaustos. Por isso, é privilégio e dever de quem corre com paciência identificar-se com os fracos a ponto de compartilhar suas forças com eles. Ao proporcionar “caminhos retos”, aqueles que perseveram com paciência ajudam os cansados a não se desviarem do curso certo. Isso também inclui a ideia de eliminar qualquer obstáculo que possa provocar uma lesão no corredor. Tanto a fraqueza como uma lesão podem eliminar um participante da corrida. O escritor usa a ilustração do corpo para mostrar a responsabilidade de um membro para com outro. Isso está em harmonia perfeita com o ensino de Paulo em 1Coríntios 12.12-31. A postura de exaustão física descrita no versículo 12 sugere a situação atual de alguns dos corredores, enquanto o fazer “caminhos retos” prevê o que pode estar diante de um colega participante. Quem está buscando maturidade oferecerá ajuda a quem corre o risco de não chegar ao alvo.

☞ Para refletir ☞

Na vida cristã, há uma relação inegável entre alegria e obediência. Se lhe falta alegria, comece analisando a sua obediência ao Senhor.

Em seguida, o autor mostra a obrigação do indivíduo em relação a si mesmo em sua corrida perseverante. Ele não deve ficar tão preocupado com a fraqueza do outro a ponto de perder de vista o alvo à sua frente. Quando enfrentamos dificuldades, somos tentados a antagonizar nossos adversários. No entanto, essa atitude nos impede de cumprir a prescrição bíblica: “Amados, nunca procurem vingar-se... ‘Se o seu inimigo tiver fome, dê-lhe de comer; se tiver sede, dê-lhe de beber. Fazendo isso, você amontoará brasas vivas sobre a cabeça dele’. Não se deixem vencer pelo mal, mas vençam o mal com o bem” (Rm 12.19-21). Cristo ordenou: “Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem, para que vocês venham a ser filhos de seu Pai que está nos céus” (Mt 5.44-45). Deus é santo, e sua santidade se manifesta em amar os inimigos. O filho de Deus demonstrará que é participante da santidade de Deus ao amar seus inimigos, e manifestar essas qualidades de caráter é evidência de que a pessoa está avançando para a maturidade.

☞ Para refletir ☞

Responder à disciplina de Deus com gratidão em vez de amargura é um desafio duro. É por isso que somos admoestados a olhar para ela pela perspectiva do amor de Deus por nós, como um pai que disciplina seu filho para mantê-lo longe da rua ou para ajudá-lo a aprender obediência. Para responder à questão do “por que eu preciso passar pela disciplina de Deus, se os injustos parecem não sofrer nada?": Deus nem se preocupa em disciplinar quem não lhe pertence.

Agora, porém, o apóstolo faz uma advertência. Mesmo quem perseverou com paciência no sofrimento ainda pode “se exclu[ir] da graça de Deus”. O escritor vê três perigos para o crente. O primeiro é fracassar em avançar em direção à maturidade. Anteriormente, ele já dissera: “Assim, aproximemo-nos do trono da graça com toda a confiança, a fim de recebermos misericórdia e encontrarmos graça que nos ajude no momento da necessidade” (4.16). Essa graça é a promessa de capacitação divina para enfrentar qualquer circunstância. Mas há o perigo de que o crente fique tão preocupado com as circunstâncias que deixe de buscar refúgio na graça de Deus, de forma que seja capacitado para suportar sua adversidade.

Depois, o crente corre um segundo risco: o de ficar amargurado. Isso seria fracassar em seguir outra instrução: “Esforcem-se para viver em paz com todos e para serem santos...” (12.14). Isso pode dar início a um processo lento, que vai crescendo e se desenvolvendo gradualmente, até que a amargura passe a caracterizar o indivíduo. E essa atitude não afetaria apenas a própria pessoa, mas influenciaria muitos a também ficarem amargurados.

Isso leva a um terceiro perigo, que é muito bem ilustrado pela experiência de Esaú (Gn 25.27-34). Para satisfazer seu apetite físico, Esaú entregou voluntariamente todos os privilégios e bênçãos que ele herdaria como um filho da aliança. Esaú é chamado de “imoral” não no aspecto sexual, mas porque vivia para satisfazer seus apetites carnis. A gratificação física do alimento que recebeu de Jacó foi muito breve, enquanto os benefícios de se apropriar das bênçãos prometidas teriam sido eternos. Mais tarde ele percebeu o que perdera e suplicou pelas bênçãos da aliança com “um forte grito... cheio de amargura” (Gn 27.34). Mas, como Isaque já abençoara a Jacó, as lágrimas de Esaú foram em vão. Ainda que Esaú tenha mudado de ideia, para Isaque era impossível voltar atrás na bênção proferida sobre Jacó, a fim de passá-la para Esaú. Assim,

Esaú teve de aceitar que Isaque “não teve como alterar a sua decisão”. A decisão de trocar as bênçãos da aliança de Deus pela satisfação física determinou o futuro de Esaú.

A aplicação para os leitores de Hebreus é muito clara. Se não nos valermos da graciosa provisão de Deus que nos dá força em meio ao conflito e ficarmos amargurados por causa das circunstâncias, trocando bênçãos espirituais pelo alívio momentâneo do sofrimento físico, cairemos – como os leitores já foram alertados no capítulo 6 – na imaturidade. E esse estado pode muito bem ser tal que impossibilitará que sejamos restaurados às mesmas bênçãos desfrutadas por aqueles que, com paciência e perseverança, progridem para a maturidade.

Um refúgio para os que são provados (12.18-24)

12.18-24 Vocês não chegaram ao monte que se podia tocar, e que estava em chamas, nem às trevas, à escuridão, nem à tempestade, ao soar da trombeta e ao som de palavras tais que os ouvintes rogaram que nada mais lhes fosse dito; pois não podiam suportar o que lhes estava sendo ordenado: “Até um animal, se tocar no monte, deve ser apedrejado”. O espetáculo era tão terrível que até Moisés disse: “Estou apavorado e trêmulo!” Mas vocês chegaram ao monte Sião, à Jerusalém celestial, à cidade do Deus vivo. Chegaram aos milhares de milhares de anjos em alegre reunião, à igreja dos primogênitos, cujos nomes estão escritos nos céus. Vocês chegaram a Deus, juiz de todos os homens, aos espíritos dos justos aperfeiçoados, a Jesus, mediador de uma nova aliança, e ao sangue aspergido, que fala melhor do que o sangue de Abel.

☞ Para refletir ☞

Novamente, santidade e justiça estão inseparavelmente ligadas ao processo de amadurecimento espiritual. Como esse é um verdadeiro processo de crescimento espiritual, cada vez que comprometemos a santidade de Deus com nosso modo de vida estamos nos prejudicando muito mais do que nos ajudando. Isso inclui tanto as “grandes coisas” – como infidelidade ou atividade criminal – quanto as “pequenas coisas”, como fofoca, mentira ou desonestidade.

Os que estavam passando por perseguição intensa precisavam de um lugar onde se refugiar. Alguns pensavam que esse refúgio estaria no retorno às formas exteriores do judaísmo, de forma que quem passara a persegui-los depois do seu batismo público esquecesse

que tinham cortado os laços com o antigo sistema. A Lei dada a Israel no Sinai era uma manifestação da gloriosa santidade que pertencia ao Deus que se revelara ao povo da sua aliança. Mas, ao voltar seus pensamentos novamente para Êxodo 20.18-19, o escritor lembra a seus leitores que, no momento da promulgação da Lei, o povo ficou dominado pelo medo por causa do fogo, das trevas, da escuridão, da tempestade e do som da trombeta, levando-os a fugir da presença do Senhor. Não tinham experimentado quietude, descanso e paz, mas um pavor esmagador. O Deus que se revelara no Sinai era tão inacessível que tinha dado instruções para que qualquer animal que tocasse a montanha fosse executado (Êx 19.12-13). O povo ficou com tanto medo desse Deus que suplicou para que sua voz se silenciasse (Êx 20.18-19). E essa reação não veio apenas do povo, mas até do próprio Moisés – a despeito de tudo o que Deus já lhe revelara até ali (Hb 12.21). O autor argumenta então que, se a pessoa voltasse a buscar refúgio na Lei, ela não encontraria a paz e o descanso desejados, mas, como Moisés, sentiria um pavor opressivo.

A palavra “mas” em 12.22 introduz o contraste para o refúgio oferecido aos crentes. Eles não se aproximam de um Sinai terreno, mas do monte Sião celestial. Não chegam a uma cidade que é orgulho de homens, mas à cidade do Deus vivo. Não entram em uma Jerusalém terrena, fundada por Davi como capital de seu reino, mas na Jerusalém celestial. A Jerusalém terrena – com seu templo ao qual alguns se sentiam tentados a retornar – era habitada por multidões que, por rejeitarem Cristo, tinham se declarado seus inimigos. Mas os habitantes dessa cidade celestial são bem diferentes. Moram ali “milhares de milhares de anjos”, uma vasta multidão de seres angelicais não caídos.

☞ Para refletir ☞

A Escritura deixa claro que a igreja não deve ser um “exército que executa seus feridos”. A prolongada discussão sobre a maturidade cristã aqui em Hebreus indica que um dos resultados mais visíveis, importantes e imediatos da maturidade é que o cristão passa a ajudar outros cristãos em dificuldade. Ele não critica, não condena, não menospreza – mas ajuda.

Mais do que isso, essa cidade é a morada da “igreja dos primogênitos, cujos nomes estão escritos nos céus”. Essa descrição refere-se a todos os crentes da presente era, que começou no dia de Pentecostes e continua até que os santos sejam transportados deste mundo para a glória (1Ts 4.13-17). Estarão ali também os “espíritos dos justos aperfeiçoados”. Esses são os santos do Antigo Testamento, em conjunto com os santos da tribulação, que serão ressuscitados e arrebatados para lá na segunda vinda de Cristo à terra (Is 26.19-20; Dn 12.1-2; Ap 20.6).

Todos eles estão na presença de “Deus, juiz de todos os homens”, na companhia de “Jesus, mediador de uma nova aliança”. Essa cidade é o lugar que o Senhor descreveu como a “casa de meu Pai” (Jo 14.2). Esse é o lugar que os cristãos compartilharão com Cristo (Jo 14.3). João descreve-a como “a Cidade Santa, a nova Jerusalém” (Ap 21.1-8), a habitação eterna de todos os redimidos de todas as eras. Essa é a cidade pela qual Abraão esperava (Hb 11.10), na qual “o tabernáculo de Deus está com os homens, com os quais ele viverá. Eles serão os seus povos; o próprio Deus estará com eles e será o seu Deus” (Ap 21.3).

Cristo declarou: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem ao Pai, a não ser por mim” (Jo 14.6). Assim, o escritor de Hebreus nos lembra que os cristãos entrarão nessa cidade com base no sangue da nova aliança (12.24). Abel ofereceu um sacrifício aceitável com sangue animal, mas Jesus Cristo ofereceu sangue superior, que se tornou o fundamento de um refúgio superior, pois ele entregou seu próprio sangue. Esse não resulta em medo e vontade de fugir, como a revelação de Deus no Sinai. O sangue da nova aliança dá descanso e paz.

☞ Para refletir ☞

Com frequência, avaliamos nosso progresso espiritual comparando-nos com outros cristãos – particularmente com aqueles que parecem não estar indo tão bem quanto nós. O verdadeiro padrão para avaliação, no entanto, deveria ser Jesus Cristo e quanto estamos nos parecendo com ele.

Advertência e encorajamento (12.25-29)

12.25-29 Cuidado! Não rejeitem aquele que fala. Se os que se recusaram a ouvir aquele que os advertia na terra não escaparam, quanto mais nós, se nos desviarmos daquele que nos adverte dos céus? Aquele cuja voz outrora abalou a terra, agora promete: “Ainda uma vez abalarei não apenas a terra, mas também o céu”. As palavras “ainda uma vez” indicam a remoção do que pode ser abalado, isto é, coisas criadas, de forma que permaneça o que não pode ser abalado. Portanto, já que estamos recebendo um Reino inabalável, sejamos agradecidos e, assim, adoremos a Deus de modo aceitável, com reverência e temor, pois o nosso “Deus é fogo consumidor!”

À luz do refúgio providenciado para nós, o escritor faz soar um alerta. A palavra “cuidado” (12.25) enfatiza o dever daqueles que têm tal esperança diante deles. Deus falou no Sinai, e o escritor o vê como ainda falando do céu (12.25). A revelação de Deus foi dada aos apóstolos, que, pela inspiração, registraram o que lhes foi revelado. Essa revelação – vinda por meio de um apóstolo e registrada sob inspiração – tem tanta autoridade quanto a revelação que Israel recebeu por intermédio de Moisés. E, assim como Israel prestaria contas pela palavra que Deus lhe dissera, os destinatários dessa carta respondem pela revelação que receberam por meio do apóstolo. Israel não escaparia da disciplina caso desobedecesse ou negligenciasse a revelação recebida. Da mesma forma, os leitores dessa carta não podem achar que escaparão de severa disciplina se não derem atenção às suas advertências e às exortações apostólicas como palavra de autoridade divina para eles em suas circunstâncias atuais.

☞ Para refletir ☞

Vivemos em uma cultura de crescente ódio e amargura. Todo mundo tem alguma conta para ajustar, uma reclamação para fazer, uma dificuldade cuja culpa atribui a outrem. Mas a Bíblia ensina que o cristão maduro reconhece a mão de Deus em tudo e não fica amargurado com ele, mesmo nas piores circunstâncias. Essa perspectiva oferece real liberdade e um fundamento para alegria perene.

Quando a Lei foi entregue no Sinai, a voz de Deus “abalou a terra” (12.26). Esse termo sugere uma violenta convulsão da natureza. A promulgação da Lei instituiu uma nova ordem, e a autoridade daquele que a instituiu ficou demonstrada na resposta da natureza à revelação. O que aconteceu no momento da entrega da Lei

acontecerá de forma ainda mais intensa quando uma nova ordem for estabelecida. Prevendo a vinda da era messiânica prometida na aliança, o profeta Ageu disse que, antes da chegada dela, “assim diz o SENHOR dos Exércitos: ‘Dentro de pouco tempo farei tremer o céu, a terra, o mar e o continente. Farei tremer todas as nações, as quais trarão para cá os seus tesouros, e encherei este templo de glória’, diz o SENHOR dos Exércitos” (Ag 2.6-7).

A previsão do profeta a respeito da nova era que viria associada a um novo abalo da terra mostra que a antiga ordem, estabelecida com um tremor da terra, será eliminada. Embora preveja um abalo final no futuro, antes da segunda vinda de Cristo, o autor também parece esperar o abalo de Jerusalém causado por Tito, que estava se aproximando. A profecia de Ageu anunciou que a ordem levítica existente era um arranjo temporário que em algum momento seria encerrado, a fim de dar lugar a uma ordem permanente e inabalável. A implicação do escritor é que, se seus leitores tentarem retornar ao judaísmo para se proteger da aflição, estariam voltando a algo que estava prestes a desaparecer. Um sistema temporário não oferece descanso ou paz permanentes. Quem estava sofrendo por causa da sua identificação com Cristo tinha a promessa de “um Reino inabalável” (12.28). Seus nomes já “estão escritos nos céus” (12.23). E, por causa disso, o escritor pode exortar para que “sejamos agradecidos”. Eles têm acesso ao trono da graça, ao qual podem chegar-se “a fim de receber[em] misericórdia e encontrar[em] graça que [os] ajude no momento da necessidade” (4.16). A necessidade particular aqui é de perseverança e paciência; para que, tendo recebido a dádiva da graça de Deus, adorem “a Deus de modo aceitável, com reverência e temor” (12.28).

☞ Para refletir ☞

À luz desse breve olhar para o futuro, para o lugar de habitação que ocuparemos um dia com todos os crentes, muitas das nossas queixas mesquinhas em relação ao próximo deveriam parecer realmente insignificantes. Com certeza, guardar rancor ou raiva prolongada deveria nos deixar envergonhados por sabermos que um dia estaremos todos juntos com ele na cidade eterna!

Essa adoração será oferecida em reverente respeito a Deus. E será oferecida com temor, para que, a despeito de tudo o que Deus

fez para capacitar seu povo a viver pela fé e demonstrar paciência e perseverança, não caíam da graça que Deus prometeu e deixem de progredir em direção à maturidade. Como fogo consumidor, Deus purifica tudo o que é indigno e inaceitável naqueles que servem a ele e tudo o que não pode ficar em sua presença. Por isso, não tente servir a Deus com aquilo que se tornou ultrapassado e não é mais aceitável a ele. Em vez disso, sirva-lhe com o que lhe é agradável e aceitável.

Exortações finais (13.1-19)

Ao longo dessa carta, o escritor apresenta muitas verdades doutrinárias importantes que fundamentaram suas exortações de viver pela fé e permitir que a fé produza o fruto da perseverança com paciência. Agora ele exorta a aplicar a verdade às circunstâncias específicas em que os leitores possam se encontrar. Nenhuma doutrina pode ficar sem aplicação prática, e a doutrina da superioridade de Cristo foi apresentada de forma tão contundente nessa carta que certamente afetará a conduta diária dos crentes.

☞ Para refletir ☞

Mesmo que a nossa negligência em seguir essas admoestações não tenha consequências tão drásticas quanto as que os leitores originais dessa carta enfrentariam, precisamos entender que negligenciar a Palavra de Deus – especialmente quando entendemos claramente o que ela diz – pode trazer resultados nada desejáveis, conforme corrobora Tiago 1.23-25.

Exortações no âmbito moral (13.1-6)

13.1-6 Seja constante o amor fraternal. Não se esqueçam da hospitalidade; foi praticando-a que, sem o saber, alguns acolheram anjos. Lembrem-se dos que estão na prisão, como se aprisionados com eles; dos que estão sendo maltratados, como se vocês mesmos estivessem sendo maltratados. O casamento deve ser honrado por todos; o leito conjugal, conservado puro; pois Deus julgará os imorais e os adúlteros. Conservem-se livres do amor ao dinheiro e contentem-se com o que vocês têm, porque Deus mesmo disse: “Nunca o deixarei, nunca o abandonarei”. Podemos, pois, dizer com confiança: “O Senhor é o meu ajudador, não temerei. O que me podem fazer os homens?”

A primeira exortação diz respeito ao relacionamento dos cristãos uns com os outros. Trata-se da reiteração de um dever que o escritor constatou em 12.12-13. A expressão “amor fraternal” refere-se ao relacionamento dos cristãos uns com os outros por causa de sua relação mútua com o Senhor. Enquanto o amor do judeu era nacional (Dt 23.19), o amor presente no cristão é universal. É por isso que João deu a seguinte ordem aos seus filhos espirituais: “Nisto conhecemos o que é o amor: Jesus Cristo deu a sua vida por nós, e devemos dar a nossa vida por nossos irmãos. Se alguém tiver recursos materiais e, vendo seu irmão em necessidade, não se compadecer dele, como pode permanecer nele o amor de Deus? Filhinhos, não amemos de palavra nem de boca, mas em ação e em verdade” (1Jo 3.16-18).

Ao dizer que esse amor deve ser contínuo, o autor implica que seus leitores estavam demonstrando essa atitude uns para com os outros, mas que esse laço corria o risco de se romper. Por outro lado, esse amor cumpriria o mandamento de Cristo (Jo 13.34-35).

Sua segunda exortação é sobre mostrar hospitalidade, o que, por si só, é uma manifestação do amor universal que o crente deveria mostrar. É evidente que o escritor está pensando na experiência de Abraão registrada em Gênesis 18. Os hóspedes de Abraão eram mensageiros de Deus. Essa passagem não sugere que devamos esperar alguma revelação especial da parte do Senhor por meio de seres angelicais, como Abraão recebeu; antes, se mostrarmos hospitalidade, a pessoa que recebemos pode se mostrar um enviado de Deus para trazer encorajamento, força ou confiança.

A terceira exortação encoraja o cristão a identificar-se com aqueles que estão de fato presos por causa da sua fé ou que sofrem por viver em meio a pessoas hostis a Cristo. Esses irmãos podem estar precisando desesperadamente de ajuda alheia. Paulo escreveu: “Quando um membro sofre, todos os outros sofrem com ele...” (1Co 12.26). Quem não é perseguido deve identificar-se com quem o é, pois são todas partes do mesmo corpo.

A quarta exortação aqui relaciona-se com o casamento e o relacionamento conjugal. Paulo ensinou (1Co 7.25-38) que, a fim de poder se dedicar totalmente ao serviço para o Senhor e em vista das perseguições que ele previa que acometeriam os cristãos, seria

melhor que o indivíduo permanecesse solteiro. Esses cristãos poderiam ter chegado à conclusão de que seria errado o cristão casar-se. Ou que, caso se casasse, que seria melhor viver em celibato. Por isso, o escritor reafirma a ideia de que o matrimônio é uma instituição divina. O relacionamento entre o marido e a esposa no casamento foi planejado para satisfazer apetites que o próprio Deus criou (1Co 7.9). Dada a prevalência do divórcio entre os judeus, sancionado por seus mestres (Mt 19.3-12), alguns poderiam recorrer a determinadas formas de imoralidade a fim de escapar da pressão da perseguição. Por isso, o autor adverte novamente contra qualquer coisa que pudesse diminuir a dignidade do casamento ou violar sua santidade.

A quinta exortação é feita à luz dos muitos cristãos que tinham renunciado aos seus bens materiais por amor a Cristo. Para eles, seria fácil cair na cobiça e na insatisfação por causa de sua sorte. Por isso, são exortados a adequar suas atitudes à mente de Cristo, de forma que não fossem cobiçosos, mas se satisfizessem com o que tinham. O escritor mostra-lhes (13.5b-6) que a segurança deles não está nos bens materiais, mas naquele que prometeu: "... o SENHOR , o seu Deus, vai com vocês; nunca os deixará, nunca os abandonará" (Dt 31.6). Confiar em que o Senhor pode suprir toda e qualquer necessidade iria sustentá-los até mesmo na pobreza. Essa era a atitude do apóstolo Paulo ao escrever, como prisioneiro em Roma, que "o meu Deus suprirá todas as necessidades de vocês, de acordo com as suas gloriosas riquezas em Cristo Jesus" (Fp 4.19). O Deus que podia sustentar Paulo em suas perdas materiais e suprir cada uma de suas carências também seria suficiente para os leitores dessa carta.

Aqui a palavra "deixarei" comunica a ideia de soltar a mão, retirar o apoio oferecido por uma mão firme. A palavra "abandonarei" inclui o conceito de deixar para trás, desertar ou deixar alguém sozinho numa batalha ou competição esportiva. A pessoa abandonada ficaria sem companheiro ao seu lado. Deus prometeu que nunca retirará a mão firme que nos apoia nem nos abandonará no meio do conflito.

Exortações no âmbito religioso (13.7-17)

13.7-17 Lembrem-se dos seus líderes, que transmitiram a palavra de Deus a vocês. Observem bem o resultado da vida que tiveram e imitem a sua fé. Jesus Cristo é o mesmo, ontem, hoje e para sempre. Não se deixem levar pelos diversos ensinamentos estranhos. É bom que o nosso coração seja fortalecido pela graça, e não por alimentos cerimoniais, os quais não têm valor para aqueles que os comem. Nós temos um altar do qual não têm direito de comer os que ministram no tabernáculo. O sumo sacerdote leva sangue de animais até o Lugar Santíssimo como oferta pelo pecado, mas os corpos dos animais são queimados fora do acampamento. Assim, Jesus também sofreu fora das portas da cidade, para santificar o povo por meio do seu próprio sangue. Portanto, saíamos até ele, fora do acampamento, suportando a desonra que ele suportou. Pois não temos aqui nenhuma cidade permanente, mas buscamos a que há de vir. Por meio de Jesus, portanto, ofereçamos continuamente a Deus um sacrifício de louvor, que é fruto de lábios que confessam o seu nome. Não se esqueçam de fazer o bem e de repartir com os outros o que vocês têm, pois de tais sacrifícios Deus se agrada. Obedeçam aos seus líderes e submetam-se à autoridade deles. Eles cuidam de vocês como quem deve prestar contas. Obedeçam-lhes, para que o trabalho deles seja uma alegria, não um peso, pois isso não seria proveitoso para vocês.

Em seguida, o escritor dirige a atenção de seus leitores para o exemplo de “seus líderes”. A palavra “lembrem-se” significa observar com cuidado ou analisar algo nos seus detalhes. Portanto, os crentes são vistos como rebanho de Deus confiado ao cuidado atento dos pastores. Pedro escreve a respeito da responsabilidade dos pastores do rebanho: “Portanto, apelo para os presbíteros que há entre vocês e o faço na qualidade de presbítero como eles e testemunha dos sofrimentos de Cristo como alguém que participará da glória a ser revelada: pastoreiem o rebanho de Deus que está aos seus cuidados. Olhem por ele, não por obrigação, mas de livre vontade, como Deus quer. Não façam isso por ganância, mas com o desejo de servir. Não ajam como dominadores dos que foram confiados a vocês, mas como exemplos para o rebanho” (1Pe 5.1-3).

Pela fé, esses pastores tinham dado um bom testemunho de vida fiel e da perseverança paciente produzida por sua fé. Era responsabilidade deles exercer a autoridade que Deus lhes dera sobre o rebanho, guardar e guiar as ovelhas, ensiná-las e discipliná-las, mas, acima de tudo, ser um exemplo para elas em sua vida de fé. O escritor vê esses pastores como tendo sido fiéis à tarefa

recebida; por isso, os membros do rebanho são exortados a seguir seu exemplo (Hb 6.12). Alguns talvez tenham sido perseguidos ou até mesmo perdido a vida no desempenho de sua tarefa. No entanto, a fé triunfou até mesmo nessas circunstâncias, e seu exemplo – se imitado – capacitaria os que estavam sofrendo a serem vitoriosos. Isso se baseia no fato de que “Jesus Cristo é o mesmo, ontem, hoje e para sempre” (13.8). Aquele que levou seus pastores à vitória certamente os levaria também.

☞ Para refletir ☞

Mudanças recentes nos estilos de liderança eclesiástica infelizmente levaram a abusos por parte de alguns daqueles a quem foi confiado o cuidado para com o rebanho de Deus. Por isso, faremos bem em lembrar que o modelo de liderança de Deus é o do pastor, não o do senhor feudal.

Então, o escritor faz soar um alerta sobre as doutrinas falsas às quais esses cristãos tinham sido expostos, temendo que se tenham “deix[ado] levar” por eles. Nesse ponto, ele opõe a doutrina que ensinou em sua carta às doutrinas dos judaizantes, que ensinam que, por meio da observância de ordenanças externas, era possível obter favor de Deus e desfrutar de comunhão íntima com ele. Mas o autor lembra-lhes que esses sacrifícios do Antigo Testamento eram ineficazes e incapazes de levar os adoradores à maturidade. Todo progresso vem apenas por meio daquilo que é provido pela graça e apropriado pela fé.

Anteriormente, o escritor afirmou: “(Pois a Lei não havia aperfeiçoado coisa alguma), sendo introduzida uma esperança superior, pela qual nos aproximamos de Deus” (Hb 7.19). A fé dá o alicerce para que a pessoa que vive por ela possa obter descanso e paz mesmo em meio à luta.

Evidentemente, alguns falsos mestres estavam dizendo que os cristãos, ao abandonarem os sacrifícios, estavam deixando o que Deus tinha estabelecido para sua alimentação, fortalecimento e comunhão com ele. É verdade que no Antigo Testamento as pessoas se alimentavam dos sacrifícios que ofereciam. Quem celebrava a Páscoa comia a carne do cordeiro sacrificial e era sustentado por isso. Os sacerdotes que ministravam no altar podiam comer a carne dos sacrifícios e o pão oferecido no tabernáculo. Os sacerdotes e suas famílias eram alimentados e sustentados por essas ofertas.

Mas o escritor sugere que é melhor ser nutrido ou fortalecido pelas provisões da graça de Deus do que buscar alimento dos sacrifícios que se tornavam a refeição dos adoradores na antiga ordem.

☞ Para refletir ☞

A grande atenção que o apóstolo dedicou ao combate da falsa doutrina mostra que é responsabilidade de todos os cristãos examinar com cuidado todos os ensinamentos, comparando-os com a Palavra de Deus, e rejeitar o que for errado. A desconfiança contra os falsos ensinamentos não é “falta de amor”; antes, é uma prática essencial para quem deseja progredir para a maturidade.

O cristão que deixava esses rituais não saía perdendo, mas ganhando; como crente/sacerdote, tinha acesso à presença de Deus em um tabernáculo melhor (Hb 9.11-12). Quem servia sob a antiga ordem não tinha acesso ao tabernáculo do qual nós tiramos nossa força e firmeza. Embora os sacerdotes pudessem comer das ofertas que apresentavam em nome do povo, não tinham autorização para comer a carne dos sacrifícios pelo pecado. Deus ordenara que, depois que o sangue do novilho tivesse sido aspergido sobre o altar do incenso e o restante derramado no altar de bronze, a carcaça do animal deveria ser levada para fora da cidade a fim de ser queimada (Lv 4.1-35). Esse sacrifício satisfazia as demandas da santidade e da justiça de Deus em relação à culpa pelo pecado, mas não cuidava das necessidades físicas do ofertante. O autor entende a morte de Jesus como uma oferta pelo pecado, pois Cristo foi crucificado fora dos portões da cidade (Mc 15.20). Ao entregar a si mesmo como oferta pelo pecado, Cristo outorgava purificação da corrupção e liberdade da culpa do pecado.

Ao crucificar Cristo fora da cidade, os líderes religiosos fizeram dele uma oferta pelo pecado; mas ficaram impedidos de receber qualquer benefício decorrente de sua morte. No entanto, cristãos que se desligavam desse sistema e se identificavam com Jesus descobriam que ele atendia a todas as suas necessidades de alimento, forças e comunhão. Temos um privilégio negado aos sacerdotes do Antigo Testamento: o de sermos beneficiados pelo sacrifício pelo pecado por meio da nossa identificação com ele pela fé.

A palavra “pois” (13.14) indica a razão pela qual os leitores deveriam sair do acampamento, separando-se assim do templo e de todos os seus rituais inúteis. Tinham a garantia de uma cidade permanente que substitui a Jerusalém terrena. Essa é a cidade pela qual Abraão esperava (11.9-10), e os leitores são encorajados a igualmente esperar por ela pela fé (Hb 12.22-24). Eles estão no processo de “recebe[r] um Reino inabalável” (12.28) e, com base nessa expectativa, devem suportar com paciência.

Os judeus viam Jerusalém como sua cidade permanente. Mal sabiam eles que a cidade tinha sido condenada à destruição (Mt 23.37–24.2; Lc 21.24). O que viam como permanente não passava de temporário, enquanto a esperança dos cristãos, embora ainda não concretizada, é eterna.

Se os cristãos que liam essa carta tinham sido enganados por falsos mestres, sendo levados a pensar que sem o sacrifício animal não tinham nada a oferecer a Deus e não podiam lhe apresentar adoração aceitável, agora o escritor lembra-os de que há sacrifícios que eles podem oferecer que são aceitáveis a Deus. São ofertas que eles podem apresentar continuamente, não apenas em determinadas ocasiões pré-fixadas, como no sistema mosaico.

A primeira delas é o sacrifício de louvor a Deus, que então é detalhado como sendo “fruto de *lábios* que confessam o seu nome” (Hb 13.15, ênfase acrescentada). Os primeiros três sacrifícios explicados em Levítico 1–6 eram ofertas de gratidão pelas bênçãos recebidas. Mesmo que eles tenham sido eliminados por causa do sacrifício de Cristo, a gratidão continuava sendo uma oferta passível de ser apresentada a Deus. O louvor olha para a pessoa de Deus e se ocupa com a perfeição do seu caráter. As ações de graças se concentram nas dádivas que ele dá. A pessoa que se ocupa dessa forma reagirá com adoração, e essa adoração é um sacrifício aceitável a Deus.

O próximo sacrifício é fazer o bem e repartir. Enquanto o louvor e a gratidão se direcionam para Deus, o compartilhar volta-se para as outras pessoas. Essa é uma manifestação do amor fraternal mencionado anteriormente pelo autor (13.1). Cristãos devem repartir o que têm com os necessitados, na medida em que estiver ao seu

alcance. Esse compartilhamento beneficia irmãos ou irmãs em Cristo e é um sacrifício aceitável a Deus.

A exortação final é mostrar obediência e submissão aos líderes (13.17). Os crentes são vistos como um rebanho sobre o qual Deus colocou pastores, aos quais deu a responsabilidade de proteger as ovelhas. Como estas estão debaixo da autoridade dos pastores, eles não conseguem realizar seu ministério para com o rebanho se as ovelhas não se submeterem. Os pastores assumem responsabilidade ao guiar, ensinar ou disciplinar o rebanho, pois sabem que serão chamados a prestar contas ao grande Pastor. Se os pastores perceberem que algumas ovelhas estão ficando fracas por causa dos conflitos, se algumas estão seguindo a doutrina errada ensinada por falsos mestres ou são seduzidas a retornar às antigas formas abolidas pelo sacrifício de Cristo, é responsabilidade deles ensiná-las, guiá-las e discipliná-las, para que elas não se percam. Se falharem nessa missão, prestarão contas disso diante do “grande Pastor das ovelhas” (13.20).

Ser disciplinado pelos líderes pode não ser agradável, mas é preciso submeter-se a isso. E, quando esses líderes orientarem em algum aspecto, é necessário obedecer-lhes. Essa fidelidade dos pastores subalternos ao grande Pastor das ovelhas resultará em alegria para eles e benefício para o rebanho.

Exortações pessoais (13.18-19)

13.18-19 Orem por nós. Estamos certos de que temos consciência limpa e desejamos viver de maneira honrosa em tudo. Particularmente, recomendo que orem para que eu lhes seja restituído em breve.

Agora o escritor pede orações por si mesmo e evidentemente por Timóteo, na companhia de quem realiza seu ministério. Se os leitores rejeitassem a liderança daqueles que tinham sido escolhidos para guiá-los, poderiam muito bem rejeitar a liderança do próprio autor. Uma vez que essa carta é, na verdade, uma manifestação da autoridade espiritual exercida por um apóstolo, ele deseja que seus leitores se beneficiem disso. Garante-lhes que tudo o que escreveu nasceu de uma consciência limpa e conseqüentemente merece ser crido e obedecido. O escritor espera que, por causa da intercessão deles, ele possa reencontrá-los em breve. Isso implica que esteve

com eles anteriormente, mas então foi separado deles e agora espera poder visitá-los. Sua visita seria um teste à obediência deles à sua exortação.

☞ Para refletir ☞

Em várias passagens, a Bíblia ensina que quem recebe autoridade para liderar o povo de Deus prestará contas rigorosas de sua mordomia. Embora isso não nos deva atemorizar a ponto de fugir desse tipo de serviço ao Senhor, deve servir de alerta para que nós, líderes, sejamos ainda mais diligentes e cuidadosos em tudo o que dizemos, fazemos e ensinamos.

A mesma motivação à obediência foi usada por Paulo ao escrever a Filemom. Depois de exortá-lo a receber um escravo fugitivo de volta na comunhão, o apóstolo conclui: “Além disso, prepare-me um aposento, porque, graças às suas orações, espero poder ser restituído a vocês” (Fm 22). A incerteza do momento exato da sua chegada demanda obediência imediata, para que ele não chegue e os encontre desobedientes.

A bênção (13.20-25)

13.20-25 O Deus da paz, que pelo sangue da aliança eterna trouxe de volta dentre os mortos o nosso Senhor Jesus, o grande Pastor das ovelhas, os aperfeiçoe em todo o bem para fazerem a vontade dele e opere em nós o que lhe é agradável, mediante Jesus Cristo, a quem seja a glória para todo o sempre. Amém. Irmãos, peço que suportem a minha palavra de exortação; na verdade o que eu escrevi é pouco. Quero que saibam que o nosso irmão Timóteo foi posto em liberdade. Se ele chegar logo, irei vê-los com ele. Saúdem a todos os seus líderes e a todos os santos. Os da Itália enviam saudações. A graça seja com todos vocês.

Depois de pedir a oração dos leitores em seu favor, o autor derrama seu coração em favor deles. Em sua oração, reafirma sua confiança de que o Deus da paz é capaz de atender a cada uma de suas necessidades em suas tribulações atuais. Essa referência a Deus como Deus da paz é significativa. Seria de esperar que ele mencionasse o Deus de poder ou o Senhor dos exércitos celestiais, que poderia derrotar todos os seus adversários. Mas a maior necessidade deles nessas circunstâncias era da paz de Deus. O encorajamento que ele lhes oferece é o mesmo que Paulo deu aos

filipenses perseguidos, ao dizer: “E a paz de Deus, que excede todo o entendimento, guardará o coração e a mente de vocês em Cristo Jesus” (Fp 4.7).

O Deus capaz de lhes dar essa paz é o mesmo que “trouxe de volta dentre os mortos o nosso Senhor Jesus”. Mesmo que a criação do universo seja um exemplo do poder de Deus, esse poder é exemplificado de forma ainda mais marcante na redenção de Israel da servidão no Egito. Mas a demonstração máxima da suprema grandeza do poder de Deus é a ressurreição do Senhor Jesus dentre os mortos (Ef 1.19-20). A expressão “trouxe de volta” enfatiza a obtenção de uma vitória gloriosa depois de sofrer a derrota da morte. Ele foi trazido de volta para se tornar o “grande Pastor das ovelhas”. Todos os crentes fazem parte do seu rebanho. Ele é um Pastor fiel, que cuida do seu rebanho e o protege, a fim de guardar, guiar, instruir e suprir cada necessidade que as ovelhas tiverem.

Seu trabalho como pastor é “aperfeiço[ar] em todo o bem para fazerem a vontade dele”. Sua vontade, conforme revelada nessa carta, é levar esses crentes à perfeição, ou maturidade espiritual. E Deus está trabalhando neles para atingir esse exato propósito, até mesmo por meio de seus sofrimentos. Seu objetivo para os crentes será realizado por meio do trabalho pastoral de Jesus Cristo. Aquele que nos é apresentado como quem se “assentou à direita da Majestade nas alturas”, na glória (Hb 1.3), é o mesmo que agora é glorificado à medida que os crentes progridem rumo à maturidade. Dessa forma, o tema da perfeição ou da maturidade dos crentes, que percorreu toda essa carta, torna-se o tema da oração final do apóstolo.

Responder a qualquer exortação não é obrigatório, mas opcional. Por isso, o escritor termina com um apelo muito forte para que os leitores que receberam essa “palavra de exortação” não a ignorem, nem a esqueçam, nem a rejeitem; antes, que a abracem de forma que Deus – que trabalha por meio de suas experiências para deixá-los mais parecidos com Cristo – possa cumprir sua vontade neles.

O autor tem o cuidado de respeitar a autoridade dos líderes daquele grupo. Não quer que pensem que está usurpando a autoridade deles, por isso saúda-os como a iguais. O escritor encaminha as saudações dos “da Itália”. Embora alguns sugiram que

essa carta tenha sido escrita na Itália, essa expressão pode, na verdade, indicar que vários daqueles que haviam fugido da Itália agora estavam na companhia do escritor. Por causa da perseguição de Cláudio aos judeus (At 18.2), muitos, como Áquila e Priscila, fugiram de Roma e estabeleceram-se em outras partes do império. A intenção do autor ao fazer referência aos cristãos da Itália é mostrar que havia outros crentes em outros lugares sofrendo perseguição dura, mas que nem assim tinham comprometido seu testemunho para escapar das dificuldades e, por amor a Cristo, abandonaram Roma para morar em outro lugar. A fidelidade desses irmãos da Itália diante da perseguição era um exemplo para os destinatários dessa carta.

O apóstolo encerra com a bênção: “A graça seja com todos vocês”. A graça era o recurso mencionado pelo escritor quando convidou os cristãos: “Assim, aproximemo-nos do trono da graça com toda a confiança, a fim de recebermos misericórdia e encontrarmos graça que nos ajude no momento da necessidade” (4.16). A graça de Deus é suficiente para qualquer necessidade. A graça de Deus está disponível, e todos os cristãos têm a liberdade de recorrer a ela para serem capazes de resistir à perseguição e avançar continuamente em direção à maturidade, com paciente perseverança.

Portanto, cultivemos em nós e encorajemos nos outros a busca por uma fé perseverante por meio do seu Espírito.

☞ Para refletir ☞

Ao longo de toda essa carta, vimos que a responsabilidade real de conduzir os crentes à maturidade apoia-se em Jesus Cristo e em sua capacidade de cumprir suas promessas. A responsabilidade do cristão é abandonar o que é obstáculo no caminho para a maturidade e submeter-se deliberadamente a ele. A fórmula dupla é simples: nossa responsabilidade é submeter-nos a ele pela fé; a responsabilidade dele é levar-nos à maturidade.

ÍNDICE DE TEXTOS BÍBLICOS

Gênesis

1 [\[<<\]](#)
1–11 [\[<<\]](#)
1.26 [\[<<\]](#)
1.26–28 [\[<<\]](#)
1.28 [\[<<\]](#)
2.2 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.17 [\[<<\]](#)
3.1–6 [\[<<\]](#)
3.8 [\[<<\]](#)
3.14 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.20 [\[<<\]](#)
4.4 [\[<<\]](#)
6.13 [\[<<\]](#)
6.14–22 [\[<<\]](#)
12.1 [\[<<\]](#)
12.1–15.6 [\[<<\]](#)
12.2 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
12.3 [\[<<\]](#)
12.6–7 [\[<<\]](#)
12.7 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
13.1–5 [\[<<\]](#)
13.15–16 [\[<<\]](#)
13.16 [\[<<\]](#)
14 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
14.16 [\[<<\]](#)
14.17–20 [\[<<\]](#)
14.18 [\[<<\]](#)
14.18–20 [\[<<\]](#)

14.19 [[↩](#)]
14.20 [[↩](#)]
15 [[↩](#)] , [[↩](#)]
15.1 [[↩](#)]
15.1-4 [[↩](#)]
15.2-5 [[↩](#)]
15.4 [[↩](#)]
15.5 [[↩](#)]
15.6 [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)]
15.7-21 [[↩](#)]
15.9-21 [[↩](#)]
15.12 [[↩](#)]
15.13-14 [[↩](#)]
15.17 [[↩](#)]
15.18 [[↩](#)]
15.18-19 [[↩](#)]
16 [[↩](#)]
16.1 [[↩](#)] , [[↩](#)]
16.16 [[↩](#)]
17.1 [[↩](#)]
17.4-8 [[↩](#)]
17.6-7 [[↩](#)]
17.15-16 [[↩](#)]
17.15-19 [[↩](#)]
17.16-19 [[↩](#)]
17.17 [[↩](#)]
17.19 [[↩](#)] , [[↩](#)]
17.21 [[↩](#)]
18 [[↩](#)]
18.10 [[↩](#)]
18.11-12 [[↩](#)]

18.14 [[≤](#)]
19.13 [[≤](#)]
19.15 [[≤](#)]
19.27-28 [[≤](#)]
21 [[≤](#)]
21.2 [[≤](#)]
21.12 [[≤](#)]
22.2 [[≤](#)]
22.11-18 [[≤](#)]
22.17 [[≤](#)] , [[≤](#)]
22.17-18 [[≤](#)]
25.27-34 [[≤](#)]
25.29-34 [[≤](#)]
26.1-5 [[≤](#)]
26.4 [[≤](#)]
27.26-29 [[≤](#)]
27.34 [[≤](#)]
27.38 [[≤](#)]
27.38-40 [[≤](#)]
28.11-16 [[≤](#)]
31.11-13 [[≤](#)]
37.3 [[≤](#)] , [[≤](#)]
37.5-9 [[≤](#)]
41 [[≤](#)]
48.10-22 [[≤](#)]
50.24 [[≤](#)]
50.25 [[≤](#)]

Êxodo

1.8-14 [[≤](#)] , [[≤](#)]
1.22 [[≤](#)]
2.3 [[≤](#)]
2.5-10 [[≤](#)]

2.24-25 [[≤](#)]
3.1-2 [[≤](#)]
3.8 [[≤](#)]
3.10-12 [[≤](#)]
3.11–4.17 [[≤](#)]
3.16 [[≤](#)]
4.1-9 [[≤](#)]
12 [[≤](#)]
12.23 [[≤](#)]
15.24 [[≤](#)]
16.2 [[≤](#)]
16.7-8 [[≤](#)]
16.33 [[≤](#)]
17.3 [[≤](#)]
19.6 [[≤](#)]
19.12-13 [[≤](#)] , [[≤](#)]
19.19 [[≤](#)]
20.18-19 [[≤](#)]
24.1-8 [[≤](#)]
24.8 [[≤](#)]
25.10-22 [[≤](#)]
25.16 [[≤](#)]
25.23-30 [[≤](#)]
25.31-40 [[≤](#)]
25.40 [[≤](#)]
27.20-21 [[≤](#)]
28.41 [[≤](#)]
29.4 [[≤](#)]
29.42-46 [[≤](#)]
29.44 [[≤](#)]
30.1-10 [[≤](#)]

30.6 [\[<<\]](#)

30.7-8 [\[<<\]](#)

30.22-29 [\[<<\]](#)

30.30 [\[<<\]](#)

33.9 [\[<<\]](#)

33.11 [\[<<\]](#)

34.1 [\[<<\]](#)

Levítico

1 [\[<<\]](#)

1-6 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

1.1-17 [\[<<\]](#)

2 [\[<<\]](#)

3 [\[<<\]](#)

4 [\[<<\]](#)

4.1-35 [\[<<\]](#)

16 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

16.5-6 [\[<<\]](#)

16.8 [\[<<\]](#)

16.11 [\[<<\]](#)

16.12-13 [\[<<\]](#)

16.14 [\[<<\]](#)

16.15-16 [\[<<\]](#)

16.18-19 [\[<<\]](#)

16.21a [\[<<\]](#)

16.24 [\[<<\]](#)

20.2 [\[<<\]](#)

20.27 [\[<<\]](#)

23 [\[<<\]](#)

23.27b [\[<<\]](#)

23.32 [\[<<\]](#)

24.15-16 [\[<<\]](#)

24.23 [\[<<\]](#)

Números

26 [\[<<\]](#)
26.1-46 [\[<<\]](#)

12.6 [\[<<\]](#)
12.7 [\[<<\]](#)
13.1-2 [\[<<\]](#)
13.28-33 [\[<<\]](#)
14 [\[<<\]](#)
14.2 [\[<<\]](#)
14.7-8 [\[<<\]](#)
14.8 [\[<<\]](#)
14.9 [\[<<\]](#)
14.11 [\[<<\]](#)
14.11-12 [\[<<\]](#)
14.27-32 [\[<<\]](#)
14.27-36 [\[<<\]](#)
14.40 [\[<<\]](#)
14.45 [\[<<\]](#)
15.22-29 [\[<<\]](#)
15.30 [\[<<\]](#)
15.32-36 [\[<<\]](#)
16–18 [\[<<\]](#)
16.41 [\[<<\]](#)
17.5 [\[<<\]](#)
17.10 [\[<<\]](#)
19 [\[<<\]](#)
20.22-29 [\[<<\]](#)
21.21-23 [\[<<\]](#)
22 [\[<<\]](#)

Deuteronômio

1.27 [\[<<\]](#)
5.22 [\[<<\]](#)

6.16 [[≤](#)]
9.19 [[≤](#)]
13.10 [[≤](#)]
17.2-5 [[≤](#)]
17.4-7 [[≤](#)]
18.15 [[≤](#)]
22.21-24 [[≤](#)]
23.19 [[≤](#)]
28 [[≤](#)]
28.15-68 [[≤](#)]
30.1-6 [[≤](#)]
31.6 [[≤](#)] , [[≤](#)]
32.35a [[≤](#)]
32.36a [[≤](#)]
32.35-36 [[≤](#)]
32.43 [[≤](#)]

Josué

2.1 [[≤](#)]
2.11 [[≤](#)]
2.12-13 [[≤](#)]
3.14-17 [[≤](#)]
6.1-21 [[≤](#)]
6.17 [[≤](#)]
24.2 [[≤](#)]

Juíces

4.7 [[≤](#)]
4.14 [[≤](#)]
4.15 [[≤](#)]
6 [[≤](#)]
6.14 [[≤](#)]
7.2 [[≤](#)]
7.8 [[≤](#)]

7.13-15 [[<<](#)]

7.15 [[<<](#)]

11.4 [[<<](#)]

11.11 [[<<](#)]

11.29 [[<<](#)]

11.32-33 [[<<](#)]

13 [[<<](#)]

14.5-6 [[<<](#)]

15.9 [[<<](#)]

15.15 [[<<](#)]

Rute

4.7 [[<<](#)]

1Samuel

3.11-15 [[<<](#)]

3.20-21 [[<<](#)]

7.15-17 [[<<](#)]

12.1-5 [[<<](#)]

12.23 [[<<](#)]

16.12-13 [[<<](#)]

2Samuel

2.4 [[<<](#)]

5.3 [[<<](#)]

7.14 [[<<](#)] , [[<<](#)]

7.16 [[<<](#)]

8 [[<<](#)]

1Reis

3.5-15 [[<<](#)]

17.2-4 [[<<](#)]

17.17-23 [[<<](#)]

19.12 [[<<](#)]

2Reis

4.17-37 [[<<](#)]

2Crônicas

Esdras

7.14 [\[<<\]](#)

13.5 [\[<<\]](#)

10.19 [\[<<\]](#)

Jó

1.5 [\[<<\]](#)

4.18 [\[<<\]](#)

15.15 [\[<<\]](#)

25.5 [\[<<\]](#)

38.4a [\[<<\]](#)

38.7 [\[<<\]](#)

Salmos

1.5-6 [\[<<\]](#)

2.6-9 [\[<<\]](#)

2.7 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

8 [\[<<\]](#)

8.4-6 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

22 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

22.1 [\[<<\]](#)

22.15 [\[<<\]](#)

22.22 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

40 [\[<<\]](#)

40.1 [\[<<\]](#)

40.4 [\[<<\]](#)

40.5 [\[<<\]](#)

40.6 [\[<<\]](#)

40.6-8 [\[<<\]](#)

40.7-8 [\[<<\]](#)

40.11 [\[<<\]](#)

45 [\[<<\]](#)

45.6-7 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

51 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

51.7 [[<<](#)]
95.7-8 [[<<](#)]
95.7-11 [[<<](#)]
95.7b-11 [[<<](#)]
95.11 [[<<](#)]
102.25-27 [[<<](#)] , [[<<](#)]
104.4 [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)]
106.23-25 [[<<](#)]
110.1 [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)] ,
[[<<](#)] , [[<<](#)]
110.4 [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)] ,
[[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)]
118.6 [[<<](#)]
118.27 [[<<](#)]
135.14a [[<<](#)]

Provérbios

3.11-12 [[<<](#)] , [[<<](#)]

Isaías

7.14 [[<<](#)]
8.11 [[<<](#)]
8.17 [[<<](#)] , [[<<](#)]
8.18 [[<<](#)] , [[<<](#)]
9.6-7 [[<<](#)]
26.19-20 [[<<](#)]
26.20 [[<<](#)]
31.4 [[<<](#)]
40.1-5 [[<<](#)]
43.1 [[<<](#)]
48.18 [[<<](#)]
53 [[<<](#)]
53.7 [[<<](#)]
53.10 [[<<](#)]

Jeremias

1.4-10 [\[<<\]](#)

31.31-34 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

31.34 [\[<<\]](#)

Ezequiel

1.1 [\[<<\]](#)

1.3 [\[<<\]](#)

2.1 [\[<<\]](#)

3.22 [\[<<\]](#)

8.3 [\[<<\]](#)

36.25-27 [\[<<\]](#)

36.27 [\[<<\]](#)

40.2 [\[<<\]](#)

44.3 [\[<<\]](#)

Daniel

2.1 [\[<<\]](#)

4.5 [\[<<\]](#)

7.1 [\[<<\]](#)

8.1 [\[<<\]](#)

9.24-27 [\[<<\]](#)

10.1-7 [\[<<\]](#)

10.11-12 [\[<<\]](#)

12.1-2 [\[<<\]](#)

Oseias

12.10 [\[<<\]](#)

Joel

2.28-29 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

Naum

1.1 [\[<<\]](#)

Habacuque

2.2-3 [\[<<\]](#)

2.3-4 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

2.4 [\[<<\]](#)

Ageu

2.6 [\[<<\]](#)

2.6-7 [\[<<\]](#)

Zacarias

1.7–6.15 [\[<<\]](#)

1.9 [\[<<\]](#)

4.1-6 [\[<<\]](#)

Malaquias

3.1 [\[<<\]](#)

Mateus

1.20 [\[<<\]](#)

1.20-23 [\[<<\]](#)

3.2 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

3.5 [\[<<\]](#)

4.7 [\[<<\]](#)

4.17 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

5.44-45 [\[<<\]](#)

12.24 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

12.31-32 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) ,

[\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

13 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

16 [\[<<\]](#)

19.3-12 [\[<<\]](#)

19.11 [\[<<\]](#)

21.41 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

21.43 [\[<<\]](#)

23.37-39 [\[<<\]](#)

23.37–24.2 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) ,

[\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

23.38 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

24.2 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

24.30 [\[<<\]](#)

25.31 [[<<](#)] , [[<<](#)]

26.28 [[<<](#)]

26.36-44 [[<<](#)]

27.25 [[<<](#)]

27.51 [[<<](#)] , [[<<](#)]

Marcos

7.2-5 [[<<](#)]

14.24 [[<<](#)]

15.20 [[<<](#)]

Lucas

1.8-9 [[<<](#)]

1.11-17 [[<<](#)]

1.28-32 [[<<](#)]

1.31-33 [[<<](#)]

2.9-11 [[<<](#)]

2.26-35 [[<<](#)]

2.36-38 [[<<](#)]

7.11-15 [[<<](#)]

18.13 [[<<](#)]

20.16 [[<<](#)]

21.23b-24 [[<<](#)]

21.24 [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)]

22.20 [[<<](#)]

João

1.3 [[<<](#)]

1.4 [[<<](#)]

1.5 [[<<](#)]

1.9 [[<<](#)]

1.14 [[<<](#)]

1.18 [[<<](#)]

1.29 [[<<](#)]

3.16 [[<<](#)]

5.24 [\[<<\]](#)
6.32-35 [\[<<\]](#)
8.12 [\[<<\]](#)
10.18 [\[<<\]](#)
11 [\[<<\]](#)
11.23-24 [\[<<\]](#)
13.34-35 [\[<<\]](#)
14.2 [\[<<\]](#)
14.2-3 [\[<<\]](#)
14.3 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
14.6 [\[<<\]](#)
14.9 [\[<<\]](#)
16.2 [\[<<\]](#)
17.1 [\[<<\]](#)
17.5 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
19.15 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

Atos

1.12-14 [\[<<\]](#)
2 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.1 [\[<<\]](#)
2.38 [\[<<\]](#)
2.40 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.42 [\[<<\]](#)
2.44-45 [\[<<\]](#)
3.1 [\[<<\]](#)
3.11 [\[<<\]](#)
4.1-3 [\[<<\]](#)
4.32-37 [\[<<\]](#)
4.34-37 [\[<<\]](#)
5.12 [\[<<\]](#)
5.17-28 [\[<<\]](#)
5.21 [\[<<\]](#)

5.42 [[≤](#)]
7.2 [[≤](#)] , [[≤](#)]
7.21 [[≤](#)]
7.22 [[≤](#)]
7.34-35 [[≤](#)]
7.35 [[≤](#)]
7.57-60 [[≤](#)]
8.1-4 [[≤](#)]
8.3-4 [[≤](#)]
9.2 [[≤](#)]
9.26-27 [[≤](#)]
9.36-41 [[≤](#)]
10.38 [[≤](#)]
11.27-30 [[≤](#)]
12.1-4 [[≤](#)]
13.33 [[≤](#)]
18.2 [[≤](#)]
19.8-9 [[≤](#)]
20.6 [[≤](#)]
20.16 [[≤](#)]
21.10-11 [[≤](#)]
21.20 [[≤](#)]
21.26-28 [[≤](#)]
21.27-31 [[≤](#)]
22.4 [[≤](#)]
22.19 [[≤](#)]
23.12 [[≤](#)]
26.10-11 [[≤](#)]

Romanos

1.17 [[≤](#)]
1.21-23 [[≤](#)]
2.15 [[≤](#)]

2.20 [[<<](#)]
3.25 [[<<](#)] , [[<<](#)]
4.16 [[<<](#)]
5.2 [[<<](#)]
6.23 [[<<](#)]
8.1 [[<<](#)] , [[<<](#)]
8.5-8 [[<<](#)]
8.9-11 [[<<](#)]
8.19-22 [[<<](#)]
8.29 [[<<](#)]
11.29 [[<<](#)]
11.36 [[<<](#)]
12.3-5 [[<<](#)]
12.6 [[<<](#)]
12.19 [[<<](#)]
12.19-21 [[<<](#)]
14.23 [[<<](#)]
15.3 [[<<](#)]
15.33 [[<<](#)]
16.29 [[<<](#)]

1Coríntios

1.21 [[<<](#)] , [[<<](#)]
2.14 [[<<](#)]
3.1 [[<<](#)]
3.14 [[<<](#)]
4.9 [[<<](#)]
5.7-8 [[<<](#)]
7.9 [[<<](#)]
7.25-38 [[<<](#)]
8.6 [[<<](#)]
9.24 [[<<](#)]
11.25 [[<<](#)]

12.4 [[<<](#)]
12.11 [[<<](#)]
12.12-31 [[<<](#)]
12.26 [[<<](#)]
14.20 [[<<](#)]
14.33 [[<<](#)]
15.27 [[<<](#)]
16.7 [[<<](#)]
16.8 [[<<](#)]

2Coríntios

3.3 [[<<](#)]
4.4 [[<<](#)]
5.1-8 [[<<](#)]
6.16 [[<<](#)]
8.24 [[<<](#)]
9.4 [[<<](#)]
11.17 [[<<](#)]
13.1 [[<<](#)]
13.11 [[<<](#)]

Gálatas

3.7 [[<<](#)]
3.11 [[<<](#)]
3.19 [[<<](#)] , [[<<](#)]
3.19-20 [[<<](#)]
3.29 [[<<](#)]
4.1-3 [[<<](#)] , [[<<](#)]
4.3 [[<<](#)]

Efésios

1.3–2.10 [[<<](#)]
1.19-20 [[<<](#)]
1.21 [[<<](#)] , [[<<](#)]
1.22 [[<<](#)]

2.18 [[<<](#)]

3.9 [[<<](#)]

3.12 [[<<](#)]

4.14 [[<<](#)]

4.17-18 [[<<](#)]

5.8 [[<<](#)]

6.17 [[<<](#)]

Filipenses

1.6 [[<<](#)]

1.30 [[<<](#)]

2.5-8 [[<<](#)]

2.6 [[<<](#)]

2.8 [[<<](#)] , [[<<](#)]

2.9 [[<<](#)]

2.9-11 [[<<](#)]

2.10-11 [[<<](#)]

3.4-7 [[<<](#)]

3.14 [[<<](#)] , [[<<](#)]

3.20 [[<<](#)]

3.21 [[<<](#)]

4.7 [[<<](#)]

4.9 [[<<](#)]

4.14 [[<<](#)]

4.19 [[<<](#)]

Colossenses

1.15 [[<<](#)]

1.16 [[<<](#)] , [[<<](#)]

1.17 [[<<](#)]

1.20 [[<<](#)]

2.1 [[<<](#)]

2.17 [[<<](#)]

1Tessalonicenses

	2.2 [<<]
	4.13-17 [<<]
	5.23 [<<]
	5.25 [<<]
1Timóteo	
	2.5 [<<]
	5.19 [<<]
2Timóteo	
	1.10 [<<]
	3.16 [<<]
Filemom	
	22 [<<]
Hebreus	
	1–12 [<<]
	1.1 [<<]
	1.1-2a [<<]
	1.1–2.18 [<<] , [<<]
	1.2 [<<] , [<<]
	1.2b [<<]
	1.2b-3 [<<]
	1.2c [<<]
	1.3 [<<] , [<<] , [<<] , [<<]
	1.3a [<<]
	1.3b [<<]
	1.3c [<<]
	1.3d [<<]
	1.3e [<<]
	1.4 [<<] , [<<]
	1.4-14 [<<] , [<<]
	1.5a [<<] , [<<]
	1.5b [<<] , [<<]
	1.5-7 [<<]

1.6 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
1.7 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
1.8-9 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
1.10 [\[<<\]](#)
1.10-12 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
1.13 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
1.14 [\[<<\]](#)
2.1 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.1-3 [\[<<\]](#)
2.1-4 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.2 [\[<<\]](#)
2.3 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.4 [\[<<\]](#)
2.5 [\[<<\]](#)
2.5-9a [\[<<\]](#)
2.5-18 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.6-8a [\[<<\]](#)
2.6-18 [\[<<\]](#)
2.7 [\[<<\]](#)
2.8 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.9 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.9b [\[<<\]](#)
2.10 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.10-13 [\[<<\]](#)
2.10-18 [\[<<\]](#)
2.12 [\[<<\]](#)
2.12-13 [\[<<\]](#)
2.13a [\[<<\]](#)
2.13b [\[<<\]](#)
2.14 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.15 [\[<<\]](#)

2.16 [\[<<\]](#)
2.16-17a [\[<<\]](#)
2.17 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
2.17b [\[<<\]](#)
2.17-18 [\[<<\]](#)
2.18 [\[<<\]](#)
3 [\[<<\]](#)
3.1 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) ,
[\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.1-6 [\[<<\]](#)
3.1-18 [\[<<\]](#)
3.1–4.13 [\[<<\]](#)
3.2 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.5 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.6 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.7 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.7-11 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.8 [\[<<\]](#)
3.12 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.12-19 [\[<<\]](#)
3.13 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.13-16 [\[<<\]](#)
3.14 [\[<<\]](#)
3.15 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.16 [\[<<\]](#)
3.17 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.18 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
3.18-19 [\[<<\]](#)
3.19 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
4.1 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
4.1-2 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

4.1-10 [[↩](#)]
4.1-13 [[↩](#)] , [[↩](#)]
4.2 [[↩](#)]
4.3 [[↩](#)] , [[↩](#)]
4.3-5 [[↩](#)]
4.4 [[↩](#)]
4.6 [[↩](#)]
4.6-10 [[↩](#)]
4.9 [[↩](#)]
4.10 [[↩](#)]
4.11 [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)]
4.11-13 [[↩](#)] , [[↩](#)]
4.12 [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)]
4.13 [[↩](#)]
4.14 [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)] ,
[[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)]
4.14-16 [[↩](#)] , [[↩](#)]
4.14–10.18 [[↩](#)]
4.14–10.39 [[↩](#)]
4.15 [[↩](#)]
4.16 [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)] ,
[[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)]
5.1 [[↩](#)]
5.1-3 [[↩](#)]
5.1-4 [[↩](#)]
5.1–7.28 [[↩](#)]
5.4 [[↩](#)]
5.5 [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)]
5.5-6 [[↩](#)] , [[↩](#)]
5.5-10 [[↩](#)] , [[↩](#)]
5.6 [[↩](#)] , [[↩](#)]

5.7 [\[<<\]](#)
5.7-9 [\[<<\]](#)
5.8 [\[<<\]](#)
5.10 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
5.11 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
5.11-12 [\[<<\]](#)
5.11-14 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
5.11–6.20 [\[<<\]](#)
5.12 [\[<<\]](#)
5.12-14 [\[<<\]](#)
5.12–6.20 [\[<<\]](#)
5.13 [\[<<\]](#)
5.13-14 [\[<<\]](#)
5.14 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
6 [\[<<\]](#)
6.1 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) ,
[\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
6.1-2 [\[<<\]](#)
6.1-6 [\[<<\]](#)
6.3 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
6.4-5 [\[<<\]](#)
6.4-6 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
6.6 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
6.7-8 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
6.9-10 [\[<<\]](#)
6.9-12 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
6.10 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
6.11 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
6.11-12 [\[<<\]](#)
6.12 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
6.13-20 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

6.14 [[<<](#)]
6.15 [[<<](#)]
6.18-20 [[<<](#)]
6.19 [[<<](#)]
6.20 [[<<](#)]
7 [[<<](#)]
7.1-2 [[<<](#)]
7.1-3 [[<<](#)] , [[<<](#)]
7.1-28 [[<<](#)]
7.4-10 [[<<](#)]
7.7 [[<<](#)]
7.9-10 [[<<](#)]
7.11-14 [[<<](#)]
7.11-19 [[<<](#)]
7.15-19 [[<<](#)]
7.17 [[<<](#)] , [[<<](#)]
7.18 [[<<](#)]
7.19 [[<<](#)]
7.20-22 [[<<](#)]
7.21 [[<<](#)] , [[<<](#)]
7.22 [[<<](#)] , [[<<](#)]
7.23-25 [[<<](#)]
7.26 [[<<](#)]
7.26-28 [[<<](#)]
7.26–8.1 [[<<](#)]
8.1 [[<<](#)] , [[<<](#)]
8.1-5 [[<<](#)]
8.1-13 [[<<](#)]
8.2 [[<<](#)]
8.5 [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)]
8.6 [[<<](#)] , [[<<](#)]

8.6-13 [\[<<\]](#)
8.7-13 [\[<<\]](#)
8.8 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
8.8-12 [\[<<\]](#)
8.10 [\[<<\]](#)
8.10b [\[<<\]](#)
8.11 [\[<<\]](#)
8.12 [\[<<\]](#)
8.13 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
9 [\[<<\]](#)
9.1-5 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
9.1–10.18 [\[<<\]](#)
9.6 [\[<<\]](#)
9.6-8 [\[<<\]](#)
9.6-10 [\[<<\]](#)
9.7 [\[<<\]](#)
9.8 [\[<<\]](#)
9.9 [\[<<\]](#)
9.10 [\[<<\]](#)
9.11 [\[<<\]](#)
9.11-12 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
9.12 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
9.12-14 [\[<<\]](#)
9.13 [\[<<\]](#)
9.13-14 [\[<<\]](#)
9.13-22 [\[<<\]](#)
9.14 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
9.15 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
9.15-22 [\[<<\]](#)
9.16 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
9.20 [\[<<\]](#)

9.22 [[≤](#)]
9.23 [[≤](#)]
9.23-24 [[≤](#)]
9.23-28 [[≤](#)]
9.24 [[≤](#)] , [[≤](#)]
9.25-26a [[≤](#)]
9.26 [[≤](#)]
9.26b–28a [[≤](#)]
9.27 [[≤](#)]
9.28b [[≤](#)]
10 [[≤](#)]
10.1 [[≤](#)]
10.1-4 [[≤](#)]
10.1-18 [[≤](#)]
10.2 [[≤](#)]
10.4 [[≤](#)]
10.5 [[≤](#)]
10.5-7 [[≤](#)]
10.5-10 [[≤](#)]
10.9 [[≤](#)]
10.10 [[≤](#)] , [[≤](#)] , [[≤](#)]
10.11 [[≤](#)]
10.11-14 [[≤](#)]
10.12 [[≤](#)]
10.13 [[≤](#)]
10.14 [[≤](#)]
10.15 [[≤](#)] , [[≤](#)]
10.15-18 [[≤](#)]
10.17 [[≤](#)] , [[≤](#)]
10.18 [[≤](#)]
10.19 [[≤](#)] , [[≤](#)] , [[≤](#)] , [[≤](#)]

10.19-25 [[<<](#)]
10.19–13.25 [[<<](#)]
10.21 [[<<](#)]
10.22 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.22-25 [[<<](#)]
10.23 [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.24 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.25 [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)] ,
[[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.26 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.26-31 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.27 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.28 [[<<](#)]
10.29 [[<<](#)]
10.30 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.30a [[<<](#)]
10.30b [[<<](#)]
10.31 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.32 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.32-34 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.32-39 [[<<](#)]
10.33 [[<<](#)]
10.34 [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.35 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.35-39 [[<<](#)]
10.36-39 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.37-38 [[<<](#)]
10.38 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.38-39 [[<<](#)] , [[<<](#)]
10.39 [[<<](#)] , [[<<](#)]
11 [[<<](#)] , [[<<](#)] , [[<<](#)]

11.1 [\[<<\]](#)
11.1-40 [\[<<\]](#)
11.2 [\[<<\]](#)
11.2-3 [\[<<\]](#)
11.3 [\[<<\]](#)
11.4 [\[<<\]](#)
11.4-7 [\[<<\]](#)
11.4-40 [\[<<\]](#)
11.5-6 [\[<<\]](#)
11.6 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
11.8-22 [\[<<\]](#)
11.9 [\[<<\]](#)
11.9-10 [\[<<\]](#)
11.10 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
11.11 [\[<<\]](#)
11.13 [\[<<\]](#)
11.16 [\[<<\]](#)
11.18 [\[<<\]](#)
11.19 [\[<<\]](#)
11.23-29 [\[<<\]](#)
11.24 [\[<<\]](#)
11.25 [\[<<\]](#)
11.26 [\[<<\]](#)
11.27 [\[<<\]](#)
11.29 [\[<<\]](#)
11.30-31 [\[<<\]](#)
11.31 [\[<<\]](#)
11.32-38 [\[<<\]](#)
11.33-38 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)
11.37 [\[<<\]](#)
11.39 [\[<<\]](#)

11.39-40 [\[<<\]](#) , [\[<\]](#)

11.40 [\[<<\]](#)

12.1 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) ,

[\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

12.1-29 [\[<<\]](#)

12.2 [\[<<\]](#)

12.2-4 [\[<<\]](#)

12.3 [\[<<\]](#)

12.3-4 [\[<<\]](#)

12.3-15 [\[<<\]](#)

12.4 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

12.5-6 [\[<<\]](#)

12.5-11 [\[<<\]](#)

12.6 [\[<<\]](#)

12.7 [\[<<\]](#)

12.9b [\[<<\]](#)

12.10 [\[<<\]](#)

12.11 [\[<<\]](#)

12.12 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

12.12-13 [\[<<\]](#)

12.12-17 [\[<<\]](#)

12.14 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

12.14-15 [\[<<\]](#)

12.15 [\[<<\]](#)

12.16-17 [\[<<\]](#)

12.18-24 [\[<<\]](#)

12.20 [\[<<\]](#)

12.21 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

12.22 [\[<<\]](#)

12.22-24 [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#) , [\[<<\]](#)

12.23 [\[<<\]](#)

12.24 [[↩](#)]
12.25 [[↩](#)] , [[↩](#)]
12.25-27 [[↩](#)]
12.25-29 [[↩](#)]
12.26 [[↩](#)] , [[↩](#)]
12.28 [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)]
13 [[↩](#)]
13.1 [[↩](#)] , [[↩](#)]
13.1-6 [[↩](#)]
13.1-19 [[↩](#)] , [[↩](#)]
13.2 [[↩](#)]
13.3 [[↩](#)] , [[↩](#)]
13.5 [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)]
13.5b-6 [[↩](#)]
13.6 [[↩](#)]
13.7 [[↩](#)] , [[↩](#)]
13.7-17 [[↩](#)]
13.8 [[↩](#)]
13.9 [[↩](#)] , [[↩](#)]
13.13 [[↩](#)]
13.14 [[↩](#)]
13.15 [[↩](#)] , [[↩](#)]
13.17 [[↩](#)] , [[↩](#)]
13.18 [[↩](#)] , [[↩](#)]
13.18-19 [[↩](#)] , [[↩](#)]
13.20 [[↩](#)] , 320
13.20-25 [[↩](#)]
13.22 [[↩](#)] , [[↩](#)]
13.22-25 [[↩](#)]
13.23 [[↩](#)]
13.24 [[↩](#)] , [[↩](#)] , [[↩](#)]

Tiago

1.1 [\[<<\]](#)

1.2-4 [\[<<\]](#)

1.13 [\[<<\]](#)

1.23-25 [\[<<\]](#)

1Pedro

1.1 [\[<<\]](#)

2.5 [\[<<\]](#)

2.21-23 [\[<<\]](#)

5.1-3 [\[<<\]](#)

1João

2.16 [\[<<\]](#)

3.4 [\[<<\]](#)

3.16-18 [\[<<\]](#)

5.16 [\[<<\]](#)

Apocalipse

1.6 [\[<<\]](#)

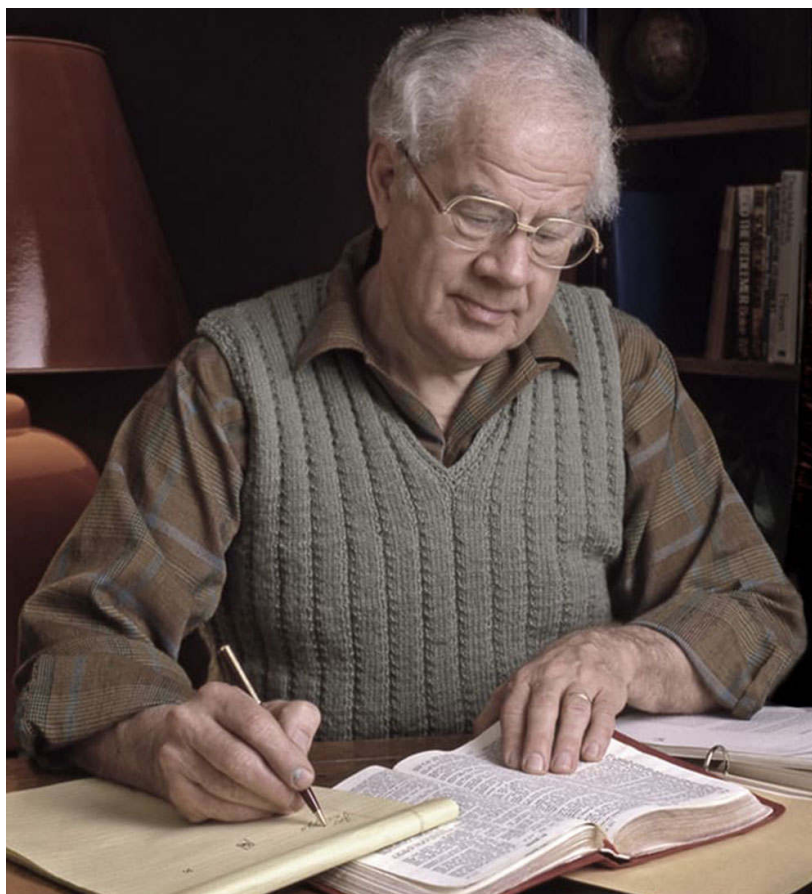
20.2-3 [\[<<\]](#)

20.6 [\[<<\]](#)

20.10 [\[<<\]](#)

21.1-8 [\[<<\]](#)

21.3 [\[<<\]](#)



J. Dwight Pentecost (Th.D., Dallas Theological Seminary) nasceu nos EUA em 1915. Ensinou teologia academicamente por décadas no Philadelphia College of Bible e posteriormente no Dallas Theological Seminary. Além disso, foi pastor por 35 anos e autor de 21 livros, com um enfoque principal em escatologia. É conhecido principalmente pela obra *Manual de Escatologia*, publicada no Brasil pela Editora Vida. Casado com Dorothy Harrison, com quem teve duas filhas e dois netos, foi ao encontro do Senhor em 2014, aos 99 anos.

Table of Contents

[Rosto](#)

[Créditos](#)

[Sumário](#)

[Prefácio](#)

[Introdução](#)

[1. Jesus Cristo é superior aos anjos](#)

[2. Jesus Cristo é superior a Moisés](#)

[3. Jesus Cristo é superior a Arão](#)

[4. Aplicação da superioridade de Jesus Cristo](#)

[Índice de textos bíblicos](#)

[Sobre o autor](#)